

# HOMENS DO MATO

Revista Científica de Pesquisa em Segurança Pública



## Polícia Militar de Mato Grosso

ISSN 1981-6308 Vol. 13 Nº 1 Ano 2014 Jul. / Dez.



Comando Regional II 4º BPM Várzea Grande MT







**REVISTA HOMENS DO MATO - ISSN 1981-6308**  
**POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MATO GROSSO**

Vol. 13 - Nº 1 - Ano 2014

Julho a Dezembro

## **“HOMENS DO MATO”**

Revista Científica de Pesquisa em Segurança Pública criada pela Portaria nº 003/APMCV de 12 de julho de 2005 – ISSN 1981-6308

### **PRODUÇÃO**

Conselho Editorial sob a gerência do Dr. Edson Benedito Rondon Filho, Oficial da Polícia Militar de Mato Grosso.

### **CONSELHO EDITORIAL**

**Editor Geral:** Dr. Edson Benedito Rondon Filho

**Membros:**

Dr. Antonio Carlos Monteiro de Castro	Dr. Almir Balieiro
Dr. Einstein Lemos Aguiar	Dr. George Felipe Dantas
Dra. Maria Aparecida Morgado	Dr. Naldson Ramos da Costa
Dra. Rochele Fellini Fachinetto	Dr. Ronilson de Souza Luiz
Dra. Suely Dulce de Castilho	Dr. Wilquerson Felizardo Sandes
Dr. Francisco Thiago Rocha Vasconcelos	Doutorando Gabriel Rodrigues Leal
Msc. Alessandro Souza Soares	Msc. Clarindo Alves Castro – Cel PM
Msc. Claudia Cristina Carvalho	Msc. Diva Maria de Oliveira Mainardi
Msc Enzi Cerqueira Almeida Jr.	Msc. Flávio Gledson V. Bezerra
Msc. Jamil Queiróz	Msc. Laudicério Aguiar Machado
Msc. Leo Torres Santos	Msc. Marcos Roberto Gonçalves
Msc. Maricilda Nascimento Farias Gonçalves	Msc. Martim Cabeleira De Moraes Jr.
Esp. Carlos Eduardo Pinheiro da Silva	Esp. Everson Cezar Gomes Metelo
Esp. Fabiano Pessoa	Esp. José Antonio Gomes Chaves
Esp Marcos Roberto Sovinski	Esp. Ridalva Reis Souza
Esp. Rogério Francia Farias	Esp. Wanderson Nunes de Siqueira

**Editores de seção:**

Msc Enzi Cerqueira Almeida Jr.	Esp. Sebastião Carlos Rodrigues da Silva
--------------------------------	--

**Editoração Eletrônica e arte da capa:** Msc Enzi Cerqueira Almeida Jr.

**Revisão gramatical:** Esp. Sebastião Carlos Rodrigues da Silva

**Capa:** Comando Regional II 4º BPM -Várzea Grande MT

REVISTA HOMENS DO MATO. Polícia Militar de Mato Grosso – PMMT. Academia de Polícia Militar Costa Verde em Várzea Grande, APMCV, Vol. 13, nº 1, 2014.

Periodicidade Semestral

ISSN 1981-6308

1. Polícia Militar, 2. Academia Costa Verde, 3. Segurança Pública, 4. Título, 5. Periódico.

## EDITORIAL

A Revista Homens do Mato (RHM) no segundo semestre de 2014 se subdivide em dois números, trazendo neste primeiro, alguns trabalhos desenvolvidos por Oficiais da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso (PMMT) e alguns integrantes da Polícia Rodoviária Federal (PRF) por ocasião da realização de cursos de especializações *lato sensu*, ofertado pela Academia de Polícia Militar Costa Verde (APMCV), abordando a temática segurança pública e suas particularidades diante dos recortes e problemas de pesquisa específicos. Destacamos, ainda, o artigo inicial apresentado pelos professores da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) Maria Aparecida Morgado e Manoel Francisco de Vasconcelos Motta com o título “Transgressão juvenil na classe média e alternativas educacionais”, que abordam questões atadas ao comportamento de jovens da classe média. Esse artigo traz um paralelo acompanhado de um esboço histórico desde os idos de 1950 aos dias atuais e influências europeia e norte-americana e analisa a transgressão juvenil na classe média dentro do contexto brasileiro. Por sua vez, Alessandro Borges Ferreira em “Avaliação das rotas de fuga e saídas de emergência dos edifícios comerciais altos em Cuiabá/MT” traz um estudo em detalhes dos projetos de segurança contra incêndio nas edificações comerciais da cidade de Cuiabá, com ênfase aos planos de evacuação em caso de incêndio e pânico ou situação de emergência. Em “O Corpo de Bombeiros Militar, a defesa civil e a Constituição de 1988” o articulista Paulo Eduardo de Carvalho Wolkmer faz uma síntese das aplicabilidades legais à profissão bombeiro militar e sua estreita relação com a defesa civil em alinhamento às legislações vigentes no País, em especial à Constituição Federal de 1988. Leandro Ademar Hadadd Camolesi aborda em seu estudo, “Motociclismo policial: Uma análise de sua aplicabilidade nas rodovias federais de Mato Grosso”, a utilização das motocicletas nas rodovias como mecanismo de auxílio à prevenção de acidentes, no enfrentamento da criminalidade e no desempenho da atividade de policiamento rodoviário. Em, “Polícia Rodoviária Federal e a segurança no trânsito: ferramentas educacionais e preventivas para jovens estudantes em Mato Grosso”, Norbenaide Leandra Vieira aborda a importância de iniciativas direcionadas às crianças e adolescentes no sentido de promover políticas de educação para o trânsito aos futuros condutores e ainda estabelecer relação de envolvimento destes com um trânsito cada vez mais seguro por meio de projetos como FETRAN - Festival Estudantil Temático, Teatro para o Trânsito, Rota Cidadã, Palestras Educativas e Cinema Rodoviário. Numa abordagem mais contundente e acurada em “A Polícia Militar e a missão constitucional de preservação da ordem pública no Estado Democrático de Direito”, Jorge Antônio de Oliveira Paredes aborda a missão constitucional das polícias militares do Brasil, procurando fazer um alinhamento da missão constitucional das polícias à legislação que rege o seu funcionamento, em consonância com a doutrina empregada para que a instituição cumpra o seu dever e expresse o modelo institucional que melhor se encaixa na consecução dessas atividades. José Antônio Gomes Chaves em seu artigo “Segurança Pública: O Estado na prevenção do crime e violência” traz à discussão a responsabilidade do Estado na prevenção da criminalidade e analisa as possibilidades dos organismos do Estado proporcionar à sociedade com melhor qualidade de vida. O conflito de gerações que

perpassa a sociedade brasileira foi tema de estudo de José de Jesus Nunes Cordeiro que em seu artigo “A cultura organizacional e o conflito de gerações” questiona e faz levantamentos sobre a cultura organizacional da Polícia Militar e sua importância vital, bem como, o choque de gerações e as possíveis mudanças, sem modificar os valores institucionais.

Marcos Roberto Sovinski com o artigo “O perfil do Oficial da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso frente à responsabilidade social da Instituição” procura trazer à tona a discussão do papel da Instituição e principalmente dos oficiais administradores dessa grande organização, na melhoria do relacionamento com os grupos que interagem com os objetivos organizacionais, mais precisamente, seus integrantes e comunidade. Assunto interessante e em estudo apresentado por Alessandro Ferreira da Silva em “A gestão de frotas da Secretaria de Estado de Segurança Pública” que lida com a busca entre a forma ideal de se gerir a frota veicular da secretaria, trazendo as vantagens e desvantagens entre os modelos de gestão de frota própria ou terceirizada (locada) com análise acurada aos modelos em questão. “Exercícios físicos x obesidade e saúde do policial militar” neste artigo Almir de França Ferraz aborda as reflexões sobre a importância dos exercícios físicos na diminuição dos riscos da obesidade para a saúde policial e a importância da prática de exercícios físicos à redução desses riscos. Franklin Epiphânio Gomes de Almeida em “A avaliação do processo ensino-aprendizagem na concepção dos alunos do Terceiro Ano do Curso de Formação de Oficiais da Academia de Polícia Militar Costa Verde” traz um estudo sobre a importância da avaliação no contexto educacional, o relevante papel que uma avaliação totalizadora, exerce no desenvolvimento de um processo de ensino-aprendizagem construtivista e a realidade desse processo na Academia de Polícia Militar na visão dos alunos terceiranistas.

Na seção de resenhas, a obra intitulada “Meu casaco de general” de Luiz Eduardo Soares, publicado pela Companhia das Letras, é analisada por André Luiz Carreira; enquanto que na seção de entrevistas contamos com as opiniões do Coronel PM Genilson Antônio Secchi de Ávila e do Professor Doutor Silas Borges Monteiro em assuntos correlatos à segurança pública.

Enfim, podemos afirmar que a Revista Homens do Mato (RHM) traz assuntos relevantes tecnicamente e estudados pelos articulistas que possibilitam ao leitor enveredar no assunto Segurança Pública por vários ângulos e recortes aqui bem apresentados. Busca consolidar o estreitamento de relação entre sociedade e polícia e se apresenta como ferramenta capaz de assumir parte desse papel.

Cuiabá-MT, Dezembro de 2014.

Dr. Edson Benedito **Rondon** Filho – Ten Cel PM  
Editor Geral da RHM

## SUMÁRIO

### SEÇÃO DE ARTIGOS

- Transgressão juvenil na classe média e alternativas educacionais.** p. 9.  
*Maria Aparecida Morgado*  
*Manoel Francisco de Vasconcelos Motta*
- Avaliação das rotas de fuga e saídas de emergência dos edifícios comerciais altos de Cuiabá/MT.** p. 25.  
*Alessandro Borges Ferreira*
- O Corpo de Bombeiros Militar, a Defesa Civil e a Constituição de 1988** p. 39.  
*Paulo Eduardo de Carvalho Wolkmer*
- O motociclismo policial: uma análise de sua aplicabilidade nas rodovias federais de Mato Grosso.** p. 55.  
*Leandro Ademar Hadadd Camolesi*
- Polícia Rodoviária Federal e a segurança no trânsito: ferramentas educacionais e preventivas para jovens estudantes em Mato Grosso.** p. 72.  
*Norbenaide Leandra Vieira*
- A Polícia Militar e a missão constitucional de preservação da ordem pública no Estado Democrático de Direito.** p. 87.  
*Jorge Antonio de Oliveira Paredes*
- Segurança Pública: o Estado na prevenção do crime e da violência.** p. 102.  
*José Antonio Gomes Chaves*
- A cultura organizacional e o conflito de gerações.** p. 117.  
*José de Jesus Nunes Cordeiro*
- O perfil do Oficial da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso frente à responsabilidade social da Instituição.** p. 129.  
*Marcos Roberto Sovinski*
- A gestão de frotas da Secretaria de Segurança Pública.** p. 143.  
*Alessandro Ferreira da Silva*
- A Exercícios físicos X obesidade e saúde do policial militar** p. 162.  
*Almir de França Ferraz*
- A avaliação do processo ensino-aprendizagem na concepção dos alunos do terceiro ano do Curso de Formação de Oficiais da Academia de Polícia Militar Costa Verde.** p. 181.  
*Franklin Epiphânio Gomes de Almeida*
-

## SEÇÃO DE RESENHAS

**Meu Casaco de General**  
(Luiz Eduardo Soares).  
*André Luiz Carreira*

p. 209

## SEÇÃO DE ENTREVISTAS

**Coronel PM Genilson Antonio Secchi de Ávila, Comandante Geral Adjunto da PMMT.**  
*Sebastião Carlos Rodrigues da Silva*  
*Enzi Cerqueira de Almeida Júnior*

p. 217.

**Dr. Silas Borges Monteiro, professor titular e diretor do Instituto de Educação da UFMT**  
*Sebastião Carlos Rodrigues da Silva*  
*Enzi Cerqueira de Almeida Júnior*

p. 223.



# HOMENS DO MATO

Revista Científica de Pesquisa em Segurança Pública



**Artigos**



# TRANSGRESSÃO JUVENIL NA CLASSE MÉDIA E ALTERNATIVAS EDUCACIONAIS

Maria Aparecida Morgado<sup>1</sup>  
Manoel Francisco de Vasconcelos Motta<sup>2</sup>

## RESUMO

As práticas transgressivas de jovens da classe média são geralmente interpretadas como decorrentes de transtornos emocionais, ou, então, como descaminhos educacionais da ordem de uma crise nos valores. Essas abordagens não correspondem à complexidade do fenômeno. Desde 1950, a juventude da classe média ocidental vem sendo associada a comportamentos transgressivos, tornados mais ou menos visíveis pelos veículos de comunicação. Até então entendida como prática de jovens oprimidos, afetados pela intensificação do processo de modernização urbana e industrial, a transgressão também passa a ser vinculada aos jovens da classe média. Depois das mobilizações estudantis e das manifestações pacifistas e contra-culturais das décadas de 1960 e 1970, da desmobilização político-cultural dos anos 1980, a transgressão adquire dimensão de grave problema social nos anos 1990: não há necessidade ou causa aparente que explique a participação de jovens da classe média em crimes contra o patrimônio e em crimes contra a vida. Nos meios acadêmicos brasileiros predominam pesquisas sobre a juventude das camadas populares. Questões relativas à classe média e à transgressão juvenil vêm sendo colocadas pela intelectualidade européia e norte-americana há meio século. Esse artigo analisa a transgressão juvenil na classe média, dentro do contexto brasileiro.

**Palavras-chave:** *Educação - Adolescente - Classe Média - Transgressão.*

## ABSTRACT

The transgressive practices of middle class youth are generally interpreted as result of emotional disorders, or else as educational waywardness with its origins in crisis in values. These approaches do not match the complexity of the phenomenon. Since 1950, the youth of the Western middle class has been associated with transgressive behaviors, and become more or less visible by the media. Until then understood as practice of oppressed youth, affected by the intensification of urban and industrial upgrading process, the transgression also happens to be linked to middle class youth. After students gathering, peacefully protests, and counter-cultural events of the 1960s and 1970s, the political and cultural demobilization of the 1980s, transgression acquires dimension of serious social problem in the 1990s: there is no a need or

---

<sup>1</sup> Professora Doutora da Universidade Federal de Mato Grosso. Contato da autora: [morgadom@terra.com.br](mailto:morgadom@terra.com.br)

<sup>2</sup> Professor Doutor da Universidade Federal de Mato Grosso. Contato do autor: [mfvotta@gmail.com](mailto:mfvotta@gmail.com)

apparent cause that explains the participation of middle class youth in crimes against property and crimes against life. In Brazilian academia, the research of the youth of popular layers is predominant. European and American thinkers had raised issues relating to the middle class and juvenile transgression about half a century ago. This article analyzes the juvenile transgression in the middle class, in the Brazilian context.

**KEYWORDS:** *Education – Youth – Middle Class – Transgression.*

*A aparente liberdade respeitada pelas medidas inoperantes nada mais é do que controle imperceptível.*

(Skinner)

Com frequência, as práticas transgressivas de jovens da classe média são interpretadas como decorrentes de transtornos emocionais, ou, então, de descaminhos educacionais da ordem de uma crise nos valores. Esse tipo de abordagem é frequente em matérias jornalísticas. Tal interpretação do fenômeno não corresponde à complexidade dos fatos. Entende-se que o estudo da transgressão juvenil na classe média deve privilegiar um enfoque político-pedagógico.

A reflexão feita neste ensaio fundamentou o conjunto de estudos empreendidos no projeto de pesquisa Práticas Transgressivas de Jovens da Classe Média e Alternativas Educacionais, desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa “Educação, Jovens e Democracia”.

Desde a década de 1950, a juventude da classe média ocidental vem sendo recorrentemente associada a comportamentos vinculados à transgressão, tornados mais ou menos visíveis pelos veículos de comunicação (Carmo, 2001). A expressão do fenômeno na classe média norte-americana ganha dimensão cinematográfica no clássico *Juventude Transviada*. Até então associada quase tão somente a práticas de jovens de segmentos sócio-econômicos oprimidos, a transgressão juvenil também adquire a relevância de prática social típica de jovens da classe média no Brasil, a partir da intensificação do processo de modernização urbana e industrial.

Em termos bastante gerais, depois das mobilizações estudantis (Ianni, 1968) e das manifestações pacifistas e contraculturais das décadas de 1960 e 1970, da desmobilização político-cultural dos anos 1980, a transgressão juvenil na classe média adquire dimensão de grave problema social nos anos 1990 (Abramo, 1997).

Presentemente, mais do que presa da toxicomania, mais do que compelida à transgressão pela dependência química, a juventude de classe média tem sido fundamentalmente apresentada como um problema social, pois não há uma necessidade ou causa aparente para explicar, por exemplo, a frequentemente

noticiada participação de jovens da classe média em crimes contra o patrimônio (Folha de São Paulo, 15/02/2000, 1-4), ou, então, em crimes contra a vida dos próprios parentes, nos quais o componente financeiro também parece estar presente (Folha de S. Paulo, 09/11/2002, C-3).

A apresentação da juventude de classe média como problema social é comum em matérias jornalísticas, como se lê no exemplo a seguir. Educado em tradicional colégio alemão do Rio de Janeiro, o jovem F. M., de 17 anos, morador do bairro Laranjeiras, zona sul da cidade, teria começado a comprar drogas no vizinho morro do Cerro-Corá, aproximadamente três anos antes do início de fevereiro do ano 2000, quando foi assassinado junto de outros cinco jovens. Dois anos antes, F. B. saiu da casa da família, mudando-se para o morro, onde passou a trabalhar no tráfico de drogas. As inúmeras vezes que seus pais foram ao local, para lhe pedir que voltasse, não conseguiram persuadi-lo: escondia-se, entrando pelas vielas do morro. Foi morto no episódio que teria resultado da disputa entre grupos rivais de traficantes (Folha de S. Paulo, 21/02/2000, 1-7).

O caso da jovem Suzane von Richthofen, de 19 anos, também não é raro. Conforme foi noticiado, na noite de 30 de outubro de 2002 a estudante de direito da alta classe média paulistana participou do assassinato dos pais junto do namorado Daniel, de 21 anos, e de Christian, irmão de Daniel. Seus pais, Manfred e Marísia, foram executados com golpes de bastão de ferro enquanto dormiam na casa situada no bairro Brooklim. A jovem teria declarado às autoridades policiais que eram frequentes as desavenças entre ela o pai, que se opunha a seu namoro com Daniel. Também teria declarado que, tendo somente mais um irmão menor de idade, pretendia viver com o namorado depois que recebesse sua herança. Desde as primeiras notícias jornalísticas, o episódio foi objeto de análises de teor psicopedagógico (Folha de S. Paulo, 09/11/2002, C-3).

Nos meios acadêmicos, predominam pesquisas focalizadas na juventude das camadas populares. É o que se pode ler em publicações das quais os livros a seguir constituem exemplos: *Ideais na adolescência: falta (d) e perspectivas na virada do século*; *Galeras cariocas: territórios de conflitos e encontros culturais*; *Gangues, galeras, chegados e rappers: juventude, violência e cidadania nas cidades da periferia de Brasília*. O primeiro dos livros exemplificados resulta de pesquisa realizada com jovens da periferia de São

Paulo. Os dois últimos resultam, respectivamente, de estudos desenvolvidos no Rio de Janeiro e em Brasília e que foram *replicados* em outras capitais brasileiras.

Questões relativas à classe média e às práticas transgressivas de seus jovens filhos vêm sendo colocadas em relevo pela intelectualidade européia e norte-americana há décadas. Os dois clássicos *A nova classe média (White Collar)*, de C. Wright Mills, e *Transgressão e controle*, de Albert Cohen, são conhecidos do público acadêmico brasileiro desde, pelo menos, as décadas de 1950 e 1960. A recente edição brasileira do livro *A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*, de Richard Sennett, reaviva o debate iniciado há meio século.

Após a Segunda Grande Guerra Mundial, em *Educação após Auschwitz*, Theodor Adorno sentencia:

Para a educação, a exigência de que Auschwitz não se repita é primordial. Precede de tal modo quaisquer outras, que, creio, não deva nem precise ser justificada. Não consigo entender como tenha merecido tão pouca atenção até hoje. Justificá-la teria algo de monstruoso em face da monstruosidade que ocorreu. Mas que a exigência e os problemas decorrentes sejam tão subestimados testemunha que os homens não se compenetraram da monstruosidade cometida. Sintoma esse de que subsiste a possibilidade da reincidência, no que diz respeito ao estado de consciência e inconsciência dos homens. Todo debate sobre parâmetros educacionais é nulo e indiferente em face deste – que Auschwitz não se repita. Foi à barbárie, à qual toda educação se opõe (1994, p. 33).

Em *Eros e civilização*, inicialmente publicado em 1955, Herbert Marcuse vincula as tendências anticivilizatórias da cultura de massas à descentralização das funções da família, ocorrida nas sociedades capitalistas mais avançadas. Interpreta o fenômeno enquanto aperfeiçoamento dos mecanismos de dominação: na família burguesa dos períodos anteriores, pai e mãe eram facilmente identificados como agentes da dominação, o que produzia, ao mesmo tempo, as condições da submissão e as condições da revolta. Agora:

(...) a dominação torna-se cada vez mais impessoal, objetiva, universal, e também cada vez mais racional, eficaz e produtiva. (...) A sociedade emerge como um sistema duradouro e em expansão de desempenhos úteis; a hierarquia de funções e relações adquire a forma de razão objetiva: a lei e a ordem identificam-se com a própria vida da sociedade. No mesmo processo, também a repressão é despersonalizada: a restrição e arregimentação do prazer passam agora a ser uma função (e resultado 'natural') da divisão social do trabalho (MARCUSE, 1969, p. 91).

A despersonalização da repressão também resulta em uma fria dinâmica da destruição através da tecnologia, praticamente impossível de ser revertida por qualquer medida pedagógica.

E o fato da destruição da vida (humana e animal) ter progredido com o progresso da civilização, da crueldade, o ódio e o extermínio científico do homem terem aumentado em relação à possibilidade real de eliminação da opressão – essa característica dos estágios mais recentes da civilização industrial possuiria raízes instintivas que perpetuam a destrutividade para além dos limites de toda a racionalidade (Op. cit. p. 90).

Em *Infância e sociedade*, publicado em 1963, Erik Erikson analisa que, a partir da adolescência, o papel da sociedade, em geral, e da história contemporânea à vida individual, em particular, constituem forças cruciais na determinação do destino pessoal. Em *Identidade, juventude e crise*, publicado no emblemático ano de 1968, Erikson avalia o inconformismo exibicionista e perigoso, manifesto por grupos de jovens motociclistas, como aproximação “da identidade potencialmente criminosa, que se alimenta da rejeição pelos outros” (p. 26). Critica a forma como o comportamento dos jovens é apresentado pelos veículos de comunicação:

E, de fato, é assim (como invasores vindos de um outro planeta) que a juventude está sendo atualmente retratada nos meios de comunicação de massa. E esses meios, devemos sublinhar, já não se contentam em ser intermediários da comunicação; impertinente e eficazmente, arvoram-se em mediadores entre as gerações. (Erikson, p. 29).

Conforme o autor, eximindo-se da sua função educativa de mediadores, porque “fascinados e absorvidos num mundo de invenções mecânicas e de poder de compra”, os pais escapam à “formidável questão do novo significado das gerações num universo tecnológico” (p. 29). E preconiza:

(...) enquanto uma nova ética não alcançar o progresso, pressentimos o perigo de que os limites da expansão tecnológica e da afirmação nacional talvez não sejam determinados por fatos ou considerações éticas conhecidos ou, em resumo, por uma certeza de identidade mas por uma caprichosa e despreocupada verificação do alcance e do limite da supermaquinaria que, assim, toma o lugar que, em grande parte, cabia à consciência humana (ERIKSON, 1987, p. 33).

As reflexões dos autores acima referidos, assim como e o fenômeno social que anima esta exposição impõem algumas indagações. Que lições as instituições da



sociedade ocidental tiraram de tragédias genocidas, como o holocausto nazista, como o recorrente intervencionismo bélico norte-americano? Que lições tiraram de *O mal-estar na civilização*, no qual, já em 1930, Sigmund Freud mostrou a ação anti-social da “humana inclinação para a agressão e para a destruição”, enquanto expressão da falta de racionalidade da sociedade contemporânea e como obstáculo contra o qual a civilização muito terá que lutar? Que lições essas instituições tiraram do Maio de 1968, da juventude francesa, da Primavera de Praga, da juventude tchecoslovaca, da desobediência civil dos jovens norte-americanos que se recusaram a ir para a Guerra do Vietnã? Que lições tiraram da ascensão do autoritarismo militar na América Latina, entre as décadas de 1960 e 1970? Que lições tiraram do enfrentamento de jovens brasileiros à ditadura militar, instalada em 1964?

Sobre o declínio da mediação reguladora na socialização, realizada pela instituição escolar, em 1973 Georges Snyders pergunta: *Para onde vão as pedagogias não diretivas?*

Receamos que a não diretividade, apesar das aparências paradoxais, não consiga dar liberdade bastante ao aluno, autonomia bastante à classe; receamos que seja infinitamente menos revolucionária do que julga ser, do que pretendia ser. (...) É por isso que as nossas críticas não têm qualquer ponto comum, não querem ter qualquer ponto comum, com a consciência tranquila e satisfeita que ainda não percebeu, ou que tenta mascarar, a realidade dos problemas criados pelos não diretivistas – consciência tranquila que abriu mão das exigências dos alunos e de jovens, ou que julga poder responder a isso com alguns compromissos: um pouco de liberdade, uma dose de amabilidade e bastante ‘aperto’. O sucesso das teorias não diretivistas, a tentação que constituem para um grande número de professores, e dos mais apaixonados, são testemunho da realidade das contradições que denunciam: mas é também a confusão daqueles que são levados a receber uma palavra nova como se fosse a única possível (SNYDERS, 1978, p. 09-10).

Na carta a um colega de escola, Freud fala de sua experiência como aluno do Liceu onde estudou na juventude. Em artigo escrito para o volume comemorativo do aniversário dos cinquenta anos de fundação desse Liceu vienense, Freud relembra a carta ao colega e, com profunda sensibilidade, já reflete sobre a importância educativa da autoridade pedagógica.

Como psicanalista, estou destinado a me interessar mais pelos processos emocionais que pelos intelectuais, mais pela vida mental inconsciente que pela consciente. Minha emoção ao encontrar meu velho mestre escola adverte-me de que antes de tudo, devo admitir uma coisa: é difícil dizer se o que exerceu mais influência sobre nós e teve importância maior foi a nossa preocupação pelas ciências que nos eram ensinadas, ou pela personalidade de nossos mestres. É

verdade, no mínimo, que esta segunda preocupação constituía uma corrente oculta e constante em todos nós e, para muitos, os caminhos das ciências passavam apenas através de nossos professores. Alguns se detiveram a meio caminho dessa estrada e para uns poucos – porque não admitir outros tantos? – ela foi por causa disso definitivamente bloqueada (FREUD, 1914, v. XIII, p. 286).

Em *A cultura do narcisismo*, analisando a “abdição da autoridade” implicada em propostas de natureza não diretiva, entendidas como a correspondência da esfera da produção nas demais esferas da vida social, Christopher Lasch considera em 1983:

“A aparência de permissividade esconde um sistema de controle rigoroso, tão mais efetivo porque evita confrontações diretas entre autoridades e as pessoas sobre as quais procuram impor sua vontade. Porque as confrontações provocam discussões a respeito de princípios, as autoridades, sempre que possível, delegam a disciplina a terceiros, de modo que possam ficar como conselheiras, ‘pessoas do recurso’ e amigas” (1983, p. 223).

Alguns anos depois, o mesmo fenômeno é problematizado no Brasil. Nicolaci-da-Costa vê nessa “aparência de permissividade” a ausência “de uma linha divisória entre o público e o privado”. Entende que isso potencializa formas de controle jamais alcançadas por quaisquer pedagogias tidas como tradicionais: “Ao se expressarem livremente na presença de observadores atentos e treinados (professores e seus assistentes), e que dispõem de tempo, as crianças facultam a seus agentes socializadores uma observação minuciosa e penetrante de todos (ou quase todos) os aspectos de seu *fazer* e de seu *ser*” (NICOLACI-DA-COSTA, 1987, p. 87).

Em *Da sedução na relação pedagógica*, publicado em 1995, Maria Aparecida Morgado considera que as formas dissimuladas e sedutoras do exercício abusivo da autoridade, derivam sua eficácia da negação sistemática de afetos originários inconscientes que concorrem para estruturar a relação professor-aluno.

(...) a sedução na relação pedagógica não se deve ao campo transferencial e sim à maneira como esse campo se estrutura e se mantém. Professor e aluno têm corpos, têm emoções: seria pedir-lhes demais que compartilhassem somente interesses intelectuais. (...) Existe um ponto em que o campo transferencial favorece os objetivos da relação pedagógica. Trata-se daquele ponto em que o professor aceita a transferência mas não reage a ela da forma que o aluno gostaria. Aceita sua ternura respeitosa e afetuosa para ajudá-lo a trabalhar; e no lugar da sedução contransferencial, ao amor exacerbado e ao ódio, põe o conhecimento que legitima sua autoridade pedagógica (MORGADO, 2002 a, p. 122).

Sobre o processo de socialização, e Christopher Lasch analisa, em *O mínimo eu*, que a vida cotidiana na sociedade pós-industrial “passa a ser um exercício de sobrevivência” – *sobrevivência psíquica em tempos difíceis* –, em que “raramente se olha para trás, por medo de sucumbir a uma debilitante nostalgia; e quando se olha para frente, é para ver como se garantir contra os desastres que todos aguardam”. Conforme o autor, nesse cenário em que se perdeu a confiança no futuro, sitiado, “o eu se contrai” (1986, p. 09). Considera que:

Uma nova cultura (...) deve se fundamentar num reconhecimento destas contradições na experiência humana (tensão entre aspirações ilimitadas e compreensão limitada, entre imortalidade e finitude cativa, entre unidade e separação), não em uma tecnologia que tenta restaurar a ilusão de auto-suficiência; ou, por outro lado, em uma recusa radical da individualidade que procura restaurar a ilusão da unidade absoluta com a natureza (Op. cit. p. 14).

Já em 1946, no ensaio *Eclipse da Razão*, Max Horkheimer advertiu sobre a desumana objetividade da denominada razão instrumental, forma irracional da aparente racionalidade voltada para fins imediatos: “O avanço dos recursos técnicos de informação se acompanha de um processo de desumanização”. Entende que “a tendência moderna para traduzir qualquer ideia em ação (...) é um dos sintomas da atual crise da cultura: a ação só pela ação que de modo algum é superior ao pensamento e talvez lhe seja até inferior” (p. 06). Sobre a exigência de flexibilidade, imposta pelo “modo contemporâneo da produção”, avalia que também “maiores são as exigências de adaptação (...) às condições mutáveis”. Essa facilidade de transição de uma atividade à outra, de modo algum se traduz “em maior tempo para a especulação”: desgarrado de “padrões absolutos de conduta, de ideais universalmente estabelecidos”, o homem contemporâneo tornou-se “tão completamente livre que não precisa de padrões, exceto o seu próprio”; paradoxalmente, “esse aumento de independência conduziu a um aumento paralelo de passividade” (p. 107-108). Considera que a “crise da razão se manifesta na crise do indivíduo”, nesse momento social de “autopreservação”, em que não existe “um eu a ser preservado, pois a máquina expeliu o maquinista”, e “a razão tornou-se irracional e embrutecida” (p. 139). Como consequência, “o cego desenvolvimento da tecnologia reforça a exploração social” e pode “transformar o progresso em seu oposto: o barbarismo completo” (p. 145). O autor vê a existência de “uma moral em tudo isso”:

“a individualidade é prejudicada quando cada homem decide cuidar de si mesmo.” E conclui: “À medida que o homem comum se retira da participação nos assuntos políticos, a sociedade tende a regredir à lei da selva, que esmaga todos os vestígios de individualidade” (p. 146).

Tangenciamento das contradições inerentes à experiência humana, crescente eficácia da dominação dissimulada na impessoalidade da autoridade, desvanecimento da linha divisória entre a vida pública e a vida privada, ação irrefletida mascarada na aparência de objetividade da razão instrumental, cultura da personalidade em detrimento dos ideais e padrões universais de conduta, tentativa de resgatar a impossível autossuficiência por meio da tecnologia, adaptação à progressiva exigência de flexibilidade, mascarada em independência, crise da individualidade, no desprezo por assuntos políticos institucionais, na hipervalorização das idiosincrasias e na busca de restauração da ilusória unidade absoluta com a natureza, na vida social cada vez mais atomizada. Resultam na descentralização das funções da família, acompanhada da atrofia de funções das outras instituições mediadoras tradicionais da sociedade e crescente interferência dos veículos de comunicação nos modos de interação social.

Esses históricos traços culturais da sociedade capitalista contemporânea, que também vieram se estruturando na sociedade brasileira, ficam ainda mais evidenciados com a implantação do denominado modelo neoliberal, intensificado na década de 1990. Richard Sennett aponta que as características predominantes desse “novo capitalismo” se estendem da esfera do trabalho para as demais esferas da vida social, conformando o próprio caráter individual.

Figura de autoridade é alguém que assume responsabilidade pelo poder que usa. Numa hierarquia de trabalho do velho estilo, o chefe pode fazer isso abertamente declarando: ‘Eu tenho o poder, sei o que é melhor, me obedçam.’ As modernas técnicas de administração buscam fugir do aspecto ‘autoritário’ de tais declarações, mas, fazendo isso os administradores conseguem escapar também de ser responsáveis por seus atos. (...). O repúdio da autoridade e da responsabilidade nas próprias superficialidades do trabalho em equipe flexível estrutura a vida de trabalho diária (...). Esse jogo de poder sem autoridade na verdade gera um novo tipo de caráter. Em lugar do homem motivado, surge o homem irônico. (...). Uma visão irônica de si mesmo é a consequência lógica de viver no tempo flexível, sem padrões de autoridade e responsabilidade (SENNETT, 1999, p. 136-137).

A nova faceta do modo de produção capitalista não apenas isenta o Estado da função de regulação da sociedade, como também deixa a mediação, antes exercida pelas instituições socializadoras tradicionais, por conta da mesma auto-regulação. Pode-se dizer que o fenômeno corresponde à prevalência, à reprodução e à intensificação da vertente histórica do ideário liberal, que rechaça todo tipo de limitação e regulação dos interesses do mercado, sobre a vertente histórica do ideário liberal representada pela cultura iluminista de civilização.

O entendimento iluminista, que vincula o ideário liberal a raízes mais democráticas e civilizatórias, pode ser encontrado na primeira metade do século XX na obra de intelectuais como Bertrand Russell e Harold J. Laski. Mais recentemente, essa idéia está presente em *A democracia liberal: origens e evolução*, prestigiado texto de C. B. Macpherson. No Brasil, essa posição política é defendida por Sérgio Paulo Rouanet, em *As razões do iluminismo*.

A aparente flexibilização do controle social dissimula uma pluralidade de controles ainda mais severos e eficazes advindos de todas as direções. A mediação das relações travadas na vida social pela autoridade visível e limitada é suplantada pela abdicação dessa autoridade em favor de incontáveis autoridades invisíveis e ilimitadas regidas pela batuta aparentemente neutra e apolítica do denominado mercado. Isso se dá na direção inversa àquela em que, retirado da sua natureza biológica, animal e instintual, o indivíduo foi introduzido na história das relações que engendram a sociedade humana.

Esse modo de funcionamento social facilita o caminho para práticas anticivilização, justamente porque se baseia em normas aparentemente reguladas por forças naturais e impessoais contra as quais nenhuma ação humana limitante é possível. Richard Rorty assinala as decorrências dessa dinâmica para a educação: “Não posso imaginar uma cultura que socializou sua juventude de maneira a deixá-la continuamente em dúvida sobre seu próprio processo de socialização” (1989, p. 73-74).

Para os jovens, cuja experiência passada é breve e cujo futuro está todo por construir, a inexistência de mediações e o progressivo afrouxamento das relações sociais, a que estão expostos, parece resultar numa vivência cujo impacto é aterrador. Submetidos a um jogo no qual as regras em permanente mutação nunca são

previamente conhecidas, qual é o horizonte possível? O horizonte juvenil pode deslocar-se para o passado, numa visada retrospectiva, ou para a transgressão das normas do jogo em desuso cujo funcionamento é conhecido.

Qual é o projeto da sociedade brasileira para a educação das gerações mais novas? Permissivas na aparência, despóticas na raiz, o que suas instituições têm feito quando as pretensas intervenções *educativas* falham? Nos anos 1950, apelou-se para a moral e os bons costumes piedosos. Depois, apelou-se para o psicólogo. Isso, na classe média. Das camadas empobrecidas e miseráveis sempre se soube o destino social: não houve projeto civilizatório que as incluísse.

Filhos da omissão, os jovens brasileiros são candidatos a quê? Filhos da permissividade autoritária, são educados para quê? Filhos da despótica razão embrutecida, são formados para quê? Para um suposto lugar social do qual são excluídos antes mesmo da maturidade? Levantamentos apontam jovens, entre 15 e 29 anos, como a faixa etária mais atingida pela morte por causas violentas: homicídios, acidentes e suicídios. Os mesmos levantamentos indicam que os jovens de classe média vêm sendo *incluídos* nessas estatísticas (MORGADO, 2002 b).

Porém, como se viu, é mais no noticiário policial que nas páginas acadêmicas que jovens da classe média podem ser localizados. Não é sem estupefação que os autores das matérias jornalísticas comentam o envolvimento desses jovens no tráfico de drogas, em crimes contra o patrimônio e em crimes contra a vida. É o que se lê na reportagem denominada *Crise de valores leva classe média ao crime*, diz antropólogo (Folha de S. Paulo, 21/02/2000, 1-7). Na visão usual, jovens que têm suas necessidades fundamentais atendidas não teriam motivos para praticar esses tipos de transgressão.

Entretanto, o predomínio do biológico sobre o histórico, do instintual sobre o social, têm correspondência nos funcionamentos subjetivos individual e coletivo orientados para a descarga imediata de impulsos primitivos. A expressão desse funcionamento psíquico – comum aos seres humanos, em geral, e não aos desvalidos, em particular – parece ganhar em recorrência quanto mais são atrofiadas as instâncias mediadoras da vida social (MORGADO, 2001). Em termos psicossociais, as práticas transgressivas de jovens da classe média podem, então, ser entendidas como

decorrentes da descarga destrutiva sem a mediação dos processos psíquicos secundários, que refreiam e sublimam a descarga pulsional imediata.

A regulação imperceptível, sem regras explícitas, exercida pelo aparato de que se valem as elites privilegiadas política e economicamente, caminha no sentido inverso ao da civilização: resulta na opressão tanto mais eficaz quanto mais dissimulada em liberação. Como mostrou o criador da Psicanálise, o sofrimento social produz o mal-estar do indivíduo.

Em circunstâncias que lhe são favoráveis, quando as forças mentais contrárias que normalmente a inibem se encontram fora de ação, ela (a inclinação para agressão) também se manifesta espontaneamente e revela o homem como uma besta selvagem, a quem a consideração para com sua própria espécie é algo estranho (FREUD, 1930, v. XXI, p. 133-134).

Em 11 de setembro de 2001, a destruição das duas torres do World Trade Center, em Nova York, e de parte do Pentágono, em Virgínia, levou o governo dos Estados Unidos da América do Norte a iniciar ofensiva militar contra o Afeganistão, país do oriente médio onde estaria sediada a liderança supostamente responsável pelos ataques. Com a chancela política da maior parte das autoridades governamentais do planeta, jovens foram mandados para um combate genocida cujas maiores vítimas foram adultos e crianças afegãos famintos.

Na manhã de 20 de março de 2002, a despeito do veto da maioria dos países integrantes do Conselho de Segurança das Nações Unidas (ONU), da oposição da maioria dos governos de todas as nações do planeta, do repúdio do Vaticano e a despeito do rechaço dos milhões de participantes da maior manifestação popular mundial de que já se teve notícia, o governo dos Estados Unidos da América do Norte iniciaram uma ofensiva militar contra o Iraque, também situado no oriente médio, a pretexto de ali instaurar a democracia.

Ao abordar que a repetição de eventos na história da humanidade é apenas aparente, Karl Marx (1978, p.17) considera que “Hegel observa em uma de suas obras que todos os fatos e personagens de grande importância na história do mundo ocorrem, por assim dizer, duas vezes. E esqueceu-se de acrescentar: a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa”.

A reconhecida crueldade do extermínio em massa e as chagas sociais deixadas pelo holocausto nazista ainda não parecem ter alcançado a força pedagógica de conter o recurso ao imediatismo militarizante, como meio de resolução finalista dos conflitos políticos. Quais lições a sociedade ocidental poderá extrair dos recentes episódios belicosos maniqueístas anticivilização, nos quais novamente os jovens são ordenados a matar com requintes de sofisticação tecnológica? Auschwitz está se repetindo como farsa trágica e as consequências disso para a educação das novas gerações são, talvez, bem mais óbvias do que se poderia supor.

No campo político democrático, à direita e à esquerda, há mais de um século essa obviedade está sendo enfatizada por intelectuais e militantes, do movimento operário, dos movimentos sociais, do movimento sindical e dos partidos políticos. No momento em que a Segunda Grande Guerra Mundial do Século XX era iminente, Harold J. Lascki refletiu sobre o que estava levando ao fracasso da Paz de Versalhes:

Não o previram; e, no entanto, estava escrito na história do liberalismo. Como doutrina, era, efetivamente, um subproduto do esforço da classe média para ganhar o seu lugar ao sol. Ao realizar sua emancipação, esqueceu não menos completamente que, para seus predecessores, que as reivindicações de justiça social não estavam esgotadas com sua vitória (LASCKI, 1973, p. 183).

O contexto considerado, em vez de apontar para uma crise de valores, revela que a transgressão juvenil na classe média brasileira mais parece sintonizada com o esgotamento civilizatório das propostas sócio-educativas burguesas contemporâneas. Tais propostas ascenderam e se globalizaram em contraposição ao ideário burguês ocidental predominante no período iluminista, que enfatizava a universalização dos valores democráticos de liberdade, igualdade e fraternidade.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, H. W. (1997). Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo: nº 5/6, p. 25-36.

ADORNO, T. W. (1994). Educação após Auschwitz. IN: COHN, G. (Org.). **Theodor W. Adorno. Sociologia**. Trad. de Flávio R. Kothe e outros. 2ª ed. São Paulo: Ática, V. 54, p. 33 a 45.

CARMO, P. S. (2001). **Culturas da rebeldia: a juventude em questão**. São Paulo: Ed. Senac.

COHEN, A. K. (1968). **Transgressão e controle**. Trad. de Miriam L. Moreira Leite. São Paulo: Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais.

ERIKSON, E. H. (1976). **Infância e sociedade**. Trad. de Gildásio Amado. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

\_\_\_\_\_. (1987). **Identidade, juventude e crise**. Trad. de Álvaro Cabral. 2ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara.

FREUD, S. (1914). Algumas reflexões sobre a psicologia do escolar In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Trad. de Órizon Carneiro Muniz. Rio de Janeiro: Imago, 1980, V. XVIII, p. 281-288.

\_\_\_\_\_. (1930). O mal-estar na civilização. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Trad. de José Octávio de Aguiar Abreu. Rio de Janeiro: Imago, 1980, V. XXI, p. 73-171.

HORKHEIMER, M. **Eclipse da razão**. (1976). Trad. de Sebastião Uchoa Leite. Rio de Janeiro: Editorial Labor do Brasil,

IANNI, O. (1968). O jovem radical. **Sociologia da juventude**. Rio de Janeiro: Zahar, V. 01, p. 225-241.

LASCH, C. (1983.) **A cultura do narcisismo: a vida americana numa era de esperanças em declínio**. Trad. de Ernani Pavaneli Moura. Rio de Janeiro: Imago.

LASKI, H. J. (1973). **O Liberalismo Europeu**. Trad. de Álvaro Cabral. São Paulo: Ed. Mestre Jou.

MAGALHÃES, M. Crise de valores leva classe média ao crime, diz antropólogo. **Folha de São Paulo**, 21/02/2000, 1-7.

MARCUSE, H. (1969). **Eros e civilização: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud**. Trad. de Álvaro Cabral. 4ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores,.

MARX, K. (1978). **O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann**. Trad. de Leandro Konder e Renato Guimarães. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

MORGADO, M. A. (2002). **Da sedução na relação pedagógica: professor-aluno no embate com afetos inconscientes**. 2ª ed. São Paulo: Summus.

\_\_\_\_\_. (2002). Segurança nas universidades públicas: um caso para a polícia? **Universidade e Sociedade**. Brasília: ANDES, Ano XI, nº 26, p. 65-72 .

NICOLACI-DA-COSTA, A. M. (1987). **Sujeito e cotidiano: um estudo da dimensão psicológica do social**. Rio de Janeiro: Campus.

RORTY, R. (1989). **Contingence, irony and solidarity**. Cambridge, R. U.: Cambridge University Press.

ROUANET, S. P. (1987). **As razões do iluminismo**. 1ª imp. São Paulo: Companhia das Letras.

RUSSELL, B. (1977). **História da Filosofia Ocidental**. Trad. de Brenno Silveira. 3ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, V. III.

SAYÃO, R. Filhos devem se transformar em seus próprios pais. **Folha de São Paulo**, 09/11/2002, C-3.

SENNETT, R. (1999). **A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Trad. de Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Record.

SKINNER, B. F. (1973). **O mito da liberdade**. Trad. de Leonardo Goulart e Maria Lúcia Ferreira Goulart. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bloch Editores.

SNYDERS, G. (1978). **Para onde vão as pedagogias não-directivas?** Trad. de Ruth Delgado. 2ª Ed. Lisboa: Moraes Editores.

WRIGHT MILLS, C. (1951). **A nova classe média**. Trad. de Vera Borda. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

# AVALIAÇÃO DAS ROTAS DE FUGA E SAÍDAS DE EMERGÊNCIA DOS EDIFÍCIOS COMERCIAIS ALTOS EM CUIABÁ/MT

*Alessandro Borges Ferreira<sup>1</sup>*

## RESUMO

As saídas de emergência, uma medida de proteção passiva nos projetos de segurança contra incêndio, são funcionais durante o uso normal da edificação além de cumprirem ao seu principal objetivo que é o movimento de evacuação seguro e rápido da sua população. Através de estudos de casos de edifícios comerciais altos ( $h > 30,00\text{m}$ ) em Cuiabá/MT, e comparando diversas variáveis às exigências de aplicação da norma referente às saídas de emergência de edifícios em vigor - NBR 9077/2001, detectou-se irregularidades que poderiam, de alguma forma, afetar a proteção humana no momento da ocorrência de uma emergência.

**Palavras-chave:** *Incêndio - escadas de emergência - prédios altos.*

## ABSTRACT

Emergency exits, a measure of passive protection in the design of fire safety, are functional during normal use of the building in addition to fulfilling its main objective which is moving fast and safe evacuation of the population. Through case studies of tall buildings ( $h > 30.00\text{ m}$ ) in Cuiabá/MT, and comparing different variables to the standard application requirements relating to emergency exits of buildings in force - NBR 9077/2001, we detected irregularities that could somehow affect the human protection at the time of occurrence of an emergency.

**Keywords:** *Fire - emergency exits - tall buildings.*

---

<sup>1</sup> Tenente Coronel do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso, graduado em Engenharia Sanitária Ambiental/UFMT, especialista em Administração com Ênfase em Inteligência de Segurança Pública pela FAECC/UFMT e Especialista de Gestão Organizacional em Segurança.

## INTRODUÇÃO

As questões relacionadas com a segurança contra incêndio das edificações refletem uma preocupação cada vez mais presente tanto para os profissionais projetistas quanto para os usuários das diversas tipologias ocupacionais. Isto porque os incêndios, em sua maior parte, são causados pelo que chamamos de comportamento de risco, isto é, “[...] um conjunto de atos cometidos pelo ser humano, por imprudência, imperícia ou negligência, que vem desencadear a ocorrência de incêndio.” (MELO, 1999). O desconhecimento dos reais riscos de incêndio e o descaso na previsão de medidas de segurança são as duas principais causas da ocorrência de incêndio.

“O incêndio pode surgir por várias razões, mas cujas causas mais comuns são: as causas fortuitas e as acidentais.” (GOMES, 1998).

Devido a evolução da tecnologia, a preocupação com os incêndios aumenta. A utilização de grandes áreas de compartimentação, do emprego de fachadas envidraçadas e na incorporação acentuada de novos materiais combustíveis aos elementos construtivos, aliadas ao número crescente de instalações e equipamentos de serviço, introduzem riscos de incêndio que há décadas atrás não existiam.

Melo (1999) enfatiza que “ainda há um grande número de incêndios provocados devido à ação pessoal, seja por causa acidental ou intencional, e também os causados por fenômenos termelétricos, onde se julga também de responsabilidade humana.”

As alterações do mundo moderno, segundo Seito (1996):

[...] o adensamento urbano, a verticalização das edificações, o crescimento das indústrias, a construção de grandes centros de aglomeração humana para compras e lazer, a utilização de novas técnicas de construção e de materiais, e o consumo crescente de energia elétrica e gás [...], fazem com que o homem se preocupe com o crescimento do número de incêndios que pode vir a ocorrer.

“A segurança contra incêndio nos edifícios deve ser considerada desde a concepção e desenvolvimento do anteprojeto do edifício, passando pelo projeto e construção/execução, e adentrando as fases de operação e manutenção.” (ALVES, 2005). Isto é, segundo Berto (1998), “a segurança contra incêndio é um objetivo a ser

perseguido durante todas as etapas desenvolvidas no processo produtivo e uso do edifício.”

Hoje, constroem-se edifícios cada vez mais altos, e conseqüentemente mais populosos, demonstrando, assim, uma atenção especial no que diz respeito à evacuação segura do edifício.

Segundo Alves (2005), “entre as medidas protetoras estão as rotas de escape, ligadas às saídas de emergência, tendo como objetivo principal o movimento da evacuação seguro e rápido da população de edificações”, principalmente as altas.

Chama atenção a respeito do risco em ambientes diferenciados, onde também este é elevado em função das características da edificação. Um desses tipos de edificações, cujo número está em crescimento explosivo atualmente, são os edifícios comerciais.

Vários edifícios comerciais não possuem sistemas de proteção contra incêndios apropriados, principalmente os mais antigos, expondo seus usuários a um grande risco. Através da observação, pode-se distinguir perigos potenciais como: em primeiro lugar, o próprio usuário; sistemas elétricos e de energia em geral; incêndios intencionais ou criminosos; sistemas de aquecimento e/ou refrigeração; outros, e/ou de origem desconhecida.

As saídas de emergência são medidas de proteção passiva em relação à segurança contra incêndio, consideradas meio de escape da população. Esta saída deve acontecer de forma segura e rápida, de qualquer ponto do edifício até um local seguro.

Saída de emergência ou rota de saída de emergência ou de desocupação de uma edificação é um caminho contínuo, devidamente protegido, sinalizado e iluminado, constituído por portas, corredores, vestíbulos, escadas, rampas, saguões, passagens externas, etc., a serem percorridos pelos ocupantes, por seus próprios meios, em caso de incêndio ou de uma outra emergência, a partir de qualquer ponto da edificação, até atingir a via pública ou outro espaço externo definitivamente seguro. (BRENTANO, 2007).

A partir da definição do problema, observa-se que vidas não estão devidamente protegidas em edifícios na ocorrência de incêndios devido a um fator, entre outros, em especial, ao não cumprimento das normas pelos edifícios em relação às rotas e saídas de emergência, sendo esta a medida protetora ligada diretamente ao escape da população fixa e flutuante do prédio.

Eventos como os incêndios nos edifícios Andraus (1972, 16 mortes e 330 feridos), Joelma (1974, 188 mortes e 300 feridos), entre outros, demarcaram sobremaneira um novo período de preocupação com a segurança contra incêndios nas edificações. Segundo Brentano (2007):

Foram incêndios em que centenas de pessoas perderam a vida, danos materiais incalculáveis, perda de documentos importantes e geraram uma fobia coletiva do fogo nas grandes edificações. Por sua vez, geraram também uma preocupação, embora tardiamente, por parte dos governos federal, estaduais e municipais, assembleias legislativas, câmaras municipais, conselhos de profissionais, entidades civis, corpo de bombeiros, etc.; com a segurança nas edificações de uma forma geral.

Os dois incêndios, pela semelhança dos acontecimentos e proximidade espacial e temporal, acabaram expondo as feridas escondidas pela cidade e mostraram o perigo que muita gente corre sem saber. No mesmo ano da ocorrência do incêndio no Joelma, a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) aprovou a norma brasileira *NB 208: Saídas de emergência em edifícios altos*.

As edificações altas vêm se tornando uma grande preocupação por parte do Corpo de Bombeiros Militar de Mato Grosso - CBMMT, visto que Cuiabá, nas últimas décadas, vem sofrendo uma grande verticalização urbanística.

Mas quando uma edificação é considerada alta? A NBR 9077 (2001) - *Saídas de emergência em edifícios* - considera altas as edificações com altura superior a 30 metros, medida da soleira da porta de entrada da edificação até a soleira de entrada do piso do último pavimento, ou situadas em locais onde é impossível o acesso de viaturas de bombeiros, desde que sua altura seja maior que 12m.

Dentro desse contexto, observou-se que os escritórios administrativos/comerciais de Cuiabá passaram a se concentrar em edificações altas.

A Avenida Historiador Rubens de Mendonça ou CPA, como é mais conhecida, é considerada hoje o grande corredor de negócios da capital. Localizada na Região Norte da capital mato-grossense, seu início é no cruzamento da Av. Tenente Coronel Duarte com Av. Mato Grosso, e termina no cruzamento com a Av. Senador Jonas Pinheiro. Ao todo, são 7,8km de extensão. O trecho que compreende todos os edifícios comerciais altos tem 800m, entre os bairros Consil e Jardim Aclimação. Estes edifícios constituem a amostragem analisada no presente trabalho, totalizando 7 edificações.

Apesar de não se ter registros de incêndios de médio e grande porte nos edifícios de Cuiabá, através da observação pode-se verificar que um grande número deste tipo de estabelecimento não cumpre as normas vigentes atuais, entre elas a NBR 9077:2001 – *Saídas de emergência em edifícios*.

Portanto, detectar os problemas e irregularidades mais comuns encontrados nas saídas de emergência das edificações de grandes alturas, comparando às exigências de aplicação da NRB 9077:2001, se faz extremamente necessário para a implantação e/ou adequação de medidas de segurança contra incêndio aos meios de escape, protegendo com maior eficácia a vida de sua população.

## 1 METODOLOGIA DA PESQUISA

Para análise das rotas e saídas de emergência das edificações utilizadas na amostragem, foram definidas as seguintes variáveis:

Para o cálculo da população, altura descendente, e definição do número de saídas de emergência e tipo de escada:

- Área construída total e por pavimento;
- Número de pavimentos;
- Pé-direito dos pavimentos.

Para análise das escadas enclausuradas à prova de fumaça:

- Presença de antecâmara;
- Presença de dutos de entrada e saída de ar;
- Presença de portas corta-fogo, com fechadura ou barra antipânico;
- Sentido de abertura das portas;
- Fechamento das portas / presença de obstruções;
- Presença de corrimãos em ambos os lados e altura;
- Larguras da escada e patamar;
- Altura de pisos e largura de espelhos de degraus;
- Diferenças entre degraus (altura e largura) no mesmo lanço;

Para análise das rotas e descargas:

- Presença de obstruções na rota;
- Ligação descarga-subsolo;

- Distância real até via pública.

Além dessas, faz-se necessário, tanto nas escadas, quanto nas rotas, a análise quanto:

- Presença de iluminação e sinalização de emergência;
- Presença de iluminação natural.

Todas as variáveis foram reunidas em um *Checklist* estruturado previamente e utilizado nos levantamentos “in loco”, realizados em agosto do corrente ano.

Além disso, contou-se também com análise de plantas e memoriais descritivos constituintes do Processo de Segurança Contra Incêndio e Pânico – PSCIP – das edificações da amostragem.

A ordem de levantamento foi aleatória, e por questão de privacidade das construtoras proprietárias das edificações, não serão mencionados os nomes.

## 2 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Mesmo com os Processos de Segurança Contra Incêndio e Pânico – PSCIP’s dos edifícios aprovados já na vigência da NBR 9077, que está em vigor desde 1993, segundo informações do Corpo de Bombeiros Militar de Mato Grosso (CBMMT), nenhum deles contém Alvará de Segurança Contra Incêndio e Pânico, demonstrando que apesar do projeto contemplar todos os itens de segurança preconizados pela legislação estadual e NBR’s, na execução o mesmo não acontece. Muitas vezes, medidas preventivas do Sistema Global de Segurança contra Incêndio não são executadas na edificação.

Todas as edificações analisadas têm que ter seu dimensionamento para rotas e saídas de emergência de acordo com a NBR citada.

Através dos PSCIP’s analisados pôde-se adquirir as áreas construídas das edificações (total e por pavimentos) e o pé-direito dos pavimentos, tornando possível o cálculo da altura descendente, e conjuntamente com as tabelas da NBR 9077 (2001), o cálculo da população.

Conseqüentemente, temos o dimensionamento das saídas de emergência. Estes dados e resultados são discriminados na Tabela 01.



**Tabela 01**

Número de pavimentos, área construída total (A.C.T.), altura descendente estimada, e população calculada dos edifícios estudados

DIF.	Nº PAVIMENTOS	A.C.T. (m <sup>2</sup> )	ALTURA ESTIMADA (m)	OP.
	Térreo + Pilotis + 15 Pav. Tipo (+ 2 subsolos)	9.699,51	48,30	1233
	Térreo c/ sobreloja + 14 Pav. Tipo (+ subsolo)	6.987,00	45,40	916
	Térreo c/ sobreloja + 14 Pav. Tipo (+ subsolo)	8.003,12	45,40	914
	Térreo c/ sobreloja + 21 Pav. Tipo (+ 3 subsolos)	19.822,37	68,10	1930
	Térreo + 12 Pav. Tipo (+ subsolo)	14.615,20	37,20	1.442
	Térreo c/ sobreloja + 16 Pav. Tipo (+ 2 subsolos)	14.470,82	49,35	1.306
	Térreo c/ sobreloja + 13 Pav. Tipo (+ 2 subsolos)	10.638,55	42,75	979

A NBR 9077 (2001), através de suas tabelas, especifica que esses edifícios:

- devem conter, no mínimo, 1 saída de emergência;
- que a escada destinada a esse fim deve ser enclausurada à prova de fumaça;
- a distância máxima percorrida deve ser de 30,00m para as edificações com uma única saída, e 40,00m, para edificações com mais de uma saída.

A Tabela 02 apresenta as variáveis analisadas dos edifícios e as relaciona com o preconizado pela norma brasileira NBR 9077 (2001).

**Tabela 02**

Tipo e dimensionamento das escadas de emergência dos prédios visitados, conforme atendimento à NBR 9077 (2001)

VARIÁVEIS	EDIFÍCIOS							Total (%)
	1	2	3	4	5	6	7	
Tipo de escada (enclausurada à prova de fumaça)	A	A	A	A	A	A	A	100,00
Dimensionamento das escadas de emergência	N	N	N	N	N	N	N	0
- Proporcional à população estimada	A	A	A	A	A	A	A	100,00
- Altura do degrau	A	A	N	A	A	A	A	85,71
- Largura do degrau	N	N	N	N	N	A	N	14,29
- Diferença entre degraus do mesmo lanço	N	A	A	A	N	N	A	57,14
- Número de degraus no lanço	A	A	A	A	N	A	A	85,71
- Largura do patamar	A	A	A	N	A	N	A	71,43
- Corrimãos - altura	A	A	N	A	N	A	N	71,43
- Corrimãos - ambos os lados	A	A	A	A	A	A	A	100,00

Onde: A = atende à NBR 9077 (2001)      N = não atende à NBR 9077 (2001)

A partir do exposto pela Tabela 02, observa-se que nenhuma das edificações estudadas cumpre à risca o especificado pela NBR 9077 (2001) no dimensionamento das escadas enclausuradas à prova de fumaça. Isso é um dado alarmante, pois o descumprimento desta norma brasileira acaba por colocar em risco a população presente na edificação no momento da emergência, principalmente se esta for um incêndio.

Em geral, os problemas apresentados pela Tabela 02 demonstram a total desconsideração da norma no momento do planejamento dos projetos de arquitetura, que acabam por afetar a segurança contra incêndio e pânico. Apesar de todas as edificações estarem de acordo com a NBR 9077 (2001) quanto ao cálculo da escada de emergência em relação ao número da população do edifício, o dimensionamento inadequado de degraus, lanços e patamares acabam por desaprovar a escada de emergência. Destacamos a largura real dos degraus, onde apenas 01 (14,29%) edificação atende ao prescrito na norma.

Apesar da não obrigatoriedade pela norma, o CBMMT exige que os corrimãos sejam contínuos em toda a sua extensão, incluindo-se os patamares. Sendo assim, mesmo todas as edificações terem cumprido a NBR 9077 (2001) quanto à existência de corrimãos de ambos os lados do lanço da escada, indicamos que apenas 2 (28,57%) das edificações teriam a concordância da instituição que aprova os projetos de segurança contra incêndio.

Esse dado não consta na Tabela 04, pois não pertence aos critérios preteridos pela norma indicada como base para o estudo.

Destacamos ainda mais uma falha no momento de concepção do projeto de arquitetura. Segundo a NBR 9077 (2001) o lanço mínimo de uma escada deve ser de 3 degraus. Uma das edificações analisadas contém 2 degraus ingrauxidos no patamar de mudança de direção, o que provavelmente acarretaria a queda das pessoas que estariam recorrendo à saída de emergência no momento do sinistro.

Na Tabela 03 observamos que 100% das edificações comprometem a finalidade das escadas de enclausuradas à prova de fumaça através do mau/não fechamento das suas portas de acesso às antecâmaras e às caixas de escadas, e do uso inadequado destes ambientes.

**Tabela 03**

Corredores de acesso, portas e antecâmaras das escadas de emergência dos prédios visitados, conforme atendimento à NBR 9077 (2001)

VARIÁVEIS	EDIFÍCIOS							Total (%)
	1	2	3	4	5	6	7	
Largura das saídas (corredores de acesso à escada)	A	A	A	A	N	A	A	85,71
Portas das escadas de emergência	N	N	N	N	N	N	N	0
- Largura das portas	A	A	A	A	N	A	A	85,71
- Fechamento das portas	N	N	N	N	N	N	N	0
Antecâmaras	A	N	N	A	N	A	N	42,86
- Portas corta-fogo	A	A	A	A	A	A	A	100,00
- Duto de ventilação – entrada de ar	A	N	N	A	N	A	A	57,14
- Duto de ventilação – saída de ar	A	A	A	A	A	A	A	100,00
Sentido de abertura das portas nas escadas	A	A	A	A	A	A	A	100,00
Obstruções físicas nas escadas	N	N	N	N	N	N	N	0

Onde: A = atende à NBR 9077 (2001) N = não atende à NBR 9077 (2001)

Foi presenciado que todas as edificações fazem mau uso de suas antecâmaras e caixas de escadas, utilizando-as em alguns pavimentos como depósitos, lixeiras e até mesmo uma pequena copa para descanso de funcionários.

A NBR 9077 (2001) proíbe qualquer tipo de recurso que impeça o total fechamento das portas de antecâmaras e caixas de escadas no momento do incêndio. Em todas as edificações observamos portas completamente abertas, com ou sem calços, ou casos em que os dispositivos mecânicos e automáticos não fazem mais o completo fechamento. Uma das edificações analisadas não possui fechadura antipânico nas portas das escadas.

Na Tabela 04, observa-se que 100% das edificações atendem ao preconizado na norma em relação ao número de saídas e dimensionamento das mesmas na descarga. Infelizmente, o mesmo não acontece com a ligação descarga/subsolo, as obstruções físicas ao longo da rota e o sentido de abertura das portas.

Apenas 2 (28,57%) das edificações têm a saída da caixa de escada obrigatoriamente no térreo (pavimento de descarga).

Sendo assim, na hora da emergência, a população da maioria das edificações estão propensas à descer diretamente ao subsolo, impedindo o escoamento dela para fora do edifício.

Quanto à obstrução física, apenas 3 (42,86%) das edificações têm livre passagem a partir da porta das salas comerciais até as portas de saída na descarga. O maior agravante dos prédios que não atendem a esse quesito foi encontrado no pavimento de descarga, onde, depois da aprovação dos projetos de segurança contra incêndio e pânico pelo CBMMT, foram incluídas catracas para controle de passagem de pessoas. Isso pode vir a interferir profundamente no escoamento das pessoas no momento da emergência de incêndio, visto que possivelmente o local estará escuro, cheio de fumaça e a população flutuante não conhece as particularidades do edifício.

Em um dos prédios analisados, além das catracas, a rota da saída na descarga foi alterada com a utilização de divisória de vidro temperado. A saída que antes era em linha reta da porta da escada à porta de saída, agora obriga o usuário a deslocar-se para uma das laterais do salão, e depois retornar rumo à saída de emergência.

Destacamos que não há qualquer sinalização da rota, e que o vidro temperado pode vir a ser quebrado pela população em pânico e piorar ainda mais a situação de emergência.

O sentido de abertura das portas de todas as edificações não atende o prescrito na norma. A NBR 9077 (2001) cobra que as portas se abram no sentido do fluxo de saída. Isto acontece em 100% dos casos nos acessos às antecâmaras e caixas de escada, assim como no pavimento de descarga.

Entretanto, todas as portas de saída de emergência no térreo (piso de descarga) das mesmas edificações estão abertas contra o fluxo.

Quanto à distância máxima a ser percorrida, a grande maioria (85,71%) das edificações estão de acordo com a norma, sendo que a única em desacordo tem a distância entre a porta da última sala comercial e a antecâmara de 34,00m.

**Tabela 04**

Análise da descarga, distância máxima a ser percorrida e sentido de abertura das portas das saídas de emergência dos prédios visitados, conforme atendimento à NBR 9077 (2001)

VARIÁVEIS	EDIFÍCIOS							Total (%)
	1	2	3	4	5	6	7	
Número de saídas de emergência (descarga)	A	A	A	A	A	A	A	100,00
Dimensionamento das saídas de emergência (descarga)	A	A	A	A	A	A	A	100,00
Obstrução física na rota (descarga)	A	A	A	N	N	N	N	42,86
Ligação descarga/subsolo	N	N	N	A	N	N	A	28,57
Distância máxima a ser percorrida	A	A	A	A	N	A	A	85,71
Sentido de abertura das portas da rota	N	N	N	N	N	N	N	0

Onde: A = atende à NBR 9077 (2001) N = não atende à NBR 9077 (2001)

A Tabela 05 completa o estudo das saídas de emergência das edificações demonstrando que a 57,14% dos edifícios possuem sistema de iluminação de emergência, sendo ela através de blocos autônomos ou centrais com gerador e baterias. Nenhum dos edifícios possui sinalização de emergência adequada, sendo que na grande maioria, ela inexistente por completo. A deficiência, ou inexistência, de iluminação e sinalização de emergência dificulta a locomoção da população na hora da emergência, principalmente para a flutuante, além de aumentar o tempo para desocupação do prédio. A iluminação natural na escada não é um item obrigatório pela NBR 9077 (2001), mas se faz presente em 6 dos edifícios estudados, sendo que apenas a metade (50%) deles está em total acordo com a norma, tanto no dimensionamento quanto nos materiais utilizados.

**Tabela 05**

Iluminação e sinalização das saídas de emergência dos prédios visitados, conforme atendimento à NBR 9077 (2001).

VARIÁVEIS	EDIFÍCIOS							Total (%)
	1	2	3	4	5	6	7	
Iluminação nas saídas de emergência	A	N	N	A	N	A	A	57,14
Sinalização nas saídas de emergência	N	N	N	N	N	N	N	0
Iluminação natural das escadas	N	N	N	A	A	A	-	42,86

Onde: A = atende à NBR 9077 (2001) N = não atende à NBR 9077 (2001)

A NBR 9077 (2001) traz ainda a obrigatoriedade de instalação de elevador de emergência em edifícios a partir de 20 pavimentos. O único edifício da amostragem com 21 pavimentos atende a esta exigência, contendo um elevador de emergência na sua antecâmara.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A situação das rotas e saídas de emergência dos edifícios comerciais altos da Av. do CPA, em Cuiabá/MT, em relação ao cumprimento da norma de segurança em vigência – NBR 9077 (2001), é extremamente preocupante.

Através de dados obtidos dos PSCIP's no CBMMT, e principalmente dos levantamentos "in loco", concluímos que, apesar das rotas de saídas de emergência de todas as edificações serem devidamente calculadas para sua população e conterem escada enclausurada à prova de fumaça, nenhuma das edificações está de acordo com o preconizado pela norma.

Os motivos deste descumprimento vão desde a desconsideração da norma nos projetos de arquitetura e de segurança contra incêndio e pânico, alterações do projeto no momento da execução, até o desconhecimento da população quanto à correta utilização e manutenção das saídas de emergência e dos riscos acarretados por sua má utilização.

Destaca-se ainda, que nenhum dos edifícios estudados contém Alvará de Segurança contra Incêndio e Pânico e o não cumprimento da NBR 9077 (2001) é uma das causas.

Inúmeros itens identificados na pesquisa em campo que não correspondem ao preconizado pela NBR 9077 (2001) podem não impedir o movimento de evacuação, mas tornam-se empecilhos em relação ao tempo gasto e aos ferimentos que podem causar às pessoas. Sabe-se que mudanças estruturais em edificações desse porte já construídas são muito difíceis, algumas vezes até impossíveis. Mas a adoção de algumas medidas simples, e que se configuram como recursos poderosos

no movimento de evacuação da população, podem ser adequadas sem impedimento visível, entre elas:

- a) acessos e escadas permanentemente livres de quaisquer obstáculos;
- b) portas que abram no sentido do fluxo de saída;
- c) dispositivos mecânicos e automáticos de portas corta-fogo de antecâmaras e escadas devidamente conservados;
- d) adequação da altura dos corrimãos;
- e) impedimento de comunicação direta da escada na ligação entre o piso de descarga e os pisos situados abaixo deste;
- f) balanceamento da altura e largura dos degraus no mesmo lanço;
- g) permanecer a área de descarga desimpedida de obstáculos;
- h) sinalização e iluminação adequadas em acessos, portas; e
- i) orientação e conscientização da população quanto ao correto uso e manutenção das rotas e saídas de emergência.

Dessa forma fica apresentada a situação e necessidade de aplicação e cumprimento dos regulamentos quanto às saídas de emergência em edifícios comerciais altos na cidade de Cuiabá/MT.

Recomenda-se para trabalhos futuros o desenvolvimento de estudos e pesquisas sobre esta e outras medidas preventivas contra incêndios em edificações, na busca de dados e resultados que possam de alguma maneira contribuir para a minimização, já que a eliminação total do risco de incêndios em edifícios é quase impossível. Sugere-se também o investimento em trabalhos de fiscalização, programas educativos de prevenção contra incêndio, entre outros, a fim de fortalecer, de fato, os códigos vigentes do Brasil.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, A. B. C. G. **Incêndio em edificações: a questão do escape em prédios altos em Brasília (DF)**. 2005. 205 f. Tese (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília/DF, 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9077 – Saídas de emergência em edifícios. Rio de Janeiro, 2001.

BERTO, A. F. **Gestão de segurança contra incêndio em edificações**. São Paulo: IPT, 1998.

BRENTANO, T. **A proteção contra incêndios no projeto de edificações**. Porto Alegre/RS: T Edições, 2007.

GOMES, A. G. **Sistemas de prevenção contra incêndios**. Rio de Janeiro: Interciência, 1998.

MELO, E. A. L. M. **Curso de instalações prediais de proteção contra incêndio**. Brasília/DF: FINATEC, 1999.



# O CORPO DE BOMBEIROS MILITAR, A DEFESA CIVIL E A CONSTITUIÇÃO DE 1988

*Paulo Eduardo de Carvalho Wolkmer<sup>1</sup>*

## RESUMO

O presente artigo objetiva apresentar aos leitores, uma síntese das aplicabilidades legais atinentes a profissão bombeiro militar e a sua correlação com a Defesa Civil em consonância com as legislações vigentes no país. Para tanto foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental onde, após analisadas as informações possibilitou-nos concluir que, no Brasil, existe uma preocupação da defesa da cidadania quando, cuidando dos consumidores de serviços públicos, o Código de Defesa do Consumidor, Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, no seu artigo 22, caput e parágrafo único, respectivamente, estabeleceu que "Os órgãos públicos, por si ou suas empresas, concessionárias ou sob qualquer outra forma de empreendimento, são obrigados a fornecer serviços adequados, eficientes, seguros e, quanto aos essenciais, contínuos". daí então deveremos reconhecer um direito público subjetivo do cidadão aos serviços de engenharia de prevenção e extinção de incêndios, busca e salvamento, bem como de defesa civil, entre nós, a cargo dos Corpos de Bombeiros Militares, tudo aliado a uma verdadeira educação comunitária.

**Palavras-chave:** *Corpo de Bombeiros Militar – Defesa Civil – Educação Comunitária.*

## ABSTRACT

This paper aims to present readers with an overview of the legal applicability relating to military firefighter profession and its correlation with the Civil Defense in accordance with existing laws in the country. It begins with a literature search and document where, after analyzing the information allowed us to conclude that in Brazil there is a concern of the defense of citizenship when taking care of consumers of public services, the Code of Consumer Protection, Federal Law No. 8078 of September 11, 1990, in Article 22, and sole paragraph, respectively, established that "Public bodies, themselves or their companies, utilities or any other form of investment are required to provide adequate services, efficient, safe and, as the essential, continuous ". so then we should recognize a subjective public right of citizens to engineering services for the prevention and firefighting, search and rescue and civil defense among us has the responsibility of the Fire Brigades Military, all combined with a true community education.

**Keywords:** *Military Fire Brigade - Civil Defense - Community Education.*

---

<sup>1</sup> Oficial Superior do Corpo de Bombeiros Militar de Mato Grosso, Especialista em Políticas Públicas e Gestão do Terceiro Setor.

## INTRODUÇÃO

O artigo 144 da Constituição Federal, inserido em Capítulo que cuida de segurança pública, no Título “Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas”, prevê a existência, na República Federativa do Brasil, de Corpos de Bombeiros Militares, com atribuições previstas em lei e missões de defesa civil.

Na temática da segurança pública, necessário é enfatizar que, pela sua importância para a cidadania, não se pode ficar ao sabor de sentimentos menores, de argumentos emocionais, porque ela deve ser pensada com a máxima racionalidade, uma vez que os órgãos elencados na referida norma constitucional, conforme a competência constitucional expressa para cada um deles, no todo ou em parte, exercem uma atividade jurídica, ou seja, a que diz respeito, na semântica constitucional vigente, à preservação da ordem pública, que é, assim, atividade essencial do Estado de Direito, da competência do Estado-Membro, como o são as três outras atividades jurídicas do Estado, isto é, a relativa à declaração do direito (atividade legislativa), a distribuição da justiça(atividade judiciária) e a defesa do Estado contra a agressão externa, como atividade das Forças Armadas, a cargo do poder Executivo Federal.

Devemos entender que “...o reconhecimento constitucional não está correto no Capítulo que cuida da **“Segurança Pública”**, porque os Corpos de Bombeiros Militares, em verdade, não executam missões de segurança pública, mas sim, no que diz respeito à **“Ordem Pública”**, cuidando da segurança da comunidade, nas suas atribuições próprias de força principal - e não de força auxiliar de quem quer que seja - voltada à prevenção e extinção de incêndios, como também de busca e salvamento...” (Álvaro Lazzarini).

### Síntese Histórica do Corpo de Bombeiros

É importante analisar a história das legislações que determinou a vida dos Corpos de Bombeiros no Império Romano (primeiro século de nossa era), quando foi criado, pelo que se tem notícia, a primeira organização voltada para o combate a

incêndios e outros sinistros, e, até se chegar ao Brasil passaram-se aproximadamente dezesseis séculos.

D. Pedro II com a sua perspicácia de grande estadista criou, na cidade do Rio de Janeiro, através da promulgação do Decreto Imperial nº 1.775 de 02 de julho de 1.856, o Corpo Provisório de Bombeiros da Corte (atual Corpo de Bombeiros do Distrito Federal) o embrião das demais Corporações do Brasil e que sempre foi independente desde sua criação. Finalmente em 1.881 o Decreto nº 8.837 de 17 de dezembro militarizou o Corpo de Bombeiros.

Vejamos alguns artigos interessantes do Decreto Imperial nº 1.775<sup>2</sup>.

Art. 2º - Enquanto não for definitivamente criado um Corpo de Bombeiros com organização conveniente, será o trabalho da extinção de incêndios, executado por operários dos Arsenais de Guerra da Marinha, de obras públicas e da casa de correção alistados, exercitados e comandados na forma abaixo indicada.

Art. 3º - Em cada uma das repartições mencionadas no Artigo antecedente, será criada ou organizada uma Seção de Bombeiros, composta dos operários que forem ágeis, robustos e moralizados, preferidos os mais adestrados em qualquer dos ofícios de machismo ou construção.

Art. 4º - As quatro seções citadas comporão o Corpo provisório de Bombeiros, para cujo comando será nomeado um Oficial Superior do Corpo de Bombeiros, que será o Diretor Geral do Serviço dos mesmos, vencendo por isso a gratificação que lhe for marcada ao decreto de sua nomeação.

Naquela época foi criado um Corpo de Bombeiros PROVISÓRIO e depois transformado em Corporação definitiva, (no Distrito Federal).

Entre as qualidades para ser bombeiro já previsto entre outras, a profissionalização, quando era preferido os operários que possuíam os “*ofícios machismos*” (mecânico) ou construção. O Comandante era um Oficial Engenheiro.

Em Mato Grosso, o Corpo de Bombeiros surgiu através da Lei nº 2.184 de 19 de agosto de 1964 (Diário Oficial de 25/08/64), no Governo do Dr. Fernando Corrêa da Costa, destinado para o serviço de extinção de incêndio e salvamento, mas somente a partir de janeiro e 1967 que passou a funcionar com o quadro de efetivo de 42 homens.

A Lei nº 2.421 de 08/09/65 dispunha sobre a constituição<sup>3</sup> do efetivo do Corpo de Bombeiros, dava outras providências à Polícia Militar do Estado de Mato

---

<sup>2</sup> Na transcrição das partes do decreto, foi mantido a ortografia da época.

<sup>3</sup> BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Atua. Emen. Nº 20.Saraiva. 1998.

Grosso. A seguir o Decreto nº 1.034 de 13/10/65 aprovou os Quadros de Efetivos e Organização, pormenorizada da Companhia Independente do Corpo da PM-MT.

Em princípio, a atuação do Corpo de Bombeiros implantou-se apenas na Cidade de Cuiabá ficando por instalar-se em Campo Grande e Corumbá, havia prioridades para as cidades, cujas prefeituras assinassem convênio com o Estado, comprometendo-se:

Construir ou adaptar imóveis que se tornassem necessário bem como pagamento e seus aluguéis e instalar válvulas de incêndios, de acordo com o plano a ser elaborado pela prefeitura, em colaboração com o Órgão Técnico.

Foi pensando em acelerar a implantação do Corpo de Bombeiros, que até então, o Governador Dr. Pedro Pedrossian, com seu espírito dinâmico, visando a construção de um “Novo Mato Grosso”, determinou que fosse colocado em funcionamento, o mais rápido possível, o atual Corpo de Bombeiros.

### **O Corpo de Bombeiros Militar e seus aspectos constitucionais**

A Constituição Federal<sup>4</sup> promulgada em 05 de outubro de 1988, trata de forma evidente os Corpos de Bombeiros Militares como unidades autônomas e desvinculadas da Polícia Militar, ou seja, como entidades independentes nos seguintes artigos:

Art. 144 - A Segurança Pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da Ordem Pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos<sup>5</sup> (...)

V - Polícia Militar e Corpos de Bombeiros Militares (...):

§ 5º - ... Aos Bombeiros Militares, além das atribuições definidas em Lei, incumbe a execução de atividades de Defesa Civil.

§ 6º - As Policias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares, Forças Auxiliares subordinam-se, juntamente com as Policias Civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

---

<sup>4</sup>BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Atua. Emen. Nº 20.Saraiva. 1998.

<sup>5</sup> Op. Cit.

(...) Art. 42 - São Servidores Militares Federais, os integrantes das Forças Armadas e Servidores Militares dos Estados, Territórios e Distrito Federal, os integrantes de suas Polícias Militares, e de seus Corpos de Bombeiros Militares.

§ 1º - As patentes, com prerrogativas, direitos e deveres a elas inerentes, são asseguradas em plenitude aos Oficiais da atividade, da reserva, ou reformados das Forças Armadas, das Polícias Militares dos Corpos de Bombeiros dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal, sendo-lhes privativos os títulos, postos e uniformes militares.

E assim sendo, é inequívoco afirmar que a intenção do legislador constitucional, ao especificar atribuições e tratar de forma individualizada os Corpos de Bombeiros Militares, é de que esta corporação desempenhe suas funções com autonomia administrativa e financeira assegurada, cabendo aos poderes constituídos deste Estado, ratificar os preceitos constitucionais, criando mecanismos propícios para vinculação através de modificações na Constituição Estadual no que refere-se ao Corpo de Bombeiro Militar colocando-o a frente do gerenciamento da Defesa Civil.

A Constituição do Estado de Mato Grosso<sup>6</sup>, trata do Corpo de Bombeiros Militar, através dos Art.: 39, 77, 82, 101, 141 e 144.

O artigo Art. 82 da C.E., assim define as missões do CBM-MT: - O Corpo de Bombeiros Militar, Instituição Permanente e Regular, organizada com base na hierarquia e na disciplina, e dirigida pelo Comandante Geral, compete:

- I - Realizar serviço de prevenção e extinção de incêndio;
- II - Realizar os serviços de proteção, busca e salvamento;
- III - Planejar, Coordenação e execução das atividades de Defesa Civil;
- IV - Estudar, analisar, exercer e fiscalizar todo serviço de segurança contra incêndio e pânico do Estado;
- V - Realizar perícia de incêndio relacionados com sua competência;
- VI - Realizar socorro de urgências;
- VII - Realizar pesquisa científicas no seu campo de ação;
- VIII - Desempenhar atividades educativas de prevenção de incêndios, pânico coletivos e de proteção ao meio ambiente.

Parágrafo Único - A escolha do Comandante Geral é de livre nomeação e exoneração pelo Governador do Estado, dentre os oficiais da ativa do Quadro de Oficiais Combatentes do último posto de carreira.

---

<sup>6</sup> MATO GROSSO. Constituição Estadual do Estado de Mato Grosso. 1990.

## **Missão do Corpo de Bombeiros Militar**

O Corpo de Bombeiros é um Órgão de Manutenção da Ordem Social, incumbido da prevenção e de combate a incêndio, resgate, busca e salvamento e de atendimento às calamidades públicas em geral (Defesa Civil), enfim, como a própria “mística bombeirística” sugere, vidas alheias e riquezas a salvar.

O Corpo de Bombeiros está para a Defesa Civil, assim como a Polícia Militar está para a Defesa Interna e as Forças Armadas para Defesa Territorial, são campos distintos e inconfundíveis da Segurança Nacional.

Art. 144 - Constituição Federal

§ 5º - ... aos Corpos de Bombeiros Militares, além das atribuições definidas em Lei, incumbe a execução de atividades de Defesa Civil<sup>7</sup>.

## **Principais aspectos da Ordem Pública**

O artigo 144 da CF de 1988<sup>8</sup>, ao prever um verdadeiro sistema nacional de segurança pública, associa esta, a segurança pública, à ordem pública, dispondo que:

“A segurança pública, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio...” .

Observamos que o constituinte de 1988 procurou valorizar só um dos aspectos ou elementos da ordem pública, que é o da segurança pública, ao nominar como sendo “Da Segurança Pública” o Capítulo III do Título V da Constituição de 1988, que trata “Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas”, quando, ao certo, segurança pública é conceito mais restrito do que o da ordem pública.

Ordem Pública, é certo, não é apenas a manutenção da ordem nas ruas, mas também, na lição de José Cretella Júnior, forma em Waline, Rivero, Paul Bernard e Vedel, a manutenção de uma certa ordem moral, o que é básico em direito

---

<sup>7</sup> BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Atua. Emen. Nº 20.Saraiva. 1998.

<sup>8</sup> BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Atua. Emen. Nº 20.Saraiva. 1998.

administrativo<sup>9</sup>, porque a ordem pública é constituída por um mínimo de condições essenciais a uma vida social conveniente, formando-lhes o fundamento à segurança dos bens e das pessoas, à salubridade e à tranqüilidade, revestindo, finalmente, aspectos econômicos(luta contra monopólios, açambarcamento e carestia) e, ainda, estéticos(proteção de lugares e monumentos).

### **Segurança Pública**

É o estado antidelitual, que resulta da observância dos preceitos tutelados pelos códigos penais comuns e pela lei das contravenções penais, com ações de polícia repressiva ou preventiva típicas, afastando-se, assim, por meio de organizações próprias, de todo perigo, ou de todo o mal que possa afetar a ordem pública, em prejuízo da vida, da liberdade ou dos direitos de propriedade das pessoas, limitando as liberdades individuais, estabelecendo que a liberdade de cada pessoa, mesmo em fazer aquilo que a lei não lhe veda, não pode ir além da liberdade assegurada aos demais, oferecendo-a. Segurança Pública é, assim, o conjunto de processos, políticos e jurídicos, destinados a garantir a ordem pública, sendo esta o objetivo daquela, no dizer de Diogo de Figueiredo Moreira Neto.

### **Tranquilidade Pública**

É aquela que diz respeito à segurança e ordem que devem reinar em sociedade, competindo à administração pública, dentro do poder de polícia, provê-la<sup>10</sup>, tendo amparo na lei penal (artigo 65 da Lei das Contravenções Penais).

Tranquilidade, do latim "*tranquilitas*" (calma, bonança, serenidade), exprime o estado de ânimo tranquilo, sossegado, sem preocupações nem incômodos, que traz às pessoas uma serenidade, ou uma paz de espírito. A tranquilidade, assim, revela a quietude, a ordem, o silêncio, a normalidade das coisas, que, como se faz lógico, não transmitem nem provocam sobressaltos, preocupações ou aborrecimentos, em razão dos quais se possa perturbar o sossego alheio. A tranquilidade, sem dúvida alguma,

<sup>9</sup> CAETANO, Marcelo. Princípios fundamentais do Direito Administrativo. Forense, 1ª ed. 1977, Rio de Janeiro, pág. 355.

<sup>10</sup> ROSA JR., Luiz Emydio F. da. **Manual de Direito Tributário e Direito Financeiro: Jurisprudência Atualizada**. 14ª ed. atual. e aum., Rio de Janeiro – São Paulo, Ed. Renovar, 2000.

constitui direito inerente a toda pessoa, em virtude do qual está autorizada a impor que lhe respeitem o bem-estar, ou a comodidade de seu viver.

### **Salubridade Pública**

Refere-se ao que é saudável, conforme as condições favoráveis à vida, certo que referindo-se às condições sanitárias de ordem pública, ou coletiva, a expressão salubridade pública designa também o estado de sanidade e de higiene de um lugar, em razão do qual se mostram propícias as condições de vida de seus habitantes. Precisamente por ser *pública* inscreve-se entre outros fatores de interesse geral, referindo-se ao atributo não só ao Estado, o poder público, como também aos destinatários, a coletividade, o público, beneficiados com as condições do meio em que e vivem. Desse modo, a administração tem o maior interesse - porque é um poder-dever de salvaguardar a salubridade pública de um lugar em que se localiza u agrupamento humano, combatendo sem cessar os fatores negativos que, presentes, possam conduzir ao estado que se denominaria, a *contrário sensu*, insalubridade pública ” .

Nesse caso, os *Corpos de Bombeiros Militares* também exercem a denominada *Polícia Edilícia*, quando das vistorias das construções e do bom ordenamento urbano, colaborando assim, na manutenção da salubridade pública.

### **O Corpo de Bombeiros Militar e a Defesa Civil**

O Corpo de Bombeiros Militar é um Órgão que tem a incumbência de realizar ações de prevenção e do combate a incêndio, busca e salvamento, resgate e coordenação das atividades de Defesa Civil, enfim, como a própria “*mística bombeirística*” sugere, vidas alheias e riquezas a salvar.

Os Corpos de Bombeiros Militares autônomos, são Órgãos Integrantes da Administração Pública, seja dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, integram o poder Executivo as normas e princípios jurídicos que regem as suas atividades, salientando-se aos princípios da legalidade, impessoalidade (finalidade), moralidade (Art. 37 da Constituição Federal).



Os Corpos de Bombeiros Militares se regem no moderno direito administrativo<sup>11</sup>, ramo do direito público interno que tem correspondência ao conjunto de princípios jurídicos, normatizando ou não, que determinam aos órgãos da administração pública e seus departamentos, as suas atividades, direitos e liberdade.

Aproveitando a definição do que seja “Ordem Pública” no trabalho publicado no livro Direito Administrativo da Ordem Pública (I), existirá quando estiver assegurada a tranquilidade pública, a Segurança Pública e a salubridade pública<sup>12</sup>.

Segurança Pública, como focalizado, integra o universo conceitual da Ordem Pública, sendo considerada um Estado antidelitual, que resulta da observância dos preceitos tutelados pelos Códigos Penais Comuns e pela Lei de Contravenção Penal, certo que as ações que promovem a segurança pública são ações policiais repressivas ou preventivas típicas, podendo resultar da simples ausência, mesmo que temporária dos direitos e contravenções penais.

Correto afirmar que a Ordem Pública tem na Segurança Pública um dos seus elementos e uma de suas causas, mas não única. É como as próprias definições jurídicas bem explicam e definem, as atividades dos Corpos de Bombeiros Militares se enquadram no conceito de tranquilidade pública e salubridade pública, e as Polícias Militares à segurança pública

### **O Direito Administrativo e o poder do Corpo de Bombeiros Militar**

O Desembargador Álvaro Lazzarini, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e Professor de Direito Administrativo<sup>13</sup>, bem define a necessidade de nascer instrumentos jurídicos para dar retaguarda a atividade dos CBMs. Abaixo descrevamos ideias e fundamentos do desembargador:

---

<sup>11</sup> CAETANO, Marcelo. Princípios fundamentais do Direito Administrativo. Forense, 1ª ed. 1977, Rio de Janeiro.

<sup>12</sup> Op. Cit.

<sup>13</sup> CAETANO, Marcelo. Princípios fundamentais do Direito Administrativo. Forense, 1ª ed. 1977, Rio de Janeiro.

Um dos mais importantes capítulos do Direito Administrativo, já o disse Marcelo Caetano, é o Poder de Polícia. Ele, encerra, praticamente, toda atividade coercitiva da Administração Pública, sendo portanto, necessário conhecê-lo para que o Administrador Público, Civil ou Militar, não se exceda na atividade de conter direitos dos administradores e estes saibam até onde vai a Lei, o real e o razoável permitam que aquele possa fazer alguma coisa, que cerceie os seus direitos<sup>14</sup>.

De acordo com o professor Caetano em Direito Administrativo e Prevenção de Incêndio<sup>15</sup>, o Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo, Lazzarini<sup>16</sup> teve oportunidade de salientar que, no incêndio é singular o trabalho dos bombeiros, os “Heróis do Fogo”, porque, de um modo geral ninguém quer entrar no fogo. Todos querem vê-lo apagado e quem tem a missão de apagá-lo é o bombeiro.

Na prevenção de incêndio, porém, afirmamos notícias que nos chegam, há disputas, querendo pessoas físicas ou jurídicas, estas de direito público ou de direito privado, impor as suas conveniências, as suas pretensões aos Bombeiros, desconsiderando a sua dignidade constitucional, da sua investidura legal, o que ocasiona, não raras vezes, inclusive, conflitos positivos de atribuições, envolvendo outros entre estatais, como União e Municípios em matéria de prevenção de incêndio.

Bombeiros realizam missões de Resgate, Busca e Salvamentos Aquáticos, trabalham nas enchentes, nos rios poluídos, represas, lagoas, no mar bravio, etc.

Mas, se há fogo, se há busca e salvamento, é porque ocorreu um sinistro, com danos pessoais e materiais, que não conseguiu prevenir, não se conseguiu evitar, fazendo com que os Bombeiros só compareçam para minimizar as consequências, algumas trágicas.

Poderia, no entanto, não ocorreria o sinistro se o Corpo de Bombeiros tivesse instrumentos jurídicos adequados para preveni-lo ao máximo possível. Em outras palavras não basta ter a responsabilidade constitucional e infra-constitucional da prevenção e extinção de incêndios, resgate, busca e salvamento e Defesa Civil.

---

<sup>14</sup> Op. Cit. pp. 35

<sup>15</sup> Op. Cit. pp. 88

<sup>16</sup> Op. Cit. pp. 75

Mister se torna que o Corpo de Bombeiros, juridicamente, seja possível prevenir incêndios, busca e salvamentos, resgate e Defesa Civil, poupando, quanto possível vidas e patrimônios inclusive de seus homens e equipamentos.

### **Corpo de Bombeiros Militar como Órgão Público**

A Constituição da República<sup>17</sup>, no Art. 144, reconheceu dignidade constitucional aos Corpos de Bombeiros Militares, provendo-os como Órgãos voltados a segurança pública, no seu inciso V e dispondo que eles, além das atribuições definidas em Lei, incumbe a execução de atividade de Defesa Civil. (§ 5º).

Devemos entender, porém que esse reconhecimento Constitucional não está correto no Capítulo que cuida da Segurança Pública (Constituição da República<sup>18</sup>, Título V, Capítulo III, Art. 144), pois os Corpos de Bombeiros Militares, em verdade não executam missões de Segurança Pública, embora cuidem da segurança da comunidade, nas suas atribuições de prevenção e extinção de incêndio, resgate, busca e salvamento e de Defesa Civil.

Os Corpos de Bombeiros Militares exercem nas Unidades Federadas, atribuições que dizem respeito à tranquilidade pública e à salubridade pública, ambas integrantes do conceito maior de ordem pública, onde se insere, ao lado daquelas a segurança pública.

De qualquer modo porém, tais corporações, reconhecemos, são considerados Órgãos de Segurança Pública, em termo do ordenamento constitucional vigente.

Os Corpos de Bombeiros Militares, autônomos, ou não (por integrarem as Polícias Militares), são Órgãos de administração Pública do Estado, do Distrito Federal e dos Territórios.

Como Órgão da Administração Pública, eles têm o correspondente Poder de Polícia para que bem possam exercer a atividade fim que a Norma Constitucional e Infraconstitucional lhes atribuíram. Recordamos que Poder de Polícia é um dos Poderes Administrativos, é um poder instrumental conferido à Administração Pública para que ela possa realizar os seus fins na realização do Bem comum.

---

<sup>17</sup> BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Atua. Emen. Nº 20.Saraiva. 1998.

<sup>18</sup> Op. Cit

Sabemos que o Corpo de Bombeiros Militar não é um Órgão Policial e sim um Órgão responsável pela prevenção e combate a incêndio, resgate, busca e salvamento, outros sinistros e do sistema de Defesa Civil, e, juntamente com a Polícia Militar e Forças Armadas, trabalham e lutam exercendo suas missões em campos totalmente diferentes e ao mesmo tempo inconfundíveis.

Isto posto observa-se que o Corpo de Bombeiros Militar atua quando a comunidade não consegue resolver os fatos graves, ou seja, atuando nas emergências algumas vezes envolvendo vidas humanas e atuando também em nível de prevenção para que o sinistro não ocorra.

### **Análise da Competência Constitucional**

A Constituição da República<sup>19</sup>, verdade seja dita, não atribuiu aos Corpos de Bombeiros Militares competência bem definida a respeito de sua atividade fim salvo a de execução de atividades de Defesa Civil, pois por força do Art. 144 § 5º, as demais são definidas em Leis.

O óbvio, no entanto, é ser da competência dessas Corporações, tradicionalmente, a atividade fim de prevenção e combate a incêndios, resgate, busca e salvamento que tem assim, a responsabilidade derivada de sua competência Constitucional deve, também ter reconhecida a sua autoridade pública correspondente conforme a investidura legal que o Bombeiro Militar, Agente Administrativo que é, tem no Órgão Público que representa dentro da estrutura da Unidade Federada.

Reafirmamos, portanto, que a competência do Bombeiro Militar brasileiro para o exercício relativo das suas atividades, decorre da norma Constitucional Federal, em conjugação com as de natureza infraconstitucional que competem aquela, de modo que nenhuma outra pela especificidade das atribuições dos Corpos de Bombeiros pode derogá-las e, se opuserem a elas, devem ser desconsideradas, por ineficazes em relação as atividades de prevenção e proteção atribuída aos Bombeiros Militares, além da Defesa Civil.

---

<sup>19</sup> BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Atua. Emen. Nº 20.Saraiva. 1998.

Daí só Bombeiros Militares podem exercer suas atividades, na proteção contra incêndio e emergências, não se podendo deixar de conhecer que os Corpo de Bombeiros Militares têm o direito de autonomia administrativa e operacional, em suas atribuições e competências.

### **A Defesa Civil**

Por defesa civil podemos entender “a administração da solidariedade humana, compreendendo o conjunto de medidas preventivas, de socorro, assistenciais e recuperativas, destinadas a evitar conseqüências danosas de eventos previsíveis e imprevisíveis, entre elas a reparação e restauração dos serviços essenciais, a fim de preservar o moral da população e o bem-estar social, quando da ocorrência desses eventos” , na feliz conceituação do artigo 2º do Decreto nº 5.101, de 27 de setembro de 1994, do Estado de Mato Grosso.

A Constituição Federal<sup>20</sup>, bem como a Constituição estadual<sup>21</sup>, determinam que os Corpos de Bombeiros Militares, são responsáveis pelo planejamento, pela orientação e pelo controle das ações de Defesa Civil, assim como são todos os Órgãos Públicos e entidades diversas, porque atividades de Defesa Civil é dever de todos.

Os Órgãos estatais, nos três níveis de governo (Federal, Estadual e Municipal), participam das atividades de Defesa Civil, como Órgãos Setoriais, cabendo , exclusivamente, aos Corpos de Bombeiros Militares, a coordenação e execução em proposições maiores e planejada, daí a necessidade de se atribuir aos Corpos de Bombeiros Militares, um nível considerado de autonomia administrativa e operacional.

A questão da Defesa Civil ganhou uma dimensão mais complexa, necessitando do instrumento mais capacitado a exercitá-lo de forma competente e exclusiva, como exemplo tomamos as grandes enchentes ocorrida em vários Estados da União (Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul).

---

<sup>20</sup> Op. Cit.

<sup>21</sup> MATO GROSSO. *Constituição Estadual do Estado de Mato Grosso*. 1990.

A missão específica do bombeiro abrange o principal objetivo da Defesa Civil que é “Despertar e formar a consciência do cidadão, fazendo voltar-se para efetuar em favor de sua comunidade”, isso quando não está atuando nas operações diversas, como incêndios, desmoronamentos, que bem exige e define a atuação da Defesa Civil.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As atribuições dos Corpos de bombeiros militares os colocaram, não como meros órgãos públicos, mas sim como “Instituições organizadas com base na hierarquia e disciplina”, sendo os seus membros militares dos Estados e do Distrito Federal, tudo a teor do artigo 42 da constituição de 1988, com a nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 05 de fevereiro de 1998, razão pela qual, dentro da esfera de sua competência de ordem constitucional e infraconstitucional, com subordinação direta aos Governadores dos respectivos Estados e Distrito federal, lhes são atribuídas as funções que dizem respeito à **tranquilidade pública** e à **salubridade pública**, ambas integrantes do conceito maior de **ordem pública**, onde se inserem, ao lado daquelas próprias de **segurança pública**.

Daí podemos afirmar que a segurança das pessoas e dos bens é o elemento básico das condições universais, fator absolutamente indispensável para o natural desenvolvimento da personalidade humana, como decorre do artigo 12 da bicentenária “Declaração dos direitos do homem e do cidadão”, como ainda da verdadeira “cláusula pétrea” contida no artigo 5º, caput, da CF de 1988, que impõe a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade nas condições que explicita nos seus incisos, que cuidam “Dos direitos e deveres Individuais e Coletivos”.

Os Corpos de Bombeiros Militares, bem por isso, têm inegável importância para respeitar e fazer respeitar tais direitos fundamentais da cidadania e, portanto, para a realização do bem comum.

Como instrumento de defesa da cidadania temos os Bombeiros desenvolvendo suas atividades técnicas objetivando a proteção do cidadão contra incêndios e outras emergências, como busca e salvamento e as que dizem respeito à

denominada Defesa Civil, no que diz respeito às medidas preventivas, de socorro, assistenciais e recuperativas, destinadas a evitar consequências danosas de eventos previsíveis e imprevisíveis, a fim de preservar o moral da população e o bem-estar social.

Portanto, em razão dessas questões constitucionais apresentadas, e, para que o Corpo de Bombeiros Militar de Mato Grosso possa efetivamente continuar exercendo o seu verdadeiro papel como instrumento de proteção da cidadania, é que apresento o presente estudo com o intuito de esclarecer aos dirigentes do nosso estado, quanto a necessidade de se manter a outorga a essa Instituição, de um elenco de sanções administrativas que possibilitem à mesma a manutenção do papel normativo de Planejar, Orientar e Controlar as atividades de Defesa Civil em nosso Estado.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE FILHO, Edmar Oliveira. **Direito Penal Tributário: Crimes Contra a Ordem Tributária**. 2ª ed. São Paulo, Atlas, 1997.

BECKER, Alfredo Augusto. **Teoria Geral do Direito Tributário**. 2ª ed., São Paulo, Saraiva, 1972.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Atua. Emen. Nº 20. Saraiva. 1998.

BRASILIA. **Segurança Global da População**. Ministério do Planejamento e Orçamento – Secretaria Especial de Políticas Regionais – Departamento de Defesa Civil. 1997.

BRASILIA. **Política nacional de Defesa Civil**. Ministério da Integração Nacional – Secretaria de Defesa Civil. 2000.

CARVALHO, Paulo de Barros Carvalho. **Curso de Direito Tributário**. 5ª ed., atual. De acordo com a Constituição Federal de 1988. São Paulo, Saraiva, 1991.

CAETANO, Marcelo. **Princípios fundamentais do Direito Administrativo**. Forense, 1ª ed. 1977, Rio de Janeiro, pág. 355.

CASTRO, Alexandre Barros. **Teoria e Prática do Direito Processual Tributário**. São Paulo, Saraiva, 2000.

LAZZARINI, Álvaro et alli. **Direito Administrativo da Ordem Pública**, 2ª ed., 1987, Rio de Janeiro, pág. 5 e seguintes.

LAZZARINI, Álvaro. **Direito Administrativo e Prevenção de Incêndios**. Anais do Encontro de Porto Alegre dos Comandantes das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares. Ed. da Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul, 1991 pág. 145.

MARINS, James. **Princípios Fundamentais do Direito**. São Paulo, Dialética, 1988.

MATO GROSSO. **Constituição Estadual do Estado de Mato Grosso**. 1990.

PESSOA, Mário. **O direito da Segurança Nacional**. Biblioteca do Exército e Revista dos Trib. Editoriais, 1971, SP pág. 7 e Seguintes.

ROSA JR., Luiz Emydio F. da. **Manual de Direito Tributário e Direito Financeiro: Jurisprudência Atualizada**. 14ª ed. atual. e aum., Rio de Janeiro – São Paulo, Ed. Renovar, 2000.



# MOTOCICLISMO POLICIAL: UMA ANÁLISE DE SUA APLICABILIDADE NAS RODOVIAS FEDERAIS DE MT

*Leandro Ademar Haddad Camolesi<sup>1</sup>*

## RESUMO

O presente artigo trata da utilização de motocicletas no policiamento das rodovias federais matogrossenses, tanto para auxiliar na prevenção de acidentes como no combate à criminalidade, identificando, através de questionário, os pontos favoráveis e desfavoráveis do ponto de vista das percepções dos policiais (incluindo os que são motociclistas batedores e moto policiais) lotados na 1ª Delegacia da 2ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal de Mato Grosso (2ª SRPRF/MT). Inicialmente nós abordamos o resgate histórico do desenvolvimento da motocicleta e seu emprego na atividade policial no Brasil e no Mundo. Em seguida foi descrita fundamentação teórica atinente ao papel da Polícia Rodoviária Federal (PRF) na Segurança Pública e a descrição dos cursos para fazer parte do grupo de motociclistas batedores e moto policiais da PRF. Finalizando, constatamos que o emprego de motocicletas no policiamento de rodovias é extremamente válido.

**Palavras-chave:** *Motocicletas – Motociclismo policial – Policiamento de rodovias*

## ABSTRACT

This article deals with the use of motorcycles in the policing of Mato Grosso Federal highways, both to help prevent accidents such as fighting crime by identifying, through a questionnaire, the points for and against through the perceptions of the officers (including those motorcycle outriders and motorcyclists scouts) stationed in the 1st station of the 2nd Superintendence of Federal Highway Police of Mato Grosso (2nd SRPRF/MT). We first performed a historical development of the motorcycle and its use in police activity in the Brazil and worldwide. Next was described theoretical regard to the role of Federal Highway Police (PRF) in public safety and the description of the courses to be part of the body of motorcycle outriders and motorcyclists scouts of the PRF. Finally, we found that the use of motorcycles on the roads policing is extremely valuable.

**Keywords:** *Motorcycles – Motorcycle police – Policing of highways*

---

<sup>1</sup> Inspetor PRF, especialista em Políticas de Segurança Pública e Direitos Humanos pela FUFMT.

## INTRODUÇÃO

Mato Grosso tem experimentado nos últimos anos, a exemplo do próprio país, um crescimento econômico expressivo, com um aumento de riquezas que por aqui circulam, bem como o trânsito de pessoas e produtos. Dada a natureza de nossa economia ainda ser primária, baseada no plantio de grãos (soja, arroz, milho) e gado de corte, o escoamento destes produtos para fora do Estado, seja para o mercado interno brasileiro, seja para exportação, se dá por caminhões, incluindo em grande número os enormes “bi trens”, que trafegam pelas rodovias, das quais as federais tem o maior fluxo de trânsito, visto que a utilização de ferrovias e navegação ainda é incipiente. Como também somos um estado que atrai mão de obra, é grande o fluxo de pessoas que vem para cá em busca de oportunidades e que utilizam as rodovias nos seus deslocamentos ao serviço ou de férias. A concentração de circulação de pessoas e mercadorias no sistema modal rodoviário também tem o seu lado negativo: o aumento de acidentes e de ilícitos praticados nas rodovias mato-grossenses sob circunscrição da Polícia Rodoviária Federal, que como se sabe, é órgão integrante da Segurança Pública, de acordo com disposição constitucional e também órgão de trânsito, de acordo com as disposições legais do Contran.

Como o 2º número de acidentes ocorridos durante o dia é maior que os do período noturno (vide tabela abaixo, referente ao trecho mato-grossense da rodovia federal mais movimentada, a BR 364, nos anos de 2006 à 2009, com destaque para o número de acidentes envolvendo caminhões), e como invariavelmente temos bloqueio de pista em função dos mesmos, notamos que as motocicletas, pelo seu poder de deslocamento rápido, poderiam ser utilizadas em operações de rondas pelas estradas a fim de coibir excessos no trânsito e aumentar a sensação de segurança dos usuários que trafegam pelas mesmas. Além disso, poderiam trafegar com mais facilidade por entre pistas bloqueadas em acidentes, agilizando o atendimento dos mesmos e coordenando o tráfego, diminuindo assim a possibilidade de novos acidentes. Poderiam até mesmo atuar com suporte de outras viaturas (de

---

2 BRASIL, Ministério da Justiça, Departamento de Polícia Rodoviária Federal. **Boletim de Estatísticas da 2ª SPRF/MT**. Cuiabá: Núcleo de Medicina Rodoviária (NURAM), 2ª Superintendência da Polícia Rodoviária Federal, 2009.

quatro rodas) no combate à criminalidade. Por fim, pesa a favor das motocicletas o baixo consumo de combustível e custo de aquisição e manutenção quando comparado aos automóveis.

Isto posto, temos então que o objetivo geral ao longo deste trabalho foi o de caracterizar e divulgar o motopolicimento como estratégia válida no sentido de melhorar o trabalho da PRF nas rodovias federais em território matogrossense, a partir da percepção dos envolvidos diretamente na questão, ou seja, dos policiais da 1ª Delegacia desta Regional que atuam na atividade fim (policimento das rodovias) incluindo aqueles que são brevetados como motociclistas policiais e policiais batedores, além do levantamento bibliográfico acerca do moto policiamento em outras instituições policiais, no Brasil e no Mundo.

Ano	Período	Nºacidentes	L.leves	L.graves		Mortos	Veíc. Carga	Pickups	Carros de passeio	Motos	Ônibus
2006	Dia	834	172	106		47	459	120	180	52	23
	Noite	237	88	73		20	70	31	78	46	12
2007	Dia	936	176	106		30	512	133	204	57	30
	Noite	480	100	63		30	276	41	104	47	12
2008	Dia	1205	236	138		46	660	131	281	96	37
	Noite	310	134	66		25	122	29	94	55	10
2009	Dia	1360	303	116		44	754	168	325	76	37
	Noite	586	135	87		22	357	49	109	55	16

**Fonte:** Núcleo de Medicina Rodoviária (NURAM) da 2ª SPRF/MT

**Quadro 01:** Estatística de acidentes ocorridos em MT, nos anos de 2006 à 2009 – BR 364

## HISTÓRIA DA MOTOCICLETA

Segundo Harris<sup>3</sup>, por volta de 1885, John Kemp Starley projetou uma bicicleta chamada Rover Safety, cujo principal diferencial em relação ao padrão anterior de bicicletas consistia em duas rodas de mesmo diâmetro, diferente das então existentes, cuja roda dianteira era muito maior. Daí para ganhar um motor foi um pulo. O responsável pela ideia foi ninguém menos que o alemão Gottlieb Daimler, o célebre fundador da Mercedes Benz, que instalou um motor de ciclo Otto monocilíndrico montado verticalmente no centro da máquina, movido à gasolina. A Hildbrand & Wolfmuller foi a primeira fabricante a produzir veículos motorizados de duas rodas em série, patenteando a ideia em Munique/Alemanha em 1894. Nos Estados Unidos, a Indian (que foi a marca de motocicleta mais vendida no mundo até a 1ª Guerra Mundial), foi fundada em 1900, e a Harley-Davidson (HD) surgiu em 1903. Estima-se que por volta de 1910 existiam 394 empresas do ramo no mundo, 208 das quais na Inglaterra. A maioria acabou fechando por não resistir à concorrência e à crise econômica de 1929.

Para Berk<sup>4</sup> o destino deu uma mãozinha para a Harley-Davidson. Durante a I Grande Guerra, o Exército americano comprou 41.000 motos motos da sua concorrente Indian, e apenas 1.500 HD, que manteve seu foco voltado para o mercado civil, onde vendeu no mesmo período 10.000 motos, contra nenhuma da Indian. Porém, quando o Exército americano entrou vitorioso no território alemão em 09 de Novembro de 1918, os jornais americanos da época estamparam nas manchetes a foto de uma Harley Davidson com *sidecar* cruzando a fronteira alemã. O elo existente entre vitória, patriotismo e Harley Davidson surgiu nessa época, e é bem explorado pelo marketing da empresa até os dias de hoje, apesar da mesma sofrer cada vez mais a concorrência (no mercado civil e policial no mundo) das fabricantes japonesas (Honda, Kawasaki, Yamaha e Suzuki) e da alemã BMW, esta uma grande fabricante de motocicletas desde antes da II Grande Guerra, durante a qual fabricou

---

3 Harris, Bill. "HowStuffWorks - Como funcionam as motos". Disponível em: <<http://www.carros.hsw.uol.com.br/motos4.htm>> Acesso em: 27Nov. 2009.

4 BERK, Joseph. *The complete book of Police and Military Motorcycles*. Boulder, Colorado USA: Paladin Press, 2001. p. 1-3.

milhares de motocicletas para o exército alemão e cujos exemplares capturados por russos, americanos e ingleses influenciaram decisivamente o *design* e a mecânica das motocicletas dos primeiros anos do pós guerra.

Os 5 modelos atuais trazem as mais variadas potências, desde as econômicas motonetas (*scooters*) de 50 cilindradas até as motocicletas esportivas de mais de 1.500 cilindradas. Quanto ao tipo de motocicletas, estas dividem-se em: motos de rua (turismo, estradeiras), motos esportivas, motos *off-road* e motos de uso misto. As motocicletas de rua se apresentam com o equipamento necessário para trafegarem nas ruas: faróis, espelhos, uma buzina e um escapamento com silenciador. Seus pneus tem um padrão de banda de rodagem que fornece boa tração tanto em pistas molhadas quanto secas. As motocicletas de rua geralmente se apresentam de duas formas: turismo e estradeiras. As motos de turismo são especialmente projetadas para viagens de longa distância, e seu recurso mais distinto, além das bolsas de sela e bancos confortáveis, são as carenagens, para-brisas aerodinâmicos que envolvem o farol dianteiro para aprimorar o estilo e reduzir o arrasto aerodinâmico. As Harley-Davidson modelo Police Road King são exemplos da categoria turismo. As estradeiras, mais despojadas, não possuem carenagens nem porta bagagens extras. As motos esportivas são projetadas para altas velocidades e estradas com muitas curvas. Oferecem motores multicilíndricos para produzirem mais potência, quadros de liga de alumínio (mais leves), suspensões para melhorar o manejo, pneus de alta potência e freios eficientes. Em vez de sentarem eretos, os pilotos de motos esportivas inclinam-se para frente sobre o tanque de gasolina para reduzir a resistência do vento. As motocicletas *off-road* incluem as motos de *motocross* e as motos para estradas de terra – máquinas para lidar com saltos, saliências e outros obstáculos encontrados em circuitos de corrida fechados ou trilhas na floresta. As motocicletas *off-road* têm quadros mais estreitos e leves, maior distância livre do solo e sistema de suspensão diferenciado. Elas também têm uma partida a pedal para reduzir o peso e os pneus com um padrão de banda de rodagem repletos de ressaltos para melhorar a tração. As motos de uso misto são motocicletas liberadas para as ruas que oferecem

---

5 HARRIS, Bill. "HowStuffWorks - Como funcionam as motos". Disponível em: <<http://www.carros.hsw.uol.com.br/motos3.htm>> Acesso em: 27Nov. 2009.

alguns recursos *off-road*. São tão leves quanto as motos para as estradas de terra, porém com recursos de motos de rua (partida elétrica, buzina, escapamento com silenciador, retrovisores, etc.) e trazem pneus específicos que funcionam tanto na terra quanto no asfalto.

## O USO DA MOTOCICLETA NAS CORPORAÇÕES POLICIAIS NORTE-AMERICANAS

As <sup>6</sup>motocicletas começaram a ser utilizadas pela polícia em 1909 em Pittsburg, estado da Pensilvânia, mas o seu primeiro emprego no combate à foras-da-lei se deu em 1916, quando o General John J. Pershing do Exército americano decidiu utilizá-las para caçar o mexicano Pancho Villa e seu bando, tanto em território americano (oeste texano) quanto o nordeste mexicano. Empregadas com o intuito de substituir os cavalos em uma região árida e poeirenta de clima hostil, as motos (das marcas americanas Harley-Davidson, Indian e Excelsior) se saíram relativamente bem, chamando a atenção do Exército e polícia norte-americanos. O certo é que na metade dos anos 20, mais de 3.000 motos já se encontravam em serviço nas polícias dos Estados Unidos. Atualmente, em relação às polícias norte-americanas, são referências no motopolicimento o Departamento de Polícia de Los Angeles (LAPD) na Califórnia, que emprega motocicletas Kawasaki (modelo PKZ-1000) e BMW (modelo R1100 RT-P) na fiscalização de trânsito, na escolta de personalidades VIP's em visita à cidade, em um trabalho conjunto com o Serviço Secreto Americano e outras unidades envolvidas, além de atuar em cortejos fúnebres e assessorar a Divisão Municipal de Transporte na compra de motocicletas para a prefeitura local. Outra importante corporação é a Dallas Police Department, de Dallas, Texas, cidade que ficou marcada por ter sido palco do assassinato do presidente Kennedy em 1963. A força policial é composta por 2.700 homens, dos quais 38 são motopoliciais (motor officers), e que tem a sua disposição quarenta e quatro motocicletas Kawasaki, com as quais efetuam todo tipo de trabalho de natureza policial (abordagens de suspeitos, perseguições, escolta, etc.).

---

6 BERK, Joseph. *The complete book of Police and Military Motorcycles*. Boulder, Colorado USA: Paladin Press, 2001. p.1. p.55-70.

## A MOTOCICLETA NO BRASIL

No Brasil, a <sup>7</sup>história das motos começa no início do século passado com a importação de muitas motos europeias e algumas americanas, inclusive com *sidecars*. Por volta de 1910 já existiam cerca de dezenove marcas rodando no país, entre elas as americanas Harley-Davidson e Indian, a belga FN, a inglesa Henderson e a alemã NSU. Durante a II Guerra as importações foram suspensas, mas recomeçaram com força total após o término do conflito. A primeira motocicleta fabricada no Brasil foi a Monark (com motor inglês BSA de 125 cm<sup>3</sup>) em 1951. As motonetas Lambreta e Vespa, montadas no Brasil utilizando tecnologia italiana, também fizeram grande sucesso na época dos “Anos Dourados”. No final dos anos setenta as montadoras japonesas Honda e Yamaha se instalaram no Brasil, e desde então dominam o mercado nacional, apesar da concorrência cada vez mais acirrada de outros fabricantes que aqui se instalaram posteriormente (Suzuki, Dafra, Sundown, Kasinsk, etc.). Também é digno de menção que, no início dos anos oitenta, o Brasil chegou a ter a maior moto o mundo à época, a Amazonas, montada na Zona Franca de Manaus e dotada de um motor Volkswagen de 1600 cm<sup>3</sup>.

## A MOTOCICLETA NA PRF

A PRF<sup>8</sup> (criada em 1928 no governo Washington Luís com a denominação de “Polícia das Estradas”) foi uma das corporações policiais que primeiro utilizaram motocicletas no Brasil. Já em 1935, Antônio Félix Filho, o “Turquinho”, considerado o primeiro patrulheiro rodoviário federal, foi chamado para organizar a vigilância das rodovias Rio-Petrópolis, Rio-São Paulo e União Indústria, utilizando para isso duas Harley-Davidson e quatrocentos e cinquenta vigias da então Comissão de Estradas de Rodagem (CER).

---

7 A História sobre duas rodas. Disponível em: <[http://www.viagemdemoto.com.br/historia\\_da\\_moto.htm](http://www.viagemdemoto.com.br/historia_da_moto.htm)> Acesso em: 19Nov. 2009.

8 BRASIL, Ministério da Justiça, Departamento de Polícia Rodoviária Federal. **História da Polícia Rodoviária Federal**. Disponível em :<<http://www.dprf.gov.br>>. Acesso em 30Out. 2009.

Em 2007<sup>9</sup>, por ocasião dos Jogos Pan-Americanos no Rio de Janeiro, a PRF recebeu da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), 250 motos HD modelo Road King Police, de 1.690 cilindradas, para o patrulhamento das rodovias e escolta de atletas e demais autoridades. Hoje, essas ações são coordenadas através do Núcleo de Motociclismo (NUMOT), subordinado à Coordenação Geral de Operações (CGO) do DPRF, e são executadas pelos Corpos de Motociclismo Regionais (CMR), subordinados à Seção de Policiamento e Fiscalização (SPF) existentes em diversas Superintendências. Hoje a PRF possui em todo o Brasil cerca de apenas quinhentos policiais brevetados, de um efetivo total de quase dez mil policiais. A 2ª SRPRF/MT, por sua vez, apesar de ter em seus quadros vinte e três policiais brevetados nos cursos de escolta policial e motopolicimento, além de seis motocicletas HD, vive a expectativa de ter seu próprio CMR, uma exigência do próprio DPRF com vistas à Copa do Mundo de 2014 e às Olimpíadas Rio-2016. Para que isto ocorra, estão sendo providenciados cursos para capacitação de novos motopoliciais, além de aquisição de um modelo de moto mais leve e de cilindrada menor que as Road King, mais adaptadas às nossas rodovias estreitas e ao nosso clima. Através da modalidade de aquisição pregão promovido pelo DPRF, venceu a Yamaha com o modelo XT 660R.

## A MOTOCICLETA EM OUTRAS CORPORAÇÕES POLICIAIS BRASILEIRAS

Várias outras valorosas corporações policiais brasileiras utilizam motocicletas, em especial as Polícias Militares estaduais. As <sup>10</sup>Rondas Ostensivas Com Apoio de Motocicletas (ROCAM) da Polícia Militar de São Paulo (PMESP), foram criadas em 1982 e desde 1986 está lotada no Segundo Batalhão de Choque, e executam, além do policiamento ostensivo, o controle de distúrbios civis e a escolta e o policiamento externo de eventos artísticos, desportivos e culturais. A ênfase no deslocamento rápido em meio ao trânsito caótico paulistano, fez com que a corporação privilegiasse a escolha de motocicletas ágeis e leves, de cilindrada entre 250cc e 600cc. Na linha de atuação ostensiva e deslocamento rápido com ênfase ao

---

9 Idem, ibidem.

10 SÃO PAULO, Polícia Militar do Estado de. **Rondas Ostensivas com Apoio de Motocicletas (ROCAM)**. Disponível em: <<http://www.polmil.sp.gov.br>> Acesso em: 29Out. 2009.



combate ao crime, as <sup>11</sup>Rondas Ostensivas Táticas em Motocicletas (ROTAM) da Polícia Militar da Paraíba (PMPB), sediada no 1º e 5º Batalhão em João Pessoa, com aproximadamente cento e quatorze motocicletas de diversas cilindradas e sessenta policiais, com atuação na região metropolitana da capital paraibana. Digno de menção também é o <sup>12</sup>Comando de Ação Rápida (CAR), da Polícia Militar de Mato Grosso (PMMT), criado em abril de 2009 e sediado no Batalhão de Força Tática, composto por policiais (oficial do dia mais praças), e que tem a sua disposição atualmente motocicletas marca Honda modelo Falcon NX 400 cc, tendo como circunscrição toda a região metropolitana de Cuiabá e como tarefas cuidar do trânsito, policiar os bairros, atuar na tropa de choque e fazer escolta de autoridades e de transporte de detentos. Para fazer parte desta equipe é necessário ter ficha limpa, ser voluntário, não estar em estágio probatório e passar por um curso de Especialização em Motopatrulhamento Tático, cuja duração é de vinte e cinco dias.

## O PAPEL DA PRF

A <sup>13</sup>Polícia Rodoviária Federal foi criada pelo presidente Washington Luiz no dia 24 de Julho de 1928, através do Decreto nº 18.323, com a denominação inicial de “Polícia de Estradas”, para cuidar do trânsito nas rodovias Rio-Petrópolis, Rio-São Paulo, Rio-Bahia e União Indústria. A partir de 1943 outras rodovias federais foram incluídas na área de atuação da PRF, atingindo nos dias atuais cinquenta e três mil quilômetros de malha rodoviária sob sua responsabilidade, contando para isso com um contingente atual de cerca de dez mil policiais distribuídos em Superintendências e Distritos (no caso do Acre) que abrangem todos os estados brasileiros.

Com relação à Mato Grosso, cerca de quatrocentos policiais são lotados na 2ª SPRF/MT, distribuídos na sede em Cuiabá e nas oito delegacias, que por sua vez, subdividem-se em dezessete postos espalhadas pelo estado, o qual é cortado por

---

11 ALBUQUERQUE, Aldair de Souza; DONATO, Lamark Victor. **Motopatrulhamento em João Pessoa e na Região Metropolitana**. João Pessoa: Centro de Ensino da Polícia Militar da Paraíba, 2005.

12 MATO GROSSO, Polícia Militar do Estado de. **Comando de Ação Rápida (CAR), da Polícia Militar de Mato Grosso (PMMT)**. Cuiabá: Boletim Interno da PMMT, 2009.

13 BRASIL, Ministério da Justiça, Departamento de Polícia Rodoviária Federal. **História da Polícia Rodoviária Federal**. Disponível em :<<http://www.dprf.gov.br>>. Acesso em 30Out. 2009.

diversas rodovias federais (BR364, BR 163, BR 070 e BR 158, dentre outras).

Com o advento da Constituição de 1988, a Polícia Rodoviária Federal foi institucionalizada e integrada ao Sistema Nacional de Segurança Pública, Capítulo III, Item II, Art. 144, caput, inciso 11 §20, que estabelecem:

Art.144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: (...)

II - Polícia Rodoviária Federal<sup>14</sup>;

Sob essa nova ótica, a Polícia Rodoviária Federal passou a ter, também, como missão, parte das responsabilidades do Poder Executivo Federal, para com a segurança pública, além das atribuições normais para o qual a PRF foi criada, que dizem respeito ao trânsito, conforme disposto no Código de Trânsito Brasileiro, Capítulo II, Seção II, da composição e da competência do Sistema Nacional de Trânsito, que estabelece:

Art. 7º. Compõe o Sistema Nacional de Trânsito os seguintes órgãos e entidades: (...)

V- a Polícia Rodoviária Federal<sup>15</sup>;

Através da Lei nº 8.028, de 12 de abril de 1990, e do Decreto nº II, de 18/01/91, a Polícia Rodoviária Federal passou a integrar a estrutura organizacional do Ministério da Justiça, como Departamento de Polícia Rodoviária Federal(DPRF), tendo sua estrutura e competência definida no art. 23 do supracitado Decreto e no Regimento Interno, aprovado pela Portaria Ministerial nº 237, de 19/03/91.

Posteriormente, o DPRF, através do Decreto nº 761, de 19/02/93, passou a integrar a estrutura regimental da Secretaria de Trânsito do Ministério da Justiça. Recentemente, através do Decreto nº 1.796, de 24/01/96, o DPRF passou a integrar a estrutura regimental da Secretaria de Planejamento de Ações Nacionais de Segurança Pública do Ministério da Justiça.

Conforme o exposto anteriormente, a PRF ao longo dos seus mais de oitenta

14 BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

15 BRASIL, CÓDIGO DE TRÂNSITO. **Código de Trânsito Brasileiro**: instituído pela Lei nº 9.503, de 23-9-97. 3 ed. Brasília: DENATRAN, 2007.

anos de vida teve ampliada suas atribuições, e isto trouxe novos e enormes desafios, pois os números relacionados tanto aos acidentes de trânsito quanto aos homicídios são estonteantes: <sup>16</sup>na última década do século XX, o número de mortos em acidentes de trânsito no Brasil foi cerca de vinte e cinco mil pessoas ao ano – duzentos e cinquenta mil brasileiros mortos. Para cada morto, treze outras pessoas sobreviveram nesses acidentes – cerca de três milhões de brasileiros feridos. De cada grupo de treze sobreviventes, cerca de quatro pessoas se tornaram incapacitadas físicas – cerca de um milhão de pessoas. No que tange às <sup>17</sup>taxas de homicídios, cinquenta mil pessoas morrem assassinadas por ano no Brasil, o que dá um número de 26,9 mortes violentas por cem mil habitantes, bem superior à Europa Ocidental (três por 100 mil) e Estados Unidos (em torno de cinco a seis mortes intencionais por 100 mil habitantes). Já as estatísticas<sup>18</sup> referentes ao combate à criminalidade propriamente dita nas rodovias federais de Mato Grosso, apontam os seguintes números: em 2007 foram apreendidos mais de um mil e quinhentos quilos de entorpecentes (cocaína, pasta base, maconha), cerca de dez mil pacotes de cigarro contrabandeados, sessenta e cinco armas, oitocentos e trinta e oito pessoas detidas e cento e cinquenta e sete mandados de prisão, além de cento e vinte e dois veículos recuperados. Ao todo foram fiscalizados 313.186 (trezentos e treze mil, cento e oitenta e seis) veículos.

## A FORMAÇÃO DE MOTOCICLISTAS BATEDORES E MOTOPOLICIAIS DO DPRF

A Lei 9.503 de 23 de Setembro de 1997, aprovou o Regulamento do Código de Trânsito Brasileiro, que em seu art. 29, inciso VI, dispõe: “Os veículos precedidos de

---

16 REDE SARAH DE HOSPITAIS, Centro de Pesquisas em Educação e Prevenção. **A Rede SARAH e a violência no trânsito**. Brasília: 2006.

17 BRASIL, Ministério da Saúde. **Informações de Mortalidade**. Rio de Janeiro: Revista da Saúde Pública, 2005.

18 BRASIL, Ministério da Justiça, Departamento de Polícia Rodoviária Federal. **Boletim de Estatísticas da 2ª SPRF/MT**. Cuiabá: Núcleo de Medicina Rodoviária (NURAM), 2ª Superintendência da Polícia Rodoviária Federal, 2009.

batedores terão prioridade no trânsito, respeitadas as demais regras de circulação”.<sup>19</sup> Este artigo ampara legalmente o trabalho desenvolvido pelo motociclista batedor.

A carga horária do <sup>20</sup>curso de motociclista batedor é de 280 (duzentos e oitenta horas), enquanto a do <sup>21</sup>curso de motociclista policial é de 92 (noventa e duas) horas aulas. Para frequentar qualquer dos dois cursos, é necessário ao PRF candidato passar previamente por uma seletiva prática, ser habilitado categoria A, não estar respondendo a processo administrativo disciplinar (PAD) e não estar em estágio probatório. Ambos os cursos incluem aulas teóricas com noções de legislação de trânsito, direção defensiva, mecânica de motocicletas (manutenção de primeiro escalão), tipos de sinais manuais, relações humanas, maneabilidade e manejo da motocicleta em situações de abordagem e deslocamento rápido em perseguições e treinamento de pista, de arrancada e de frenagem, e prova prática ao final do curso.

O curso de motociclista batedor enfoca ainda os tipos de formações, escolta de autoridades e cortejos fúnebres, inclusive com aulas no período noturno, apresentando assim, uma prática muito maior, daí a diferença da carga horária em relação ao curso de motociclismo policial. Uma vez aprovado, o PRF estará à disposição do DPRF, para tarefas que envolvam motopolicciamento e escolta, independente das atividades policiais que o mesmo exerça em seu dia-à-dia e de sua lotação, e sem receber a mais por isso, a não ser diárias, quando for o caso.

O equipamento utilizado pelos batedores e motociclistas policiais são os mesmos, e incluem capacete (reconhecido e aprovado pelo Instituto Nacional de Metrologia-INMETRO), protetor para os olhos (óculos, viseira de acrílico ou similar), jaqueta de couro, na cor preta para o dia e branco para a noite, botas (cobrindo  $\frac{3}{4}$  da perna abaixo do joelho), luvas de couro de cano longo nas cores preta com refletivo em cor vermelha (para o período diurno) e, branco com refletivo em cor vermelha (para o período noturno), colete refletivo, macacão (modelo PRF), colete balístico, além naturalmente do armamento padrão, ou seja, a pistola calibre 40.

---

19 BRASIL, CÓDIGO DE TRÂNSITO. **Código de Trânsito Brasileiro**: instituído pela Lei nº 9.503, de 23-9-97. 3 ed. Brasília: DENATRAN, 2007.

20 BRASIL, Ministério da Justiça, Departamento de Polícia Rodoviária Federal. **Manual de Formação do Motociclista Batedor**. Brasília: Departamento de Polícia Rodoviária Federal, 2008.

21 BRASIL, Ministério da Justiça, Departamento de Polícia Rodoviária Federal. **Manual de Formação do Motociclista Policial**. Brasília: Departamento de Polícia Rodoviária Federal, 2009.

## A VIABILIDADE DA UTILIZAÇÃO DAS MOTOS NO POLICIAMENTO DAS ESTRADAS FEDERAIS MATOGROSSENSSES SEGUNDO OS PRÓPIOS PRF'S.

Uma pesquisa foi feita no segundo semestre de 2009 junto aos policiais rodoviários federais (PRF's) que atuam na atividade fim, e que são lotados (cerca de cinquenta) na 1ª Delegacia da 2ª SPRF/MT (Cuiabá), com dois postos e cuja circunscrição abrange a estratégica e movimentada BR-364, na saída de Cuiabá para Rondonópolis, e se estende pela serra de São Vicente, até Juscimeira, em um total de cento e sessenta quilômetros. Foi identificado que quarenta deles (oitenta por cento do efetivo da 1ª Delegacia), indicaram ser o motopolicamento válido como estratégia auxiliar para policiamento e atendimento preliminar de acidentes, visto que as interrupções de pista são frequentes e uma viatura de duas rodas desloca-se muito mais rápido que os carros. Dez dos policiais entrevistados (vinte por cento do efetivo da 1ª Delegacia), foram contra a idéia ou não se manifestaram.

**Tabela 02**

Vantagens do uso de motocicletas no policiamento das rodovias

Vantagens	Quantidade	Percentual

**Fonte:** dados coletados na pesquisa realizada na 1ª DLPRF-2ª SPRF/MT

**Tabela 03**

Desvantagens do uso de motocicletas no policiamento das rodovias

Desvantagens	Quantidade	Percentual
Maior risco de acidente	3	30,00%
Vulnerabilidade em abordagens	2	20,00%
Desgaste físico pelo clima	2	20,00%
Incapacidade de conduzir preso	1	10,00%
Não se manifestaram	2	20,00%
Total Geral	10	100,00%

**Fonte:** dados coletados na pesquisa realizada na 1ª DLPRF-2ª SPRF/MT

Ainda com relação aos 50 (cinquenta) pesquisados, foi perguntado se gostariam de fazer o curso de Motociclista Batedor e/ou de Motopoliciamento do DPRF para que pudessem trabalhar com motocicletas no patrulhamento das rodovias federais em sua circunscrição. Cerca de 60% responderam que sim, 10% disseram que já possuíam um dos cursos e 20 % não gostariam de trabalhar pilotando motocicletas.

**Tabela 04**

Cursos de motociclismo desejados pelos PRF's entrevistados

Curso que gostaria de fazer	Quantidade	Percentual
Motopolicial	20	40,00%
Motociclista batedor	15	30,00%
Já possui um dos cursos	5	10,00%
Não gostaria de trabalhar com motocicletas	8	16,00%
Não se manifestaram	2	4,00%
Total Geral	50	100,00%

**Fonte:** dados coletados na pesquisa realizada na 1ª DLPRF-2ª SPRF/MT

Também foi perguntado qual o tipo de motocicleta mais adequado ao policiamento das rodovias e serviços de escolta.

**Tabela 05**

Tipo de motos apontadas como adequadas pelos PRF's entrevistados

Tipo de Motocicleta adequada	Quantidade	Percentual
Uso misto	22	44,00%
Off-road	14	28,00%
esportiva	10	20,00%
turismo	2	4,00%
Não se manifestaram	2	4,00%
Total Geral	50	100,00%

**Fonte:** dados coletados na pesquisa realizada na 1ª DLPRF-2ª SPRF/MT

E por último, foi indagado qual a cilindrada mais adequada ao motopolicamento.

**Tabela 06**

Tipo de cilindrada apontada como adequada pelos PRF's entrevistados

Tipo de cilindrada adequada	Quantidade	Percentual
Entre 500 e 750 cc	18	36,00%
Entre 250 e 500 cc	15	30,00%
Acima de 750 cc	13	26,00%
Até 250 cc	2	4,00%
Não se manifestaram	2	4,00%
Total Geral	50	100,00%

**Fonte:** dados coletados na pesquisa realizada na 1ª DLPRF-2ª SPRF/MT

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No caminho incessante de procura por soluções que sejam efetivas no combate aos índices alarmantes de criminalidade e de acidentes que causam prejuízos materiais enormes e perdas de preciosas vidas humanas, e tendo em mente o grande acontecimento que será a Copa do Mundo 2014, o qual representará grandes desafios para os profissionais da área da Segurança Pública em todo o Brasil, em especial Mato Grosso pelo ineditismo deste tipo de evento em nosso Estado, buscamos situar nosso trabalho na análise da possibilidade de aplicabilidade do motopolicciamento nas rodovias federais matogrossenses, através de questionários aos policiais rodoviários federais diretamente envolvidos na questão, ou seja, aqueles na atividade fim.

Através deste questionamento, em que as respostas foram espontâneas, foi possível identificar os seguintes pontos:

As motocicletas seriam de grande utilidade no policiamento das rodovias federais matogrossenses, tanto no combate ao crime quanto na diminuição dos sinistros (acidentes, fatais ou não), pelos motivos expostos ao longo deste trabalho, ajudando assim a PRF cumprir melhor seu papel constitucional de órgão de segurança pública;

Existe uma demanda por parte dos policiais rodoviários federais por acesso à capacitação (no caso, cursos na área do motociclismo policial) e que necessita ser atendida pelo DPRF o quanto antes, visto que a demanda por motopoliciais e policiais de escolta (estima-se que sejam necessários pelo menos dois mil policiais trabalhando com motos) crescerá muito com a realização, primeiro da Copa do Mundo em 2014, e dois anos após, as Olimpíadas no Rio de Janeiro em 2016, pois será grande a quantidade de personalidades, como Chefes de Estado, delegações de atletas e famosos em geral que virão ao Brasil participar desses eventos.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Aldair de Souza; DONATO, Lamark Victor. **Motopatrulhamento em João Pessoa e na Região Metropolitana**. João Pessoa: Centro de Ensino da Polícia Militar da Paraíba, 2005.

BERK, Joseph. **The Complete Book of Police and Military Motorcycles**. Boulder, Colorado USA: Paladin Press, 2001.

BRASIL, CÓDIGO DE TRÂNSITO. **Código de Trânsito Brasileiro**:instituído pela Lei nº 9.503, de 23-9-97. 3 ed. Brasília: DENATRAN, 2007.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL, Ministério da Justiça, Departamento de Polícia Rodoviária Federal. **História da Polícia Rodoviária Federal**. Disponível em :<<http://www.dprf.gov.br>>. Acesso em 30Out. 2009.

BRASIL, Ministério da Justiça, Departamento de Polícia Rodoviária Federal. **Manual de Formação do Motociclista Batedor**. Brasília: Departamento de Polícia Rodoviária Federal, 2008.

BRASIL, Ministério da Justiça, Departamento de Polícia Rodoviária Federal. **Manual de Formação do Motociclista Policial**. Brasília: Departamento de Polícia Rodoviária Federal, 2009.

BRASIL, Ministério da Justiça, Departamento de Polícia Rodoviária Federal. **Boletim de Estatísticas da 2ª SPRF/MT**. Cuiabá: Núcleo de Medicina Rodoviária (NURAM), 2ª Superintendência da Polícia Rodoviária Federal, 2009.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Informações de Mortalidade**. Rio de Janeiro: Revista da Saúde Pública, 2005.

FURASTÉ, Pedro Augusto. **Normas Técnicas para o Trabalho Científico: Elaboração e Formatação**. Explicitação das Normas da ABNT, 14 ed. Porto Alegre: [s.ed.], 2007.

REDE SARAH DE HOSPITAIS, Centro de Pesquisas em Educação e Prevenção. **A Rede SARAH e a violência no trânsito**. Brasília: 2006.

SÃO PAULO, Polícia Militar do Estado de. **Rondas Ostensivas com Apoio de Motocicletas (ROCAM)**. Disponível em: <<http://www.polmil.sp.gov.br>>. Acesso em 29 de Outubro de 2009.

# **POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL E A SEGURANÇA NO TRÂNSITO: FERRAMENTAS EDUCACIONAIS E PREVENTIVAS PARA JOVENS ESTUDANTES EM MT**

*Norbenaide Leandra Vieira<sup>1</sup>*

## **RESUMO**

É necessário que as crianças e jovens sejam educados e sensibilizados da importância na paz no trânsito, a fim de se tornarem motoristas melhores e cidadãos comprometidos com a segurança pública. Neste sentido, a Polícia Rodoviária Federal do Estado de Mato Grosso, busca promover a Educação para o Trânsito, preparando os futuros motoristas, comprometidos com um trânsito cada vez mais seguro por meio de projetos como FETRAN - Festival Estudantil Temático Teatro para o Trânsito, Rota Cidadã, Palestras Educativas e Cinema Rodoviário. A presente pesquisa teve como o objetivo investigar a importância da educação no trânsito como medidas preventivas de segurança. Participaram do estudo 50 jovens atores das peças teatrais da 7ª edição do FETRAN realizado em Cuiabá-MT.

**Palavras-chave:** *PRF - Educação no Trânsito - Jovens Estudantes.*

## **ABSTRACT**

It is necessary that children and young people are educated and aware of the importance of peace in traffic in order to become better drivers and citizens committed to public safety. In this sense, the Federal Highway Police of Mato Grosso aims to promote Education for Transit, preparing future drivers, committed to a more secure transit through projects like FETRAN - Thematic Student Festival Theatre for Transit Route Citizen Education Lectures and Film Road. This research was aimed to investigate the importance of education as preventive measures in traffic safety. The study included 50 young actors from the theatrical edition of 7 FETRAN held in Cuiabá-MT.

**Keywords:** *FRP - Traffic Education - Young Student.*

---

<sup>1</sup>Bacharel em Direito pela Universidade de Várzea Grande-UNIVAG-MT em 2006, Inspetora da 2ª SRDPRF/MJ - Especialista em Gestão Organizacional de Segurança Pública PMMT Academia de Polícia Militar Costa Verde - CEGeOSP/CSP pela Universidade Estadual de Mato Grosso - UNEMAT.

## INTRODUÇÃO

Dos 10.319 acidentes registrados pelo NCS 2ª SRPRF/MT <sup>3</sup>, temos 736 mortes e 4.924 pessoas feridas. Isso significa que os o resultado morte aumentou em 3%, e o número de feridos em 6,4% com relação ao relatório anterior.

Estudos comprovaram que vários fatores contribuíram para o aumento desse número como: as condições das rodovias, o aumento do fluxo de veículos, as adversidades climáticas, o aumento da frota de veículos de carga. Porém, um fator é determinante, a atitude do motorista, na qual a imprudência dos motoristas é responsável por 90% dos acidentes (NCS 2ª SRPRF/MT, 2010).<sup>4</sup>

Observa-se que os dados são bastante significativos, e pode-se dizer que na atitude do motorista estão inclusas a falta de atenção, desobediência à sinalização, ultrapassagem indevida, ingestão de álcool etc.

Seguindo essas interpretações, Vasconcelos (1985)<sup>5</sup> lembra que um dos maiores dilemas da vida moderna é o trânsito. E para compreendê-lo, não basta discutir os problemas do cotidiano, como acidentes e congestionamentos, nem decorar manuais de sinalização e regras de circulação. Trânsito vai muito, além disso: é preciso analisar como funciona, como as pessoas participam dele - pedestres, motoristas, passageiros, quais são seus interesses e necessidades.

Desse modo, a 2ª Superintendência Regional no Estado de Mato Grosso, busca promover a Educação para o Trânsito no Estado e preparar os futuros motoristas, auxiliando na formação de condutores conscientes e comprometidos com um trânsito cada vez mais seguro e com menos vítimas, por meio do Projeto Festival Estudantil Temático Teatro para o Trânsito (FETRAN), Rota Cidadã, Palestras Educativas e Cinema Rodoviário (NCS 2ª SRPRF/MT, 2010).<sup>6</sup>

---

<sup>3</sup> NÚCLEO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA 2ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL DE MATO GROSSO: NCS 2ª SRPRF/MT. **Relatórios**. Cuiabá-MT, 2010.

<sup>4</sup> Idem.

<sup>5</sup> VASCONCELOS, Eduardo. **O que é trânsito**. 1. ed. São Paulo. Brasiliense. 1985.

<sup>6</sup> NÚCLEO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA 2ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL DE MATO GROSSO. Op. Cit.

O presente artigo apresenta o tema Polícia Rodoviária Federal (PRF) e a Segurança no Trânsito: Ferramentas educacionais e preventivas para jovens estudantes em Mato Grosso. E os problemas abordados foram: Por que investir nos jovens em educação para o trânsito? Como promover a educação para o trânsito como sistema preventivo de acidentes na área social? O que pensam os jovens que participam do Projeto FETRAN promovidos pela 2ª Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal de Mato Grosso? Qual o conceito institucional da PRF sobre educação para o trânsito?

Acredita-se na relevância da conscientização dos jovens em Educação para o Trânsito, uma vez que serão eles os condutores de veículos do amanhã, pois além de se fazer cumprir a legislação aos infratores no trânsito, é necessário preparar e sensibilizar os jovens para uma nova conscientização e desejo da paz no trânsito.

Presume-se que a educação para o trânsito torna o cidadão mais preparado e consciente nas mudanças de hábitos e no comportamento como condutores com o desejo um trânsito mais humano.

Estima-se que as medidas preventivas de segurança no trânsito são necessárias por meio da educação no trânsito.

A pesquisa foi desenvolvida por meio de referências bibliográficas e pelo método hipotético-dedutivo. A coleta de dados aconteceu por meio de entrevistas em questionário misto, os quais foram aplicados aos jovens e professores que participaram do Projeto FETRAN na grande Cuiabá em 2010.

Neste sentido, o objetivo do estudo foi investigar a importância da educação no trânsito aos jovens atores das escolas participantes das peças teatrais da 7ª edição do FETRAN Festival Estudantil Temático - Teatro para o Trânsito realizado em Cuiabá-MT, como medidas preventivas de segurança no trânsito, promovidas pela 2ª Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal de Mato Grosso em 2010. Além de identificar os tipos e como funcionam as ações sociais disponibilizados pela PRF aos jovens Mato-grossenses para um trânsito mais seguro.

## BREVES CONTEXTUALIZAÇÕES SOBRE A POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

A Polícia Rodoviária Federal foi criada em 1928 no governo do presidente Washington Luís, com a denominação de "*Polícia das Estradas*". Está presente em todas as Unidades da Federação e é administrada pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF), com sede em Brasília/DF. Os estados são divididos em unidades administrativas chamadas de Regionais. Uma regional pode ser uma "*Superintendência*", no caso de estados maiores, ou um "*Distrito*", em estados menores. Algumas regionais englobam mais de um estado brasileiro. As regionais são divididas em "*Delegacias*", que coordenam os postos (bases) de fiscalização (WIKIPÉDIA, 2010).<sup>7</sup>

Atualmente a PRF possui mais de quatrocentos postos de fiscalização nos mais diversos municípios brasileiros, proporcionando uma capilaridade à estrutura do órgão que poucas instituições nacionais possuem. Apesar do trabalho uniformizado, o DPRF não é uma instituição militar, e não existe uma hierarquia rígida entre os policiais. Toda a hierarquia é baseada nas funções de chefia, que podem ser ocupadas por qualquer policial. Por exemplo, pode acontecer de um policial da classe "*Agente Especial*" ser chefe de um da classe "*Inspetor*" (WIKIPÉDIA, 2010).<sup>8</sup>

Polícia Rodoviária Federal (PRF) é uma Polícia Federal, subordinada ao Ministério da Justiça, cuja principal função é combater os crimes nas rodovias e estradas federais do Brasil, assim como monitorar e fiscalizar o tráfego de veículos, embora também tenha passado a exercer trabalhos que extrapolam sua competência original, como a atuação dentro das cidades e matas brasileiras em conjunto com outros órgãos de segurança pública. Suas competências são definidas pela Constituição Federal no artigo 144 e pela Lei nº 9.503 (Código de Trânsito Brasileiro), pelo Decreto nº 1.655, de 3 de outubro de 1995 e pelo seu regimento interno,

<sup>7</sup>

WIKIPÉDIA.

Disponível:

[http://pt.wikipedia.org/wiki/Pol%C3%ADcia\\_Rodovi%C3%A1ria\\_Federal](http://pt.wikipedia.org/wiki/Pol%C3%ADcia_Rodovi%C3%A1ria_Federal), 2010. Acessado: 12 de mar de 2010.

<sup>8</sup> Idem.

aprovado pela Portaria Ministerial nº 1.375, de 2 de agosto de 2007 (NCS 2ª SRPRF/MT, 2010).<sup>9</sup>

Neste sentido, a denominação patrulheiro não mais existe desde 1998. O cargo de PRF se divide em quatro classes: Agente, Agente Operacional, Agente Especial e Inspetor. A partir de 2008, o ingresso no cargo de PRF exige como requisito o diploma em curso de Nível Superior reconhecido pelo Ministério da Educação. Tal decisão já foi publicada no Diário Oficial da União.

## DISCUSSÃO

As estatísticas de acidentes nas BRs de Mato Grosso esbarram em uma contradição. Apesar das péssimas condições das estradas influenciarem no aumento de ocorrências (no primeiro semestre de 2003, foram registradas 1280, enquanto que 2004 já somam 1549), a situação não é principal causa de morte nas rodovias. Pois o excesso de velocidade e a ultrapassagem forçada, principalmente em estradas com boas condições, são os principais motivos de morte nas BRs. O índice cresceu de 67,6%, passando de 68 mortes (janeiro a junho de 2003) para 114 (em igual período em 2004). Os feridos somam 685 e 809 atendidos pela PRF em 2003 e 2004, respectivamente.

O Trânsito é uma questão de comportamento social que envolve indivíduos, grupos, classes. Pode-se dizer que as ocorrências de trânsito são democráticas e atingem todas as pessoas sem diferenciação, seja social, educacional, religiosa ou política (ROZESTRATEN, 1988).<sup>10</sup>

Segundo o Instituto de Pesquisas Aplicadas (IPEA), os acidentes de trânsito com feridos consomem das receitas públicas mais de R\$ 3,6 bilhões por ano. Com as mortes nas estradas é possível prever pelo menos o dobro deste custo.

A violência urbana e os acidentes de trânsito roubam à longevidade do brasileiro e reduzem a expectativa de vida. Famílias são desfeitas precocemente em razão da violência no trânsito. O trânsito é o sistema que mais ceifa mais vidas em

---

<sup>9</sup> NÚCLEO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA 2ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL DE MATO GROSSO. Op. Cit.

<sup>10</sup> ROZESTRATEN, R. J. A. Psicologia do Trânsito: conceitos e processos básicos. 1. ed. São Paulo: EPU/EDUSP. 1988.

todo mundo, possivelmente, até mais que as guerras e as doenças humanas reunidas. O trânsito é um sistema social com sentido de organizar consciências. Pois, os motoristas com atitudes que não buscam a harmonia no trânsito, precisam buscar mudanças de comportamento e conduta rumo à paz no trânsito (RODRIGUES, 2009).<sup>11</sup>

Conforme art. 1º da LDB, a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (LEI 9.394/96 LDB).<sup>12</sup>

### **AÇÕES PROMOVIDAS PELA 2ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL DE MATO GROSSO (SRPRF)**

Levando em consideração que é preciso educar como medida de prevenção, a PRF em parceria com Órgãos Públicos lança Projetos como o FETRAN – Festival Estudantil Temático – Teatro para a Educação no Trânsito, buscando sensibilizar as crianças e adolescentes quanto à necessidade de se conhecer as normas e leis que regem o trânsito brasileiro, auxiliando-os em sua formação enquanto futuros condutores e tornando-os conscientes e comprometidos com a segurança no trânsito (NCS 2ª SRPRF/MT, 2010).<sup>13</sup> As principais parcerias do FETRAN são DETRAN, SEDUC, Assembleia Legislativa e Prefeituras Municipais.

Rota Cidadã que é uma ação social que visa reduzir o índice de acidentes no Estado de MT por meio da conscientização dos condutores de veículos, em especial os caminhoneiros que durante todo ano passa por uma bateria de exames para verificação de sua saúde, na qual a 2ª Superintendência Regional de Mato Grosso conta com a ajuda de parceiros como o DETRAN, Polícia Militar, Bombeiro Militar, Exército Brasileiro, Secretária Municipal de Saúde dos Municípios etc. e Palestras

---

<sup>11</sup>RODRIGUES, José Nivaldino. Por que buscar a Paz no Trânsito? Disponível no site: [http://www.estradas.com.br/sosestradas/articulistas/nivaldino/por\\_que\\_buscar.asp](http://www.estradas.com.br/sosestradas/articulistas/nivaldino/por_que_buscar.asp).2009. Acessado em: 12 de mar de 2010.

<sup>12</sup> LEI 9.394/96 LDB - Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional. Título I, art. 1º. Disponível no site: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf> Acessado em: 12 de mar de 2010.

<sup>13</sup> NÚCLEO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA 2ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL DE MATO GROSSO. Op. Cit.

educativas ministradas pelos Policiais Rodoviários Federais, visando sensibilizar os condutores quanto à necessidade de obter um trânsito pacífico livres de acidentes (NCS 2ª SRPRF/MT, 2010).<sup>14</sup>

Cinema Rodoviário - uma ação realizada nos Postos da PRF, onde após realizada a fiscalização, os condutores e os passageiros são convidados à assistir vídeos rápidos sobre a Temas de Educação para o Trânsito na grande Cuiabá-MT (NCS 2ª SRPRF/MT, 2010).<sup>15</sup>

### **A 2ª SRPRF E O FETRAN - FESTIVAL ESTUDANTIL TEMÁTICO - TEATRO PARA O TRÂNSITO**

Visando promover a Educação para o Trânsito aos jovens, a Polícia Rodoviária Federal (PRF), através do Núcleo de Comunicação Social criou no ano de 2004 o FETRAN - Festival Estudantil Temático - Teatro para o Trânsito. Trata-se de um festival estudantil de teatro com a temática toda voltada para o trânsito, com a participação das escolas do estado de Mato Grosso (NCS 2ª SRPRF/MT, 2010).<sup>16</sup>

O projeto FETRAN foi idealizado pelo inspetor Vanderlei Braga Ortencio Munhoz, chefe do Núcleo de Comunicação Social da Polícia Rodoviária Federal em Mato Grosso (PRF/MT) e recebeu de imediato o apoio do inspetor Clarindo Ferreira da Silva, superintendente da PRF/MT. Com a autorização do superintendente, o idealizador do projeto iniciou imediatamente a busca de parcerias para tornar o projeto uma realidade. O primeiro parceiro do Festival foi a Escola Estadual Liceu Cuiabano que cedeu o Teatro para a realização dos espetáculos (condição mantida até a 7ª edição do projeto). Os parceiros a partir da primeira edição do FETRAN, além da PRF e do DETRAN, foram da iniciativa Pública e Privada.

O primeiro Festival foi realizado de 19 a 24 de julho de 2004, na Escola Estadual Liceu Cuiabano e superou todas as expectativas previstas. O grupo de alunos vencedores do festival foi premiado com viagem a Mato Grosso do Sul e

---

<sup>14</sup> Idem.

<sup>15</sup> Idem.

<sup>16</sup> NÚCLEO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA 2ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL DE MATO GROSSO. Op. Cit.



conheceram os projetos de Educação para o Trânsito desenvolvido no estado (NCS 3ª SRPRF/MS, 2010).<sup>17</sup>

A partir de 2005 a 2010, os grupos de alunos vencedores do evento foram premiados com viagem a Brasília.

Após a realização do 3º FETRAN, o projeto foi levado em reunião pela direção geral da PRF em Brasília, e aprovado para ser realizado nos demais estados brasileiros, tornando no maior projeto de Educação para o Trânsito do Brasil a ser executado pela Polícia Rodoviária Federal (NCS 2ª SRPRF/MT, 2010).<sup>18</sup>

Em 2007, quando o FETRAN começa a ser nacionalizado, em Mato Grosso começa a ser regionalizado em etapas nas cidades de Pontes e Lacerda, Guaporé, Barra do Garças, Araguaia. E realizado no Colégio Liceu Cuiabano, no período de 16 a 20 de julho de 2007 a 4ª edição do FETRAN (NCS 2ª SRPRF/MT, 2010).<sup>19</sup>

O Projeto FETRAN Festival Estudantil Temático - Teatro para o Trânsito tem como objetivo: Estimular as manifestações culturais e artísticas nas escolas de Mato Grosso, oferecendo aos alunos regularmente matriculados a oportunidade de trabalharem a linguagem cênica na elaboração e interpretação de textos com a temática da educação para o trânsito. Dessa forma, a existência do Projeto FETRAN realizado por meio de Festival atende o Código Nacional de Trânsito e demais normas que regulamentam o tráfego de veículos e pessoas (NCS 2ª SRPRF/MT, 2010).

## REGULAMENTOS DO FESTIVAL FETRAN

O Núcleo de Comunicação Social da PRF e 2ª Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal em forma de Projeto traz os regulamentos em edições para o acontecimento do FETRAN - Festival Estudantil Temático Teatro para o

---

<sup>17</sup> NÚCLEO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA 3ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL: NCS 3ª SRPRF/MS. **Relatórios**. Campo Grande/MS, 2010.

<sup>18</sup> NÚCLEO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA 2ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL DE MATO GROSSO. Op. Cit.

<sup>19</sup> Idem.

Trânsito com: Objetivos, público alvo, etapas, categorias de participação, inscrição, avaliação das peças entre outras.

As escolas do ensino fundamental e médio das redes pública e privada podem participar do Festival. Em cada etapa regional, o grupo vencedor de cada categoria se classifica para a etapa estadual. As escolas, alunos e professores participantes de cada etapa regional e da etapa final que ficarem classificados em primeiro, segundo e terceiro lugares serão premiados com projetores, computadores, *notebooks*, televisores e aparelhos de som *Microsystems*. Os grupos vencedores da etapa estadual são contemplados com viagem.

Segundo o Núcleo de Comunicação Social da 2ª SRPRF, os jovens atores das peças de Teatro do Festival passam a ter a oportunidade de conhecer a legislação que rege o trânsito brasileiro de forma que possam assimilar suas regras e normas tornando no futuro, condutores conscientes e comprometidos com a segurança, além de atuarem como parceiros na promoção de um trânsito seguro, fiscalizando pais, irmãos e motoristas com os quais convivem, exercendo assim o papel de agentes mirins do trânsito, bem como o conhecimento da linguagem artística/artes cênicas e suas técnicas. E para os alunos que assistem às peças por meios dos jovens atores participantes do festival, a divulgação é de forma educativa e interativa visando à redução das infrações e acidentes envolvendo pedestres e veículos.

No geral, o Núcleo de Comunicação Social da 2ª SRPRF, segue acrescentando que o Projeto FETRAN, visa:<sup>20</sup>

- a) Oportunizar a classe estudantil maiores conhecimentos sobre artes cênicas;
- b) Sistematizar os conhecimentos dos educandos com a linguagem cênica através de oficinas de teatro, como interpretação, preparação vocal, etc.;
- c) Criar condições para a participação dos alunos no processo educacional para o trânsito;
- d) Criar um ambiente de interação entre o público e o material didático disponível para o conhecimento sobre as normas que regem o trânsito.

---

<sup>20</sup> NÚCLEO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA 2ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL DE MATO GROSSO. Op. Cit.

e) Criar exposições, palestras e vídeos com objetivo de informar o público da realidade local do trânsito.

É importante acrescentar que no FETRAN, além da premiação a nível de escolas que apresentam os melhores espetáculos, os alunos atores participantes recebem premiação de melhores atores/atrizes, oficinas de artes cênicas e os professores de melhor texto e direção, oficinas e capacitação pedagógica.

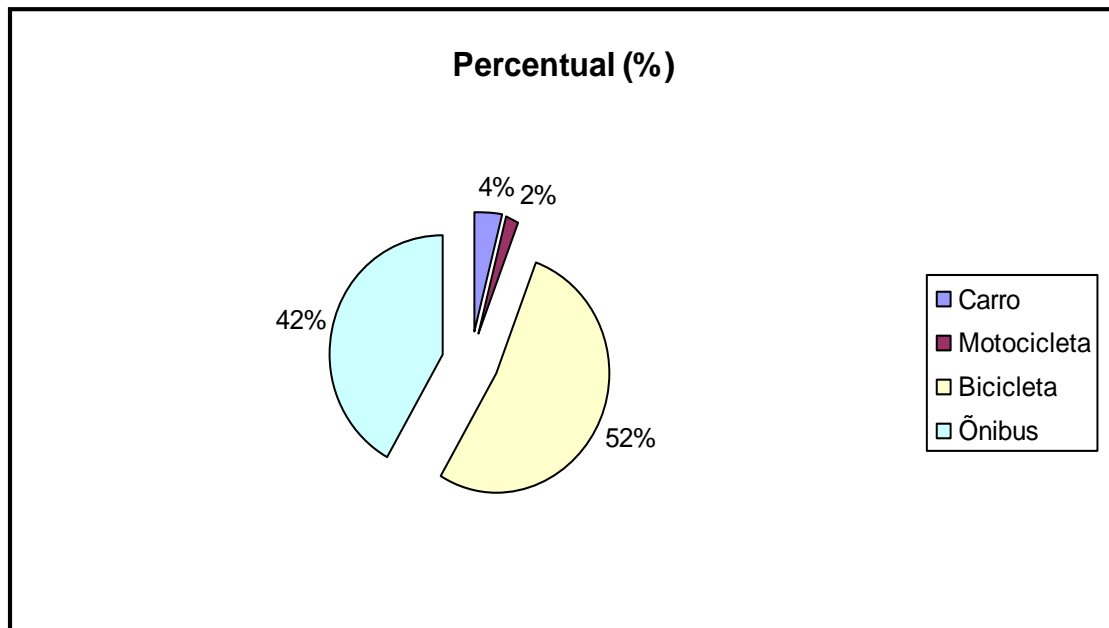
## APRESENTAÇÃO DOS DADOS

No 7ª FETRAN Festival Estudantil Temático - Teatro para a Educação no Trânsito - etapa estadual em Cuiabá-MT, Coordenado pela PRF, SEDUC e DETRAN, em parceria com os palestrantes do Corpo de Bombeiros, da Guarda Municipal, dos Agentes de Trânsito, da Polícia Rodoviária Estadual, do Batalhão de Trânsito e do Departamento Estadual de Trânsito de Mato Grosso, foi realizado uma entrevista com a aplicação de um questionário aos jovens atores participantes das peças de Teatro. Dos 50 jovens atores que participaram da peça teatral: 26 eram do sexo masculino e 24 do sexo feminino, a média da idade dos jovens participantes variou entre 09 anos a 24 anos. Quanto a cidade onde residem eram de Cuiabá, Tangará da Serra, Várzea Grande, Cáceres, Primavera do Leste, Nova Xavantina, Comodoro, Jauru e Colniza. Todos os jovens atores entrevistados eram solteiros. Quanto ao nível de escolaridade dos jovens atores entrevistados, variou entre o Ensino Fundamental Incompleto (cursando) e Superior Incompleto (cursando). Com relação à Carteira de Habilitação (03) entrevistados possui e (02) estão tirando.

Respostas	Total	Percentual (%)
Carro	02	4
Motocicleta	01	2
Bicicleta	26	52
Ônibus	21	42

**Fonte:** Entrevista realizada com os jovens atores que participaram do 7º FETRAN em Cuiabá-MT. Acervo Pessoal, 2010.

**Quadro nº 1 :** O meio de transporte mais utiliza no dia-a-dia



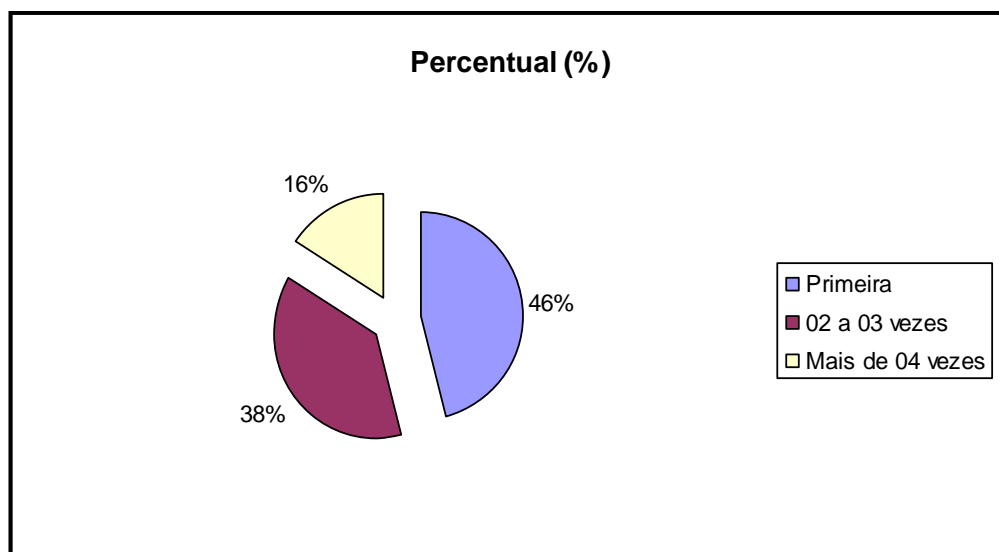
**Gráfico n° 1:** Meio de transporte mais utilizados pelos jovens entrevistados

Com relação ao meio de transporte mais utilizados pelos jovens atores no dia a dia, a grande maioria 47 não utilizam veículos automotores, 26 utilizam bicicleta e 21 o ônibus.

Respostas	Total	Percentual (%)
Primeira vez	23	46
De 02 a 03 vezes	19	38
Mais de 04 vezes	08	16

**Fonte:** Entrevista realizada com os jovens atores que participaram do 7º FETRAN em Cuiabá-MT, 2010.

**Quadro n° 2 -** Quantas vezes já participou das Peças do Projeto FETRAN



**Gráfico 2 - Participação dos jovens entrevistados no Projeto FETRAN**

Quanto à participação dos jovens no FETRAN, uma maioria representada por 23 pessoas participam pela primeira vez do Festival.

Respostas	Total
Aprendizado para a vida; interação; maneira eficiente de conscientização para os jovens, crianças e pais; chamar a atenção por meio da arte; caminho dinâmico.	15
Cultura e incentivo ao respeito à legislação; formas alternativas de alertar sobre os perigos do trânsito; preocupação com um trânsito melhor, com cidadãos e motoristas conscientes.	15
O teatro consegue realizar uma ponte entre todas as classes; salvar vidas, diminuir o número de acidentes; modo divertido de educar; informação; aprendizagem; um alerta; deveria ser assistido por todas as escolas; não deve para nunca; gratificante.	20

**Fonte:** Entrevista realizada com os jovens atores que participaram do 7º FETRAN em Cuiabá-MT, 2010.

**Quadro nº 3 - O que representa a divulgação da Educação para o Trânsito aos jovens através do FETRAN**

Com relação o que representa a divulgação da Educação para o Trânsito através de espetáculos no Festival FETRAN aos 50 jovens atores participantes da peças. Todos responderam de modo otimista e satisfeito com esse tipo de aprendizagem. Inclusive que as peças vencedoras deveriam ser contracenadas em todas as escolas públicas e privadas.

Respostas	Total	Percentual (%)
Não mudou nada	00	00
Mudou	50	100

**Fonte:** Entrevista realizada com os jovens atores que participaram do 7º FETRAN em Cuiabá-MT, 2010.

**Quadro nº 4 -** O que mudou na vida e na família com a participação e conhecimento sobre a Educação no Trânsito através do FETRAN.

Quanto às mudanças ocorridas na vida e na família dos jovens atores após, a participação e conhecimento sobre o FETRAN - Festival Estudantil Temático - Teatro para a Educação no Trânsito. Todos responderam sim, inclusive que mudou o diálogo com os pais, troca de ideias, experiências, mais conhecimento e maior conscientização para valorizar vida, o respeito pelas leis de trânsito, um modo divertido de educar, aprendizagem dos meios seguros da direção preventiva, defensiva e correta, a ser prudente, o habito em usar o cinto de segurança.

Respostas	Total	Percentual (%)
Sim	50	100
Não	00	00

**Fonte:** Entrevista realizada com os jovens atores que participaram do 7º FETRAN em Cuiabá-MT, 2010.

**Quadro nº 5 -** Se os pais apoiam a participação dos jovens atores no FETRAN

Com relação ao incentivo e recebimento de apoio da família para participar do Festival, todos os jovens atores entrevistados responderam que sim, inclusive tendo o acompanhando dos pais no evento, assistindo as peças, transmitindo segurança.

Respostas	Total	Percentual (%)
Sim	50	100
Não	00	00

**Fonte:** Entrevista realizada com os jovens atores que participaram do 7º FETRAN em Cuiabá-MT, 2010.

#### **Quadro nº 6 - Você considera importante para os jovens o Festival FETRAN**

Quanto à importância da mensagem transmitida pelo Festival FETRAN para os jovens que assistem a Educação para o trânsito. Todos responderam que sim, são importantíssimas, porque todos serão motoristas mais conscientes no futuro.

Com relação ao que precisaria acontecer, fazer ou incluir para melhorar a divulgação da Educação no Trânsito para as crianças, jovens, motoristas e comunidade em geral. Todos responderam que o FETRAN - Festival Estudantil Temático - Teatro para a Educação no Trânsito deve acontecer em todo Brasil em 2010, 2011.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Há necessidade de sensibilizar as crianças e os jovens como futuros condutores do amanhã sobre a importância da educação para o trânsito. Apontando os impactos sociais dos acidentes em todos os estados.

É preciso investimentos em medidas preventivas para a Educação no Trânsito em Projetos na área social com crianças, jovens estudantes, condutores e a comunidade em geral no sentido de conscientizar quanto à necessidade de segurança no trânsito.

Na minha concepção, os estados, municípios e comunidade juntos precisam cada vez mais priorizar a paz no trânsito para a superação dos problemas de violência no trânsito vivenciados no dia a dia, levando em consideração que um trânsito seguro depende de atitudes de todos, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à erradicação de vítimas acidentadas e óbitos nas estradas.

Diante dos estudos, pode-se dizer que é necessário a conscientização dos jovens em Educação para o Trânsito, uma vez que serão eles os condutores de veículos do amanhã, pois além de se fazer cumprir a legislação aos infratores no trânsito, é necessário prepara-los para uma nova conscientização e desejo da paz no trânsito.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LEI 9.394/96 LDB - Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional. **Título I, art. 1º**. Disponível em < <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf> > Acessado em: 12 de mar de 2010.

NÚCLEO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA 2ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL DE MATO GROSSO: NCS 2ª SRPRF/MT. **Relatórios**. Cuiabá-MT, 2010.

NÚCLEO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA 3ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL DE MATO GROSSO SUL: NCS 3ª SRPRF/MS. **Relatórios**. Campo Grande-MS, 2010.

RODRIGUES, José Nivaldino. **Por que buscar a Paz no Trânsito?** Disponível em < [http://www.estradas.com.br/sosestradas/articulas/nivaldino/por\\_que\\_buscar.a.sp.2009](http://www.estradas.com.br/sosestradas/articulas/nivaldino/por_que_buscar.a.sp.2009) > Acessado em: 12 de mar de 2010.

ROZESTRATEN, R. J. A. **Psicologia do Trânsito: conceitos e processos básicos**. 1. ed. São Paulo: EPU/EDUSP, 1988.

TOBAR, Frederico. **Como fazer tese em saúde pública: conselhos e idéias para formular projetos e redigir teses e informes de pesquisa**. 1. ed. Rio de Janeiro. FIOCRUZ, 2001.

VERGARA, Sylvia Constante. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

VASCONCELOS, Eduardo. **O que é trânsito**. 1. ed. São Paulo. Brasiliense, 1985.



# A POLÍCIA MILITAR E A MISSÃO CONSTITUCIONAL DE PRESERVAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

Jorge Antônio de Oliveira Paredes<sup>1</sup>

## RESUMO

Este artigo aborda a missão constitucional das polícias militares do Brasil iniciando com um breve relato histórico dessas corporações, procurando fazer a conexão com a missão constitucional, contextualiza e/ou situa o leitor historicamente, passando a descrevê-la na sua amplitude. Posteriormente trata da missão constitucional da polícia e da legislação que rege o seu funcionamento, em consonância com a doutrina empregada para que a instituição cumpra o seu dever. Procura demonstrar a importância das corporações em participar ativamente da elaboração de políticas públicas no campo da Preservação da Ordem, enfocando, principalmente, o aspecto da segurança pública e a importância da parceria com a sociedade, na construção dessa condição de cidadania bem como da participação na elaboração dessas políticas. Finalizando, expressa o modelo institucional que melhor se encaixa na consecução dessas atividades.

**Palavras-chave:** *Missão constitucional - Preservação da Ordem - Estratégia. Comunidade - Polícia Comunitária - Militar.*

## ABSTRACT

This article discusses the constitutional mission of the military police in Brazil starting with a brief historical account of these corporations, seeking to make the connection with the constitutional mission, contextualizes and / or historically situates the reader, going to describe it in its breadth. Later comes the constitutional mission of the police and the legislation governing its operation, in line with the doctrine employed to enable the institution to fulfill its duty. It seeks to demonstrate the importance of corporations to actively participate in public policy development in the field of Preservation of Order, focusing mainly on the aspect of public safety and the importance of partnership with civil society, the construction of the condition of citizenship and participation in drafting these policies. Finally, we express the institutional model that best fits the achievement of these activities.

**Keywords:** *constitutional mission - Preservation of Order - Strategy - Community - Community Policing - Military.*

---

<sup>1</sup> Oficial da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, Cel PM, graduado em Curso de Formação de Oficiais pela APMPR, Especialista em Gestão em Segurança Pública, Especialista em Políticas de Segurança Pública, Direitos Humanos e Mestre em Educação pela UFMT.

## INTRODUÇÃO

Neste artigo pretendo discutir e avaliar, segundo a experiência profissional do Funcionário Responsável Pela Aplicação Da Lei, como é denominado o policial segundo o Comitê Internacional da Cruz Vermelha, apropriando-me e analisando a bibliografia referenciada, além de itens como a teoria das "*vidraças quebradas*", cuja autoria é de James Q. Wilson e George Kelling, Nesta teoria é referenciado um programa para promoção da qualidade de vida em vinte e oito cidades americanas, pelos idos dos anos 70, tornando-se símbolo da estratégia da polícia comunitária. Assim buscou-se identificar a principal tendência estratégica nacional e o modelo existente no país e seus aspectos característicos e implicações de emprego.

### 1. POLÍCIA - RUDIMENTOS HISTÓRICOS

Etimologicamente a palavra polícia tem origem no vocábulo grego "politéia", significando o conjunto de leis ou regras impostas aos cidadãos, cujo objetivo é assegurar o moral, a ordem e a segurança pública. Entende-se por polícia a composição de órgãos e instituições responsáveis por fazer respeitar as leis ou regras, e de reprimir e perseguir o crime.

Efetivamente, a primeira polícia surgiu por volta de 63 a.c, em Roma, por iniciativa do Imperador Augusto, porém seus sucessores transformaram-na em instrumento de tirania e arbítrio, desaparecendo durante o domínio bárbaro.

Ressurgiu séculos após, na Inglaterra, e aí como um verdadeiro sistema policial efetivo, cuja destinação era a manutenção da ordem e a paz social.

A polícia como instituição é uma característica do Estado organizado, existindo desde a antiguidade.

A primeira Polícia Militar no Brasil surgiu em 1722, quando foram criadas nas vilas e nas cidades as Milícias e Companhias de Ordenanças e tinham a função de manter "toda gente em grande quietação e sossego, não admitindo homiziados, nem pessoas inquietas que causassem perturbação aos moradores".

Essas instituições serviam mais as causas particulares que ao interesse público, pois eram financiadas pelos senhores mais ricos da região que, em contrapartida, acobertavam e promoviam arbitrariedades.

Em 13 de março de 1809, e, portanto, pouco mais de um ano após sua chegada ao Brasil, o Príncipe Regente Dom João VI, criou a Divisão Militar da Guarda Real do Rio de Janeiro, assinalando, com base na experiência de sucesso em Lisboa, uma inspiração Francesa, no nascimento da Polícia Militar do Brasil.

Inicia-se aí a nossa saga, de origem clara, e exclusiva destinação para atividades de polícia administrativa, vinculada à segurança e tranquilidade da população, além do devido auxílio à justiça.

A atração ao combate, como desempenho de missões operacionais, por sua condição militar, sua organização, além de problemas políticos efervescentes somados a conflitos regionais e nacionais no final do século XIX, levaram-na, em algumas províncias, a importantes participações no processo histórico, consolidando a tradição de admiração e respeito.

Por consequência disso, tal situação apesar do seu valor histórico, descaracterizou a sua finalidade e os objetivos para os quais a Polícia Militar foi criada, sendo então determinado no Corpo da Constituição de 1934, que o Governo central legislaria sobre essas corporações, contendo-as para qualquer expansão indesejável do seu efetivo e equipamento, além de estabelecer a fiscalização em nível federal, o que permanece até os nossos dias, mesmo que de forma mais discreta.

Foram longos dias, período de grandes transformações e algumas distorções em que a experiência do serviço policial deixou de ser acumulada e observações importantes foram perdidas, em consequência do abismo que passou a separar a polícia militar de sua comunidade, e da sua original condição de polícia administrativa.

A polícia militar de hoje, sofreu algumas mudanças em relação às Companhias de Ordenanças que posteriormente foram reformuladas com a criação da Divisão Militar da Guarda Real do Rio de Janeiro, em 1809, já que continuam estruturados com base na hierarquia e disciplina e o processo decisório, mesmo que

em processo de modernização, ainda é centralizado no paradigma de órgãos de Direção Geral, Direção Executiva e Execução.

## 2. A POLÍCIA MILITAR E SUA MISSÃO CONSTITUCIONAL

A Constituição Federal, no seu Art. 144, caput, estabelece que “(...) a segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da Ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio (...)”, enumerando logo a seguir órgãos que cuidarão dela atribuindo às Polícias Militares a “polícia ostensiva e a preservação da ordem pública (...)”, além de qualificá-las como forças auxiliares e reservas do Exército Brasileiro.

Portanto, é missão das Polícias Militares atuarem com dupla função: como força policial e ainda como forças militares, de acordo com que veremos a seguir.

Vamos tratar primeiramente da nossa atribuição de caráter civil, ou seja, da atividade rotineira de prevenir e reprimir, imediatamente, o crime ocorrido.

A Ordem Pública, no dizer de Moreira Neto (1987), é a situação de convivência pacífica e harmônica da população, fundada nos princípios éticos vigentes na sociedade, inspira-se na condição de estar, pessoas e patrimônio, protegidos e livres de perigos contra ação de pessoas em conflito com a lei, sem conotação ideológica ou adversa.

Para isso atua tanto na prevenção da ordem pública, como na restauração imediata.

Na primeira situação atua com base nos princípios e normas do Direito Administrativo, como polícia preventiva. Já na segunda, atua utilizando as normas e princípios jurídicos do Direito Processual Penal (isolando local, arrolando testemunha, colhendo provas, prendendo pessoas etc.) e, portanto como polícia judiciária, na denominada repressão imediata.

A polícia administrativa não tem como objeto somente o ilícito penal, o seu objeto é bem mais amplo, inclui também a prevenção e a repressão administrativa de toda uma gama de outros ilícitos não penais (polícia de trânsito, das construções, polícia fiscal e etc.).

Com base nisso, Lazzarini (2000), apropriando-se de Caio Tácito estabelece que Ordem Pública é composta por três aspectos: segurança pública, salubridade pública, tranquilidade pública. E significam o seguinte:

a) Segurança Pública – garantia de convivência pacífica, de indivíduos em sociedade, proporcionada pelo Estado pelo exercício do Poder de Polícia nas suas quatro modalidades (Ordem de Polícia, Consentimento de Polícia, Fiscalização de Polícia e a Sanção de Polícia).

b) Tranquilidade Pública – Clima de serenidade com base na convivência pacífica e harmoniosa, produzindo o efeito agradável da situação de bem estar social.

c) Salubridade Pública – Mais ligada a atividade de Bombeiro Militar, está diretamente ligada a condições que prevaleçam a saúde, como responsabilidade do Poder Público.

Até aqui tratamos da missão constitucional da Polícia Militar face às ameaças à comunidade e ao cidadão. Passemos agora a tratar das ameaças aos Objetivos Nacionais.

O parágrafo 6º do mesmo artigo 144 da CF/88 nos impõe a condição de “(...) *forças auxiliares e reserva do Exército (...)*”. Isso significa que temos também uma função, eventual, de caráter militar, para atuação episódica de enfrentamento das insurreições e defesa dos objetivos nacionais. Portanto, integrando o Sistema de Defesa Nacional, podendo ser usado como instrumento de Defesa Interna, de Defesa Territorial e de Defesa Civil.

A Escola Superior de Guerra estabelece nos seus fundamentos doutrinários que “*Defesa interna é o conjunto de atos planejados e coordenados pelo Governo, aplicados para superar ameaças, de origem interna ou externa, com efeitos internos, que possam atentar contra os objetivos nacionais permanentes*”. Nesta condição, as polícias militares serão convocadas, nos casos de grave perturbação da ordem pública ou iminente instabilidade institucional, quando aí atuarão repressivamente no restabelecimento da Lei, da Ordem e da Paz social, mediante operações de restauração da ordem. (Forças auxiliares), precedendo o eventual emprego das FFAA.

Tem-se, portanto, uma importante participação no campo da segurança interna, hoje também designada de segurança integrada.

No campo da Defesa Territorial, no caso de guerra externa e/ou ameaça de invasão do território nacional, a Polícia Militar, convocada e/ou mobilizada será, na condição de reserva, empregada na defesa do território, em ações específicas de polícia. É a atuação na Defesa Externa, que a Escola Superior de Guerra conceitua como *“conjunto de atos planejados e coordenados pelo Governo, aplicados para superar ameaças específicas de origem externa, que possam atentar contra os objetivos nacionais permanentes.”*.

No campo da Defesa Civil aqui entendido como um conjunto de medidas que visa basicamente a prestação de socorro e assistência às populações atingidas por calamidades adversas ou consequências dos efeitos indesejáveis de guerra ou desastre, a Polícia Militar atua, com o policiamento ostensivo geral, na interdição de áreas nas quais sinistros estejam ocorrendo, isolando áreas críticas e/ou perigosas, e ainda nas ações de salvamento e evacuação da população, auxiliando nas campanhas de arrecadação de donativos, distribuição de medicamentos, vacinação e principalmente na guarda do que for arrecadado.

Em estudo denominado Temas de Direito Administrativo, Álvaro Lazarini (2000), trata da *“competência residual”* das Polícias Militares, afirmando que em decorrência de sua extensa competência na preservação da Ordem Pública, ela engloba o exercício de toda a atividade policial de segurança pública, não atribuída aos demais órgãos, e ainda aquelas específicas no caso de falência operacional desses órgãos, tais como greve ou outras causas que venha torná-las inoperantes ou incapazes.

### 3. O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

A democracia brasileira é relativamente nova com pouco mais de vinte anos, quando o país saiu de um regime de exceção para o regime democrático, o Estado Democrático de Direito. Com isso todas as instituições têm procurado realizar modificações e melhorias de desempenho buscando adequar-se às exigências do novo Estado.

O texto Constitucional estabelece no seu artigo 1º que somos um Estado Democrático de Direito, e isso nos diz que todos temos deveres e direitos participando de maneira importante nas ações em busca dos objetivos estabelecidos para o país, que tem fundamentos na cidadania e dignidade humana, dentre outros.

Conclui-se que o Brasil, além de ser um Estado Democrático, é também um Estado de Direito, ou seja, o centro é o Estado, e a Lei a principal fonte de padronização das relações entre seus integrantes, no qual o princípio de legitimação da sociedade política se assenta, no dizer de Leal (2001).

O Estado de Direito tem como suporte a ideologia liberal-burguesa, na qual o homem teve o seu valor reconhecido e centro de todas as coisas. Este estado surge em oposição ao poder absoluto da monarquia, que associada ao clero, mantinha privilégios em detrimento às outras classes que não a nobreza.

O Direito é instrumento que dá forma e contornos a esse Estado, não apenas constituindo-o como uma ordem jurídica qualquer, mas fundamentalmente, por impor limites axiológicos ao exercício do poder, enquadrando-o e vinculando-o a uma percepção de hierarquia das regras jurídicas pelo Direito. Assim, a atividade estatal apenas pode se desenrolar em conformidade com os instrumentos regulados e autorizados pela ordem jurídica. Estado de Direito não significa Estado de Império da Lei, pois este também pode existir na ditadura, desde que dentro de uma ordem jurídica legítima para a observação dos cidadãos.

O cidadão, agora tem a possibilidade de utilizar-se de ferramentas e mecanismos capazes de salvaguardá-lo do arbítrio e da ação abusiva do Estado. O regime Democrático é caracterizado por mecanismos, os direitos humanos e os direitos fundamentais, como a cidadania em sua acepção ampla determina o status da pessoa humana integrada ao Estado brasileiro e a dignidade da pessoa humana como principais exemplos da nossa Constituição Federal. Tudo legitimado pelo seu povo, que fundado na legalidade democrática, influi na realidade social e exerce a função transformadora da sociedade.

É de conhecimento público que segurança pública não é um problema só da polícia. A Constituição Federal de 1988 determina que é um direito e responsabilidade de todos, uma vez que afeta a vida, a integridade física e,

especialmente o patrimônio das pessoas. Além disso, existem vários fatores intervenientes que combinados são indutores do crescimento dos índices de criminalidade e violência e podemos citar a modernização e urbanização acelerada, desigualdade social restringindo as oportunidades, os padrões de consumo elevadíssimos em função da concentração de renda liberdade de toda ordem aliada à ausência eficiente de freios morais e religiosos.

O medo, como resultado da sensação de insegurança, impõe às pessoas a adoção de medidas através das quais elas tentam se proteger das mais variadas formas, desde as pessoas nos limites do espaço familiar, interferindo na sua liberdade de ir e vir, até o permanente controle através de equipamentos eletrônicos, perdendo com isso boa parcela de sua privacidade. Esse medo produz insegurança coletiva e isso faz com que a comunidade busque maneiras objetivas, racionais e eficientes de se proteger.

Esta sensação de insegurança estendida a toda sociedade, traz reflexos aos órgãos de segurança pública, uma vez que gera um sentimento de que eles não cumprem o seu papel, tanto quanto outras ligadas à proteção, às garantias de direitos individuais e coletivos, como saúde, educação e habitação. É natural que se vinculem os problemas de segurança pública a pouca eficiência da polícia, por tratar-se de tópicos interligados, mas um fator não necessariamente implica em outro.

O cidadão também é responsável pela segurança pública, segundo a Constituição Federal de 1988. Há que se encontrar uma maneira de ele participar efetivamente e poder contribuir em sua comunidade, participando das discussões, levantando sugestões, interagindo com os órgãos públicos e não governamentais, comprometendo-se com os interesses locais, resolvendo os problemas existentes e ainda impedindo ou reduzindo a incidência de outros.

O resultado dessa atuação comunitária se transforma em confiança mútua, entendimento e fortalecimento de laços sociais, como resultado da convivência, tornando mais significativa a redução do medo e da violência. Esse comprometimento comunitário promove ações construídas pela comunidade, e são capazes de impulsionar atitudes de convivência e espaços de encontros sociais



saudáveis, e que melhoram a qualidade de vida das pessoas. Problemas sociais só podem ser resolvidos com a conjugação de esforços.

A instituição policial é resultado de um contexto social, a sociedade molda as suas instituições. Ela, a polícia, é o contexto maior das questões policiais. Se for considerada violenta, e/ou executa sua atividade de proteger o cidadão fora dos padrões legais e éticos (arbitrariedade e corrupção) é porque isso também é reflexo daquilo que ocorre no seio das comunidades.

Criar uma nova polícia não nos parece a melhor solução, já que esta será composta por pessoas oriundas da mesma sociedade e portando ela dificilmente não terá os mesmos defeitos. Resta-nos melhorá-las dando um choque de eficiência. Ao longo dos anos as instituições policiais acreditavam dar conta sozinhas do problema da violência e criminalidade, tratavam desse assunto utilizando o jargão que se tornou o popular nos meios de comunicação: “Segurança Pública é assunto de polícia!”.

Dessa forma, pensando possuir as soluções dos problemas, donos, mesmo que equivocadamente do que era certo ou errado para a coletividade, a polícia foi se isolando daqueles para os quais deveria prestar o serviço de proteção. Esse isolamento fez com que muitos profissionais da segurança perdessem o sentido da realidade, a capacidade de avaliação foi prejudicada, em função do surgimento de visões estigmatizadas que contaminou o exercício da atividade policial, permeada de preconceitos, violência e/ou ilegalidades.

Determinados segmentos da sociedade tinham um tratamento diferenciado pelo privilégio, na medida em que se alterava a condição social do cidadão que, por qualquer motivo, procurava o órgão policial.

Com isso, prejudicou-se a percepção do que era correto, somado a generalização das práticas inadequadas e ilegais, causando elevado grau de desgastes institucional, e daí impediu-se o reconhecimento dos procedimentos positivos, num flagrante desrespeito à história das corporações e até a dignidade dos milhares de cidadãos que escolheram a polícia como profissão, resultando disso tudo no baixo grau de interação polícia-comunidade. A polícia isolada não conhecia os

problemas da sua própria comunidade; a comunidade não conhecia sua polícia, perdendo o referencial de que a polícia existe para proteger e servir ao cidadão.

A sociedade tem evoluído em velocidade nunca antes experimentada. O movimento de globalização exige das instituições sociais, uma capacidade muito grande de adaptação e acompanhamento dessa velocidade. A sociedade estática ficou pra trás. A sociedade hoje é dinâmica e apresenta-se com novas alternativas, a comunicação é veloz e sofisticada. Em decorrência disso os serviços na área de Segurança Pública necessitam de um choque de eficiência, que traduzam a melhoria nos padrões de qualidade que a sociedade exige.

No campo dos Direitos Humanos, a luta pela dignidade humana ganha relevância e alcança a terceira e quarta geração dos direitos do homem. As diferenças são assumidas e a diversidade é aceita. A discussão e a resolução de conflitos é o caminho por onde trafegam essas relações sociais.

A polícia que trabalha nesse caminho precisa estar em condições de prestar um serviço de qualidade, como consequência de programas de desenvolvimento profissional que lhe dê elevada capacidade técnica, ampliação do nível de compreensão da sua atividade e que favoreça o exercício da reflexão das condições da sociedade na qual vive e atua profissionalmente, permitindo o desenvolvimento de profissionais com capacidade de atuarem mais efetivamente no processo decisório institucional e no seio sociedade.

No atendimento das ocorrências que não conseguir prevenir, o funcionário público responsável pela aplicação da lei, dará maior atenção às ações mais elaboradas tecnicamente, cujo foco é o atendimento ao cidadão e a vítima, deixando de priorizar o cidadão em conflito com a lei (o infrator) e sua prisão. O Policial será reconhecido por ser sua técnica, prudente, segura e com visão ampla da sua condição de prestador de serviço de excelência, tratando a todos com urbanidade, respeito as diferenças e à diversidade social, destacando-se por defender os direitos e garantias individuais da pessoa.

## 5. A POLÍCIA COMUNITÁRIA COMO ESTRATÉGIA

A solução tradicional já não atende mais às expectativas. As cidades cresceram e as relações sociais se tornaram mais complexas, desafiando a concepção histórica da atuação policial tradicional, principalmente nos grandes aglomerados urbanos.

O aumento dos índices da criminalidade geram sensação de insegurança, que determinam discussões acerca do modelo de polícia e sua performance. Sugerindo assim a implementação de estratégias de atuação institucional que aperfeiçoem o processo de solução dessas questões, buscadas como resultado da interação entre a polícia e os segmentos sociais.

Esses projetos comunitários abrangerão os setores da educação, saúde, cultura, lazer e melhoramento da qualidade de vida da comunidade; e serão adotados como consequência natural da discussão em fóruns sistemáticos, onde serão discutidos com as comunidades, respeitando-se as suas especificidades, características e cultura, direcionando as discussões dos problemas adequadamente, descobrindo causas e soluções viáveis e, claro, dentro das condições de recursos disponíveis do poder público e seus serviços, naquela região. Esse processo não se encerra por aí, após a avaliação dos resultados ele se reinicia tornando-se um ciclo virtuoso de melhora da harmonia social e qualidade de vida.

Nos últimos anos as forças policiais têm procurado a integração com a comunidade, inicialmente com objetivos equivocados, já que buscavam com esse envolvimento arrecadar recursos para o funcionamento das instituições, mas ainda mantinham-se na postura tradicional (isolamento). Mas foi um começo.

A administração das instituições policiais não pode permanecer acomodada e inerte, diante do desenvolvimento que experimenta a sociedade de hoje. Para tanto o modelo tradicional de executar as atividades de polícia precisa ser modificada para um modelo que, compreendendo o contexto social, busque medidas que protejam os direitos fundamentais de todas as pessoas e ao mesmo tempo exerça a sua atividade de controle, mantendo a ordem social sob os parâmetros do Estado Democrático de Direito.

Para esse fim o melhor modelo é aquele que usa como estratégia a Polícia Comunitária. Nesse sentido o então Major PM Roberson, da PMPR, e de quem tive o privilégio de ser aluno na Academia Policial Militar do Guatupê, apropriou-se de José M. Rico, que se manifestou da seguinte forma:

Entre os modelos preventivos existentes, o mais promissor parece ser o modelo comunitário, destinado antes de qualquer coisa, a sensibilizar a comunidade sobre o papel que poderá desempenhar na prevenção do delito, principalmente graças a uma colaboração eficaz com a polícia.

Essa estratégia engloba todas as atividades na busca de solução de determinado problema na comunidade, e que deve ser praticada por órgãos de governo ou não. Envolvem-se nesse conjunto de medidas bem articulados em si, as forças da sociedade (“os seis grandes”) combinando quase sempre ações múltiplas e de maneira hábil para alcançar determinado objetivo.

A Polícia Militar, no caso particular, atua em sua atividade específica, o policiamento ostensivo de preservação da ordem pública na comunidade, no que então se transforma em policiamento comunitário.

O policiamento comunitário é o policiamento ostensivo com suas características, princípios e variáveis, e que busca, além de evitar a prática de delitos e condutas anti-sociais, a realização de uma filosofia de participação da comunidade como parceria no processo de identificação priorização e resolução de problemas.

O policiamento comunitário é o policiamento ostensivo perfeitamente integrado à determinada comunidade. É a doutrina de policiamento ostensivo cuja aplicação foi discutida com a comunidade para atender às suas peculiaridades.

Para que a integração polícia-comunidade ocorra de fato e o policiamento comunitário alcance os resultados previstos, necessariamente o policial deverá participar da vida da comunidade, trabalhando sempre naquela região para ser conhecido pelos cidadãos que a integram, e também conhecê-los. Tem que ser um profissional motivado e portador de autonomia para decisões e iniciativas, ainda que, sob monitoramento, coordenação e fiscalização constantes.

A proatividade tem que ser uma constante, mediante um espírito de cooperação e criatividade (sem significar invencionismo!) capaz de estabeleça laços

fortes de confiança na solução de problemas e atendimento de necessidades por integração ativa. Dessa forma a solução é comunitária, o medo se reduz, os resultados são direcionados e daí tem-se qualidade de vida naquela comunidade.

## 6. A POLÍCIA COMUNITÁRIA E O MODELO MILITAR

No início do século XIX, o então Ministro do Interior inglês, Sr Robert Peel, criou o conceito mais correto de atuação policial com o ideal de *“servir e proteger”*, cujos objetivos básicos eram: restabelecer a fé do público, proteger o inocente e sustentar a lei.

A partir destes objetivos ficou definido como a polícia deveria atuar em um Estado Democrático de Direito, no qual proteger o cidadão está acima do próprio dever de cumprir a lei. E afirmou que a *“A polícia deve ser estável, eficiente e organizada, segundo padrões militares”*.

A visão de *“força pretoriana”*, ainda nos dias de hoje, é muito presente quando o assunto é a Polícia Militar, em função de sua participação em períodos políticos de triste memória. Mas não é essa discussão um privilégio nacional, em outros países (França, Itália e Espanha) já experimentaram esse tipo de pressão contra essa dualidade ou dicotomia.

Essa dicotomia (militar x civil) é consequência do que o coronel lusitano Armando Alves, em artigo reproduzido na Revista Unidade (Jan/Abr 2005), chamou de predomínio cego de influência dos valores organizacionais levando ao militarismo; enquanto o exagero da representatividade do sistema social conduzirá ao civilismo.

O caráter militar atribuído constitucionalmente aos integrantes da Polícia Estadual (a militar) e dos Corpos de Bombeiros em nada dificulta a sua atuação no cumprimento da missão.

As Instituições Militares estaduais, muito embora tenham semelhanças de formato, não têm idêntica configuração técnica, já que não guardam nenhuma capacitação para ações bélicas. Mesmo quando mobilizados e/ou convocados para integrarem o sistema de defesa nacional serão empregados em atividades do tipo polícia.

No dizer de Valla (2006), os profissionais de uma força policial devem estar preparados para prevenir e reprimir (não o homem, mas o crime por ele praticado), com o máximo de respeito aos direitos humanos, menor taxa de conturbação e igual discricção operacional.

Por outro lado, a ideia de desmilitarização das forças auxiliares, pode ocasionar um natural afrouxamento da hierarquia e disciplina, perda disponibilidade total, baixa determinação no cumprimento da missão, além do comprometimento do sistema de defesa nacional pelos motivos já expostos.

Nos países onde as forças policiais não possuem esse caráter militar existe um instrumento do qual se eles se utilizam para fazer frente às crises de maior intensidade (o equivalente aos nossos problemas de grave perturbação da ordem e defesa territorial), são as Guardas Nacionais, que agem como recursos suplementares, e são uma força intermediária entre a polícia e força militar, evitando assim o emprego prematuro das forças armadas, cujo principal exemplo são os Estados Unidos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história das forças policiais confunde-se, na maioria delas, com a história e a identidade dos seus estados-membros e foi consolidada com a legitimidade plena assegurada por uma Constituição Federal/88, que por sua vez foi elaborada na efervescência da exaltação das liberdades democráticas e respeito à dignidade humana. Essas instituições só subsistiram, no tempo, graças ao seu caráter militar. Por isso elas têm seu valor reconhecido.

Na medida em que a sociedade evolui e se moderniza, as suas organizações também o fazem. Por isso as Policiais Militares adotam a Polícia Comunitária como estratégia para a solução dos problemas da sua comunidade. Sua missão é ser parceira da comunidade, agindo proativamente, valorizando as instituições sociais locais, com emprego de metodologias que viabilizem a solução de problemas comunitários, garantindo a paz social e bom nível de segurança.

A Polícia Militar precisa ser modernizada, e aí será um instrumento muito importante para as necessidades do Estado Democrático de Direito, em função da

sua educação continuada e sistemática voltada para o respeito à integridade e dignidade da pessoa humana. Os problemas das Polícias Militares certamente não estão relacionados à sua condição de militar.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BONDARUK, Roberson Luiz; Souza, César Roberto. *Polícia Comunitária: Polícia Cidadã Para Um Povo Cidadão*. Curitiba: Associação da Vila Militar, Publicações Técnicas, Volume XII, 2003.

BRASIL, *Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 05 de outubro de 1988*. 29ª ed. São Paulo: Saraiva. 2002.

BUENO DE JESUS, José Lauri. *O Estado Democrático de Direito e As Políticas de Segurança Pública*. Revista Unidade nº 57, Porto Alegre: Associação para Pesquisas Policiais.pg 07-18.Jan/Dez 2004.

DE LIMA, Renato Sérgio; De Paula, Liana (org). *Segurança Pública e Violência: O Estado está cumprindo seu papel?* São Paulo, Contexto, 2006.

LAZZARINI, Álvaro; TÁCITO, Caio; MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. *Direito Administrativo da Ordem Pública*. Rio de Janeiro. Forense, 3ª ed,1998.

LAZZARINI, Álvaro. *Temas de Direito Administrativo*. São Paulo, Revista dos Tribunais, 2000.

MARK H. Moore; TRAJANOWICS, Robert. *Estratégias Policiais para o Policiamento*. Revista Unidade nº 51, Porto Alegre: Associação para Pesquisas Policiais.pg 07-33.Jul/Set 2002.

TROJANOWICZ, Robert; Bonie Bucqueroux. *Polícia Comunitária: Como Começar*. São Paulo: Polícia Militar do Estado de São Paulo, 1999.

VALLA, Wilson Odirley. *Doutrina de Emprego da Polícia Militar e Bombeiro Militar*. 2ª ed. Curitiba: Associação da Vila Militar, Publicações Técnicas, Volume I, 2ª ed, 2003.

# SEGURANÇA PÚBLICA: O ESTADO NA PREVENÇÃO DO CRIME E VIOLÊNCIA

*José Antônio Gomes Chaves<sup>1</sup>*

## RESUMO

O trabalho teve como problema, saber qual é a responsabilidade do Estado na prevenção da criminalidade, uma vez, que é notório que o assunto da criminalidade e violência estão na vida cotidiana de toda a sociedade e é um assunto, por vezes, tratado sem nenhum fundamento racional por todos os meios, quer sejam por políticos, por meios de comunicação e pela própria sociedade que exige das instituições estatais que resolvam o problema de forma efetiva. Procuramos verificar quais as verdadeiras possibilidades dos organismos do Estado em proporcionar a sociedade o que se exige, uma sociedade sem os crimes nas ruas, nos lares, no comércio, nas administrações públicas e privadas. Buscamos o fundamento e legitimidade do Estado para atuar no campo da segurança pública, o poder do Estado moderno com sua legitimidade em intervir nos efeitos e nas causas do crime e violência e a sua capacidade administrativa. As causas da criminalidade com teorias que fundamentam os estudos e concepções da criminologia que apresenta a pessoa do delinquente, o meio em que ele se formou e os motivos que levaram a cometer atos ilícitos. Tais verificações foram levadas em consideração para verificar qual a capacidade do Estado na prevenção da criminalidade e violência.

**Palavras-chave:** *Segurança Pública – Filosofia – Política.*

## ABSTRACT

The work was problem, know what is the State's responsibility in the prevention of crime, once again, that it is clear that the issue of crime and violence are on the everyday life of the whole society and is a subject sometimes treated no rationale by all means, whether by politicians, the media and by the company and requires state institutions to solve the problem effectively. Tried to verify what the real possibilities of state agencies to provide society what is required, a society without crime in the streets, in homes, in commerce, in public and private administrations. We seek the foundation and legitimacy of the state to act in the public safety field, the power of the modern state with its legitimacy to intervene on the effects and causes of crime and violence and their administrative capacity. The causes of crime with theories underlying the studies and conceptions of criminology that presents the person of the offender, the medium in which it was formed and the reasons that led him to commit unlawful acts. Such checks were taken into account to determine which state capacity to prevent crime and violence.

**Keywords:** *Public Safety – Philosophy – Politics.*

---

<sup>1</sup>Tenente Coronel da PMMT, Especialista em Gestão do Estado - UNIC, Especialista em Gestão Organizacional em Segurança Pública - APMCV/UNEMAT, Especialista em Filosofia - UFMT, Tecnólogo em Gestão Pública.



## INTRODUÇÃO

Hoje, a segurança pública tem sido bastante discutida no Brasil, principalmente para analisar e responder o motivo do descontrole da violência e criminalidade, além de procurar uma solução para frear tais fenômenos sociais.

Na Constituição Federal de 1998, no artigo 144, caput, estabeleceu que “a Segurança Pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio”.

A atuação do Estado com políticas que venham a melhorar o quadro da segurança pública reflete em outras áreas de atuação do Estado, pois melhorando a sensação de segurança, conseqüentemente há por parte de todos uma contribuição com o trabalho de prevenção. Verificamos que, a segurança pública é um conjunto de processos, políticos e jurídicos, destinados a garantir a ordem pública, sendo esta, objeto de estudo daquela, que no estudo jurídico administrativo a preservação da ordem pública é de competência do Estado, que neste caso, faz através da administração pública, a concretização de suas políticas LAZARINI (2000).

No entanto a prevenção será alcançada somente através das ações do Estado? E o Estado é capaz de cumprir o seu papel de prevenir de maneira efetiva, e se não, podemos responsabilizá-lo pelo desajuste na ordem pública? Então vamos verificar como o Estado se apresenta diante deste contexto.

O tema foi abordado buscando-se os conceitos e fundamentos do Estado, verificando-se uma possível correlação que identifique fenômenos de causalidade da conduta criminoso e violenta e o dever e responsabilidade do Estado com a anulação e tomadas de providências destas práticas, com o foco na sua prevenção.

Se conseguirmos através deste trabalho, verificar a verdadeira responsabilidade do Estado em prevenir a criminalidade e violência, estaremos oportunizando um maior foco nas ações voltadas para verdadeiras intervenções nas políticas de segurança pública, que trarão resultados mais efetivos no combate e prevenção do crime e violência.

Procurou-se verificar a verdadeira responsabilidade do Estado mediante as causas e efeitos da criminalidade, com o objetivo de encontrar o que realmente está

ao alcance do Estado, para que possibilite ações efetivas na prevenção do Crime e da violência. Assim, para chegarmos ao nosso objetivo, buscou-se analisar os fundamentos jurídicos e filosóficos que originam a existência, o poder, a função e os deveres do Estado.

Verificou-se a responsabilidade do Estado baseadas na legislação em vigor, teorias gerais do Estado, criminologia, filosofia e ciências políticas, analisou-se as causas da criminalidade e violência, mediante estudo criminológico, avaliou-se a capacidade do Estado, considerando sua competência jurídica e ética e o seu poder administrativo e político, de detectar e prevenir o crime e violência.

## 1 O PODER DO ESTADO

Para que possamos ter uma melhor compreensão da formação do Estado moderno, é preciso nos remetermos a obras clássicas de filósofos que tiveram uma relevante influência na estruturação do pensamento político, dos quais, até os dias de hoje, permeiam os conceitos de soberania, poder, unidade de Estado e da lei. Hoje, todo o aparato teórico e jurídico para governar, não deve caminhar se não respeitando as normas, que compõe as diretrizes de planejamento financeiro, pois as políticas devem atender os anseios, dentro dos limites orçamentários sob pena de responsabilidade fiscal<sup>2</sup>.

Como estamos tratando da capacidade do Estado em prevenir o crime e violência, vamos apresentar alguns recortes de alguns pensadores do Estado que expressaram suas concepções e pré-compreensões sobre o poder.

Freire (2009, p. 49) afirma que o homem como um ser livre e racional, molda sua existência de acordo com suas decisões, criou cidades, instituiu costumes e regras tendo o poder político com um dos instrumentos.

Maquiavel (2006), que dizia que o homem tem uma natureza egoísta, agressiva e aquisitiva, pois o líder deve exercer toda a força ou maldade quando necessário para que os benefícios do governo sejam melhor aplicados.

---

<sup>2</sup> MACHADO, José; REIS, Heraldo. A Lei 4320 Comentada e a Lei de Responsabilidade Fiscal. 31 ed. Rio de Janeiro: Editora IBAM, 2003.

A distinção do poder político nos gregos é exercido através do discurso da persuasão e não na utilização da força ou violência, diferentemente do entendimento de Jaeger<sup>3</sup>.

Freire (2009) resume que o poder político se alimenta com o sábio para Platão, com o ético para Thomas de Aquino, Astuto com Maquiavel, carismático para Hegel, Partido Político para Marx ou regime Político seguindo os princípios da democracia.

O Estado, no entendimento de Platão (2004), nasce das necessidades dos homens, e com essas inúmeras necessidades, é preciso muitas pessoas para supri-las, cada um dentro de suas habilidades, dons e função. Quando essas pessoas se associam numa só habitação, o conjunto dos habitantes recebe o nome de cidade ou Estado.

Platão defende a tese de que o poder político se justifica pelo seu intento de promoção da justiça e do bem comum e que, portanto, somente os sábios podem governar. Já o cidadão comum, em virtude de sua ignorância, não deve participar da vida política.

Aristóteles (2008) considerava que os princípios dos quais Platão partia para deduzir suas explicações acerca da vida social e política, não tinham fundamentos na realidade objetiva.

Em relação ao comportamento humano, Aristóteles dizia que, o que move o homem é a busca da felicidade, do bem viver. É esse princípio universal, esta verdade absoluta é a busca da felicidade, do bem viver. São estas proposições que expressão o pensamento político de Aristóteles.

Maquiavel (2006) põe em dúvida se é melhor sermos amados do que temidos, ou vice-versa. Deve-se responder que desejamos ambas as coisas, mas se tivermos que renunciar a uma delas, é muito mais seguro sermos temidos do que amados.

A teoria do Estado de Hobbes (1999) é a seguinte: quando os homens primitivos vivem no estado natural, como animais, eles lutam entre si pelo poder, riquezas, propriedades. Mas se destruindo, percebem a necessidade de fazerem um

acordo, um contrato, mas os pactos, sem espadas, representam palavras sem força. Por isso, o pacto social, a fim de permitir aos homens a vida em sociedade e a superação de seus egoísmos, deve produzir um Estado absoluto, duríssimo e poderoso.

Hobbes (1999) chega ao problema fundamental da ciência política, quando ressalta o poder como motor das concepções existenciais do estado, sendo: a competição, a desconfiança e a glória. Encontramos em, uma brilhante explicação do que seja estas três causas de discórdia da natureza humana, para que o poder se sobressaia, como vemos a seguir:

- a) a competição, que leva os homens a atacar uns aos outros, em busca de um benefício ou ganho. Assim, os homens recorrem a violência para se tornarem senhores das pessoas, mulheres, filhos e rebanhos de outros homens;
- b) a desconfiança, que o faz lutar pelos mecanismos de segurança para defendê-los;
- c) a glória que o faz combater pela reputação, recorrendo-se à força pelos motivos insignificantes, como uma palavra, um sorriso ou uma diferença de opinião.

Soares (2008, p. 54)<sup>4</sup>

Neste contexto, Hobbes (1999) aponta que seria o desejo e a busca incessante pelo poder que levaria o homem a declinar seu destino até a morte.

No “Leviatã”, há um capítulo somente para tratar da discussão do poder, assim diz Hobbes: “Em primeiro lugar, considero uma inclinação geral de todo o ser humano um perpétuo e incessante desejo de poder cada vez maior, que não cessa com a morte” (BOBBIO 1991, p.35).

Rousseau (2008), fez a Hobbes uma boa argumentação, quando disse que o homem, no estado natural, é um lobo para seus semelhantes. Para Rousseau é a civilização que perturba as relações humanas, que violenta a humanidade, pois os homens nascem livres e iguais (eis o princípio que vai se afirmar na revolução burguesa), mas em todo lugar estão acorrentados. Na verdade, porém, os homens não nascem nem livres nem iguais, só se tornam assim através de um processo político.

Locke (2005) observa que o homem no estado natural é livre, mas sente a necessidade de colocar limites à sua própria liberdade, afirma que os homens se

---

<sup>4</sup> SOARES, Mário Lúcio. Teoria do Estado: Novos Paradigmas em face da globalização. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

juntam em sociedades políticas e submetem-se a um governo com a finalidade principal de conservarem suas propriedades.

Para Rosseau, os homens não podem renunciar a esses bens essenciais de sua condição natural: a liberdade e igualdade. Eles devem constituir sociedade. Também para Rousseau a sociedade nasce de contrato, ele apresenta a mesma mentalidade comercial e o mesmo individualismo burguês. O indivíduo é preexistente e funda a sociedade através de um acordo, de um contrato.

## 2 CAUSAS DA CRIMINALIDADE E VIOLÊNCIA

As causas da criminalidade são estudadas e pesquisadas por diversos ramos da ciência contemporânea, há que se levar em consideração vários fatores que originam o fenômeno da criminalidade e violência, assim os estudos necessitam das abordagens nas áreas das diversas ciências, buscando o saber como base fundamental para se postular as origens do comportamento delitual e assim aplicar as políticas necessárias e efetivas correlacionadas com o nexos causal, podendo assim, nos esclarecer quais situações podemos prever para que assim sejam tomadas as devidas medidas de prevenção.

Para isso busca-se como disciplinas básicas da criminologia, biologia, psicologia, sociologia, pedagogia e política.

Neste contexto, as causas da criminalidade são objeto de estudos necessários e essenciais para propor políticas públicas de segurança e políticas de segurança pública, capazes de combater a criminalidade de forma a alcançar todos os fatores que contribuem para a criminalidade e violência

É fácil observarmos a mídia e os políticos falarem em legislação penal, com objetivo de tornar as penas mais rigorosas, assim como um aperfeiçoamento dos ritos processuais para que não haja tantas formas que facilitem os criminosos de usarem a lei ao seu favor. Verifica-se que são levantadas várias soluções para os problemas nas execuções das penas de modo a reabilitar socialmente os delinquentes, fala-se também em multifatores sociais, descaso das políticas de segurança pública, que popularmente culpam as polícias que são taxadas de inoperantes e ineficientes, nos bombardeiam com discussões sobre segurança pública sob o aspecto do empirismo e

pessoas que não atuam nas áreas específicas, e mesmo assim, nos fornecem opiniões fundamentadas pelo achismo de quem observa a segurança do ponto de vista dos expectadores exigindo um melhor processo de judicialização e penalização.

Assim, buscamos os saberes criminológicos, para nos orientar no entendimento dessas causas, suas variantes suas origens, especula os mais variados fatores que originam o fenômeno da violência.

Dos vários estudos criminológicos, começamos por destacar alguns enfoques sobre o ponto de vistas de alguns estudiosos, citados por Albergrafia (1999), como:

- a. HURWITZ, que diz que a criminologia compreende os fatores básicos da criminalidade, mediante a investigação empírica, estes fatores são os individuais e os sociais. Assim o objeto da criminologia estaria colocando de lado a penologia e a política criminal;
- b. SEELIG, que diz que a criminologia pratica como objeto, não só o fenômeno natural da prática do crime, como a personalidade e ambiente, mas também o fenômeno natural da luta contra o crime, sendo o tratamento e profilaxia;
- c. KINBERG, que considera a mesma visão de SEELIG, além da etiologia criminal, a terapêutica e a profilaxia.

A criminologia não baseia seus estudos apenas delimitado pela norma penal, mas observa principalmente os aspectos da patologia social.

Assim começamos a buscar como causas da criminalidade, alguns dos fatores e teorias que explicam o comportamento criminoso e violento para que tais informações nos dê parâmetros no entendimento das condutas que podem ser antecipadas, apontando para o poder do Estado a sua responsabilidade prever e prevenir o crime e a violência.

## 2.1 CRIMINALIDADES

Segundo A Lei de Introdução do Código Penal Brasileiro, Decreto lei nº 3.914 de 09/12/1941, no seu artigo 1º artigo expressa a definição de crime, da seguinte maneira:

Considera-se crime a infração penal a que a lei comina pena de reclusão ou detenção, quer isoladamente, quer alternativa ou cumulativamente com a pena de multa; contravenção penal a que a lei comina, isoladamente, pena de prisão simples ou de multa, ou ambas, alternativas ou cumulativamente. Decreto lei nº 3.914 de 09/12/1941.

Portanto, o crime só vai existir quando houver uma lei que o descreva, nesse aspecto dogmático do Direito Penal, o conceito de crime é essencialmente jurídico. Porém o nosso Código Penal não contém uma definição de crime, deixando para interpretação das doutrinas dos vários juristas que definem o ilícito penal sob vários aspectos. Já a criminologia passa a estudar o crime tomando-se como objeto o criminoso (biologia criminal), e a criminalidade (sociologia criminal).

Assim, elencamos uma série de teorias, escolas e fatores que relatam e influenciam as causas da criminalidade, os quais são objetos diretos de estudo da criminologia, estudos estes, que podem servir de suporte para obtenção de conhecimento e planejamento ao controle, prevenção e combate ao crime.

### **2.1.1 Fenômeno da Criminalidade**

A criminalidade é assunto que vem ganhando muita notoriedade no mundo todo, não somente em casos pontuais, mais como parte dos conflitos existentes dentro da sociedade. Pois os conflitos pessoais e de grupos, existem desde de quando o homem começou a se entender como ser pensante, assim a violência também surgiu como efeito desses conflitos, ai nasceu a violência, que com a sua titulação positivada como infração, deu origem ao crime.

Existem vários pontos de partida para os estudos do fenômeno da criminalidade, sendo o mais arguido, o ponto de vista da criminalidade como ato de massa, que difere do crime praticado isolado. Assim a criminalidade é considerada um fenômeno de massa, constituindo infrações nas mais variadas dimensões de tempo e espaço. Apesar de tão grande multiplicidade de fatores e variáveis, destacaremos as mais gerais que tratam do assunto por meio da criminologia com os estudos realizados por Albergaria (1999).

Os estudos sobre a economia relacionada a criminalidade, iniciou-se com a escola socialista, baseada nos estudos de Marx e Engels. Empregando métodos estatísticos enfatizava o determinismo econômico. Dizia que a delinquência é própria do regime capitalista e que não existiria na sociedade comunista.

Demonstra-se que a criminalidade teria estreitas relações com as condições econômicas, que a evolução da economia fazia com que a delinquência também

evoluísse. Aponta uma relação entre as boas condições econômicas e diminuição dos crimes contra o patrimônio.

Durkheim apud Albergaria (1999), sustenta que o crime é um fenômeno normal porque existe em todas as sociedades, dizia que:

- a. A criminalidade como fenômeno normal, não provem de causas excepcionais, mas da própria estrutura da cultura a que pertence;
- b. A criminalidade é resultante das grandes correntes coletivas da sociedade, se sua existência e suas relações com o conjunto da estrutura social apresentam um caráter de permanência;
- c. A criminalidade deve ser sempre analisada segundo uma cultura determinada do tempo e no espaço. Este ponto de vista cultural domina hoje a sociologia americana.

Pinatel apud Albergaria (1999) diz que a criminalidade passa das formas violentas (musculares) para as formas astuciosas (intelectuais); A delinquência passa do estado agudo ao estado crônico; o homicídio predomina nos países quentes e nas estações quentes, sendo o furto maior nos países frios e nas estações frias.

Revela-se também que no sistema econômico, há bolsões de subdesenvolvimento, onde as economias desenvolvidas escondem a pobreza e a miséria, fazendo um contraste entre dois mundos em uma só região urbana. Demonstra então a ideia de que o pobre se envolve nos gostos e ambições dos quais os ricos usufruem

### 2.1.2 Fatores Culturais

Albergaria (1999) ressalta que dentre os fatores culturais, se sobressaem outros tipos de grande relevância para o estudo dos crimes, como a religião que atribui a educação religiosa como uma forte inibidora do crime. Tal afirmação encontra reforço no caso da Rússia que deu uma educação atea para a juventude, quando foi demonstrado o aumento da criminalidade. Ressalta-se o grande valor o ensino da teoria moral.

Sutterland apud Albergaria (1999), diz que nos Estados Unidos as taxas de prisões mais altas, foram apresentadas entre os batistas e os católicos, porém também foi revelado que dois terços deles pertenciam ao proletariado, o que mostra que os índices de criminalidade neste universo, não teria tanto a influência da crença religiosa e sim dos fatores econômicos e sociais.



A escola tem a mesma relação que a família na questão da delinquência, segundo este fator, a escola tem o papel de preparar o adulto, por isso a criminalidade é resultado da má educação na escola e da família. Estudos dão conta que nos delinquentes há um maior índice de inadaptação à escola e as disciplinas escolares.

A escola é apontada como um dos instrumentos de socialização, sendo o seu insucesso, o desencadeamento de muitos casos de delinquência.

Franchini; Introna apud Albergaria (1999) enumeram vários motivos que relacionam a escolaridade ao delito: são eles:

- a. Quem não conseguiu um mínimo de instrução permanece marginalizado no plano profissional e social;
- b. Quem não quer ou não pode ir à escola, identificado precocemente, pode evitar a conduta anormal ou social;
- c. A escola é o primeiro sistema oficial da sociedade com o qual o menos toma contato e fará um conceito positivo ou negativo da sociedade;
- d. Na escola, o menor é obrigado a ter contato com estranhos, assim como nos anos futuros no trabalho e outros setores da vida social: A escola é, pois, o momento fundamental do processo de socialização;
- e. A escola é o ambiente em que o menor verifica, pela primeira vez, se é igual aos outros ou é diferente, e se essa diferença é natural ou criada pela estratificação social, que, se frisada pela escola, daria origem a conflito social, causa de conduta antissocial como reação à inferiorização;
- f. Na escola, o menor entra em contato com adulto estranho, os professores, os quais constituem os primeiros exemplos de autoridades constituídas, diferente da autoridade natural representadas pelos pais. Albergaria (1999).

Critica-se a escola porque tem se mostrado neutra em relação a criminalidade, fazendo apenas um ensino acadêmico, não dando importância suficiente ao ensino moral e os ideais democrático.

Existem estudos sobre a influência da imprensa diária na criminalidade, por suas notícias sensacionalistas, colocando na mídia e transformando e produzindo a fama do crime e do criminoso, pois a imprensa é um veículo que tem apresentado de maneira bem acentuada. Porém nenhum estudo tem apresentado de maneira séria esta relação entre crime e imprensa. Lombroso apud Albergaria (1999) faz uma censura em relação a imprensa e escreve:

Estas excitações mórbidas são agora centuplicadas pelo aumento prodigioso destes jornais verdadeiramente criminosos, que molham a pena na podridão das chagas sociais e, com o fim do lucro objeto, excitam os apetites mal são e a curiosidade

doentia das classes sociais baixas; eu gostaria de comprá-los a estes vermes que, saídos da putrefação, a aumentam ainda com a sua presença.

Assim, o cinema, a televisão, internet, jornais, literaturas etc. podem realmente influenciar nas tendências criminológicas do indivíduo. Assim como também podem ajudar para a não tendência para o delito.

Os fatores políticos são um dos fatores de mais relevância, uma vez que, a política é a maior manipuladora dos multifatores que subsidiam a criminalidade, uma política má planejada, traz transtornos sociais muito intensos, pois a má administração dos interesses públicos reflete em uma má expectativa de vida, um mau gerenciamento dos fatores socioeconômicos.

Não é à toa que este trabalho de pesquisa busca em sua essência um método, ou seja, um caminho que trace ações de maneira técnica, utilizando-se de ferramentas atuais, tecnológicas para que se tenha uma efetividade maior nas buscas de metas e ações que combatam, controlem e previnam realmente a violência.

Os fatores pessoais são estudados de forma muito intensa pelos criminólogos, pois trata da figura do criminoso e das predisposições das pessoas para o crime. São dados vários enfoques de acordo com a característica das pessoas. No entanto, todos os fatores que foram apresentados neste trabalho até o momento convergem e transversalizam este fator.

### **2.1.3 Fatores Psicopatológicos**

Nos estudos de Albergaria (1999), esta é matéria da psicopatologia criminal e da psiquiatria forense. O estudo específico do doente mental estaria afeto à psiquiatria forense, mas o estudo do anormal psíquico tem grande interesse em criminologia. A criminologia dá maior ênfase ao estudo do anormal, do psicopata, em seu sentido estrito. Sem embargo da menor incidência da criminalidade do doente mental, é necessário o seu estudo criminológico para tratamento penitenciário e a prevenção criminal.

Deste modo, encontramos como fator muito relevante e transversal a criminalidade o uso e o tráfico de drogas, ressaltando que o tráfico acontece pelo número muito elevado de consumidores.

A Organização Mundial da Saúde define a adição a drogas como um estudo de intoxicação periódica ou crônica, prejudicial ao indivíduo e à sociedade, produzido pelo consumo repetido de uma droga.

Os toxicômanos são pessoas emocionalmente imaturas, hostis e agressivas, que usam a droga como alívio de uma tensão interior, interessa à Criminologia o estudo de seus efeitos no comportamento social do indivíduo. O morfinômano pode chegar à ruína moral, ao abandono da família, chegando ao crime. O efeito do hábito é a alteração do sentido ético mais elevado. Entre os sintomas da abstinência está o pânico, que pode elevar o crime, o que daria causa à inimputabilidade.

Também tem sido muito explorado os estudos de personalidade dos psicopatas, que pelo senso comum estão vivendo em toda malha social e trazem medo e insegurança das pessoas por serem pessoas que conseguem suas ações de maneira dolosa e premeditada.

O termo “psicopata” teria feito má fama, alguns autores preferem substituí-los por “personalidade anormal”. Que seria a variação ou desvio de um campo médio imaginário da personalidade, entendida como um conjunto de sentimentos e valorações, tendências e volições. Da personalidade se exclui a inteligência. Igualmente, se excluem os sentimentos ou tendências corporais.

Embora a matéria da imputabilidade ou não-imputabilidade seja domínio do Direito penal, o assunto pode ser considerado como Política Criminal, no sentido da reforma da legislação penal a tendência favorável a exculpação ou atenuação do crime do psicopata.

#### **2.1.4 O Meio Social**

No passado a teoria do meio social era considerada como fator preponderante do crime: Albergaria ressalta a teoria social do crime de Lacassagne. As condições representariam grande papel na determinação do crime:

É o mal da miséria que produzirá o maior número de criminosos. O meio social é o saldo de cultura da criminalidade; o micróbio é criminoso, elemento que tem importância no dia em que encontrara o caldo o fará fermentar. A sociedade é

culpada de todos os delitos. As sociedades têm os criminosos que merecem. O indivíduo é parte integrante do organismo social. O delinqüente é o homem desencaminhado pelo meio social: *Tout le monde est coupable, excepté le criminel.* (ALBERGARIA, 1999)

Lagache apud Albergaria, diz que a personalidade criminal se caracteriza por uma subversão de valores, a negação do valor “outrem”. A maior parte dos traços da personalidade do criminoso liga-se ao egocentrismo: a incapacidade de julgar um problema moral, colocando-se num ponto de vista diferente do pessoal; falta de consideração pelo próximo; atitudes críticas e acusadoras; falta de sentimento de responsabilidade e de culpabilidade. Outros traços ilustram especificamente a imaturidade pessoal: inaptidão de renunciar à satisfação imediata, à custa da segurança e apesar da perspectiva de uma punição, insuficiência de controle emocional, insuficiência de julgamento, autocrítica e utilização de experiências passadas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o objetivo de saber a verdadeira capacidade do Estado em proporcionar a proteção das pessoas de maneira a prevenir o crime, realizamos uma investigação bibliográfica, buscando os fundamentos do poder do estado, sua capacidade administrativa e os fatores que levam as pessoas a cometerem as infrações penais e atitudes de violência.

Verificamos que os fundamentos do pensamento para o estado moderno, se deu através de uma construção milenar, desde os gregos até a atual concepção do nosso estado republicano, sendo democrático e governado por princípios e normas atribuídas a todos sem distinção.

O Estado tem o poder de intervir na sociedade, na vida das pessoas, nos rumos a serem tomados, desde que tenha legitimidade para isso, este poder foi orientado pelas reflexões e proposições dos pensadores mencionados neste trabalho, como: Platão, Aristóteles, Maquiavel, Locke, Hobbes e Rousseau. Ainda fundamentados por estudiosos da Ciência Política e Filosofia Política.

No nosso Estado, o povo dá autonomia de ser governado ao político o qual deve fazer a sua vontade, no entanto a vontade do povo, de que não haja mais crime

ou que o Estado promova sua proteção encontra-se limitada na capacidade administrativa e orçamentária ou na incapacidade de intervir no direito de livre arbítrio do cidadão de se educar de acordo com os valores e comportamentos estabelecidos por sua sociedade e ainda de não haver dispositivos que lidem com o eventual transtorno mental, para que se promova a intervenção nas vontades repentinas de ódio e vingança e ainda nas ações criminosas premeditadas.

Estes argumentos encontram-se amparados nas descrições realizadas no campo da criminologia, das quais apresentamos, de forma generalizada, apenas alguns dos multifatores, sendo citados os que contingenciam o fenômeno da criminalidade, fatores culturais, psicopatológicos e o meio social.

Assim, todos apontam para uma questão que sugere preponderantemente uma intervenção cultural, educacional, transformadora de valores comportamentais, de visão moral e ética, do que intervenções imediatas, que muitas vezes, levam mais a reprimenda do que a prevenção, pois as ações do Estado atingem o mundo físico, que por sua vez depende de sua capacidade financeira e orçamentária para suprir as demandas fenomenológicas criminais da própria sociedade, ainda que pudesse atuar totalmente nesse espaço concreto, o Estado teria que entrar no mundo psíquico de cada cidadão que premeditasse o delito ou que pela força da emoção ou irracionalidade viesse a cometer crime.

Deste modo, chegamos a conclusão que o estado tem o dever e responsabilidade mediante a prevenção do crime e violência, mas suas ações não são totalmente efetivas, uma vez que, depende das ações dos integrantes da própria sociedade em que vive. Sendo que as intervenções preventivas estão mais efetivadas no campo da transformação humana do que na reprimenda legal e moral.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARISTÓTELES. **A Política**. São Paulo: Editora Escala, 2008.

ALBERGARIA, Jason. **Noções de Criminologia**. Belo Horizonte, Editora Mandamentos, 1999.

BOBBIO, Norberto. **Thomas Hobbes**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1991.

FREIRE, Roberto. **Dez proposições para uma filosofia simples**. Cuiabá: Ed. UFMT, 2009.

HOBBS, Thomas. **Leviatã**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2003.

LAZARINI, Álvaro. **Temas de Direito Administrativo**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000.

LOCKE, John. **Ensaio Acerca do Entendimento Humano**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 2005.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. 2 ed. São Paulo: Escala, 2006.

PLATÃO. **Os Pensadores**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 2004.

ROUSSEAU, Jean Jacques. **O Contrato Social**. São Paulo: Editora. Escala, 2008.

TONELLO, Luiz Carlos Avanci. **Curso de Direito Penal Brasileiro: Parte Geral**. 3 ed. Jurídica Mato-Grossense: Editora Janina, 2004.

# A CULTURA ORGANIZACIONAL E O CONFLITO DE GERAÇÕES

*José de Jesus Nunes Cordeiro<sup>1</sup>*

## RESUMO

A Polícia Militar apresenta uma cultura organizacional difícil de ser compreendida por quem está de fora da instituição, à importância do estudo da cultura organizacional irá trazer para o alto Comando da Instituição as possíveis mudanças sem com isso mudar os valores da instituição. No entanto não podemos esquecer-nos da motivação que deve ser concebida dentro de um programa motivacional planejado. Assim, o sistema motivacional. Pois estamos passando pela turbulência do conflito de gerações.

**Palavras-chave:** *Cultura - Geração - Absenteísmo*

## ABSTRACT

The Military Police has an organizational culture difficult to be understood by those outside of this institution, the importance of studying the organizational culture will bring to the High Command of the Institution for possible changes to it without changing the values of the institution. However we must not forget that the motivation must be designed in a motivational program planned. Thus, the motivational system. Because we are going through turmoil of the conflict of generations.

**Keywords:** *Culture - Generation - Absenteeism*

---

<sup>1</sup> Oficial da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, Cel PM RR, Bacharel em Segurança Pública e Especialista em Gestão em Segurança Pública.

## INTRODUÇÃO

Por se tratar de tema complexo, não se pretende, neste artigo, estabelecer definitivamente a solução desses problemas. No entanto, espera-se que sirva de parâmetro delimitador para o estabelecimento dos conceitos e das definições para que isso possa se concretizar. É importante lembrar que o referido tema busca, caminhos de evolução, e a Gestão pela Qualidade. Com tal conteúdo, o presente artigo buscará contribuir para que a Corporação tenha mais elementos para implementar a Gestão pela Qualidade, obtendo assim melhores resultados para a Instituição, proporcionando que as atividades operacionais se coadunem com as técnicas gerenciais. A preocupação e a busca de explicações para a insatisfação do Policial Militar, com o objetivo de fornecer uma perspectiva pueril sobre o problema, que é o absenteísmo e a desmotivação de grande parte dos integrantes da Instituição onde a motivação é imprescindível para uma maior produtividade e maior qualidade nos serviços.

### 1. CULTURA ORGANIZACIONAL

Toda sociedade é composta por um ambiente de regras, crenças, valores, costumes, tradições, conhecimentos e práticas de convivência e relacionamento entre as pessoas que a integram.

Essas pessoas nascem, crescem, vivem e se inter-relacionam em um ambiente social e dele recebem influências, complexas e de forma contínua, durante o decorrer de sua vida. A isso se denomina cultura.

Segundo Chiavenato (2005), a cultura de uma sociedade compreende os valores compartilhados, hábitos, usos e costumes, códigos de conduta, tradições e objetivos que são aprendidos das gerações mais velhas, impostas pelos membros atuais da sociedade e passadas sucessivamente para as novas gerações. As gerações mais velhas tentam adaptar as gerações mais novas aos seus padrões culturais, enquanto estas resistem e reagem provocando mudanças e transformações gradativas.



As empresas, instituições, órgãos e corporações constituem grupos sociais, ou melhor, organizações sociais. Essas organizações sociais, como a sociedade, apresentam características e procedimentos próprios, denominados cultura organizacional.

A cultura organizacional condiciona e determina as normas de conduta das pessoas em cada empresa, órgão, instituição ou corporação.

Luz (2003) conceitua cultura organizacional como "é constituída de aspectos, que dão às organizações um modo particular de ser. Ela está para a organização, assim como a personalidade está para o indivíduo. Ela representa o conjunto de crenças, valores, estilos de trabalho e relacionamentos, que distingue uma organização das outras. A cultura molda a identidade de uma organização, assim como a identidade e o reconhecimento dos próprios funcionários".

Para Schein (2001), cultura organizacional é "o conjunto de pressupostos básicos que um grupo inventou, descobriu ou desenvolveu ao lidar com os problemas de adaptação externa e integração interna e que funcionou bem o suficiente para serem considerados válidos e ensinados a novos membros como a forma correta de perceber, pensar e sentir, em relação a esses problemas".

### 1.1. APLICAÇÃO NA POLÍCIA MILITAR

A Polícia Militar do Estado de Mato Grosso é uma organização social bastante complexa, em razão do número de pessoas que a integram, da diversidade de suas atribuições, das diversas modalidades de serviços que presta à população e da dimensão de sua área de atuação: o Estado de Mato Grosso, por completo.

A Corporação é composta por um grande número de Organizações Policiais Militares (OPM), que na realidade constituem grupos sociais menores, ou subgrupos, com algumas características próprias, além daquelas generalizadas pela Instituição.

A Polícia Militar apresenta uma cultura organizacional difícil de ser compreendida por pessoas que não estão habituadas com seus princípios e normas, que não acompanham suas atividades diariamente, ou não se aproximam da Instituição para observá-la como um todo e, ainda, entendê-la a partir dos vários subgrupos que a integram.

As pessoas que fazem parte da Polícia Militar são oriundas de diferentes camadas sociais, possuem uma formação anterior bastante heterogênea. Mesmo aqueles que são provenientes de uma mesma classe social, mas de ambientes diferentes, como por exemplo, capital, interior e migrantes de vários estados da federação, apresentam características independentes entre si. Com isso é necessário um trabalho intenso e paulatino para preparar cada Policial Militar, dando-lhe as condições necessárias para o perfeito desempenho de suas atividades profissionais.

Assim, fica evidenciada a importância do papel do Comandante de Unidade (ou autoridade equivalente), pois deve preservar a cultura organizacional da Corporação, além de estabelecer as características próprias do subgrupo que comanda. Por isso, o Comandante de Unidade deve estar atento a tudo o que se passa em sua área, colhendo subsídios que lhe possibilitem uma avaliação diagnosticada de seus comandados, bem como de uma atitude pró-ativa, que lhe permita prevenir e/ou corrigir determinados desvios comportamentais por parte deles.

## 1.2. O QUE É COMANDAR?

Comando é o processo de influenciar indivíduos e organizações para obter os resultados desejados. É também evidente que a arte necessária para exercer tal influência tornou-se cada vez mais importante.

Para o comandante, a questão crítica é: "Como posso exercer a influência que provocará o perfeito cumprimento da missão pela minha unidade?" A resposta a esta pergunta é altamente complexa, particularmente nos altos escalões.

O problema não é tanto se o comandante pode influenciar sua unidade, mas, se a sua influência dará resultados positivos. Uma organização militar constrói-se de cima para baixo. Começa com o pensamento, as idéias e a conduta do seu comandante; amplia-se para compreender o seu estado-maior e algumas funções-chave. "Traduz-se por uma variedade de ações e padrões específicos de comportamento em toda a unidade."

### 1.3. A IMPORTÂNCIA DO ESTUDO DA CULTURA ORGANIZACIONAL

Como já foi visto, a cultura organizacional é formada pelos integrantes da organização com base nas normas estabelecidas, nos problemas e situações enfrentados, procurando adotar padrões de conduta que levem à satisfação das necessidades do grupo em relação aos objetivos e metas traçados pela Organização.

Essa cultura sofre fortes influências dos diversos escalões de chefia, o que torna possível o surgimento das subculturas, isto é, culturas organizacionais de grupos menores, que fazem parte da Organização, mas apresentam características próprias em relação aos demais grupos.

Portanto, se não houver na Organização alguém que possa proporcionar a interação e integração de todas as subculturas, estabelecendo parâmetros maiores e comuns a todos os grupos existentes, a tendência é ocorrer uma dissociação interna que pode comprometer a Instituição como um todo.

A Polícia Militar é uma organização onde claramente se observa a existência de uma cultura organizacional geral, ditada pelo Comando da Corporação, ensinada nos cursos de formação, bem como nos cursos e estágios de especialização e adaptação, apresentando procedimentos que devem ser comuns a todos os Policiais Militares, independente da modalidade operacional ou administrativa que irá exercer em sua carreira profissional.

Ao mesmo tempo, ainda nos cursos de formação, também há a transmissão de determinados conhecimentos a respeito de procedimentos especiais aplicados em cada área de atuação da Corporação, com o objetivo de que todos os Policiais Militares estejam aptos a adotar as providências iniciais em qualquer situação ou circunstância com que se defrontar. Isso porque nessas ocasiões, a população exige a sua intervenção como Policial Militar que é, principalmente se estiver fardado, estando ou não de serviço, independente da atividade que exerce na Corporação, podendo essa ser totalmente diversa da especialidade necessária para resolver aquele problema.

Além disso, na Polícia Militar ocorrem constantes movimentações de pessoal, implicando determinados ajustes ou acomodações, mesmo ocorrendo dentro da mesma modalidade de serviço, porque cada Organização Policial Militar (OPM)

apresenta características próprias, portanto culturas próprias, que o novo integrante necessita aprender.

Essas movimentações são mais intensas em relação ao Oficiais, principalmente, à medida que ascendem aos postos hierárquicos mais elevados, tornando-se muito mais frequentes aos Oficiais Superiores da Corporação, pessoas que exercem as funções estratégicas de chefia e que são os principais responsáveis pelo alcance das metas e objetivos da Instituição, no sentido de que devem adotar as medidas corretas para tal, junto aos seus comandados, em consonância com os parâmetros gerais estabelecidos pelo Comando-Geral.

Isso não quer dizer que os demais Policiais Militares não tenham a sua importância. Ao contrário, cada um representa a Instituição como um todo, mas cabe aos Oficiais Superiores a responsabilidade do gerenciamento, a integração de seus subordinados e a interação entre sua Organização Policial Militar e as outras, para que a Polícia Militar possa ser considerada uma organização total.

O papel dos Oficiais que ocupam funções de gerência é muito mais complexo do que outras funções subordinadas, principalmente na Polícia Militar, porque, além de ter a sua própria conduta profissional, que deve ser exemplar, pautada em conhecimentos técnicos.

O maior obstáculo que um Comandante pode enfrentar ao assumir o comando de uma Organização Policial Militar é a cultura anterior existente. Por isso deve utilizar os instrumentos adequados para identificá-la, analisá-la e decidir sobre a necessidade ou não de mudá-la, de acordo com os padrões estabelecidos pela Corporação.

Se não houver necessidade de mudanças deve adotar estratégias de gerenciamento para propiciar condições ideais de trabalho a seus subordinados, visando, ao menos, ao aprimoramento dos valores, costumes e regras existentes, a fim de alcançar os objetivos traçados para o seu comando, em perfeita sintonia com os da Corporação.

## 2. MOTIVAÇÃO

O sucesso do administrador, em sua função de Direção, estará garantido quando ele fizer com que a ação individual conduza com satisfação os objetivos. Neste ponto comum, há uma soma de esforços. Fora dele, há sempre sinais de desequilíbrio e de insatisfação.

Para atingir esse ponto e se manter nele, o administrador precisa dar motivos a seus subordinados, para que eles trabalhem... e trabalhem bem. É preciso motivar seus subordinados. A Motivação é uma das mais importantes ferramentas de Direção.

Motivar é dar razões suficientes para que alguém realize uma ação, nas condições desejadas.

O primeiro passo para uma motivação adequada de um integrante de nossa Corporação é o de descobrir o homem que existe em cada um de seus subordinados. A verdade é a seguinte: em cada homem, dentro de qualquer organização, será encontrar anseios diferentes, conforme o nível cultural, o ambiente social em que vive, e a própria personalidade de cada um. Portanto, para uma motivação adequada será necessário descobrir o Homem que existe em cada um dos subordinados.

A amplitude da motivação pode variar, desde um tapinha nas costas até um complexo sistema motivacional, que inclua benefícios, promoções, símbolos de prestígios, etc... Muitas vezes, o “tapinha nas costas” funciona muito mais que régios elogios. O maior ou o menor índice de eficiência apresentado na ação pelos subordinados está diretamente relacionado com a concessão de “algo mais” relativos a regalias e benefícios. É importante que o Administrador tenha em mente que só deve motivar seus subordinados com vantagens, que o mínimo desejado.

Todo Policial militar é um colaborador na Unidade. No entanto, é difícil para grande parte deles sentir-se como colaboradores. O objetivo final da Unidade está, muitas vezes, largamente distanciado das funções que certos Policiais Militares exercem. Como medir a colaboração de um PM encarregado de uma Vtr , ou de um PM encarregado do arquivo, para a Unidade?

A parcela de contribuição está tão diluída no contexto das funções, que passa a não ser identificável. Isso pode ser motivo de frustrações e o comandante pode

evitá-lo, amenizando o problema, transformando certas tarefas repetitivas em unidades de produtos acabados.

Ao verificar que o trabalho tem um início e um fim, seus subordinados terão mais satisfação em realizá-lo, já que podem, agora, “medir a sua produção”.

A Motivação deve ser “preventiva” e não “corretiva”. Motivar alguém, por que esse alguém se encontra desmotivado, significa angariar confiança e apreço dos subordinados.

Deve-se observar que mesmo que o sistema de planejamento motivacional seja eficiente, ele não tem validade eterna. As coisas que o comandante espera hoje de seus subordinados, podem mudar no decorrer do tempo. Além disso, a sociedade vive criando necessidades diferentes, portanto deve-se buscar melhorar o programa proposto, visando o binômio prestador de serviço e o cliente que espera por esta prestação.

A satisfação das necessidades pessoais dos subordinados, voltado para ação profissional, por melhor elucidação, de forma elementar, buscou-se fundamentos nas teorias motivacionais de consagrados autores a respeito do assunto.

Os anseios de seus subordinados também podem mudar. Sua Unidade pode estar despendendo energia inútil se oferece motivação que não reflete adequadamente no meio de sua tropa. O clima Organizacional refere-se ao ambiente interno existente entre os membros da organização e está intimamente relacionado com o grau de motivação de seus participantes. Assim o clima organizacional é favorável quando proporciona satisfação das necessidades pessoais dos participantes e elevação do moral.

### 3. CONFLITO DAS GERAÇÕES

#### 3.1. ABSENTEÍSMO

O absenteísmo tornou um problema crônico na Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, problema este que é percebido sem muito esforço, basta fazer uma visita na Diretoria de Gestão de Pessoas e verificar a quantidade de atestados médicos. Pesquisa recente realizada pela Diretoria de Gestão de Pessoas de “Clima

*Organizacional*”, onde participaram da pesquisa 672 policiais militares destes 23,8% responderam que haviam recorrido ao atestado médico para justificar falta ou atraso no serviço, fica evidente que o afastamento do trabalho não é apenas por motivos de doenças é um subterfúgio para esquivar do serviço, mas porque isto está ocorrendo?

Podemos afirmar que este problema é um desafio para o grupo estratégico da instituição resolver, aparentemente é simples, mas, não é bem assim,

São vários os motivos que podem estar contribuindo com este problema, mas, podemos afirmar que a instituição está com conflitos de gerações, este não é um problema exclusivo da Polícia Militar, a iniciativa privada também está enfrentado com dificuldades este conflito.

Assim, alguns estudiosos definiram as gerações:

### 3.2. GERAÇÃO X

Os integrantes da Geração X têm sua data de nascimento localizada, aproximadamente, entre os anos 1960 e 1980. Entre as principais características dos indivíduos da geração X, encontramos:

Busca da individualidade sem a perda da convivência em grupo; maturidade e escolha de produtos de qualidade; ruptura com as gerações anteriores; maior valor a indivíduos do sexo oposto; busca por seus direitos; respeito à família menor que o de outras gerações; Procura de liberdade.

Segundo Mendes (2010), a Geração X, apesar de possuir uma ética profissional equilibrada, é a que mantém uma perspectiva cética e uma postura desinteressada diante da autoridade. Para os profissionais da Geração X, a liderança é fruto da competência e, segundo a pesquisa, pesa sobre eles um espírito de anticompromisso diante da realidade. Atualmente, a Geração X ainda domina a hierarquia na maioria das organizações. Trata-se de uma geração que também é fruto do Mito da Tecnologia e da Modernidade, a qual, diferente das gerações anteriores, teve acesso a novos mercados, a novas línguas e a tecnologia após a década de 1980.

### 3.3. GERAÇÃO Y

Também conhecida como Geração Millennials ou Geração da Internet, é um conceito de Sociologia que se refere segundo alguns autores, aos nascidos após 1980. Segundo Kullock (2010), maior especialista em geração Y do Brasil, essa é uma geração que adora feedback, é multitarefa, sonha em conciliar lazer e trabalho e é muito ligada em tecnologia e novas mídias, tem presa em progredir na carreira por isso é uma geração inquieta.

Alteraram completamente as formas de comunicação tanto em casa, no trabalho quanto com os amigos. Kullock (2010) afirma: “Eles são também conhecidos como a geração do troféu, se beneficiaram de um período economicamente favorecido e tiveram em casa a liberdade que nenhuma outra geração teve.”

Não sou um profundo conhecedor do tema “Gerações” nem em como conduzir os conflitos da convivência entre pessoas de diferentes gerações no ambiente de trabalho, sabemos que os conflitos pessoais sempre existirão, mas não somente entre diferentes gerações. A cultura organizacional é o que potencializa estas diferenças de opinião e pensamento.

Por este motivo acredito que o conflito entre gerações na Polícia Militar do Estado de Mato Grosso é um tema importante e deve ser assim entendido por seus integrantes. Claro, que devemos primar pela disciplina, este conflito não pode transformar em indisciplina e insubordinação.

Contudo não podemos esquecer que a PMMT tem uma cultura organizacional conservadora, caracterizada pela manutenção de ideias, valores, costumes e tradições que permanecem arraigados e que não mudam ao longo do tempo.

Considerando a que a Polícia Militar tem em seu contingente em torno de 4.000 (quatro mil) policiais pertencente a geração X e aproximadamente 1.700 (mil e setecentos) policiais pertencentes a geração Y, com a inclusão dos novos policiais oriundos deste último concurso chegaremos a geração Y em torno de 2700 (dois mil e setecentos) policiais, a tendência é aumentar o conflito interno da instituição.

Com o advento da Copa do Pantanal de 2014 está previsto a inclusão de mais 4000 (quatro mil) policiais sem contar com a inclusão deste último concurso, teremos



um efetivo de 10.000 (dez mil) policiais dos quais 6.500 (seis mil e quinhentos) pertencerão a geração Y, como iremos lidar com esta nova realidade.

Temos um agravante neste contexto conforme a pesquisa de clima organizacional 40,6% ingressaram na instituição por realização profissional, ou seja, 273 dos entrevistados, 47,6% 320 dos entrevistados ingressaram por falta de emprego e pelo salário, 69,2% 465 dos entrevistados responderam que por um salário igual ao que recebe, sairia da PMMT para trabalhar em uma empresa privada ou pública.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Polícia Militar é uma organização que recebe em suas fileiras pessoas oriundas dos diversos grupos e classes que compõem a sociedade, mas todos pertencem à mesma geração Y e em breve receberemos a nova geração, com isto a nossa cultura terá que passar por mudanças, mas sem perder a característica da instituição entendo que teremos que sair da cultura atual que é rígida e migrar para uma cultura adaptativa, se esta mudança não partir do grupo estratégico da instituição estas mudanças viram de fora para dentro, será mais traumática ainda .

Temos que ter esta preocupação, pois, esta geração os valores da vida passaram a ser efêmeros. As verdades absolutas foram extintas, a juventude atual é o resultado das mudanças imediatas, da evolução tecnológica e multicultural. Os jovens não sabem conversar olhando nos olhos, não tem compromisso. A felicidade permanece alicerçada na figura de festas, êxtase, sexo, violência e tantas outras bestialidades que envolvem o prazer. Não são eles os culpados de não se cultivar a responsabilidade civil, social ou pessoal, estes são os filhos da geração X, logo os responsáveis por esta geração é a geração anterior.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHIAVENATO, Idalberto. **Comportamento Organizacional: A Dinâmica do Sucesso das organizações**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005 – 5ª reimpressão; 1994; 2 ed.

LUZ, Ricardo. **Gestão do Clima Organizacional**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2003.

MENDES, Jerônimo. **Conflito de Gerações**. Disponível em: [http://www.portaldomarketing.com.br/Artigos/Conflito\\_de\\_geracoes.htm](http://www.portaldomarketing.com.br/Artigos/Conflito_de_geracoes.htm) > Acesso em 11 de novembro de 2010.

KULLOCK, Eline. **O que é Geração Y?** Disponível em < <http://www.focoemgeracoes.com.br/index.php/afinal-o-que-e-geracao-y/> > Acesso em 10 de novembro 2010.

# O PERFIL DO OFICIAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MATO GROSSO FRENTE À RESPONSABILIDADE SOCIAL DA INSTITUIÇÃO

*Marcos Roberto Sovinski<sup>1</sup>*

## RESUMO

O presente trabalho procura trazer à tona uma discussão do papel da Instituição e principalmente dos oficiais administradores dessa grande empresa, na melhoria do relacionamento com os grupos que interagem com os objetivos organizacionais, mais precisamente, nossos funcionários e comunidade. A responsabilidade social da Instituição necessita ser discutida e logo, pois a sobrevivência dela mesma está dependente de sua capacidade de enxergar as transformações sociais que exigem maior comprometimento das empresas para com seus colaboradores, com seus clientes e com o meio ambiente.

**Palavras-chave:** *Instituição - Polícia Militar - Responsabilidade social.*

## RESUMEN

En este trabajo se intenta llevar a cabo una discusión sobre el papel de la institución y especialmente los administradores oficiales de esta gran compañía, la mejora de la relación con los grupos que interactúan con los objetivos de la organización, más precisamente, nuestros empleados y la comunidad. La responsabilidad social de la institución y debe ser discutido antes, porque su propia supervivencia depende de su capacidad de ver los cambios sociales que requieren un mayor compromiso de las empresas hacia sus empleados, sus clientes y el medio ambiente.

**Palabras-clave:** *Institución - la Policía - la Responsabilidad Social.*

---

<sup>1</sup> Coronel da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, Especialista em Gestão de Segurança Pública.

## INTRODUÇÃO

O mundo passa por transformações sócio-econômicas significativas nos últimos 20 anos, e tais transformações têm mudado o comportamento das empresas públicas ou privadas até então acostumadas à pura e exclusiva maximização do lucro e exploração da mão de obra dos servidores públicos. Em função da capacidade criativa dos consumidores de produtos e serviços, cresce a responsabilidade dos administradores em criação de ambientes sociais cada vez mais respeitadores dos colaboradores e segmentos que interagem com as Instituições.

Pode parecer até redundância exigirmos responsabilidade social de uma Instituição Pública, que tem o poder-dever de promover a garantia de direitos fundamentais do cidadão. A promoção do bem estar social, característica fundamental da atividade estatal atinge em nosso trabalho, uma nova dimensão, o da responsabilidade das Instituições para com seus trabalhadores, e a responsabilidade de cada administrador em se fortalecer o relacionamento com este público. Empregados e comunidade necessitam estar sendo tratados no mesmo nível de prioridade, fins buscarmos a contrapartida necessária para alavancarmos nossa Instituição no caminho único dos objetivos estratégicos.

Inicialmente tratamos da responsabilidade social e gestão ambiental no mundo dos negócios, para em seguida, apontarmos as características principais dos administradores que lidam com essas transformações sociais. Finalmente a Polícia Militar de Mato Grosso é tratada ou vista como uma grande empresa, que necessita de oficiais preparados para lidar com a Responsabilidade Social da Instituição, para com seus funcionários e seus clientes, ou seja, para com os policiais militares e a comunidade.

A ideia de que a Polícia Militar não deve satisfação apenas ao Governo do Estado, mas deve agora prestar contas aos funcionários, à mídia, ao governo, ao setor não-governamental e ambiental e, por fim, às comunidades com que opera, surge na necessidade de sobrevivência da Instituição, pois os cenários apresentados não são favoráveis às Instituições Militares. Objetivos Organizacionais devem estar bem definidos e perfeitamente compreendidos por seus administradores, com metas de

curto, médio e longo prazo, plausíveis, mensuráveis e tangíveis. Essa nova postura representa uma mudança de comportamento da Instituição, mas também poderá significar maior legitimidade social.

O grande desafio é levar aos administradores desta grande empresa prestadora de serviços de segurança pública, o entendimento de que a Responsabilidade Social desta Instituição é muito maior do que perseguir diariamente a missão constitucional de preservação da ordem pública através do policiamento ostensivo. Sua participação no contexto social é muito maior, pois representa também os pilares da democracia e da ordem pública. O fracasso dessa empresa pode significar muito mais do que a necessidade do surgimento de uma nova Instituição, mas também o declínio da sociedade democrática de direito. A cultura castrense pode estar influenciando diretamente para o desligamento da Instituição de sua maior responsabilidade, que é a responsabilidade com seus funcionários e com a comunidade usuária dos seus serviços.

## **DESENVOLVIMENTO**

### **Responsabilidade Social e Gestão Ambiental**

Argumentar contra a responsabilidade social da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso é ir de encontro a uma nova tendência mundial nas relações entre empresas e consumidores de produtos ou serviços. A nova ordem econômica mundial exige dos administradores o conhecimento dessa realidade e o mercado consumidor, principalmente dos países desenvolvidos, têm se tornado cada vez mais exigente quanto à responsabilidade das organizações se posicionarem eticamente no mercado. Organizações que massacram seus funcionários, que desrespeitam a opinião pública, ou que agredem o meio ambiente, apresentam em sua estrutura organizacional a obsessão pelo crescimento econômico, o qual ainda que seja o princípio norteador das atividades executivas, carece de sustentabilidade em longo prazo na medida em que não se busca o interesse do consumidor e sim apenas unilateralmente o interesse da organização.

Os argumentos contra, estão praticamente sendo extintos pelo fortalecimento da tendência mundial pela preservação do meio ambiente e pela responsabilidade

social da empresa para com seus funcionários e sua comunidade. Argumentam alguns que tudo não passa de um movimento passageiro de preocupação com o meio ambiente e com direitos humanos, e que os custos para se adequar a este novo cenário, podem ser elevados demais, reduzindo drasticamente a margem de lucro do capital investido.

No estabelecimento de cenários altamente competitivos para planejamentos de longo prazo, é imprescindível abordar os aspectos ambientais no processo decisório, pois o mercado consumidor internacional tem se mostrado consciente de que as empresas que agridem o meio ambiente direta ou indiretamente violam legislações, princípios éticos e morais, pois além de contribuírem para a degradação ambiental, prejudicam o futuro do planeta, e de suas próprias fontes de recursos. Ainda que o administrador não tenha esta preocupação de promover desenvolvimento social e sim, puramente crescimento econômico, deve-o pautar-se para a sua reserva de recursos naturais, recursos hídricos, enfim, seus recursos ambientais, pois o futuro de sua empresa depende diretamente da qualidade de vida do mercado consumidor.

Empresas que possuem um posicionamento bem definido com relação à sua responsabilidade social têm obtido resultados animadores, pela melhoria da imagem de seus produtos com responsabilidade ambiental.

Vários argumentos em prol da gestão ambiental podem ser propostos:

- A gestão ambiental e responsabilidade social das empresas contribuem para a melhoria da qualidade dos produtos, na medida em que seus produtos estarão indo de encontro às expectativas da nova tendência do mercado consumidor ecologicamente correto;

- Em se tratando de economias abertas e mercado globalizado, cresce a necessidade da gestão ambiental e responsabilidade social nas empresas, como diferencial para o aumento da competitividade das exportações;

- Empresas sejam elas pequenas, médias ou grandes, precisam estar atentas ao mercado internacional, pois e ainda não o conquistaram, certamente já estão pensando no assunto; no caso específico da Polícia Militar, o mercado internacional da segurança pública ou privada, muito pode contribuir para o entendimento da

responsabilidade da Instituição nesse novo cenário mundial de globalização da economia, e dos problemas sociais, como fome, miséria e violência.

- Novos segmentos de mercado afloram atualmente, os quais têm demonstrado uma preocupação maior com a preservação do meio ambiente e com as práticas sociais das empresas para com seus funcionários; além é claro, das exigências legais que atuam como elementos de pressão sobre as empresas, para que respeitem os direitos legais de seus funcionários, bem como tenham participação mais efetiva e responsável na questão ambiental; empresas privadas aos poucos estão ocupando espaço até então exclusivo das Instituições Policiais; além é claro, do fortalecimento do municipalismo em questões relacionadas à segurança pública; querendo ou não, as guardas municipais afloram como principal concorrente das Policiais Militares, pois em alguns casos, já há guarda tão bem preparadas ou mais, que as Corporações Militares;

- A comunidade internacional tem exercido papel importante enquanto organismo de pressão sobre os empresários e nações que não tem preocupação ambiental, e tal pressão se manifesta de maneira mais aberta com a crescente atuação dos organismos não governamentais que militam na área do meio ambiente; esses movimentos têm crescido em todos os países, e no caso do Brasil, essa tendência não é diferente; a preocupação com o meio ambiente, sem mostra uma grande oportunidade de melhoria da imagem da Instituição, trazendo a opinião pública, ou mercado consumidor, a nosso favor; infelizmente as práticas de policiamento voltadas à preservação do meio ambiente, são insípidas em nosso Estado;

- Indiscutível a participação da gestão ambiental na melhoria da imagem institucional da empresa, pois seria um desastre econômico a associação do nome da empresa a um desastre ambiental. Para consumidores ecologicamente esclarecidos, os novos administradores precisam estar preparados para este novo mercado consumidor. As ações voltadas ao fortalecimento do policiamento ambiental, com trabalhos educativos à sociedade, poderão demonstrar a preocupação da Instituição com a questão ambiental. Entendemos que esta preocupação com o meio ambiente, não pode ser vista apenas com um surto de momento, pois os estudos sobre o aquecimento global relacionado a forma como tratamos de nosso planeta ainda não

conseguem trazer soluções definitivas para a pacífica convivência do ser humano e seu habitat.

### **O novo perfil do administrador**

Jean Bartolli apud Sovinski 2006, teólogo, economista e professor da FGV nos expõe uma visão crítica a respeito dos modelos corporativos, os quais, em sua avaliação, tolhem e inibem a consciência crítica dos administradores executivos, pois se desinteressam pelo ato de pensar na medida em que se valem de modelos prontos. Ainda que, sejam comentários advindos de renomado consultor e ex-padre, o qual associa gestão e religião, é preciso compreender que as empresas são organismos vivos, que tem em seu ambiente a necessidade de sobrevivência configurada pela competitividade, de tal forma que, em não sendo competitiva a empresa, esta estaria caminhando para a mortalidade, pois optou por um modelo de mercado extremamente competitivo, a saber, o mercado globalizado.

A Instituição Polícia Militar, ao que nos parece ainda não conseguiu diagnosticar seus concorrentes no mercado, acobertada por um preceito constitucional de exclusividade no policiamento ostensivo, e manutenção da ordem pública. Preceitos constitucionais são constantemente alterados por emendas sucessivas, retalhando a Carta Magna, e trazendo intranquilidade na caserna.

O administrador responsável pelo direcionamento dos objetivos empresariais no mundo globalizado precisa antes de qualquer coisa, ter a consciência do poder de influência do mercado consumidor nas decisões empresariais. Este mesmo mercado tem se mostrado vigilante quanto à postura ética e responsável das empresas. Pesquisas no setor da indústria apontam para uma maior tolerância do consumidor em adquirir produtos mais caros que tenham em sua cadeia de produção, preocupação com questões ambientais. Da mesma forma este consumidor do produto segurança admite adquirir a segurança privada, pela ineficiência da instituição pública responsável e exclusiva para este produto.

Na visão de especialistas em recrutamento, os executivos brasileiros têm apresentado melhor desempenho no mercado em relação a expatriados das



multinacionais, principalmente pela sua capacidade de apresentar bons resultados no gerenciamento de pessoas e sua flexibilidade e criatividade em momentos de crise. O administrador voltado para estas questões, terá maior facilidade de colocação no mercado, pois à medida que o mercado de trabalho vem se tornando mais complexo, cresce a importância de trabalhos de gestão que favoreçam a boa relação do capital x trabalho. Na formação dos oficiais de polícia cresce a importância de formação não apenas de técnicos em atendimento de ocorrência, abordagens, atletas, milicos e operadores do direito. A necessidade de apresentar bons resultados para a sociedade também deve ser tratada na formação destes administradores, pois o mercado da segurança pública irá exigir destes profissionais a capacidade de lidar com situações extremas, que requerem planejamento e cumprimento de metas de resultado.

Para Renato Cantarelli apud Sovinski 2006, brasileiro, CEO, presidente da Unilever no Chile, os executivos brasileiros dificilmente perdem o controle da situação, e o mercado exige uma rápida capacidade de adaptação, com tomada de decisões e entrega de resultados em momentos de turbulência na economia. Destaca ainda a necessidade de o administrador estar se aperfeiçoando e se especializando constantemente. Onde estão os executivos de polícia? Hoje somos reféns de conceitos definidos por poliólogos, que adentram as Instituições Policiais defendendo um modelo que lhes convém, pois os executivos de polícia não despontam no mercado na velocidade que ele se transforma.

As qualidades inerentes ao administrador do futuro, ou do oficial do futuro, além daquelas ditas tradicionais (competência, liderança, organização, flexibilidade, etc), na visão de Galhardi apud Sovinski 2006, da UNICID, passam pela necessidade do gestor estar conquistando a confiança e o carisma da comunidade onde atua, principalmente em questões de cunho ambiental e social. Compete ainda ao futurista, a sabedoria em potencializar a criatividade de uma equipe, donde discordamos do consultor Jean Bartoli, pois os modelos de gestão de pessoas podem facilitar em muito a atuação dos profissionais da administração.

Destacamos a facilidade de comunicação em idiomas globalizados (inglês e espanhol) e o bom relacionamento com executivos de outras empresas, e até mesmo concorrentes, como características marcantes ao administrador e oficial do futuro,

pois seu comportamento ético leva ao compartilhamento de seus conhecimentos dentro e fora da empresa. Para o professor Galhardi, a visão futurista do administrador deve focar a postura ética da empresa.

Outro ponto que gostaríamos de acrescentar ao perfil do administrador do futuro, é a capacidade do mesmo em ser ambicioso sem ser ganancioso, pois o liame entre estes dois estados é tênue, e em não havendo limites pessoais ou empresariais, a ambição tende para a ganância a qualquer custo, neste, caso, a falta de ética e responsabilidade social. Eugênio Mussak apud Sovinski, consultor da Sapiens Sapiens de São Paulo, alerta que “ a ambição mantém a energia necessária para que as pessoas toquem seus projetos”, e que a ambição sem controle conduz à falta de ética.

Temos acompanhado pela imprensa o imenso mar de lama que se tornou o plano político do país, em que a ganância levou boa parte de nossos políticos a se envolverem em inúmeras falcatruas. Nas empresas isto ocorre da mesma forma, pois nos principais casos de fraudes financeiras vemos administradores gananciosos operando recursos da empresa em benefício próprio, lesando terceiros e a própria empresa. Na Instituição isso ocorre de forma clara quando se percebe que administradores procuram criar mecanismos de favorecimento pessoal ou a pequenos grupos de interesse, alterando legislações, e motivando promoções em detrimento da ordem interna estabelecida.

Os administradores devem servir aos propósitos da empresa, e não ao contrário. Difícil compreender?

Para Mário Sérgio Cortella apud Sovinski 2006, filósofo e consultor paulistano, o problema da ambição é quando ela dá lugar à ganância, e sempre haverá um infrator ganancioso envolvido em fraudes. Segundo o próprio Cortella, um profissional ambicioso faz o conjunto crescer, já o ganancioso restringe a evolução dos demais, pois quer tudo para si.

Na visão de Takeshy Tashisawa apud Sovinski 2006, em sua obra Gestão Ambiental e Responsabilidade Social Corporativa, a responsabilidade social está se transformando num parâmetro, e referencial de excelência para o mundo dos negócios e para todo o Brasil corporativo. Compreendemos que o administrador do

futuro precisa ter uma boa leitura das modificações que estão ocorrendo nas organizações e nos padrões de consumo de produtos e serviços. Takeshy esclarece ainda que as barreiras estão sendo desmanteladas na realidade política e econômica, transformando as organizações do futuro em sistemas cada vez mais abertos, exigindo desta forma um reposicionamento dos profissionais, pela flexibilidade dos processos, do mercado de trabalho e do mercado consumidor.

O perfil do consumidor do futuro irá nortear o perfil do administrador do futuro, pois aquele passará a privilegiar não apenas o preço e qualidade dos produtos, mas, principalmente, o comportamento social das empresas fabricantes destes produtos ou serviços. Na medida que as empresas estão ficando cada vez mais abertas, o administrador do futuro que quiser sobreviver neste cenário deve acima de todos os responsáveis, não apenas para seu consumidor em potencial, mas perante toda a comunidade nacional e internacional.

Este consumidor do produto segurança pública privilegia a empresa eficiente, parceira e colaboradora das expectativas sociais. Dividir a responsabilidade talvez já não seja a melhor maneira de agradar nosso consumidor. Segurança Pública, direito e responsabilidade de todos nunca mais, pois o consumidor já cansou de ouvir que é responsável pela falta de segurança pública. Antes de fazer sua parte, o consumidor espera que a grande empresa responsável faça sua parte.

### **Responsabilidade Social na Polícia Militar do Estado de Mato Grosso**

A Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, enquanto Instituição voltada unicamente para agradar a sociedade, com a manutenção de níveis satisfatórios de criminalidade e boas respostas aos delitos cometidos por criminosos, tende a menosprezar os ganhos a longo prazo, com a adoção de políticas de responsabilidade social para com os grupos que interagem no seu ambiente de negócio, ou área de atuação. Ao se realizar um diagnóstico estratégico, peça fundamental para a elaboração de um eficiente planejamento estratégico e consequente posicionamento estratégico, deve analisa aspectos internos e externos desse ambiente cada vez mais complexo e competitivo.

De tal sorte que, tanto funcionários, como clientes da Instituição, são analisados sob o prisma da capacidade destes segmentos gerarem maiores benefícios ou dividendos a médio e curto prazo. Tenta-se extrair o máximo destes segmentos e na forma com a Instituição irá interagir com os mesmos a ponto deles contribuírem cada vez mais para o alcance dos objetivos organizacionais.

Há de se ressaltar que estes objetivos organizacionais não são totalmente claros para os administradores da Instituição que se vêem entrincheirados em seus objetivos pessoais. A contrapartida dos administradores, em se buscar seus objetivos pessoais conjuntamente com os organizacionais deve superar a mera apresentação de resultados operacionais, com produtos e serviços de qualidade e confiança ao público externo. A remuneração justa aos trabalhadores da empresa Polícia Militar é uma contrapartida justa aos colaboradores, porém não deve se transformar na única preocupação dos administradores. Há quem defenda que condições de trabalho também são formas boas de melhorar a contrapartida destes funcionários que contribuem para os objetivos organizacionais.

Temos que a empresa bem sucedida nesse campo, tende a fortalecer-se a longo prazo, na medida que tenha consciência da responsabilidade social para com estes grupos e segmentos. Ainda que a responsabilidade da Polícia Militar seja maior para com seus sócios ou acionistas, no caso, o Governo do Estado e a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, analisamos que o devido aprimoramento de seu relacionamento com clientes e funcionários, comunidade e policiais militares, será fundamental para um maior retorno representativo aos detentores do poder na empresa PMMT.

Cresce ainda a responsabilidade com outros grupos, como fornecedores, governo, autoridades públicas, comunidade onde se localiza e meio ambiente. Todavia a base de toda responsabilidade social da Instituição deve estar focada nos funcionários da empresa e principalmente nos clientes, na comunidade, nos usuários do serviço, ou qualquer outra denominação que receba nosso público externo, a razão de ser de nossa existência.

Nossos funcionários estarão mais bem motivados ao trabalho, com efetivas políticas de gestão e critérios motivacionais apropriados quando perceberem que a

empresa realmente importa-se com o ser humano a serviço da Instituição. Sabendo que ele não se trata apenas de uma peça na engrenagem, que pode ser substituída a qualquer tempo, pela necessidade de redução de custos, ou mesmo, por interesses pessoais dos administradores.

Ainda que apertos, ajustes, e corretivos devam ser tomados pois são necessários às vezes, é preciso se estabelecer limites a sua realização, e com gestão participativa, reduções de carga horária, dentre outras estratégias, podem suprir a necessidade de escalas adicionais. Escalas desumanas deveriam ser abolidas da Instituição no interior do Estado, com os necessários ajustes na alocação de efetivo, com melhoria na sua distribuição.

Aos administradores que conseguem visualizar um ser humano, pai de família, por detrás de um uniforme policial, a gratificação pelo emprego, pela realização do indivíduo, proporcionará uma contrapartida maior do empregado para com a empresa, ou do servidor para com a Instituição, e seu envolvimento pessoal no trabalho irá produzir melhores resultados.

E ainda, estando cada vez mais exigentes, sabe distinguir as empresas e Instituições estatais que tem responsabilidade com funcionários e clientes, daquelas que tem interesse apenas pela atividade estatal, com responsabilidade apenas com o Governo. Esta consciência de que sua empresa possui Responsabilidade Social, pode tornar-se motivo de orgulho, melhorando sua contrapartida para com a PMMT.

### **O novo perfil do Oficial da Polícia Militar de Mato Grosso**

Então temos os oficiais da Instituição como sendo os administradores responsáveis pela responsabilidade social da nossa empresa, para com os funcionários que nela atuam e depositam sua mão de obra e seus sonhos, e para com a comunidade que se constitui no público alvo de nossas políticas estratégicas.

O novo perfil do oficial certamente estará focado conforme os ensinamentos anteriores, na sua capacidade de assimilação dos objetivos organizacionais, contribuindo para esses sejam alcançados primeiramente, preparando o campo para o alcance de seus objetivos pessoais.

A necessidade de definição dos objetivos estratégicos é fundamental para alinhar estes administradores num sentido único de fortalecimento da empresa. Algumas características essenciais podem ser estabelecidas para estes gestores, fins conduzir a empresa PMMT para um futuro de responsabilidade social.

- Capacidade de lidar com ambientes de pressão; nossos funcionários e nosso público estão cada vez mais exigentes. Empresas que também atuam no mesmo segmento fracassam com seus produtos, e a exigência de que a Polícia Militar apresente melhores serviços e com mais qualidade é constância de nossos dias atuais. A melhoria na qualidade de vida da população, o nível de escolaridade aumentando, o poder de discernimento, enfim, o amadurecimento da sociedade, coloca em dúvida a capacidade da empresa em lidar com tamanha demanda por segurança pública. Idéias mirabolantes surgem diariamente para resolver questões momentâneas, todavia, o oficial do futuro deve saber antever essas tendências, trabalhar com planejamento, objetivos e metas pré-estabelecidas. Porém, a empresa enquanto deriva, fica à mercê de ventos fortes que a conduzem para sentidos distintos de seus reais interesses, e não há continuidade. Não havendo continuidade não há de se falar em planejamento. Em não havendo planejamento, não há perspectivas a longo prazo, e não havendo o longo prazo não há sobrevivência para a empresa; programas e ações de governo de responsabilidade da empresa PMMT são desconhecidos dos administradores, pois o foco é no resultado, e não no processo.

- Capacidade de relacionamento: muito mais do que simplesmente relacionar-se com o público alvo das nossas ações, ou mesmo com o público interno, o oficial do futuro necessita da capacidade de relacionamento com demais segmentos que interagem indiretamente com a empresa, principalmente os formadores de opinião. Nossa Instituição é exatamente o que outras Instituições pensam que somos. Nosso esforço por uma identidade corporativa somente será recompensado, quando está identidade ultrapassar a fronteira de outros órgãos e instituições. Nossa marca somente será forte, se associada a produtos e serviços com qualidade e confiança; ressaltando que a responsabilidade social da PMMT deve primordialmente melhorar o relacionamento de nossos oficiais com os funcionários da empresa e com o público alvo, ou seja, a comunidade;

- Oficial especialista e não clínico geral: todos são oficiais, logo, todos são administradores. Todavia, a PMMT é uma grande empresa, e necessita de especialistas em diversas áreas do conhecimento tático e técnico. O incentivo a especialização deve partir da empresa e não da iniciativa individual de cada administrador. É comum a instituição buscar administradores especialistas dentro da própria empresa, especializados em outras carreiras, do que ela mesma, especializar seus quadros de administradores. Cursos e treinamentos são fartos, porém o resultado disso é questionável, e os recursos investidos em treinamento não rendem dividendos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Responsabilidade Social na Polícia Militar é um conceito ainda não difundido na forma como acreditamos ser necessária, e deve estar sendo aplicada em todos os níveis hierárquicos, principalmente a nível estratégico, pois fatores ambientais sociais podem e estão influenciando diretamente no resultado dos produtos e serviços entregues a comunidade. Assim, comunidade e colaboradores são responsabilidade da Instituição, devendo os valores da instituição serem constantemente balizados por esta responsabilidade social mencionada.

O desenvolvimento e fortalecimento da Polícia Militar passam pela assimilação dos conceitos de Responsabilidade Social, e a atitude mais responsável de nossos administradores é preparar estes para lidar com as transformações sociais que afetam diretamente as exigências sobre nossos serviços. Uma postura sustentável e planejada deve ser tomada, possibilitando a prevenção de riscos futuros para a sobrevivência da Instituição.

O fortalecimento da economia, e conseqüente melhoria da qualidade de vida da população, tornam os usuários de nossos serviços, cada vez mais exigentes, de uma Instituição de Segurança Pública, ágil, moderna e responsável socialmente pelos seus funcionários e público alvo. Logo, o perfil de nossos oficiais do futuro deve estar pautado por conceitos de Responsabilidade Social na Polícia Militar do Estado de Mato Grosso.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FURASTÉ, Pedro Augusto. **Normas Técnicas para o Trabalho Científico**. 13.ed. Porto Alegre: s.n.,2005.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. **Fundamentos da metodologia científica**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 6.ed.São Paulo: Atlas, 2007.

SOVINSKI, Marcos Roberto. **O novo perfil do administrador frente à Responsabilidade Social das empresas**. Disponível em: [www.administradores.com.br/artigos](http://www.administradores.com.br/artigos). Acessado em: 10 nov. 2010.

TASHIZAWA, Takeshy. **Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa**: estratégias de negócios focada na realidade brasileira. 3.ed.São Paulo: Atlas, 2005.

VOCÊ S/A. São Paulo: Abril, ed.93,2006.



# A GESTÃO DE FROTAS DA SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

*Alessandro Ferreira da Silva<sup>1</sup>*

## RESUMO

A busca entre a forma ideal de se gerir a frota da SEJUSP é o que se busca com este artigo. Nele são traçados vantagens e desvantagens entre os modelos de gestão de frotas, seja uma gestão de frota própria ou terceirizada (locada), analisando o atual modelo e planejando qual o melhor modelo a se adotar para atender às demandas da Segurança Pública de Mato Grosso.

**Palavras-chave:** *Gestão - Frota - custos operacionais.*

## ABSTRACT

The search of the ideal way to manage the fleet SEJUSP is what we seek with this article. In it are outlined advantages and disadvantages between the models of fleet management, fleet management is an outsourced or own (leased), analyzing the current planning model and what the best model to adopt to meet the demands of Public Security of Mato Grosso.

**Keywords:** *Management - Fleet - operating costs.*

---

<sup>1</sup> Coronel da PMMT, Graduado em Administração de Empresa pela UNIVAG e Pós Graduado em Políticas de Segurança e Direitos Humanos pela UFMT (2007).

## INTRODUÇÃO

No final do ano de 2007, o Governo do Estado de Mato Grosso iniciou um processo de terceirização da frota, implantando a locação de veículos como alternativa para a renovação da frota, porém, não foi realizado um trabalho efetivamente científico para analisar este novo modelo adotado, bem como buscar comprovação científica sobre os benefícios que este modelo propicia para as diversas unidades agregadas à SEJUSP.

Assim, há vários questionamentos sobre o melhor modelo de gestão de frotas para as instituições da Segurança Pública, se o modelo de aquisição de veículos com sua manutenção ou se o modelo de terceirização (locação) da frota.

Os problemas relacionados à gestão de transportes têm certo grau de complexidade e a adoção de procedimentos empíricos ou intuitivos podem não conduzir aos resultados desejados, principalmente quando se trata do gerenciamento de frota que exige pessoal, tempo experiência, profundo conhecimento dos processos de manutenção dos veículos e administração logística. Tudo isso envolve vários detalhes, muitas vezes menosprezados quando inseridos nas atividades da organização.

No ano de 2005, já haviam estudos sobre a Gestão de Frotas da SEJUSP, onde um grupo de pesquisadores composto por profissionais de Segurança Pública<sup>2</sup>, relatou que um dos principais problemas enfrentados pela Segurança Pública no que se refere à frota, são a falta de manutenção preventiva, as condições de utilização dos veículos, o grande número de veículos parados aguardando manutenção. O mesmo trabalho relata ainda que com o envelhecimento da frota, o custo de manutenção por quilometro rodado cresce de forma exponencial.

Os pesquisadores relataram ainda que a renovação completa da frota não é viabilizada em função das dificuldades orçamentárias e o alto investimento necessário para aquisição de novos veículos. O processo é tratado como aquisição de novos veículos, em função dos veículos a serem substituídos na maioria das vezes já

---

<sup>2</sup> CORDEIRO, José de Jesus Nunes. VELOSO, Marco Aurélio. SILVA, Zilmar Dias da. MARCELINO, Zuilton Braz. **Planejamento e Controle de Custos** – Artigo científico baseado em projeto sobre a aplicação das técnicas de gerenciamento de projetos na área de Gestão de frotas da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso. MBA Administração de projetos do setor público. Escola de Governo. Cuiabá – MT. 2005.

estarem desativados ou não possuem mais condições de serem utilizados normalmente, sendo levados para leilão muitas vezes como “sucata”.

Algumas Unidades Federativas já estão adotando o procedimento de locação de veículos como solução para a renovação constante da frota da segurança pública com menor custo agregado, porém não se tem conhecimento de que haja um trabalho científico que comprove tal redução.

Assim, o que se propõem neste trabalho é avaliar qual dos modelos de gestão e controle de frotas é o melhor para a Segurança Pública, se o modelo de gestão de frota própria ou de frota terceirizada (locada) ou mesmo um modelo misto entre veículos de frota própria e terceirizada (locada).

## 1 A GESTÃO DE FROTAS DA SEJUSP

### 1.1 HISTÓRICO

Para quem pensa que a gestão de frota terceirizada (locação) nos órgãos de Segurança Pública é assunto novo, enganam-se, já que segundo o Coronel da Polícia Militar, Ubaldo Monteiro<sup>3</sup>, em 1926, o Estado de Mato Grosso já possuía uma boa frota automobilística, mas a Polícia Militar ainda não era proprietária de nenhuma dessas máquinas da modernidade e quando necessitava de uma delas, a requisitava. Exemplo disso é o que aconteceu na época do avanço da Coluna Prestes para a nossa região, quando o então governador do Estado Mário Corrêa, requisitou alguns veículos em Cuiabá para que levassem a tropa e seu armamento para lutar na revolta demandada contra o Governo Federal<sup>4</sup>.

A Polícia Militar, desde a sua criação em 1835, com a aprovação da Lei nº 30 de 05 de Setembro de 1835, pela Constituição Provincial, com o nome de “HOMENS DO MATO”, dispunham de poucos recursos, e naquela época as diligências eram realizadas a pé ou com a utilização do único meio de transporte que era o cavalo. Com essas dificuldades, somado aos escassos recursos e condições de trabalho, em 1914, Clementino Paraná, organizou o Esquadrão de Cavalaria, indispensável em

<sup>3</sup> MONTEIRO, Ubaldo. A Polícia de Mato Grosso: História - Evolução. Cuiabá:s.n., 1985.

<sup>4</sup> CORRÊA, 1999, p. 69. Apud MARQUES, Arlindo de Souza Filho. Análise Sobre a Necessidade da Manutenção Preventiva das Viaturas de 04 (Quatro) Rodas da Capital: Uma Contribuição Para Otimização de Recursos Públicos. Curso de Especialização Em Gestão De Segurança Pública – CEGES/CAO PMMT. Cuiabá – MT, 2006.

tempos idos. <sup>5</sup>O uso de cavalos, burros e carroças, perduraram por décadas como principais meios de locomoção da tropa da Polícia Militar, e por isso conseguiram agregar um valor inestimável dentro da história da Corporação, pois, foram inúmeras as diligências longas e cansativas que realizaram neste imenso Estado.

Na década de 1920, como a Polícia Militar não possuía automóveis próprios, os veículos utilizados pela instituição, além dos requisitados, vinham das garagens de aluguel, como cita Corrêa<sup>6</sup> (1999, p. 94).

No período de 30 de outubro a 9 de novembro de 1930, a Garagem Biancardini tinha um crédito de 3:130\$000 referente a automóveis alugados á Polícia do Estado. Para melhor avaliação dessa quantia, basta dizer que, na época, as agências de automóveis de Cuiabá vendiam carros usados por até 2:000\$000. A garagem Moura, de Elpídio Moura, também tinha bom faturamento com carros alugados a Polícia.

A Polícia Militar de Mato Grosso só foi ser proprietária de seu primeiro veículo automotor na década de sessenta. Mais de um século depois da criação da Polícia Militar, em meados dos anos sessenta é que se tem registro da aquisição da frota de automóveis do Estado, especificamente para a Polícia Militar de Mato Grosso, ocasião em que foram adquiridos 03 (três) Jipes Universal, 02 (duas) camionetas tipo Kombi e 02 (dois) caminhões marca Ford F-600A. <sup>7</sup>

## 1.2 GESTÃO DE FROTAS

De acordo com Bowersox e Closs (2001), o termo gestão de frota representa a atividade de reger, administrar ou gerenciar um conjunto de veículos pertencentes a uma mesma empresa. Ainda segundo o livro, esta tarefa tem uma abrangência bastante ampla e envolvem diferentes serviços, como dimensionamento, especificação de equipamentos, roteirização custos, manutenção e renovação de veículos entre outras.

---

<sup>5</sup> MONTEIRO, Ubaldo. A Polícia de Mato Grosso: História - Evolução. Cuiabá: s.n., 1985.

<sup>6</sup>Idem 4.

<sup>7</sup>Boletim Interno do Comando Geral PMMT, n. 155, de 28 de Agosto de 1967, fl. n. 424. Apud MARQUES, Arlindo de Souza Filho. Análise Sobre a Necessidade da Manutenção Preventiva das Viaturas de 04 (Quatro) Rodas da Capital: Uma Contribuição Para Otimização de Recursos Públicos. Curso de Especialização Em Gestão De Segurança Pública – CEGEsP/CAO PMMT. Cuiabá – MT, 2006.

A Gestão de Frotas visa racionalizar e disciplinar a utilização da frota própria e locada de veículos automotores, peças e demais componentes, combustíveis e lubrificantes no âmbito do Governo do Estado de Mato Grosso.

A problemática de elevados custos de gestão de frota, pouco controle na manutenção das viaturas, problemas de distribuição de viaturas por Unidades e sua distribuição em todo o Estado de Mato Grosso, com dimensões continentais elevadas e a dificuldade em otimizar os custos de uma frota de aproximadamente 2.000 veículos nas unidades da SEJUSP, carecem de melhor controle de todos os tipos de despesa: custos de aquisição/locação; custos de manutenção; custos de acidentes, gestão da distribuição de combustível, multas e outras despesas decorrentes, somados à falta de manutenção preventiva, as condições de utilização dos veículos, o grande número de veículos parados aguardando manutenção, as vias e estradas que oferecem condições severas de utilização das viaturas no interior do estado e nas regiões periféricas das grandes cidades levavam os gestores a rever os modelos de gestão de frotas, especialmente nas instituições de Segurança Pública do Estado.

Com a inviabilidade da renovação completa da frota em função das dificuldades orçamentárias e o alto investimento necessário para aquisição de novos veículos, foi adotado o procedimento de locação de veículos para as unidades agregadas, visando alguns benefícios diretos como a economia de pneus, economia de combustível, qualificação de motoristas, maior valor de revenda dos veículos, diminuição de multas e acidentes, aumento da produtividade do veículo, diminuição dos gastos com manutenção, identificação dos bons e maus motoristas, controle das viagens sem sair do escritório, aumento da vida útil da frota e padronização do modo de condução do veículo, entre outros, que ainda carecem melhor avaliação.

A Viatura Policial Militar é um veículo comum adquirido ou, conforme atualmente vem ocorrendo, locada, para ser utilizado pela corporação, idêntico aos existentes no mercado e não possui nenhuma modificação em sua estrutura, motorização e suspensão, por essa razão, qualquer excesso cometido ao dirigir um veículo pode causar sérios transtornos.

A atividade Policial Militar requer veículos disponíveis a todo instante e em perfeitas condições de uso, já que a sua utilização é severa, em terrenos nem sempre

transitáveis por outros veículos, mas que pelas circunstâncias necessárias para atender a um chamado, e por causa dessa atividade diferenciada e exigente para com as viaturas policiais, deve-se controlar as revisões da frota, pois para suportar a carga de trabalho da corporação necessário se faz atenção e cuidados para com a sua manutenção.

As viaturas são essenciais para o desempenho ágil e eficaz da corporação, e para tanto, são classificadas de acordo com o Manual de Manutenção e Transportes da PMMT, apud Marques (2006) em 'administrativas e operacionais', cujo conceito destes é:

Art. 2º - As viaturas de emprego administrativo serão destinadas ao exercício das atividades de caráter administrativo da corporação.

Parágrafo Único [...]

Art. 3º As viaturas de emprego operacional serão de uso exclusivo no policiamento, socorro, salvamento e combate a incêndio.

Parágrafo Único [...]

### 1.3 - FROTA PRÓPRIA X FROTA LOCADA

Segundo Barreto (1999)<sup>8</sup>, a primeira e grande decisão a ser tomada é se o serviço de transporte na empresa deve ser próprio ou contratado. Esta decisão é complexa e deve ser precedida de estudos especializados de viabilidade técnica e econômico-financeira, além de fatores políticos estratégicos. Hoje as empresas buscam concentrar-se em sua verdadeira vocação, terceirizando atividades não fundamentais. Segundo Queiroz apud Barreto (1999), a terceirização dá maior flexibilidade e agilidade às empresas, além de favorecer a uma gestão menos verticalizada. Estas empresas, após identificarem as áreas de interesse estratégico, ou seja, as atividades fim, mantêm sob sua gestão o que é escopo do seu negócio e propõem terceirização para as atividades-meio, ou seja, as ações de suporte.

Segundo Di Sora<sup>9</sup> (2009), numa decisão estratégica, o **aspecto econômico** é o que deve comandar a decisão de se adotar frota própria ou contratar veículos de

<sup>8</sup> BARRETO, José Renato Ferreira. **O transporte nas empresas de utility**. 1999. Disponível em: <<http://www.eps.ufsc.br/disserta99/barreto/cap2.html>>. Acesso em: 15 Nov. 2010.

<sup>9</sup> DI SORA, Piero. **Administração de Frota de Veículos. (apostila de curso)** – Fumtex Treinamentos. Fortaleza – CE. 2009.

terceiros. O assunto é muito complexo e deve, portanto, ter um tratamento todo especial.

O preparo da decisão deve, de certo modo, anteceder ao planejamento. A decisão final deve ser tomada concomitante com a elaboração do plano de aquisição. O planejamento define o que deve ser adquirido. Como adquirir ficará sujeito a esta decisão, que só poderá ser tomada pelo alto escalão da empresa. Os estudos que antecedem a decisão se fundamentam em razões econômicas. Deve-se elaborar um estudo de viabilidade econômica para as duas situações.

Somente há alguns anos é que começou a aparecer este tipo de serviços. Não se pode negar, também a existência do chamado orgulho de posse, ou seja a falsa imagem de que uma frota de veículos próprios dá "STATUS".

Sob o **aspecto técnico** a decisão de comprar veículos próprios ou de terceiros se fundamenta na importância dos vários tipos de atividade desenvolvidos por uma organização, por exemplo, principalmente naquelas vinculadas diretamente ao atendimento de transporte de cargas especiais, excepcionais ou ainda para execução de serviços referentes a inspeção e manutenção das linhas de transmissão ou rede de distribuição, socorro, combate a incêndio, etc.

Para outros tipos de serviço, o fretamento não traz nenhum problema. Na maioria das vezes, o veículo permanece como se fosse da própria empresa, ficando sob sua responsabilidade a operação, a manutenção e o controle.

Os fatores que decidem a opção de frota própria ou de terceiros além dos aspectos econômicos e técnicos são:

1º) **Tipos de demanda de transportes:** A opção da frota própria parece, em princípio mais apropriada, ressalvados os itens de custos para o caso de necessidades contínuas, de transportes como é o caso dos veículos especialmente adaptados para serviços específicos.

2º) **Infraestrutura existente de transportes:** No caso da empresa que já dispõe de uma administração de transportes, frota e instalações próprias, desde que não estejam já saturadas, estas podem absorver parcelas de frota adicional e diluir ainda mais seus custos administrativos; por exemplo: a adição de 01 veículo numa frota existente de 300 veículos de uma empresa que disponha instalações necessárias,

representa apenas despesas marginais de: \* Combustível consumido; \* Peças e acessórios; \* Impostos e taxas; \* Condutores, etc. Pois as despesas administrativas fixas por veículos se reduzem, pois serão rateadas por uma unidade a mais.

3º) **Política de Recursos Humanos.**

4º) **Mercado de locação de veículos:** Para a obtenção de condições vantajosas na locação de veículos, é necessário que na praça existam diversos concorrentes dispostos a competir para ofertar os melhores preços.

5º) **Peculiaridades do serviço.**

6º) **Operação com funcionário credenciado:** A operação de frota com empregado credenciado sugere também a preferência por frota própria; tendo em vista os conflitos de responsabilidade em caso de acidentes de trânsito e danos à terceiros. O problema pode ser minimizado mediante a clara estipulação das responsabilidades formalizadas em contrato.

7º) **Concentração de atividade numa área geográfica:** A concentração de frota pode ser um argumento para justificar a opção de frota e manutenção própria pela economia de escala a ser obtida, bem como a diluição de custos fixos de operação e manutenção por um número maior de veículos.

Segundo Di Sora (2009) existem vantagens e desvantagens, tanto para os veículos próprios, quanto para os veículos locados, conforme se verifica abaixo.

#### **Vantagens da empresa que possui veículos próprios:**

- A depreciação e outras despesas são dedutíveis do imposto de renda;
- O ativo fixo valoriza o patrimônio das empresas;
- Maior segurança quanto à execução dos serviços;
- Disponibilidade do bem para revenda;
- Benefícios como grande frotista.

#### **Desvantagens da empresa que possui veículos próprios:**

- Risco de capital próprio.
- Alto investimento, compromete o fluxo de caixa (inicialmente).
- Menor disponibilidade do veículo (requer frota reserva).
- Requer estrutura de manutenção e controle (própria ou contratada).



**Vantagens da empresa que possui veículos locados:**

- Liberação do capital de investimento.
- Despesas dedutíveis do imposto de renda.
- Substituição automática dos veículos em caso de acidentes ou obsolescência.
- Atendimento a projetos de duração limitada e/ou eventuais.
- Eliminação dos fatores de envelhecimento da frota.
- A qualquer momento, a empresa pode aumentar ou diminuir sua frota, desde que comunique a locadora, dentro do combinado, sem incorrer no pagamento de ônus administrativo respectivo.

**Desvantagens da empresa que possui veículos locados:**

- Apresenta maior custo financeiros (não para veículos leves).
- Não há propriedade do bem.
- Restrita a equipamentos e veículos especiais.

Em estudo especial apresentado pela revista *Suma Econômica* (1993) apud Barreto (1999) sobre "Terceirização de Frota", foram explicitadas as vantagens e desvantagens da sistemática (Ver Tabela 1).

VANTAGENS	DESVANTAGENS
Focalização no negócio da empresa.	Risco na escolha do prestador de serviço.
Enxugamento da estrutura administrativa.	Dificuldade em adaptar os recursos ao seu uso específico.
Liberação do capital de giro.	Responder por obrigações trabalhistas, caso a prestadora de serviço deixe de cumprir.
Flexibilidade e agilidade no serviço.	
Custos preestabelecidos.	Perda de agilidade na tomada de decisões sobre o uso de recurso que não lhe pertence.

**Fonte:** Revista *Suma Econômica* (1993) apud Barreto (1999)

**Quadro 1** - Apresentação de *Vantagens* e *Desvantagens* da sistemática de "Terceirização".

Barreto (1999) ainda completa que no caso do transporte, vale ressaltar alguns fatores de caráter operacional que também influenciam a decisão de possuir ou contratar. São eles:

- **característica do serviço** - Há serviços que usam veículos na forma como são colocados no mercado, outros que necessitam de veículos adaptados, o que caracteriza um veículo de uso "dedicado". Este último, quando preparado, fica limitado ao uso exclusivo de um tipo de serviço.
- **intensidade de uso do veículo** - Em função da atividade, o veículo pode ser de uso: - contínuo (para atender a serviços de caráter permanente, como é o caso do plantão); - intermitente (apoio aos serviços administrativos, inspeção, inspeção técnica etc.); - temporário (suporte aos serviços de demandas sazonais, como projetos e execução de obras).
- **disponibilidade do mercado de locação** - Nem sempre a região dispõe das alternativas desejadas, ou seja, veículos adequadamente preparados e/ou empresas em número suficiente que possam caracterizar competitividade em preço e qualidade.

Normalmente, algumas empresas adotam um sistema *mix* para a composição de frota, ou seja, utilizam veículos contratados e veículos próprios. Para dar apoio a atividades permanentes que necessitam de veículos pesados (caminhões) e equipamentos especiais, normalmente utiliza-se frota própria. Para as demais atividades que necessitam de veículos leves (utilitários, automóveis, etc), utiliza-se frota contratada.

## 2 ANÁLISES DOS MODELOS DE GESTÃO DE FROTAS DA SEJUSP

### 2.1 DIMENSIONAMENTO DA FROTA

Dimensionar a frota é definir a quantidade certa de veículos para atender a real demanda de transportes na empresa. Segundo Valente et al. (2001), as previsões procuram se basear em dados e na experiência profissional. Ainda assim, fica-se sujeito a margens de erros, que variam com as mudanças futuras.

De acordo com Barreto (1999), as metodologias adotadas para dimensionamento de frotas podem ser adaptadas às diversas modalidades. As principais referem-se aos métodos de utilização e de manutenção que tem como objetivo a determinação de um processo lógico, do requisito - número de veículos da frota, por órgão usuário e tipo de serviço ao qual está engajado o veículo. Este método depende de informações referentes à utilização do veículo, como quilômetros percorridos, horas de uso e serviço atendido. A confiabilidade das informações obtidas é de extrema importância para o resultado do método com um conjunto de ações necessárias para atender o objetivo de manter ou devolver um veículo à condição normal de operação, com o tempo mínimo de imobilização e observando-se os fatores de economicidade.

## 2.2 POLÍTICA DE RENOVAÇÃO DE FROTAS

Os métodos de renovação de frota baseiam-se no conceito clássico de engenharia econômica denominado vida útil econômica.

Todo equipamento tem um ciclo de vida durante o qual desempenha funções requeridas dentro de padrões adequados de produtividade, segurança operacional e economicidade, os veículos não fogem a esta regra.

Entre os inúmeros fatores que influenciam na decisão sobre renovação de frota, a Viabilidade Econômica deve ser preponderante, auxiliada pela avaliação da condição técnica do veículo, para priorização das necessidades de substituição.

Os critérios de renovação estão baseados na determinação da vida útil econômica, a partir dos custos operacionais e da utilização dos veículos. O estudo desenvolvido por um órgão ou instituição pode não servir para outro.

Devem ser considerados os **padrões de manutenção** e as **condições de operação**. Estas duas variáveis alteram, substancialmente, tanto os custos de manutenção e paralisação quanto a vida útil dos veículos, afetando a determinação do ponto de substituição, reduzindo ou aumentando a vida útil econômica do veículo.

Esta afirmação pode ser demonstrada pela engenharia econômica. Na passagem de um ano para outro, qualquer valor do custo anual menor que a média contribuirá para baixar esta média, mesmo que seja superior ao menor custo anual obtido.

A média só começará a subir a partir do momento em que o custo anual superar a última média calculada. Nesse momento, a curva do custo médio anual atinge o seu valor mínimo, que determina a hora de renovar a frota.

A conclusão é que a curva de custo médio anual, atinge seu valor mínimo quando se encontra (cruza) com a curva do custo anual.

O ponto ideal de substituição é o ponto no qual o Custo Total Anual é igual ao Custo Médio Anual. Neste conceito usamos a variável tempo, entretanto podemos usar outras variáveis de unidades diferentes, para se relacionarem com os custos, como exemplo, quilometragem percorrida.

A deterioração de um veículo é devido a dois fatores principais:

- **Quilometragem percorrida** - reflete o desgaste mecânico;
- **Idade** - reflete no desgaste estrutural em função de intempéries, corrosão, etc.

Recomenda-se a aplicação do método combinado idade x quilometragem nos grupos de veículos, quando a variação entre quilometragem percorrida e a idade não é proporcional (vide figura em anexo), especialmente nos veículos que atuam em atividades finalísticas da Segurança Pública, que além deste fator, atua em situações extremas e sua condução é feita de forma **severa** pela característica de sua utilização.

Um estudo de substituição desenvolvido por uma determinada instituição para uma determinada marca, modelo ou grupo de veículos, somente poderá ter seus resultados utilizados em outra instituição, se esta segunda tiver veículos de mesma marca, modelo ou grupo, trabalhando em condições de operação semelhantes e recebendo manutenção de acordo com padrões de quantidade e qualidade análogos.

Todos os métodos de análise têm alguma deficiência e dependem da análise e julgamento de um gestor de frotas competente.

### 2.3 A GESTÃO DE FROTAS DA SEJUSP

A gestão de frotas da SEJUSP, até o ano de 2007, era realizada sem grande acompanhamento de custos de frotas, para que houvessem subsídios para se verificar qual o melhor modelo de gestão de frotas, já que não eram registrados em sistema informatizado próprio qual seriam os custos da frota, para então se verificar a vantagem em se manter aquele modelo de gestão ou se deveria modificar o modelo de gestão de frotas da SEJUSP.

Através de um estudo preliminar realizado pela Secretaria de Estado de Administração de Mato Grosso, iniciou-se um modelo de gestão de frotas terceirizada (locação), inicialmente de forma experimental, já que as viaturas que haviam sido adquiridas pelo Governo do Estado nos anos de 2003 e 2004, já estavam muito dispendiosas e permaneciam muito tempo paradas nas oficinas credenciadas, que não correspondiam com a manutenção, prejudicando assim, sobremaneira, as atividades finalísticas.

No final do ano de 2008, iniciou-se os registros dos gastos com as viaturas próprias, nas oficinas credenciadas do Estado, onde através de registros e estudos técnicos em cima de custos operacionais das viaturas, procurou-se realizar a partir daquele ano, a substituição efetiva dos veículos considerados inadequados ou inviáveis economicamente para o Estado, disponibilizando-os para o leilão, após a sua baixa. Tais veículos foram substituídos por viaturas locadas, através de novos contratos realizados pela SEJUSP - Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, com autorização da Secretaria de Estado de Administração de Mato Grosso.

Somente após ter os números para se analisar, e baseados nos conceitos anteriormente citados neste artigo, foi possível se realizar estudos que pudessem subsidiar os gestores do melhor formado para se gerenciar a frota da SEJUSP.

No final do ano de 2009, o INDG - Instituto Nacional de Desenvolvimento Gerencial, contratado pelo governo do Estado de Mato Grosso para apoiar e Instruir o estado na melhor gestão de gastos públicos e otimização da busca de receitas, contribuiu para com todas as secretarias na busca da coleta e processamento dos

dados fornecidos pelas diversas secretarias de estado, propiciando a oportunidade de se estudar mais a fundo os diversos problemas do Estado.

Foram pesquisados os dados fornecidos especialmente pela SEJUSP, a partir do ano de 2008 e que serviram de subsídio para o estudo geral, já que as demais secretarias de estado não possuíam banco de dados referente aos custos de manutenção. Soma-se ainda o fato de que 80% da frota do Executivo Estadual pertence à SEJUSP, sendo assim, os dados relativos àquela secretaria refletem os custos de todo o Estado de Mato Grosso.

O Decreto Estadual 2067 de 11 de agosto de 2009, em seu capítulo II, que trata sobre a apuração do Custo Operacional dos veículos Oficiais, no seu artigo 31, disciplina que “os órgãos e entidades deverão fazer a apuração do custo operacional dos veículos oficiais visando a identificar os passíveis de reparos (recuperáveis) e os antieconômicos ou irrecuperáveis (sucatas), comprovadamente alienáveis”.

Acrescenta ainda no § 1º que o órgão ou entidade manterá o Mapa de Controle do Desempenho e Manutenção do Veículo Oficial de cada veículo e que a apuração dos custos operacionais deverão se basear em critérios econômicos e técnicos, inclusive os relativos à proteção do meio ambiente.

A Coordenadoria de Transportes da SEJUSP mantém a gestão e controle de toda a frota da SEJUSP e realiza permanentemente o estudo de avaliação comparativa entre o custo mensal dos serviços contratados e o investimento que seria necessário para adquirir e manter uma frota própria equivalente. Torna-se, portanto, extremamente importante o estabelecimento de indicadores capazes de embasar os estudos de viabilidade econômica que possa orientar a decisão sobre este tema.

Nas análises dos custos operacionais das diversas viaturas que atendem à SEJUSP, chegou-se à conclusão de que veículos que rodam, nas atividades finalísticas, mais de 22.000 (vinte e dois mil) Km por ano, valem a pena serem locados, já que com sua utilização severa e pelo elevado custo de manutenção acumulado pelo tempo de uso, combinado com a elevada quilometragem rodada, não viabilizam o tempo de substituição, que para veículos de pequeno porte, que devem ser substituídos a cada 4 anos e que nas atividades de segurança, duram no máximo 2 anos, sem que fiquem inviáveis economicamente.

Nos estudos realizados, foram apurados ainda que veículos especiais, como ambulâncias e veículos de transportes de cadáveres do IML, além de veículos de grande porte, como Auto Bombas Tanques e outros caminhões do Corpo de Bombeiros Militar e das outras unidades agregadas, além de veículos de transportes de passageiros (coletivos) como ônibus e micro-ônibus não valem a pena suas locações, já que os custos operacionais da locação destes veículos, os tornam inviáveis economicamente para locação, sendo assim, o Estado deve manter um planejamento de renovação da frota própria para estes tipos de veículos.

Com relação aos veículos leves, apenas são viáveis manter a frota própria, aqueles utilizados administrativamente, que rodam menos de 22.000 Km ao ano, além de veículos de representação. Devem ainda ser mantidos como veículos próprios, as motocicletas para utilização finalística, já que se trata de veículos de baixo custo agregado e com custos operacionais de manutenção baixos, restando apenas os acompanhamentos e planejamentos de renovação constante destas frotas.

Para se chegar a estas conclusões, foram utilizados os comparativos entre os custos dos veículos locados e os custos de veículos próprios. Com base no banco de dados da SEJUSP, foram selecionados os veículos com padrão de utilização abaixo da média, em seguida, foram analisados o custo de manutenção destes veículos abaixo da média e o menor deságio com a venda, devido ao seu estado de conservação. Deste resultado é que se chegou à conclusão acima citada, entre quais tipos de veículos são mais viáveis economicamente serem adquiridos e quais são mais viáveis serem terceirizados (locados).

A fórmula utilizada para se encontrar o referido resultado ao qual se chamou LACUNA foi a seguinte:

$$\text{LACUNA} = \text{VPL} [(\text{VLR veículo novo} + \text{custo médio de manutenção} + \text{VLR seguro}) - \text{desvalorização FIPE} - \text{deságio leilões SAD} - \text{VLR locação}]$$

A comparação foi feita após estruturado o fluxo de caixa e trazido a valor presente (VPL), considerando a taxa real de juros (SELIC - IPCA).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O governo do Estado de Mato Grosso deu início no final do ano de 2007 a uma Política de Renovação de Frotas utilizando a modalidade de terceirização de frotas (locação), já que todas as secretarias, especialmente a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública encontra-se em processo de substituição de sua frota própria por frota locada.

O administrador de frota necessita de instrumentos que avaliem as condições técnicas dos veículos para subsidiar a decisão de substituição e priorização das necessidades, analisando qual o melhor modelo de gestão de frotas adotar, se a gestão de frota própria ou terceirizada.

Independente do modelo de gestão de frotas a ser adotado, os contratos devem ser melhor geridos, devendo atender às demandas específicas e não realizadas através de gestão centralizadas com influências externas à SEJUSP, prejudicando assim a otimização dos recursos.

O acompanhamento e gestão são permanentes, não tendo um modelo pronto e acabado, mas que carece monitoramento constante dos contratos, que devem conter cláusulas assegurando garantia à qualidade dos serviços, tempo de execução dos mesmos e economicidade. Vale salientar a importância de um acompanhamento competente, para que se possam avaliar as condições técnicas do prestador de serviço, como também propiciar um controle efetivo dos orçamentos e da qualidade dos serviços contratados.

Dois fatores são importantes a ser considerado, sendo o primeiro, definir e documentar o número de veículos para cada unidade (lotacionograma de viaturas) e o segundo, que é uma tendência atual, o de se melhorar a utilização dos veículos por parte dos agentes públicos, utilizando-os conforme preconiza Decreto 2067/09, devendo os condutores serem treinados para que se possa assegurar um melhor desempenho e maior segurança operacional, bem como reduzir custos e paradas imprevistas por má operação do veículo, o que vem ocorrendo mesmo com a frota terceirizada, porém de forma menos intensa, já que os veículos ainda são novos.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

**ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS.** NBR 6023: informação e documentação – referências – elaboração. São Paulo: ABNT, 2000.

BARRETO, José Renato Ferreira. **O transporte nas empresas de *utility*.** 1999. Disponível em: <<http://www.eps.ufsc.br/disserta99/barreto/cap2.html>>. Acesso em: 15 Nov. 2010.

BOWERSOX, D. J.; CLOSS, D. J. **Logística empresarial: o processamento de integração da cadeia de suprimento.** São Paulo: Atlas, 2001.

CORDEIRO, José de Jesus Nunes. VELOSO, Marco Aurélio. SILVA, Zilmar Dias da. MARCELINO, Zuilton Braz. **Planejamento e Controle de Custos** – Artigo científico baseado em projeto sobre a aplicação das técnicas de gerenciamento de projetos na área de Gestão de frotas da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso. MBA Administração de projetos do setor público. Escola de Governo. Cuiabá – MT. 2005. Disponível em: <[www.seguranca.mt.gov.br/politec/3c/artigos/Artigo\\_gestao\\_frotas.doc](http://www.seguranca.mt.gov.br/politec/3c/artigos/Artigo_gestao_frotas.doc)> Acessado em 28 de novembro de 2009.

DI SORA, Piero. **Administração de Frota de Veículos. (apostila de curso)** – Fumtex Treinamentos. Fortaleza – CE. 2009.

FURASTÉ, Pedro Augusto. **Normas Técnicas para o Trabalho Científico: Elaboração e formatação.** Explicação das normas da ABNT. 14 ed. Porto Alegre: s.n., 2006.

MARQUES, Arlindo de Souza Filho. **Análise Sobre a Necessidade da Manutenção Preventiva das Viaturas de 04 (Quatro) Rodas da Capital: Uma Contribuição Para Otimização de Recursos Públicos.** Curso de Especialização em Gestão de Segurança Pública – CEGEsP/CAO PMMT. Cuiabá – MT, 2006.

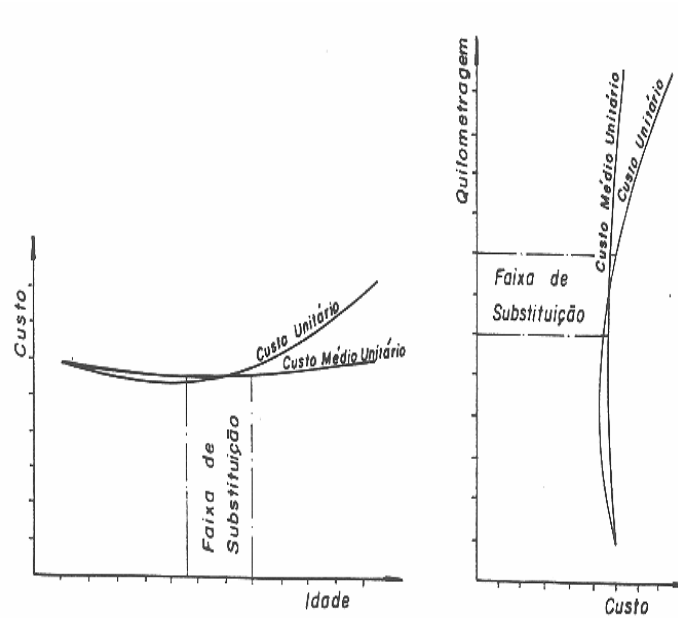
MATO GROSSO. Decreto nº 2067, de 11 de Agosto de 2009. Disciplina a utilização, aquisição, o cadastramento, a identificação, o controle, a gestão e o licenciamento dos veículos, oficiais e auxiliares, dos órgãos e entidades do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso e dá outras providências.

MONTEIRO, Ubaldo. **A Polícia de Mato Grosso: História – Evolução.** Cuiabá – MT. s.n., 1985.

SANTOS, Pedro Cid. Aquisição, gestão e renovação da frota automóvel. Disponível em: <[www.algebrica.pt/intra\\_gf/bo2/data/upimages/26\\_28.pdf](http://www.algebrica.pt/intra_gf/bo2/data/upimages/26_28.pdf)> Acessado em 15 de novembro de 2010.

VALENTE, Amir Mattar. Novaes, Antônio Galvão. Passaglia, Eunice . Vieira, Heitor. **Gerenciamento de Transportes e Frotas** - 2ª Edição Revista. Editora: Thomson Learning (Pioneira), 2008.

Anexo I - Representação gráfica da localização da Faixa de Substituição dos veículos por análise de Idade e Quilometragem combinados.



# EXERCÍCIOS FÍSICOS X OBESIDADE E SAÚDE DO POLICIAL MILITAR

*Almir de França Ferraz<sup>1</sup>*

## RESUMO

O presente artigo trata de reflexões sobre dois métodos de pesquisa que são: pesquisa teórica e de campo. A pesquisa teórica informa acerca da importância dos exercícios físicos na diminuição dos riscos da obesidade para a saúde policial. A obesidade foi trabalhada no artigo através dos preceitos gerais e fatores que a originam. Atualmente muitos pesquisadores consideram a obesidade como uma “doença”, pois é a porta de entrada para o desenvolvimento de vários distúrbios que provocam moléstias, sendo ressaltados os fatores que influenciam no desenvolvimento da obesidade. Através de fundamentações teóricas possibilitou mostrar informações sob a visão científica com relação aos benefícios dos exercícios físicos na diminuição da obesidade, isto reflete no desempenho de trabalho do policial militar em todas as suas especialidades, principalmente, na execução do serviço operacional, ressaltando que diminui os riscos de desenvolver doenças relacionadas à obesidade. Paralelamente, a segunda discussão é a pesquisa de campo, onde buscou analisar os índices de gordura dos policiais militares da Academia Policial Militar do Guatupê (APMG) por meio de um questionário incluindo amostra de 27% do efetivo de praças da APMG. Após coletar e avaliar os dados e os índices de gordura corporal dos policiais obteve-se resultado-satisfatório quanto à prática de exercícios físicos dos policiais militares da APMG e o percentual de gordura foi analisado trazendo várias informações importantes.

**Palavras-chave:** *Exercícios - Obesidade - Percentual de gordura - Polícia Militar.*

## ABSTRACT

This article deals with two reflections on research methods that are theoretical and field. The theoretical research informs about the importance of exercise in reducing the risks of obesity to the health officer. Obesity was worked through the article in general precepts and factors that arise. Currently many researchers consider obesity as a "disease" because it is the gateway to the development of several disorders that cause disease, and highlighted the factors that influence the development of obesity. Through theoretical predictions allowed display information in the scientific view regarding the benefits of exercise in reducing obesity, it reflects on the work performance of the military police in all its specialties, especially in the implementation of operational service, noting that decreases risk of developing obesity-related diseases. In parallel, the second argument is the field research, which sought to analyze the contents of fat from the military police Military Police Academy Guatupê (APMG) by means of a questionnaire including 27% of the sample of effective squares of APMG. After collecting and evaluating data from the questionnaires and indexes of body fat of the officers gave satisfactory result, considering the physical exercise of military police and APMG fat percentage was analyzed by bringing lots of interesting information.

**Keywords:** *Exercise - Obesity - Percentage of fat - Military Police.*

---

<sup>1</sup> Oficial da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso - CFO/PMMT.

## INTRODUÇÃO

Conceitualmente, a obesidade, segundo Guyton (1997, p. 662), “é a deposição de gordura em excesso no organismo” é considerada por muitos pesquisadores como uma “doença” que provoca o desenvolvimento de várias moléstias gerando riscos à saúde das pessoas, em especial, dos policiais militares que prejudica essencialmente o seu rendimento no trabalho e sua qualidade de vida.

A obesidade é um distúrbio que afeta todas as nações do mundo, classes sociais, etnias e profissões, atentando para este problema que diariamente está em evidência nos mais variados meios de comunicação. Este estudo tem a preocupação em mostrar claramente se este problema ocorre também no efetivo da Instituição Polícia Militar do Estado do Paraná, bem como destacar os benefícios dos exercícios físicos.

O presente artigo tem o enfoque de trabalhar a problemática com dois métodos de pesquisas, sendo que o primeiro que visa mostrar a importância dos exercícios físicos na diminuição dos riscos da obesidade enfatizando também vários aspectos gerais da obesidade relacionada ao sedentarismo e os benefícios dos exercícios físicos para a saúde do policial militar, além do segundo método que é a análise de campo que visou pesquisar e analisar a prática de exercícios físicos e os índices de gordura dos policiais militares da APMG.

Ao longo do desenvolvimento do trabalho, o objetivo central é apontar os benefícios dos exercícios físicos e os riscos da obesidade à saúde policial enfatizando também os resultados da coleta de pesquisa de campo verificando os índices de gordura dos policiais militares.

A importância dos exercícios para diminuição dos riscos da obesidade é foco teórico e relaciona-se em manter o preparo dos policiais gerando a manutenção do bom preparo físico e diminuindo ou evitando o surgimento da obesidade, bem como estimulando a prática de atividades físicas, de acordo com pesquisas bibliográficas com base em estudo fisiológicos, cinesiológicos, fatores genéticos e outros.

O artigo destaca sua importância como o objeto de estudo por se tratar de buscar conhecimentos científicos para obter respostas sólidas e elaborar dados de

pesquisa de campo capaz de mensurar a influência dos policiais militares que pratica exercícios físicos e outros que não praticam verificando quais são os percentuais de níveis de gorduras através mensuração das dobras cutâneas.

## 1. A OBESIDADE E O SEDENTARISMO

A obesidade é caracterizada pelo excesso de gordura no organismo. “Refere-se à quantidade acima da média de gordura contida no corpo”<sup>2</sup>. McArdle (2001; p. 418-419) diz que uma pessoa que ingere uma quantidade excessiva de nutrientes além suas necessidades básicas, sem haver um gasto calórico acima do nível do metabolismo basal, certamente engordará aumentando o seu índice de gordura corporal e conseqüentemente, aumentando as dimensões do corpo em virtude do maior volume de tecido adiposo propiciando o desenvolvimento da obesidade.

Fazendo uma análise sob a ótica de Martins (2006, p. 15-16), o tecido adiposo localiza-se sob o tecido tegumentar e envolve os órgãos internos principalmente da região abdominal. A massa gorda também é denominada de gordura corporal ou tecido adiposo, sendo essencial para o nosso organismo exercendo algumas funções básicas tais como: proteção de órgãos vitais contra choques mecânicos, isolamento térmico, metabolismo de algumas vitaminas e reserva energética. Observa-se que as gorduras desempenham várias funções importantes para o corpo.

Um dos protocolos de métodos de avaliação do peso corporal utilizado para analisar a obesidade é o Índice de Massa Corporal (IMC), sendo um protocolo oficial utilizado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) com o objetivo de obter índices de obesidade em populações distintas. Porém, conforme McArdle (2001; p. 362), o IMC não apresenta fidedignidade no resultado com relação aos atletas ou praticantes de atividades físicas intensas e moderadas, que possuem maior volume de massa magra corporal, a qual não pode ser confundida com gordura. O acúmulo de massa muscular e a densidade óssea, portanto, não devem ser classificadas como obesidades. Várias literaturas apresentam o IMC limite, em média, para os homens de 27,8 e das mulheres 27,3. Este parâmetro de IMC está publicado nos estudos de Powers e Howers (2000; p. 344).

<sup>2</sup> FOX, apud LEANDRINI, Josimeire Aparecida. **Obesidade: considerações sobre suas possíveis causas e conseqüências** (uma revisão de literatura). Maringá.1997, pag. 5

O médico cardiologista Paulo Fernando Leite (2000, p. 195) traz outros métodos de avaliação de medida do peso corporal para realizar o cálculo de índice de gordura: “Para o diagnóstico da obesidade são necessárias as seguintes medidas antropométricas: peso (Kg), estatura (m), espessura das dobras cutâneas: bicipital, tricípital, subescapular e supra-ilíaca (mm)”<sup>3</sup> e para Nahas (1999) apud Salve, (2006, p. 35) são também hidrometria, determinação do potássio do corpo, ressonância magnética e densidade por emissão de fótons ou bioimpedância.

As reservas energéticas de gordura no corpo possuem níveis de aceitabilidade conforme o parâmetro de porcentagem e protocolo de avaliação, sobretudo os estudos mostram as referências da taxa de gordura conforme os níveis aceitáveis que estão abaixo:

Alguns autores, como Pollock e Wilmore (1993), preferem estabelecer um limiar único, independente da idade, mas levando em consideração o sexo: 16% para homens e 23% para mulheres. Este tipo de referencial é seguido por Mc Ardle et. Al. (1992, apud Pollock e Wilmore, 1993), que preconizam um limiar de 15% para homens e 25% para mulheres.

Cooper (1987, apud Pollock e Wilmore, 1993), relacionou tanto sexo quanto idade, elaborando níveis diferenciados de classificação para o percentual de gordura. Este conceito leva em consideração um aumento da gordura corporal, que ocorre com o envelhecimento.<sup>4</sup> (Martins, 2006; 16 e 17).

O percentual de gordura aceitável baseado nos estudos publicado de Katch e McArdle (2001; p. 385), traz o seguinte: “Em geral, o percentual de gordura corporal para homens jovens adultos varia entre 12 e 15% enquanto nas mulheres, o valor médio de gordura fica entre 25 e 28%”<sup>5</sup>.

O acúmulo excessivo de gordura no organismo é causado por vários fatores Guyton (1997, p. 680-682) sejam eles genéticos, psicológicos, ambientais, alimentares, hormonais, ausência considerável de exercícios físicos (sedentarismo), raciais, e outros fatores pertinentes, sobretudo além de vários fatores citados Nahas (1999, p. 27 e 28) hábitos alimentares impróprios, variação sazonal do estado psicológico e o balanço energético positivo, ou seja, mais energia ingerida do que gasta.

<sup>3</sup> LEITE, Paulo Fernando. **Aptidão física, esporte e saúde**. 3 ed. São Paulo: Editora Robe Editorial. 2000 p. 191.

<sup>4</sup> FONTOURA, Andreia Silveira da. **Guia Prático de avaliação física: uma abordagem didática, abrangente e atualizada**. 1 edição. São Paulo: Phorte, 2008.

<sup>5</sup> Katch, Frank I.; McArdle William D.; KATCH, Victor L. **Nutrição: para o desporto e o exercício**. Rio de Janeiro: editora Guanabara koogan, 2001.

Com muita frequência, a obesidade é um problema que ocorre já no início da infância da pessoa, segundo McArdle (2001, p. 412) 25% da obesidade é provocado por fatores genéticos, e quando isto é constatado verifica-se que tem a possibilidade de ser um adulto obeso com três vezes mais possibilidades que uma pessoa que tenha uma vida normal. Vale ressaltar que o fator genético é uma importante característica que pode contribuir para o desenvolvimento da obesidade.

Com a melhoria das condições de poder aquisitivo e acesso aos produtos variados de gêneros alimentícios, a população em geral passou consumir mais alimentos e de acordo com informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) conforme dados de 2010, o brasileiro consome mais alimentos industrializados e reduzindo inclusive o consumo de arroz e feijão.

A obesidade é considerada pela grande maioria dos estudiosos como uma Belmont (1990, p. 5) “patologia” relacionada diretamente com os fatores endógenos e exógenos, que resultam neste desequilíbrio corporal, segundo Guedes e Guedes (1998, p. 58), a obesidade é, atualmente, uma patologia, um dos grandes males teoricamente da globalização social e constituídos pelo aumento da gordura localizada em relação ao peso corporal.

### 1.1 SEDENTARISMO UMA “DOENÇA” QUE LEVA À OBESIDADE

Além dos vários fatores contribuintes da obesidade que foram apresentados, a falta de exercícios físicos (sedentarismo) é um aspecto importante a ser discutido, Nahas (2003; p. 34) traz o entendimento do conceito de sedentarismo que é a falta ou grande diminuição da atividade física. Historicamente, a sociedade passou por várias transformações que provocaram alterações significativas no modo de viver das pessoas em todos os aspectos dando margem ao sedentarismo. De acordo com Lima (2003):

Um estudo da clínica Cooper revela que as pessoas gastavam, no início do século XX, cerca de 5.000 Kcal/dia. Esse gasto caiu para menos de 2.500 Kcal, o que representa uma diminuição de cerca de 2.500 Kcal em relação ao que se gastava há



cem anos. Isso representa um acúmulo de cerca de 180.000 Kcal ao ano a mais do que no início do século XX<sup>6</sup>.

Neste mesmo estudo constatou-se que houve uma considerável diminuição das atividades físicas leves e moderadas em comparação às atividades vigorosas. Francischi et. al. (2001, p. 117) ilumina-se sobre o desequilíbrio entre o acúmulo e gasto do balanço energético corporal, se houver desequilíbrio positivo pode predominar o acúmulo de tecido adiposo em virtude do sedentarismo e outros fatores contribuintes. Além disso, deve-se frisar sobre a melhoria do poder de aquisição e falta de atividade física que fica cada vez mais caracterizada por uma vida hipotativa sendo deixado de lado o exercício físico resultando pequeno gasto energético pelo baixo volume de atividade física. Paralelamente, a rotina dos policiais militares insere-se neste contexto em especial ao elevado nível de stress que é submetido no exercício da função, a alimentação inadequada em virtude do tempo durante o serviço e o sedentarismo pelo fato de trabalhar 12 horas ou mais sentado na viatura tornando o seu dia-dia uma rotina sem aptidão física prejudicando sua saúde.

O sedentarismo é uma “doença” que, atualmente, deve ser curada sendo um reflexo da obesidade, como podemos ver num trecho do artigo de Vera Lucia Penteado (2000, p. 4):

O sedentarismo é considerado atualmente como uma doença que deve ser curada, onde o risco relativo de um ataque cardíaco fatal, entre os indivíduos sedentários é duas vezes maior do que as pessoas que praticam atividades físicas regularmente. Tal como a obesidade, a alta taxa de colesterol, as dores na coluna e outras. Jubel (1985), afirma que para lutar contra o sedentarismo é necessário favorecer uma acumulação energética que deve atender certo limiar de intensidade, sem imperativamente ultrapassar um nível crítico, relativamente pouco elevado, próprio de cada pessoa, o que implica uma educação controlada<sup>7</sup>.

Podemos ver nas fundamentações acima mostram que o sedentarismo leva à obesidade conseqüentemente traz risco à saúde sendo uma doença degenerativa silenciosa estimulando o surgimento de várias doenças crônicas. O sedentarismo é uma das causas que muitos policiais adquirem o elevado percentual de gordura

---

<sup>6</sup> LIMA, Valquíria de. **Ginástica Laboral: atividade física no ambiente de trabalho**. São Paulo: Phorte, 2003, p. 25 e 26.

<sup>7</sup> PENTEADO, Vera Lucia apud

configurando em policiais obesos que prejudicam essencialmente na execução da função profissional.

## 2. O RISCO DA OBESIDADE PARA A SAÚDE

O risco que a obesidade representa para a saúde das pessoas é indiscutível podendo ocasionar muitas doenças, dentre elas, algumas moléstias graves, como a hiperlipemia e hipertensão. De acordo com as pesquisas de Bray (1990) apud Salve (2010, p. 34) existe uma forte relação entre a obesidade e desenvolvimento de doenças cardiovasculares, pulmonares, diabetes mellitus, problemas biliares e alguns tipos de câncer. É evidente que as doenças crônicas ocorrem com mais frequência entre pessoas obesas do que as pessoas com índice de gordura normal. Para Katch e McArdle (1996) apud Martins (2006, p. 28), “um excesso de 2 a 5 Kg acima do peso desejado já provoca múltiplos riscos biológicos”<sup>8</sup>.

É importante ressaltar que as principais consequências da obesidade são, conforme traz Guedes e Guedes (1998) apud Martins (2006, p. 28):

Doenças cardiovasculares, hipertensão, diabetes, lipídios plasmáticos, doenças da vesícula biliar, câncer, refluxo gastroesofágico, alterações da função hepática, lesões inflamatórias, fibroses, alterações da função pulmonar, as osteoartrites, disfunções menstruais, alterações nos níveis de ácido úrico e cinosés<sup>9</sup>.

Para Powers e Howley (2000, p. 45), destaca que os aumentos do peso relativo ou do IMC estão relacionados a um aumento do risco de cardiopatias, bem como os níveis elevados de triglicerídeos, colesterol total, hipertensão e outras. A obesidade apresenta fatores contribuintes de riscos primários (ex. hipertensão e diabetes adultos) e secundários (carcinoma endometrial e aterosclerose).

Para Katch e McArdle (1996) ilustram uma série doenças crônicas com o risco à saúde: hipertensão e infarto, doença renal, doença da vesícula biliar, diabetes

---

<sup>8</sup> KATCH; MCARDLE (2001) apud MARTINS, Fabiana Giacomini, **A influência da modalidade “musculação” na diminuição do percentual de gordura**. In: monografia apresentada à Universidade Estadual de Maringá para obtenção do título de Especialista em Morfofisiologia aplicada ao Exercício. Maringá, 2006, p. 16 e 17.

<sup>9</sup> GUEDES e Guedes (1998) apud MARTINS, Fabiana Giacomini, **A influência da modalidade “musculação” na diminuição do percentual de gordura**. In: monografia apresentada à Universidade Estadual de Maringá para obtenção do título de Especialista em Morfofisiologia aplicada ao Exercício. Maringá, 2006, p. 28.

mellite, doenças pulmonares, problemas com anestesia durante a cirurgia, osteoartrite e gota, câncer do endométrio e do seio, funções cardíacas diminuídas, irregularidades menstruais e trauma psicológico.

Vislumbre-se no que diz Guedes e Guedes (2003) apud Martins (2006, p. 27) com referência aos grandes riscos da obesidade, damos exemplo às doenças cardiovasculares que mostram a prevalência da hipertensão nas pessoas obesas é 2,9 vezes maior que em pessoas não obesas.

### 3. A IMPORTÂNCIA DOS EXERCÍCIOS FÍSICOS PARA DIMINUIÇÃO DOS RISCOS DA OBESIDADE

A importância dos exercícios físicos como ressalta Guirro; Guirro (1994; p. 99-100) está relacionada ao gasto energético que a atividade física promove em virtude da utilização dos substratos energéticos sendo fatores fundamentais para manutenção e redução do peso corporal trazendo a prevenção contra diversas doenças relacionadas à obesidade. Embora, o sedentarismo que é a inatividade física representa uma das causas importante de debilidade em razão do declínio da qualidade de vida e morte prematura nas sociedades contemporânea. A atividade física para os policiais militares é a alternativa essencial para a prevenção contra a obesidade e conseqüentemente, ao desenvolvimento de outras doenças.

Outro fator que se deve ressaltar é que o controle da dieta é eficaz no combate à obesidade, mas é uma estratégia sem efeito sozinha, ou seja, outros fatores determinantes para o emagrecimento, conforme traz o consenso entre os especialistas. Ao mesmo tempo que a taxa de gordura corporal concentrada seja a grande preocupação e que sendo motivada pela inatividade física configurando como um dos vilões que desenvolvem a obesidade, no trecho Martins (2006, p. 22) “o sedentarismo aumentou em proporções alarmantes levando os especialistas à conclusão que a obesidade está mais relacionada à falta de atividade física e não à ingestão excessiva de alimentos”<sup>10</sup>.

Guedes e Guedes (1998) apud Martins (2006, p. 31) mostram que a falta de atividade é um dos fatores da obesidade que relata no trecho seguinte:

---

<sup>10</sup> MARTINS, Fabiana Giacomini, **A influência da modalidade “musculação” na diminuição do percentual de gordura.** In: monografia apresentada à Universidade Estadual de Maringá para obtenção do título de Especialista em Morfofisiologia aplicada ao Exercício. Maringá, 2006, pag. 30.

Tem-se comprovado que os indivíduos com obesidade são mais frequentemente hipoativos que hiperconsumidores de alimentos, o que destaca a inatividade física como o fator mais importante na explicação do excessivo aumento e na manutenção do peso corporal níveis elevados.<sup>11</sup>

Segundo Guirro; Guirro (1994, p. 101), a importância dos exercícios físicos traz condições para alterar a homeostasia do corpo garantindo o balanço energético negativo e a manutenção do metabolismo basal. Em caso de exercícios que consomem muita energia, concomitantemente, McArdle (2010, p. 68, 129 e 416) complementa o entendimento sendo primordial que os exercícios sejam em longos períodos em intensidades próximos ao limiar metabólico fazendo com que aumente a beta oxidação dos ácidos graxos como substrato para utilização de ATP, o que provoca a perda gradual de gordura e tendem a liberar glucagon, cortisol, testosterona e o hormônio de crescimento.

Neste diapasão, Guedes e Guedes, (1998, p. 54) explana sobre a importância da atividade física “a atividade física induz a adaptações favoráveis no peso corporal, mediante reduções da quantidade de gordura corporal enquanto, preserva a massa isenta de gordura”<sup>12</sup>.

Sob o olhar crítico, o policial militar aliado ao serviço que já lhe proporciona o condicionamento ao sedentarismo e também a uma alimentação inadequada mantendo o balanço energético positivo, o resultado fica evidente que ocorre o aumento de peso, deste diapasão, justifica a importância da prática de exercícios físicos para o policial.

No estudo de Francischi et. al. (2001, p. 117-127) enfatiza que tanto o exercício aeróbico como anaeróbico, combinados à dieta, previne o declínio na resposta lipolítica e na beta oxidação de gorduras.

O exercício físico é o coadjuvante para regulação e controle do peso corporal atuando estritamente na manutenção do corpo através da utilização metabolismo energético e como salienta Guirro; Guirro (1994, p. 106) é observado no exercício intenso que ocorre a utilização das gorduras do corpo, por ações hormonais,

---

<sup>11</sup> GUEDES, D. P.; GUEDES, J. E. R. P. **Controle do peso corporal: composição corporal, atividade física e nutrição.** 1998: In MARTINS, Fabiana Giacomini. **A influência da modalidade “musculação” na diminuição do percentual de gordura.** Maringá, 2006, pag. 31.

<sup>12</sup> GUEDES, D.P.; GUEDES, J. E. R.P. **Controle do Peso Corporal: composição corporal, atividade física e nutrição.** 2 eds. Rio de Janeiro: 2003.

fisiologicamente, são realizadas a mobilização dos ácidos graxos e a rápida degradação dos triglicerídeos. Guirro ressalta na sua pesquisa sobre a influência do exercício aeróbio na perda de gordura, o seguinte:

Os exercícios devem ser aeróbicos e com duração mínima de trinta minutos, três vezes por semana. Os exercícios em cerca de 50 a 55% da intensidade máxima, ao invés de 60 a 75% resultam em maior catabolismo e maiores benefícios no combate de peso<sup>13</sup>.

As fundamentações de dados científicos desenvolvidas nestes tópicos mostram nitidamente que os exercícios físicos são de extrema importância para o combate à obesidade e deve ser incentivado na Instituição Policial Militar sendo que o condicionamento físico é extremamente importante para o policial militar sua atividade fim.

#### 4. A ANÁLISE DO PERCENTUAL DE GORDURA DOS POLICIAIS MILITARES DA ACADEMIA POLICIAL MILITAR DO GUATUPÊ

##### 4.1 PESQUISA DE CAMPO

Para a pesquisa de campo foi proposto um questionário requerendo dados sobre peso, altura, informações diversas sobre a prática de exercícios físicos e coleta das dobras cutâneas dos policiais militares. Para tanto foi utilizada uma amostra de 27% do efetivo geral da APMG para a pesquisa de campo. O método indica analisar em caso concreto juntamente com a pesquisa bibliográfica sobre a obesidade e a importância da atividade física.

A amostra dos pesquisados foi feita em policiais militares do sexo masculino de diversas idades. A utilização do sexo masculino delimita a análise e coleta das informações com várias idades de pessoas visando dar maior diversidade nos resultados simulando a realidade.

O questionário possui quatro questões de múltipla escolha, a ser assinalada pelo policial militar questionado obtendo assuntos atinentes à prática de exercícios físicos. Na etapa seguinte foi feita coleta das medidas cutâneas obtidas através das

---

<sup>13</sup>GUIRRO, Rinaldo R.; GUIRRO, Elaine Caldeira O. **A atividade física na obesidade**. Revista Ciência e Tecnologia. Unimetodista de Piracicaba. São Paulo: Ed Unimep. Volume 32. Dez 1994, pag. 102.

seguintes dobras (peitoral, abdominal e coxa) e obtidos os resultados em três medições. Sendo que o resultado final é a média aritmética dos valores dividindo por três. Com esse cálculo obtém-se o índice de percentual de gordura.

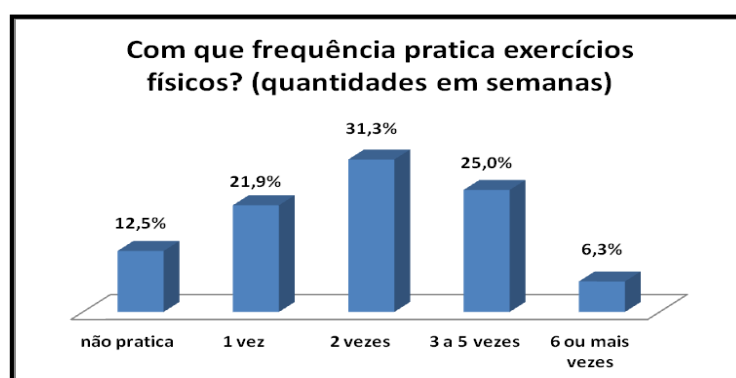
## 4.2 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

### 4.2.1 Análises dos resultados

No início do questionário foram coletados dados a partir de assuntos sobre a prática e frequência de exercícios físicos, e se a prática destes proporciona ao policial militar um bom condicionamento físico. Também foi questionado sobre qual o tipo de exercício físico que o policial militar pratica e se recebe orientação profissional para tais atividades. A amostra de policiais representou 27% das praças da Academia Policial Militar do Guatupê.

Os questionamentos aos policiais vêm expressos o seguinte: “Com que frequência pratica exercícios físicos?” e foram propostas cinco alternativas de respostas das quais são: a) não pratico; b) uma vez por semana; c) duas vezes por semana; d) 3 a 5 vezes por semana e a alternativa e) seis ou mais vezes por semana.

Com relação à questão 1, foram obtidos os seguintes resultados no gráfico abaixo:



Fonte: Dados da pesquisa

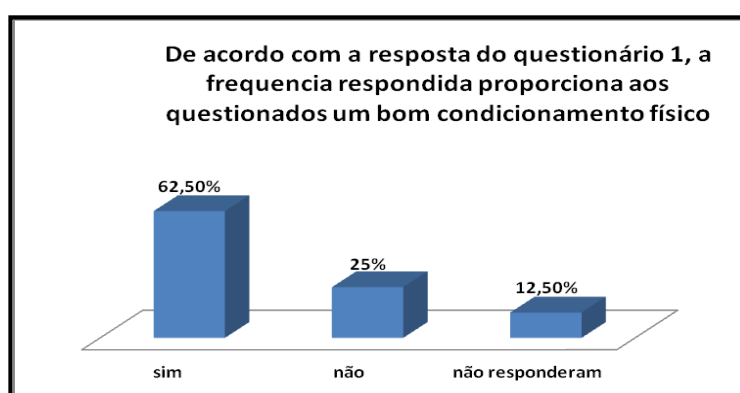
Gráfico 01

A maioria dos policiais militares que responderam a primeira questão com 31,3 % praticam exercícios físicos duas vezes por semana. Na análise do gráfico um

verifica-se que a maioria dos policiais militares da APMG praticam exercícios entre duas a cinco vezes por semana.

É importante ressaltar que no gráfico possui um dado interessante que 12,5% dos policiais militares não praticam exercícios físicos enquadrando em pessoas sedentárias, em vez que a verificação do IMC apresenta índices de sobrepeso ou obesidade.

Na sequência vem a questão de número 2, se o policial militar pratica frequentemente exercícios físicos pelo menos uma vez por semana possibilitou que o policial militar respondesse a segunda questão e os dados estão no gráfico abaixo:

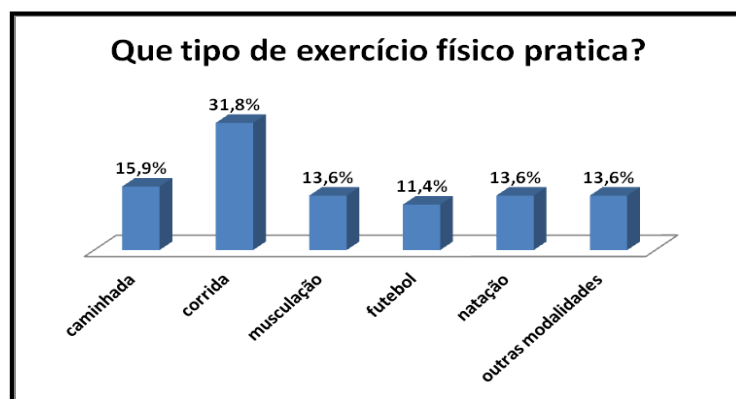


Fonte: Dados da pesquisa

Gráfico 02

Os policiais militares que praticam exercício físico em sua maioria com 62,5% responderam que a frequência dos exercícios proporciona um bom condicionamento físico e 25% responderam que não e 12,5% que não responderam, pois são a parcela dos policiais militares não pratica exercícios físicos.

A terceira questão quer saber do policial militar praticante de exercícios físicos “Que tipo de exercício físico pratica?” e foram propostas para alternativas os seguintes esportes: a) caminhada, b) corrida, c) musculação d) futebol e) natação f) outra modalidade. Foi informado ao PM questionado se pratica mais que uma modalidade e poderia assinalar mais de uma alternativa.

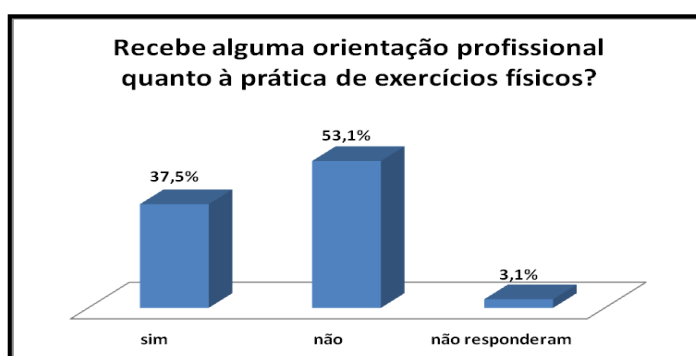


**Fonte:** Dados da pesquisa

**Gráfico 03**

O gráfico 3 mostra o maior índice de porcentual foi a corrida com 31,8% dos resultados deixa explícito que a atividade aeróbia é predominante entre os praticantes sendo a atividade anaeróbia representa 13,6% é que musculação. É claro que vários policiais militares informaram que praticam mais de um esporte.

Na sequência aborda a questão técnica de um acompanhamento de profissional de educação física ou Oficial especialista no assunto, a pergunta é a seguinte: “Recebe alguma orientação profissional quanto à prática de exercícios físicos?” Como mostra o gráfico 4 abaixo:



**Fonte:** Dados da pesquisa

**Gráfico 04**

A quarta questão obteve o resultado de 53,1% não recebe orientação profissional quanto à prática de exercícios físico, 37,5% recebem orientação de um profissional de educação e 3,1 não responderam a pergunta.



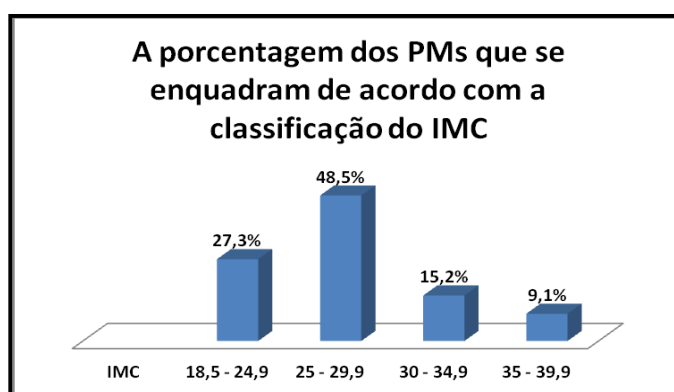
Foram obtidos dados sobre o peso e a altura dos policiais militares para calcular o IMC, a tabela ilustra conforme Monteiro; Lopes (2005, p. 54).

Classificação	IMC
Baixo peso	< 18,5
Normal	18,5 – 24,9
Sobrepeso	25 – 29,9
Obesidade I	30 – 34,9
Obesidade II	35 – 39,9
Obesidade III	≥ 40

Fonte: Dados da pesquisa

Quadro 1

O quadro 01 que está acima informa dados sobre a classificação do IMC em (Kg/m<sup>2</sup>), a partir de 25,0 Kg/m<sup>2</sup> estão associados ao aumento do risco em desenvolver doenças e ao risco de mortalidade significativamente maior. É importante frisar que a tabela não leva consideração fatores da composição corporal. ACSM, (2000) apud Monteiro; Lopes (2005, p. 54).



Fonte: Dados da pesquisa

Gráfico 05

Nota-se que a maioria dos policiais militares da APMG apresenta níveis de sobrepeso, 48,5% estão entre 25 a 29,9 Kg/M<sup>2</sup> e 9,1% dos policiais militares estão na faixa IMC mais crítica da tabela.

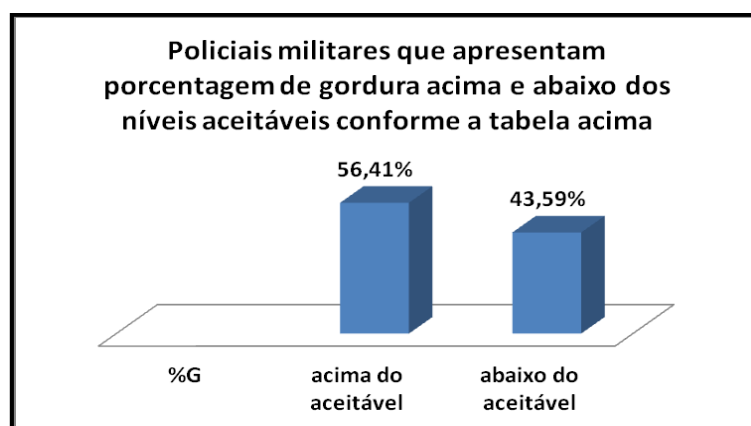
Abaixo está expressa a tabela 02 abaixo mostra a classificação do percentual de gordura em índices aceitáveis e ideais.

Tabela 01

Classificação de percentual de gordura para homens		
Idade	Aceitável	Ideal
Menos de 30	13	9,0
30 - 39	16,5	12,5
40 - 49	19,0	15,0
50 - 59	20,5	16,5
Mais de 60	20,5	16,5

**Fonte:** Cooper (1987, apud Pollock e Wilmore, 1993) adaptado

As informações da tabela são parâmetro de análise do gráfico abaixo, analisaremos somente aos índices aceitáveis, conforme a coluna do meio da tabela. Se os policiais se enquadram nos níveis acima ou abaixo do percentual de gordura aceitáveis.



**Fonte:** Dados da pesquisa

Gráfico 06

Após ter obtidos dados acerca das dobras cutâneas dos policiais militares da APMG e calculado o percentual de gordura foi feita uma correlação entre os dados da tabela em percentual dos níveis de gordura aceitáveis, os dados obtidos foram classificados como “acima” e “abaixo” do aceitável. O gráfico acima mostra que

56,41% dos policiais militares da APMG que foram coletados as dobras cutâneas estão acima da porcentagem de gordura aceitável.

### 5.2.2 Discussão dos resultados

A pesquisa trata-se de análise de campo através de coleta de dados por questionário e obtendo dos valores das dobras cutâneas das praças da APMG. Na análise dos dados foram apresentados seis gráficos. O primeiro é fundamental para determinar se policial militar pratica ou não exercícios físicos sendo a informação básica para determinar se o policial militar é sedentário ou não, logo o policial que informasse que não praticava exercícios físicos não tinha condições de responder outras questões, no entanto, se respondeu que pratica verificou-se frequência desta prática no intuito de saber qual é a rotina de exercícios sendo que a maioria dos policiais militares praticam de 2 a 5 vezes por semana.

Buscando saber se o policial tem um bom condicionamento, o gráfico 2 obteve resposta num caráter mais subjetivo é o resultado foi a maioria absoluta disseram que tem um bom condicionamento físico.

O gráfico 3 foi a parte das quatro questões mais dinâmicas, pois vários policiais militares poderia responder vários itens tendo em vista que um percentual considerável pratica mais de um esporte. E a prevalência do esporte mais praticado dentre as praças da APMG é a corrida, dependendo da duração é uma atividade aeróbica e de acordo com a intensidade atinge vários tipos metabolismo energético. Katch; McArdle (2001, pag. 141 e 142).

De acordo com os resultados demonstrados no gráfico do IMC através do peso e altura dos policiais militares pouco menos da metade (48,5%) está na situação de sobrepeso indicando um estágio atenção. Sendo que 51,3% dos policiais militares informaram que não recebem orientação profissional quanto à realização da prática de exercícios físicos visto que é um item importante para o combate ao sobrepeso e a obesidade.

O gráfico do percentual de gordura teve o objetivo de analisar se os policiais militares que participaram da pesquisa estão em níveis “acima” ou “abaixo” dos

índices aceitáveis conforme a tabela de número 2, obtivemos que dos 56,41% policiais da APMG estão “acima” dos níveis aceitáveis enquanto 43,59% dos policiais da APMG estão “abaixo” dos níveis aceitáveis.

Pode-se observar que existe uma diferença entre os gráficos de percentual de gordura e IMC justamente pela diferença dos métodos de avaliação e diferentes conceitos de aplicação. Visto que o IMC analisa somente as variáveis de peso e a altura, logo o percentual de gordura possui outras variáveis que são dobras cutâneas que enfatizam a análise da composição corporal.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa proporcionou importante discussão sobre a importância dos exercícios físicos no sentido da prevenção à obesidade e ao sedentarismo evitando, desta forma, os riscos à saúde policial militar em virtude da própria rotina proporcionar o desenvolvimento deste hábito deve-se condicionar o policial militar que a atividade física deve ser um hábito para boa manutenção do corpo.

É importante observar que os policiais que não praticavam atividade física são os que apresentaram maiores níveis de gordura corporal bem acima do aceitável, curiosamente, durante o preenchimento do questionário aqueles policiais os quais informaram que não praticavam exercícios físicos logo tinham maiores índices de dobras cutâneas, enquanto os que praticavam exercícios físicos apresentaram percentual de gordura abaixo do nível aceitável ou próximo disto.

O objetivo central da pesquisa foi alcançado traçado por dados científicos e pesquisa de campo comprovando que os exercícios físicos ajudam a diminuir o percentual de gordura corporal reduzindo o sobrepeso ou a obesidade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRAY, G.A. Obesity. International Life Sciences Institute. **Present Knowledge in Nutrition**. 6. ed. Ilsi North America: 1990, p. 28-46;

FONTOURA, Andréia Silveira da et. al. **Guia prático de avaliação física: abordagem didática, abrangente e atualizada**. São Paulo: Phorte, 2008;

FOX, Bowers Foss. **Bases Fisiológicas da Educação Física e dos Desportos**. 4 edição. Rio de Janeiro: Ed Guanabara Koogan. 1991.

FRANCISCHI, R. P. Exercício, composição alimentar e obesidade: revisão dos efeitos sobre a composição corporal e parâmetros metabólicos. **Revista Paulista de Educação Física**. São Paulo, 2001, V. 15, n. 2, P. 117-134.

GUEDES, D. P.; GUEDES, J. E. R. P. **Controle do peso corporal: composição corporal, atividade física e nutrição**. Londrina: Midiograf, 1998

GUIRRO, Rinaldo R.; GUIRRO, Elaine Caldeira O. **A atividade física na obesidade**. **Revista Ciência e Tecnologia**. Unimetodista de Piracicaba. São Paulo: Ed Unimep. Volume 32. Dez 1994, pag. 97-107.

GUYTON, Arthur C., HALL, J.E. **Tratado De Fisiologia Médica**. 9. Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1997, pag. 662.

KATCH, Frank I., MCARDLE, William D., KATCH, Victor L. **Nutrição, exercício e saúde**. Rio de Janeiro: Ed. Medsi, 1996, p. 331.

\_\_\_\_\_. **Nutrição: para o esporte e o exercício**. Rio de Janeiro: editora Guanabara koogan, 2001.

LEANDRINI, Josimeire Aparecida. **Obesidade: considerações sobre suas possíveis causas e conseqüências** (uma revisão de literatura). Monografia de conclusão de curso da UEM. Maringá. 1997

LEITE, Paulo Fernando. **Aptidão Física: Esporte e Saúde**. São Paulo: Probel editorial, 3ª. edição, 2000.

LIMA, Valquíria de. **Ginástica Laboral: atividade física no ambiente de trabalho**. São Paulo: Phorte, 2003

MARTINS, Fabiana Giacomini, **A influência da modalidade “musculação” na diminuição do percentual de gordura**. In: monografia apresentada à Universidade Estadual de Maringá para obtenção do título de Especialista em Morfofisiologia aplicada ao Exercício. Maringá, 2006, p. 16 e 17.

MONTEIRO, Luis Cláudio Pereira; LOPES, Priscilla Maria Machado Lopes e. **Avaliação para atividades físicas**. Rio de Janeiro: Ed. Rio, 2005.

NAHAS, M.V. **Obesidade, controle de peso e atividade física**. Londrina: Midiograf, 1999.

PENTEADO, Vera Lúcia. **Avaliação Física dos servidores do TRT PR associado ao seu nível de atividade física**. Artigo. Uniandrade. Revista eletrônica de Educação Física. Curitiba, 2010.

POWERS, S. K.; HOWLEY, E. T. **Fisiologia do exercício: teoria e aplicação ao condicionamento e ao desempenho**. 3 ed. São Paulo: Ed Manole, 2000.

SALVE, Mariangela Gargliardi Caro. **Obesidade e Peso Corporal: risco e consequências**. São Paulo. 2010.

# A AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM NA CONCEPÇÃO DOS ALUNOS DO TERCEIRO ANO DO CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR COSTA VERDE

*Franklin Epiphânio Gomes de Almeida<sup>1</sup>*

## RESUMO

Este trabalho buscou compreender a concepção dos alunos do terceiro ano do Curso de Formação de Oficiais da Academia de Polícia Militar Costa Verde (APMCV) acerca da avaliação do processo ensino-aprendizagem. Para tanto, fez-se necessário entender o conceito e a importância da avaliação no contexto educacional, bem como compreender a concepção de alguns teóricos sobre o tema, mostrando o relevante papel que uma avaliação totalizadora, exerce no desenvolvimento de um processo de ensino-aprendizagem construtivista. Verificou-se que os alunos pesquisados consideram que a avaliação na APMCV tem sido usada mais como instrumento de “medição” do conhecimento e classificação entre os alunos, e não como importante instrumento auxiliar do processo ensino-aprendizagem.

**Palavras-chave:** *Avaliação - totalizadora - processo ensino-aprendizagem - construtivista - instrumento.*

## ABSTRACT

This study aimed to understand the conception of third year students of Police Officer Course from Costa Verde Military Police Academy about the evaluation of the teaching-learning process. To do so, it was necessary to understand the concept and the importance of evaluation in the educational context as well as understanding the concept of some theorists on the subject, showing the important role that a totalizing evaluation exercises in the development of a constructivist teaching-learning process. It was found that the students surveyed consider that the evaluation in Police Academy has been used more as an instrument to measure the knowledge and for classification among them, and not as an important tool to assist the teaching-learning process.

**Keywords:** *Evaluation - totalizing - teaching-learning process - constructivist - instrument.*

---

<sup>1</sup> Oficial da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso. Graduado em Direito pela UNIC/Tangará da Serra - MT. Pós-graduado em Políticas de Segurança Pública e Direitos Humanos pela UFMT. Pós-graduado em Metodologia Científica e Docência.

## INTRODUÇÃO

A avaliação do processo ensino-aprendizagem é um constante objeto de pesquisas e estudos no meio acadêmico, sendo abordado de diversas maneiras e nos mais variados contextos, com enfoques tecnológicos, políticos, filosóficos, sociológicos, entre outros.

Apesar disso, o tema foi e continua sendo pouco trabalhado em nossa Instituição Policial Militar, mesmo havendo na Polícia Militar do Estado de Mato Grosso duas Unidades voltadas especificamente para a formação, capacitação e aperfeiçoamento de policiais militares (a Academia de Polícia Militar Costa Verde e o Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças) e uma Escola Estadual (Escola Estadual da Polícia Militar Tiradentes). Além disso, nossos Comandos Regionais (que são as Unidades Policiais de municípios polos no Estado) e as Unidades Especializadas (tais como Batalhão de Operações Especiais, Batalhão de Trânsito Urbano e Rodoviário, entre outros) constantemente realizam algum tipo de curso de formação ou capacitação para seu pessoal.

O presente trabalho nasce então tendo em vista esta carência, e por conta do anseio de se conhecer melhor a maneira que se dá a avaliação do processo ensino-aprendizagem adotado na Academia de Polícia Militar Costa Verde (APMCV), entendendo-se que a avaliação da aprendizagem escolar não é um elemento à parte do processo didático de ensino-aprendizagem, mas integra-o como um de seus elementos constitutivos, ou “lugares-comuns” na perspectiva de Schwab, ao lado do professor, do aluno, do contexto e do conhecimento, tendo sido introduzida como tal a partir do desenvolvimento dos estudos de Novak. (BALIEIRO, 2003, p. 62).

Assim, sendo a avaliação um dos elementos constitutivos da aprendizagem, é necessário que ela se relacione com os demais elementos do processo educativo, uma vez que exerce papel de grande relevância na construção do saber do indivíduo e contribui no processo educacional, devendo ser pensada com mais cuidado e sempre relacionada com os objetivos propostos no Projeto Político-Pedagógico da Instituição de Ensino, com o escopo de se garantir uma avaliação de qualidade que contribua para a formação significativa do indivíduo.



Partindo dos pressupostos construtivistas sobre o ensino e a aprendizagem, e levando-se em conta a teoria implícita que ilumina o currículo, devemos reconhecer que um bom ensino contribui positivamente para tornar boa a aprendizagem e que uma boa atividade de ensino e de aprendizagem torna boa a avaliação. (MÉNDEZ, 2002, p. 36)

Devido à importância da avaliação do processo ensino-aprendizagem no sistema educacional, faz-se necessário seu entendimento de maneira que possamos aperfeiçoá-la. Portanto, neste trabalho os objetivos serão os de compreender a concepção de avaliação do processo ensino-aprendizagem e sua importância; e entender como se dá a avaliação do processo ensino-aprendizagem na APMCV, correlacionando a prática avaliativa na APMCV com as propostas existentes para este fim no Projeto Político Pedagógico desta Instituição de Ensino Superior (IES).

Trataremos ainda acerca da adoção de uma postura que pratique a avaliação da aprendizagem como um ato amoroso e dinamizador de uma aprendizagem significativa.

Para tanto, os procedimentos metodológicos compreenderão as pesquisas bibliográfica, documental e a de campo, corroborando a compreensão do objeto de estudos.

Quanto a pesquisa de campo, realizada no ano de 2012, sua finalidade é conhecer a concepção dos alunos do terceiro ano do Curso de Formação de Oficiais (CFO) da Academia de Polícia Militar Costa Verde - Turma Marechal Coelho - acerca da avaliação do processo ensino-aprendizagem praticado nesta Instituição de Ensino Superior na vigência do Projeto Político Pedagógico 2008/2012, o qual conduziu, ou deveria ter conduzido, as práticas educativas da referida Turma.

A metodologia empregada na pesquisa é a utilização de questionários semiestruturados aplicados a todos os alunos do terceiro ano do CFO, totalizando 35 alunos, sendo que destes, 29 retornaram o questionário.

## **CONCEPÇÃO E IMPORTÂNCIA DA AVALIAÇÃO NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM**

A avaliação é a mediação entre o ensino do professor e as aprendizagens do professor e as aprendizagens do aluno, é o fio da comunicação entre formas de ensinar e formas de aprender. É preciso considerar que os alunos aprendem diferentemente porque têm histórias de vida diferentes, são sujeitos históricos, e isso condiciona sua relação com o mundo e influencia sua forma de aprender. Avaliar,

então é também buscar informações sobre o aluno (sua vida, sua comunidade, sua família, seus sonhos...) é conhecer o sujeito e seu jeito de aprender. (PAULO FREIRE, apud BARBOSA, 2008)

Luckesi (2002, p. 92) nos informa que o termo avaliar tem origem latina a partir da composição de *a-valere*, que significa “dar valor a...”, e continua dizendo que a avaliação representa a atribuição de valor, um posicionamento positivo ou negativo em relação ao um determinado objeto (algo, alguém, uma ação). Avaliar então significa atribuir valor, ao mesmo tempo em que representa o acompanhamento dos resultados obtidos exigindo uma tomada de posição favorável ou desfavorável ao objeto avaliado, colhendo informações para progredir.

Sendo desvirtuado de sua essência, a avaliação sempre teve um cunho de atividade de controle e seleção, o que acabava por incluir uns e excluir outros. O que hoje denominamos avaliação por muito tempo foi chamado de exame. (ESTEBAN, 2001, p. 29)

Bem recentemente, a “avaliação” ganha uma dimensão mais abrangente, passando a ser referenciada como “avaliação do processo de ensino-aprendizagem”. Essa dimensão traz em seu bojo uma nova abordagem epistemológica que orienta não apenas uma nova avaliação, como também uma nova forma de relacionar-se com os demais elementos do processo educativo. (BALIEIRO, 2003, p. 16)

Como nos informa Esteban (2001, p. 30), Weber, quando se refere ao uso do exame pela burocracia chinesa, por volta de 1200 a.C., para selecionar, entre os homens, aqueles que ingressariam no serviço público, nos traz o que pode se considerar a primeira notícia que possuímos acerca de exame. Manifesto que o exame não aparece como uma questão educativa, mas como um instrumento de controle social.

Por meio dos ensinamentos de Bellan (2008, p. 117-119), verificamos que nos mais diversos setores da sociedade, a avaliação acontece em todos os processos que buscam a qualidade de seus resultados, e na educação não é diferente. Todavia, temos um grande desafio quando falamos de avaliação do processo ensino-aprendizagem, uma vez que seu entendimento, quase sempre, está associado ao simples ato de atribuir uma nota à capacidade do aluno em mostrar, numa prova, os conhecimentos que adquiriu (ou que reteve até o dia da prova) de determinada matéria. Dessa forma,

limitamos a avaliação e corremos o risco de provocar sérios prejuízos ao aprendiz, que se sentirá rotulado e incapaz.

A avaliação do processo ensino-aprendizagem é muito mais que isso. Ela é um processo complexo, marcado por variados contextos, ideologias e perspectivas, é um assunto que permite diversas abordagens, desde questões técnicas, filosóficas, políticas, psicológicas, sociais, legais, metodológicas, ideológicas, etc.. É um assunto muito presente em nosso cotidiano e que tem desafiado pesquisadores, professores e alunos desde sempre.

Muito equivocadamente a avaliação da aprendizagem escolar tem sido tratada como um elemento à parte do processo ensino-aprendizagem quando, na verdade, ela deve ser parte integrante do processo educacional, estando presente durante todo momento, pois é um de seus elementos constitutivos e exerce grande influência no desenvolvimento educacional do indivíduo, subsidiando a construção bem-sucedida da aprendizagem, uma vez que visa promover mudança de comportamento. Assim, a “avaliação é o processo mediante o qual se determina o grau em que essas mudanças de comportamento estão realmente ocorrendo”. (TYLER, 1979, p. 99)

Novak ao justificar a inclusão do elemento avaliação como um dos cinco elementos básicos do processo educativo argumentou que estudos realizados “em escolas e noutros âmbitos, nomeadamente em empresas, demonstraram que muito do que passa no ensino e/ou aprendizagem, depende das formas de avaliação utilizadas”. (NOVAK, apud BALIEIRO, 2003, p. 18). Assim, não há como negar a importância da avaliação no contexto ensino-aprendizagem.

Segundo Luckesi, avaliação da aprendizagem é “um juízo de qualidade sobre dados relevantes para uma tomada de decisão”. (2002, p. 09) Isto significa que ao se avaliar a aprendizagem de um indivíduo acerca de um conhecimento ou habilidade é necessário que seja feito um julgamento sobre a qualidade do que foi produzido, ou seja, necessário verificar se o que foi apresentado pelo indivíduo satisfaz os parâmetros estabelecidos e propostos pelo avaliador, que por sua vez, deve ter optado por parâmetros relacionados ao Projeto Político Pedagógico do curso.

Após feito este julgamento de qualidade, não basta apenas tomar nota do que foi verificado, como é a prática no processo ensino-aprendizagem adotado em nosso

país. É imprescindível que seja tomada uma decisão acerca do resultado obtido: se o resultado satisfizer os parâmetros estabelecidos e propostos pelo avaliador, o indivíduo avaliado poderá então progredir para as próximas temáticas a serem desenvolvidas, todavia, se o resultado não for satisfatório, impende diagnosticar o que aconteceu para que o avaliado não conseguisse obter o rendimento esperado, e buscar novas formas de lhe transmitir as informações necessárias para a construção do conhecimento. (BELLAN, 2008, p. 117-119)

Logo, a avaliação é uma tarefa didática necessária e constante do trabalho de docência, que deve acompanhar a par e passo o processo de ensino e aprendizagem. É por seu intermédio que os resultados que vão sendo obtidos no decorrer do trabalho conjunto do professor e dos alunos são comparados com os objetivos propostos, a fim de constatar progressos, dificuldades e, também, reorientar o trabalho docente. Demonstra-se dessa forma como uma reflexão acerca da qualidade do trabalho escolar de seus principais personagens: professor e aluno. Assim, a avaliação é uma tarefa complexa que não se resume a realização de provas e atribuições de notas. (BARBOSA, 2008)

Na perspectiva de Bellan (2008, p. 117-118), temos que:

A avaliação deve ser o instrumento de identificação das evidências para a melhoria do ensino aprendizagem.

Com esta perspectiva, a avaliação da aprendizagem ganha um aspecto novo e construtivo no ensino. Ela é a alavanca para o trabalho do professor e um incentivo para o aprendiz.

Ela deve provocar um efeito espiral, que vai da reflexão à ação e, novamente à reflexão, e assim por diante, criando oportunidades estimulantes para o aluno e professor, até que se atinja o objetivo proposto.

A avaliação, neste conceito, não é o final de um processo, mas a alavanca que impulsiona a busca por soluções, o enfrentamento dos obstáculos e um novo tempo para a aquisição de conhecimentos.

No mesmo sentido que Luckesi, Libâneo (1994, p. 196) considera que avaliação escolar é

(...) um componente do processo de ensino que visa, através da verificação e qualificação dos resultados obtidos, determinar a correspondência destes com os objetivos propostos e, daí, orientar a tomada de decisões em relação às atividades didáticas seguintes.

Verificamos então que o ato de avaliar traz em sua essência ações que determinam o valor de algo ou de alguém e dessa maneira integra nosso cotidiano desde os primórdios, uma vez que somos avaliados a todo momento.

A avaliação em sua essência, como instrumento de apoio à aprendizagem, deve ser realizada de maneira totalizadora, promovendo o desenvolvimento do conhecimento do aluno através de suas potencialidades, por meio de um processo de orientação e interação entre professor e aluno. É uma necessária reflexão sobre a qualidade daquilo que foi trabalhado, desenvolvido tanto pelo professor, quanto pelos alunos.

Infelizmente, nossa sociedade desvirtuou a aplicação da avaliação do ensino-aprendizagem, tendo reservado às instituições de educação o poder de conferir notas e certificados que atestam o conhecimento ou a capacidade do indivíduo, tornando assim imensa a responsabilidade de quem avalia, burocratizando um processo que deveria ser natural.

Assim, o termo avaliar tem sido constantemente associado a expressões como: fazer prova, fazer exame, atribuir nota, repetir ou passar de ano. Esta associação, tão presente ainda em nossas escolas, é resultante de uma concepção pedagógica ultrapassada, mas tradicionalmente dominante. Nela, a educação é concebida como mera transmissão e memorização de informações prontas e o aluno é visto como um ser passivo e receptivo. Em consequência, a avaliação se restringe a medir a quantidade de informações retidas. Nessa abordagem, em que educar se confunde com informar, a avaliação assume um caráter seletivo e competitivo. (BARBOSA, 2008)

## **POR UMA AVALIAÇÃO TOTALIZADORA**

Sempre tive medo da avaliação – respondeu a testemunha sem pestanejar. – Em toda a minha vida escolar e, depois, como profissional, a ideia que me passaram era de ameaça e punição – prosseguiu com um certo rancor na voz. – Diziam que se eu não estudasse para a prova, se não fizesse o trabalho, se conversasse durante a aula, se cometesse qualquer deslize, enfim, teria minha nota sensivelmente prejudicada. Aliás, só me falavam de nota, de conceito, de boletim, de relatório de desempenho. Ninguém jamais me explicou o que havia por trás daquela parafernália de números e instrumentos de avaliação. (DEPRESBITERIS, 1999, p. 12)

Todos nós já estivemos, estamos ou estaremos em situação de sermos avaliados num processo de ensino-aprendizagem. Quantos de nós já experimentou aquela sensação de medo de uma avaliação? Quantos já perdemos noites de sono preocupados com a avaliação que seria aplicada no dia seguinte? Será que como demonstrado na citação acima, não nos passaram também uma ideia de ameaça e

punição acerca da avaliação? Tivemos a felicidade de ter algum professor que nos explicasse o que há por trás daqueles instrumentos de avaliação, daqueles números e conceitos, que nos fizesse entender o quão importante é a prática avaliativa no contexto educacional?

Infelizmente o que se verifica sem muita dificuldade é que a avaliação da aprendizagem tem se manifestado como um lugar de práticas autoritárias, ameaçadoras e seletivas na relação pedagógica (LUCKESI, 2002, p. 168). Tem se mostrado como uma exigência burocrática do sistema, como uma obrigação a ser cumprida fins separar os aptos dos inaptos a prosseguir na vida acadêmica, sendo que na concepção de Luckesi (2002, p. 28) a prática da avaliação educacional que predomina hoje é realizada num “modelo teórico de compreensão que pressupõe a educação como um mecanismo de conservação e reprodução da sociedade”, ou seja, a avaliação como praticada atualmente é um instrumento disciplinador tanto das condutas cognitivas como também sociais, visando classificar, examinar, diferenciar, excluir, a serviço do controle e enquadramento dos indivíduos nos parâmetros previamente estabelecidos de equilíbrio social.

Fala-se muito em avaliação, todavia, todos conceituam-na e interpretam-na à sua maneira, muitas vezes apresentando significados distintos. Mas algo que não pode ser dissociado é avaliação e qualidade, posto que todos agem em nome de uma avaliação de qualidade, apesar de que o eixo norteador não tem sido o mais adequado, já que o que se tem perguntado com frequência é como fazer a avaliação, numa clara preocupação com os métodos e instrumentos a serem aplicados. Entretanto, importa primeiramente refletir sobre o porquê e o para que da avaliação, de modo que o propósito de aprender ocupe o centro do processo.

O ato de avaliar, ao mesmo tempo que pode gerar crescimento e descobertas, pode, também, gerar marcas negativas na vida do ser humano. Avaliar cognitivamente apenas, medindo-se o desempenho dos alunos somente por meio de notas ou conceitos tem-se mostrado insuficiente e não mais possível, ao passo que a avaliação formal do sistema escolar, com data e obrigatoriedade, não deve ser desprezada, mas realizada com preparo técnico e didático, respeitando-se critérios previamente estabelecidos.

Apesar de ser importante saber que a medida é necessária para a avaliação, importa mais enxergar além e verificar que a avaliação ultrapassa a medida em seu significado, pois oferece ao educador um suporte dinâmico a serviço da construção da aprendizagem bem-sucedida, ao se retornar com o indivíduo às problemáticas que não lhe foram captadas de maneira desejável, servindo de instrumento que guiará o professor na busca de novas formas de ensinar o conteúdo não aprendido. Por isso, o ato de avaliar deve estar fundamentado em atitudes construtivas, baseadas na ética, no respeito e na justiça. Uma avaliação, quando bem realizada, é capaz de verificar o que o aluno realmente aprendeu, além de fornecer subsídios para o avanço do trabalho do docente.

A avaliação diagnóstica, crítica e construtiva são saídas para o modo autoritário de agir na prática avaliativa educacional, e meios de auxiliar a construção de um modelo de educação que esteja a favor da democratização da sociedade. (LUCKESI, 2002, p. 11)

Dessa forma, o princípio avaliativo deve ser totalizador, abrangendo todos os aspectos e potencialidades dos alunos, mostrando quais são os conhecimentos (domínio cognitivo), as atitudes (domínio afetivo) e as habilidades (domínio psicomotor) que o aprendiz adquiriu, bem como determina quais as dificuldades que precisam ser trabalhadas. Assim, o professor fará uma revisão a fim de redirecionar ou reformular suas estratégias educacionais, caso necessário. (BELLAN, 2008, p. 118-119)

Diversos autores enxergam três principais funções que a avaliação deve exercer ou ações que devem empreender, a seguir detalhadas.

A avaliação no exercício de sua função diagnóstica precisa ser realizada no início do trabalho, na entrada, identificando os pré-requisitos necessários, sondando as habilidades presentes ou não, tornando-se uma ferramenta dialética de avanço e identificação de novas direções a serem tomadas. Neste mesmo sentido, Luckesi (2002, p. 43) defende que a avaliação “terá de ser o instrumento do reconhecimento dos caminhos percorridos e da identificação dos caminhos a serem perseguidos”. Portanto, esta avaliação determinará o ponto de partida no caminho em direção ao objetivo traçado.

No exercício da função formativa, a avaliação tem o propósito de formar, construir o conhecimento, revestindo-se de características qualitativas. Transveste-se de características de continuidade e acompanhamento, permitindo identificar se os educandos estão, de fato, alcançando as metas estabelecidas no planejamento, ou se há necessidade de correção de rumo. É ela que dará ao aluno o conhecimento de suas deficiências e o estimulará a prosseguir (criará o desejo de obter resultados mais satisfatórios), além de informar ao professor sobre seu rendimento naquela determinada unidade de ensino.

Constitui-se, então, a avaliação formativa num instrumento preciso de averiguação, a qual Perrenoud (1999, p. 104) prefere denominar *observação formativa*:

Melhor seria falar de *observação formativa* do que de avaliação, tão associada está esta última palavra à medida, às classificações, aos boletins escolares, à ideia de informações codificáveis, transmissíveis, que contabilizam os conhecimentos. Observar é construir uma representação realista das aprendizagens, de suas condições, de suas modalidades, de seus mecanismos, de seus resultados. A observação é formativa quando permite orientar e otimizar as aprendizagens em curso sem preocupação de classificar, certificar, selecionar.

Nota-se então que a avaliação formativa não é o término, a linha de chegada, mas o intermédio para fazer com que conteúdos sejam cada vez mais bem compreendidos pelos alunos, subsidiando e acompanhando a aprendizagem, exercendo importante papel na construção do conhecimento.

A função somativa da avaliação reveste-se de características quantitativas, uma vez que tem a função de classificar os alunos, no final de um período de aprendizagem, em níveis de aproveitamento (BELLAN, 2008, p. 120). É um balanço final que permite verificar o que foi assimilado pelo aprendiz.

Libâneo (1994, p. 196) considera que no processo ensino-aprendizagem a avaliação exerce três tarefas, a saber:

a) verificação: que consiste na coleta de dados sobre o aproveitamento dos alunos por meio de um instrumento escolhido e determinado pelo professor, a exemplo de provas, exercícios, trabalhos escritos e/ou apresentados, observação de desempenho, entre outros;

b) qualificação: análise dos resultados alcançados em relação aos objetivos pretendidos, e se for o caso atribuição de notas e conceitos;



c) apreciação qualitativa: que seria a avaliação propriamente dita dos resultados com relação ao padrão de desempenho esperado.

Este mesmo autor (LIBÂNEO, 1994, p. 196-198) diz que a avaliação cumpre pelo menos três funções, que atuam de forma interdependente e não podem ser consideradas isoladamente, quais sejam: pedagógico-didática, de diagnóstico e de controle.

A avaliação cumpre sua função pedagógico-didática quando realiza os objetivos gerais e específicos da educação escolar, entendidos como o atendimento das finalidades sociais do ensino ao se preparar o aluno para as exigências da sociedade e ao inseri-lo nesta sociedade, além de lhe mostrar a importância do estudo.

Corroborando o entendimento da função diagnóstica acima apresentada, Libâneo entende que a função diagnóstica da avaliação é aquela que permite a identificação dos avanços e dificuldades apresentados pelos alunos e pela atuação do próprio professor, de maneira a determinar ou não modificações do processo de ensino de modo a melhor cumprir os objetivos propostos. Esta função precisa ocorrer em três momentos distintos, que são: no início, durante e ao final do desenvolvimento das aulas.

No início se faz necessário identificar os conhecimentos e experiências já disponíveis ao aluno, para que o trabalho se dê a partir de tais perspectivas, facilitando a apreensão do novo conhecimento.

Durante o desenvolvimento das aulas, é preciso acompanhar o progresso dos alunos, verificar se estão assimilando os conteúdos transmitidos, corrigir e esclarecer eventuais falhas e dúvidas, bem como fazer uma auto avaliação de como está se dando a condução de seu trabalho como professor. Pode ser que seja latente a necessidade deste educador descobrir a forma de aprender de cada aluno de maneira que possa reconstruir sua prática pedagógica.

Considera Libâneo que, ao final é muito importante avaliar os resultados da aprendizagem, uma vez que tal ação servirá para realimentar o processo de ensino.

A função de controle diz respeito aos meios de verificação dos resultados escolares alcançados pelos alunos, permitindo ao professor verificar como os alunos estão assimilando os conhecimentos e habilidades desejáveis. Tal controle pode se dar

por diversos instrumentos que podem ser aplicados de maneira parcial e final, nos períodos estabelecidos pela instituição de ensino.

Tanto no cumprimento da função diagnóstica quanto da função de controle, é preciso inovar e usar outros instrumentos além das provas. Instrumentos que sirvam de regulação e observação individualizada e sistemática dos indivíduos em sala de aula, interpretando-os como únicos, acompanhado suas competências, habilidades, valores e atitudes no dia-a-dia. Isto porque é facilmente perceptível, a título de exemplo, que a avaliação escrita muitas vezes poderá não avaliar o aluno adequadamente, pois o mesmo pode não ter entendido a matéria e apenas ter decorado o conteúdo para a avaliação na sua véspera.

Tal pró-atividade representada por esta inovação na avaliação do processo ensino-aprendizagem certamente desencadearia o rompimento de certos “pactos da mediocridade”, como por exemplo quando há alunos que faltam muito às aulas, mas ainda assim tiram notas boas. Nesse sentido temos Perrenoud:

A prova cumulativa e o exame dão ao aluno uma chance – real ou imaginária – de enganar: preparação intensiva de última hora para o *baccalauréat*, ‘cola’, auxílio mendigado, sedução desarmadora, ausências calculadas (Perrenoud, 1995a), permitindo-lhe influenciar o julgamento do professor. [...] A avaliação formativa, contínua e intensiva, não oferece proteção alguma aos alunos para quem a preguiça ou a indiferença do professor são as únicas chances. (PERRENOUD, 1999, p. 133-134)

Verifica-se então que avaliar o aluno apenas no aspecto de seu desenvolvimento cognitivo é avaliar apenas uma pequena dimensão do processo de aprendizagem, o qual se mostra muito mais amplo. É negar-lhe o desenvolvimento de todas as suas possibilidades e permitir-lhe se beneficiar de falhas no sistema como o citado acima.

Daí para que a avaliação assuma sua função de subsidiar, acompanhar, auxiliar a aprendizagem, esta deve assumir um papel relevante na construção do conhecimento, abrindo espaço para o questionamento, investigação e reflexão sobre a prática pedagógica, entendendo o espaço pedagógico como interativo, dinâmico e relacional. Agora para que isso ocorra é preciso que seja construído coletivamente no Projeto Político Pedagógico da instituição. Além disso, é necessário que haja uma tomada de decisão por parte dos professores, refletindo sobre sua prática,

identificando que concepção de ensino-aprendizagem a fundamenta, iniciando então uma mudança em suas estratégias, em suas aulas, tornando-as mais dinâmicas e ativas, deixando de ver no aluno apenas o aspecto cognitivo.

## A AVALIAÇÃO E O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DA APMCV

[...] a avaliação da aprendizagem é um mecanismo subsidiário do planejamento e da execução. É uma atividade subsidiária e estritamente articulada com a execução. É uma atividade que não existe nem subsiste por si mesma. Ela só faz sentido na medida em que serve para o diagnóstico da execução e dos resultados que estão sendo buscados e obtidos. A avaliação é um instrumento auxiliar da melhoria dos resultados. (LUCKESI, 2002, p. 150)

Não é a aprendizagem o centro, o cerne do processo de ensinar? Não é verdade que a função essencial da avaliação é subsidiar a aprendizagem, exercendo um papel de importante auxiliar, deixando de ser utilizada apenas como um recurso de autoridade? Pensando a avaliação como um instrumento auxiliar da melhoria dos resultados, devemos entender que ela atua de maneira subsidiária ao planejamento e a execução do ensino proposto pela instituição, espera-se, portanto, que “a avaliação se torne uma ‘poderosa alavanca’ para a ampliação do êxito na escola”. (HADJI, 2001, p. 9) Como se não bastasse, a avaliação, “ao lado do planejamento e da execução do ensino, constitui um todo delimitado por uma concepção filosófico-política da educação”. (LUCKESI, 2002, p. 12)

Voltando nossos olhos para o contexto escolar, verificamos que, desde a criação da escola como espaço privilegiado para a educação do ser humano, gerou-se, outrossim, um espaço favorável ao desenvolvimento de uma concepção teórica de educação em consonância com uma concepção teórica de sociedade. Assim sendo, “a avaliação não se dá nem se dará num vazio conceitual, mas sim dimensionada por um modelo teórico de mundo e de educação, traduzido em prática pedagógica”. (LUCKESI, 2002, p. 28) Mas quais são atualmente esses modelos? Como se dá a prática pedagógica da avaliação no campo da educação?

Daí a importância de conhecermos e entendermos como a avaliação do processo ensino-aprendizagem está contemplada no Projeto Político Pedagógico 2008/20012 da Academia de Polícia Militar Costa Verde, que é o documento que

planejou detalhadamente os diversos aspectos do ensino que seriam desenvolvidos naquela Instituição de Ensino Superior no quinquênio estabelecido.

O desenvolvimento do indivíduo em sua plenitude deve ser um compromisso ético, social, político e metodológico tanto da escola quanto do professor. Deve estar presente em seu Projeto Político Pedagógico (PPP) de maneira explícita e detalhada, refletindo uma postura prioritária do ensino, visando considerar diversas capacidades do indivíduo e não apenas as capacidades cognitivas.

A prática da avaliação da aprendizagem não deve acontecer distanciadamente daquilo que está proposto no PPP, muito pelo contrário, deve retratá-lo, uma vez que é o PPP que foi pensado, planejado com vistas ao alcance de uma série de objetivos na educação, e o processo de avaliação consiste em determinar em que medida os objetivos educacionais estão sendo atingidos, em que medidas as mudanças desejáveis no saber-fazer dos alunos estão ocorrendo. Na concepção de Bloom, apud Sant'Anna (1995, p. 29), "a avaliação é a coleta sistemática de dados, por meio da qual se determinam as mudanças de comportamento do aluno e em que medida essas mudanças ocorrem".

Nesse sentido Hadji (2001, p. 15) entende que a avaliação deve estar muito bem estruturada, articulada com o PPP e todo o processo de ensino, sendo colocada à serviço da aprendizagem, constituindo-a.

Pensar a avaliação do processo ensino-aprendizagem é pensá-la numa dimensão metodológica e pedagógica, contextualizada, de acordo com os princípios coletados no Projeto Político Pedagógico - PPP - da escola. Desta forma deve ser compreendida como momento de aprendizagem e não como instrumento de verificação de aprendizagem, como bem recomenda Luckesi (apud GAMA 1993, p. 166). Pensamento que coloca a avaliação numa dimensão muito mais abrangente. Pressupõem-se, ainda, ser o PPP elaborado pelo coletivo orgânico da escola (GAMA 1993, p.166). É na construção do PPP que todos elementos do processo educativo se constituirão e, por sua vez, a avaliação. Pois, a avaliação não pode continuar a ser trabalhada isoladamente, nessa dimensão restritamente técnica, em detrimento da ética, como o é no modelo tradicional de ensino. Avaliação ética é acima de tudo justa, que se justifica com a necessária transparência, valendo-se de critérios explícitos e com o devido respeito a todos envolvidos. Princípios que devem estar contemplados no PPP. (BALIEIRO, 2003, p. 34)

Com o intuito de conhecermos melhor o PPP da APMCV, vejamos quais são suas considerações acerca da avaliação da aprendizagem a ser desenvolvida na Instituição.

Na seção Princípios Pedagógicos, o oitavo princípio tratado diz respeito à avaliação, como vemos a seguir:

8. A avaliação do processo de ensino e aprendizagem, visa medir em termos qualitativos e quantitativos, o desempenho da escola, dos professores e dos discentes, tendo como finalidades:
- Corrigir, em tempo hábil, qualquer desvio, na busca de objetivos fixados no projeto pedagógico e plano de curso, através de constante aperfeiçoamento da atuação docente;
  - Verificar a necessidade de correção do processo de ensino e aprendizagem;
  - Verificar a mudança de comportamento dos discentes e o atendimento dos objetivos contidos em cada programa de disciplina;
  - Medir aproveitamento e classificar os discentes;
  - Fornecer subsídios para a pesquisa pedagógica sobre resultado de avaliação. (Projeto Político Pedagógico 2008/2012 da Academia de Polícia Militar Costa Verde, p. 24)

Continua o documento a tratar acerca de avaliação da aprendizagem na seção denominada Processo de Avaliação da Aprendizagem, transcrita a seguir:

A avaliação da aprendizagem é um procedimento didático de acompanhamento da aprendizagem, de diagnóstico e controle. Serve para determinar, de um lado, em que grau foi atingido os objetivos fixados, e de outro lado, a eficiência do ensino e das atividades desenvolvidas pelo professor. Na EsFO a avaliação tem ainda a função de classificar os cadetes, sobretudo nas fases de transição entre um ano e outro. Esta classificação será responsável em parte pelas promoções que ocorrerão no decorrer da vida profissional do oficial.

Apesar do caráter classificatório da avaliação, por questões organizacionais, APMCV tem buscado trabalhar junto ao corpo docente nova possibilidade do fazer pedagógico no tocante a avaliação, em que as práticas avaliativas devem ser objeto constante de reflexão crítica para que introduzam inovações, e mais, oportunizando ao discente mediante as situações de avaliação seus esquemas de percepção, pensamento, avaliação, decisão e ação para que possa reconsiderar suas próprias ideias, numa visão de aprendizagem como processo de reconstrução permanente.

O objetivo essencial da avaliação é auxiliar a docentes e discentes a visualizarem a qualidade do ensino e aprendizagem, a partir de critérios definidos e transparentes, a fim de uma aplicação deste componente curricular de forma desapaixonada e desvinculada de posições autoritárias, preservando, porém, a autoridade contextual do professor. (Projeto Político Pedagógico 2008/2012 da Academia de Polícia Militar Costa Verde, p. 64 e 65)

Percebe-se que o Projeto Político Pedagógico da APMCV não dispensou a desejada atenção no desenvolvimento daquilo que pretende para a avaliação do processo ensino-aprendizagem da escola, uma vez que os textos citados são as únicas referências explícitas sobre tal assunto em todo o extenso PPP, sendo que poderia e deveria ter sido objeto de maiores e mais completas reflexões, trabalhado mais

detalhadamente, dada a importância que a avaliação, como um dos elementos constitutivos da aprendizagem, exerce no processo ensino-aprendizagem.

Apesar disso, as finalidades apontadas para a avaliação na escola são pertinentes desde que estejam sendo aplicadas adequadamente, exceto quando, não obstante sua declarada concepção construtivista da educação, o PPP traz um enfoque significativo para a função classificatória da avaliação de seu processo ensino-aprendizagem, dada as peculiaridades do mecanismo de promoção<sup>2</sup> do profissional formado.

O PPP não faz menção de como fará para acompanhar o desenvolvimento e avaliar se estão sendo alcançadas as finalidades propostas para a avaliação educacional na APMCV, de modo que esta pesquisa surge num momento propício, fins fazer esta verificação, com base na concepção dos alunos do terceiro ano do CFO, como veremos no capítulo a seguir.

### **A CONCEPÇÃO DOS ALUNOS DO CFO III ACERCA DA AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM NA APMCV**

Neste capítulo são apresentadas a análise, a interpretação e a discussão dos resultados encontrados na pesquisa de campo. Os dados foram coletados por meio da aplicação do instrumento questionário, contendo perguntas abertas e fechadas, fornecendo-nos subsídios quantitativos e qualitativos acerca do nosso objeto de estudo.

Com o intuito de conhecermos a concepção dos alunos do terceiro ano do Curso de Formação de Oficiais da APMCV acerca da avaliação do processo ensino-aprendizagem adotado naquela escola aplicamos o questionário constante do Apêndice I aos trinta e cinco alunos da turma. Destes, um total de 29 alunos retornaram o questionário, o que nos possibilitou uma visão ampla do que se passou com relação ao processo avaliativo entre os anos 2010-2012<sup>3</sup> na APMCV.

---

<sup>2</sup> Na Polícia Militar temos a promoção por antiguidade, sendo que esta é considerada pela data de ingresso na instituição. Todavia, entre aqueles que ingressaram na mesma data, e conseqüentemente fazem parte da mesma turma de formação, a antiguidade se dará pela classificação na turma, dada pela média das notas obtidas durante o curso.

<sup>3</sup> Nossa pesquisa se restringe aos anos de 2010-2012, uma vez que a turma pesquisada, Turma Marechal Coelho, ingressou na APMCV no ano de 2010 e se forma neste ano de 2012.

O questionário foi aplicado pessoalmente por este pesquisador, tendo deixado claro que era importante que eles respondessem com isenção e sinceridade, além de que deveriam levar em conta o contexto dos três anos do Curso.

Na tentativa de proporcionar uma melhor visualização dos dados, estes foram apresentados, quando possível, por meio de gráficos, seguidos de sua respectiva análise e interpretação, sendo que é seguida a ordem das questões conforme estão no questionário, acompanhadas de seus respectivos enunciados.

## RESULTADO

A primeira questão: “*Você considera a avaliação do processo ensino-aprendizagem do CFO como:*”, objetivou obter uma primeira compreensão, ainda que geral, de como os alunos do terceiro ano do CFO conceituam a avaliação do processo ensino-aprendizagem adotado na APMCV. As opções conceituais eram: muito bom; bom; regular; ruim; ou muito ruim. A seguir, o gráfico que representa as respostas obtidas:



**Fonte:** questionário aplicado em pesquisa de campo com os alunos do CFO III

**Gráfico 01**

Percebe-se que a grande maioria dos alunos pesquisados (69%) consideram a avaliação do processo ensino-aprendizagem no CFO como regular.

Ainda na primeira questão, perguntamos aos alunos se eles proporiam que a avaliação fosse diferente, caso positivo, como. Quase todas as respostas enfatizaram as mesmas deficiências e demonstraram os mesmos desejos de mudança. Os alunos

disseram que as avaliações no CFO enfatizam muito a nota obtida pelo aluno, principalmente por conta da questão da classificação, que está intrinsecamente ligada aos fatores antiguidade e promoção. Com isso não haveria uma prioridade para o aprendizado de fato, mas apenas uma preocupação com a nota a ser obtida, que acaba por incentivar o estudo de última hora e o “decoreba”. Criticam ainda uma suposta pessoalidade de certos professores com relação a alguns alunos.

Propõem que a relação professor-aluno seja de maior proximidade e representem uma abordagem construtivista da aprendizagem. Que para evitar pessoalidade na avaliação as questões deveriam ser objetivas e deveria haver acompanhamento mais aproximado dos coordenadores do curso.

A segunda e a terceira questões, respectivamente: “Que tipo de avaliação ensino-aprendizagem prefere? Por quê?”; e “Que tipo de avaliação ensino-aprendizagem não prefere? Por quê?”, pretendiam identificar os tipos de avaliação preferidas dos alunos, bem como suas características enquanto instrumentos de medição.

Pelas respostas dadas às questões percebe-se que todos os alunos criticaram a avaliação por meio de trabalhos em grupos, posto que sempre há nos grupos aqueles que se preocupam e trabalham e os que não fazem nada e acabam “pegando carona” na nota de quem se esforçou, sendo que fica difícil para o professor distinguir tais pessoas. Que tal metodologia torna-se ainda pior quando os professores conferem notas iguais a todos os membros do grupo. Assim, preferem que se for necessário o trabalho, que seja feito individualmente.

A maior parte dos alunos diz ser importante aplicar avaliações que aliem a teoria e a prática. Com relação ao instrumento prova, as opiniões se dividem. A grande maioria prefere provas objetivas justificando que evita a pessoalidade do professor quando da atribuição de notas. Mas, ao mesmo tempo, lembram que tais provas favorecem o “decoreba”. Há ainda alguns alunos que preferem as provas subjetivas, pois permitem ao aluno demonstrar de maneira mais ampla seu conhecimento sobre determinado assunto, ainda que haja o risco da pessoalidade na correção.

A questão quatro: “Após as avaliações, os erros e acertos de cada aluno são



trabalhados e discutidos pelo professor, buscando o entendimento, identificando onde possa ter havido dificuldade na transmissão/recepção do conteúdo? Em quantas disciplinas? Comente e explicita em quais disciplinas.”, teve por escopo identificar se os professores da APMCV adotavam uma postura construtivista no retorno das avaliação, utilizando a avaliação em sua função formativa, entendendo a avaliação como um instrumento de apoio à aprendizagem do discente, promovendo a orientação e interação professor-aluno.

As respostas à esta questão dão conta de que pouquíssimos professores discutem com os alunos sobre as avaliações, realizando um adequado *feedback*. Que ainda há uma cultura implícita de medo dos alunos em questionarem os professores sobre pontos discordantes. Citam que em matérias como Direito Penal, Direito Penal Militar, Direito Processual Penal Militar, Defesa Territorial, houve este retorno.

A questão cinco teve por escopo identificar se os docentes realmente estavam dando continuidade e o devido acompanhamento ao processo ensino-aprendizagem por meio da avaliação, não a utilizando apenas como instrumento de medida e de classificação, mas também para correção de rumos por meio da retomada dos conteúdos que eventualmente não ficaram claros para os aprendizes.

O enunciado da quinta questão era: “Quando numa avaliação é verificado que grande parte da turma teve dificuldade no entendimento de algum tópico, tal assunto é novamente ensinado de uma maneira diferente? Em quais disciplinas isto foi observado?”

Quanto a este questionamento os alunos responderam que a maior parte dos professores não retoma o assunto. Que os poucos que o fizeram, foi porque grande parte da turma não entendeu a matéria, e a pedido dos próprios alunos. Disciplinas em que foi retomado a temática voluntariamente pelos professores, segundo os alunos pesquisados, foram Direito Penal, Direito Penal Militar, Direito Processual Penal Militar e Tiro Policial. Lembram os alunos que um fator importante a ser levado em conta com relação a esta questão é que a carga horária exígua de algumas disciplinas impediriam os professores de retomarem o assunto.

A sexta questão: “Quais critérios você pensa serem levados em conta quando avaliado?”, tinha a finalidade de identificar quais os critérios os alunos acreditam que

havia sido considerados nas avaliações a que foram submetidos.

A maioria dos alunos respondeu que acreditam que os professores adotam o critério de avaliar o conteúdo previsto na ementa da disciplina e que tenha sido ministrado em sala de aula. Assim, estariam cobrando os conhecimentos assimilados pelos alunos. Todavia, salientam que há professores que não corrigem as avaliações e concedem notas iguais a todos os alunos; há professores que são parciais e concedem notas de acordo com a afinidade que tem com os alunos; nestes casos a personalidade prevalece.

A questão sete: “Qual sua opinião sobre a forma que as avaliações de ensino-aprendizagem são elaboradas pelos professores da APMCV, por quê?”, teve o intuito de buscar subsídios críticos dos alunos acerca da maneira que eles enxergam a elaboração das avaliações pelos professores, sem especificar ou explicar qualquer conceito base para suas observações.

Percebe-se que há uma grande crítica dos alunos quanto a um fato grave: os professores estariam aplicando reiteradamente as mesmas provas ano após ano nas turmas do CFO, permitindo aos alunos descobrirem os assuntos que serão abordados por meio de uma simples conversa com os alunos de turmas anteriores. Dessa forma, consideram as avaliações defasadas, não correlacionadas à realidade atual. Poucos alunos citaram que há professores que são verdadeiramente dedicados à causa docente e estão comprometidos com as aulas e na construção das avaliações.

Na oitava questão, a qual também teve por objetivo extrair a percepção dos alunos acerca das avaliações a que foram submetidos, todavia, direcionando-os à uma análise mais detalhada e baseada num conceito de avaliação como instrumento auxiliar para o desenvolvimento da aprendizagem do discente.

As avaliações que lhe foram aplicadas durante o CFO podem ser consideradas elementos constitutivos do processo ensino-aprendizagem no sentido de que servem de instrumento para o professor saber como está o desenvolvimento de cada aluno na disciplina, permitindo-lhe identificar dificuldades e progressos, melhorando o ensino da disciplina ou são apenas instrumentos de medições e atribuições de notas e/ou conceitos com o objetivo de classificação e tendo em vista uma exigência burocrática? Comente.

Novamente quase todos os alunos tecem críticas ao enfoque que se dá às notas para classificação dos alunos, pois alegam que isso faz com que o discente esteja

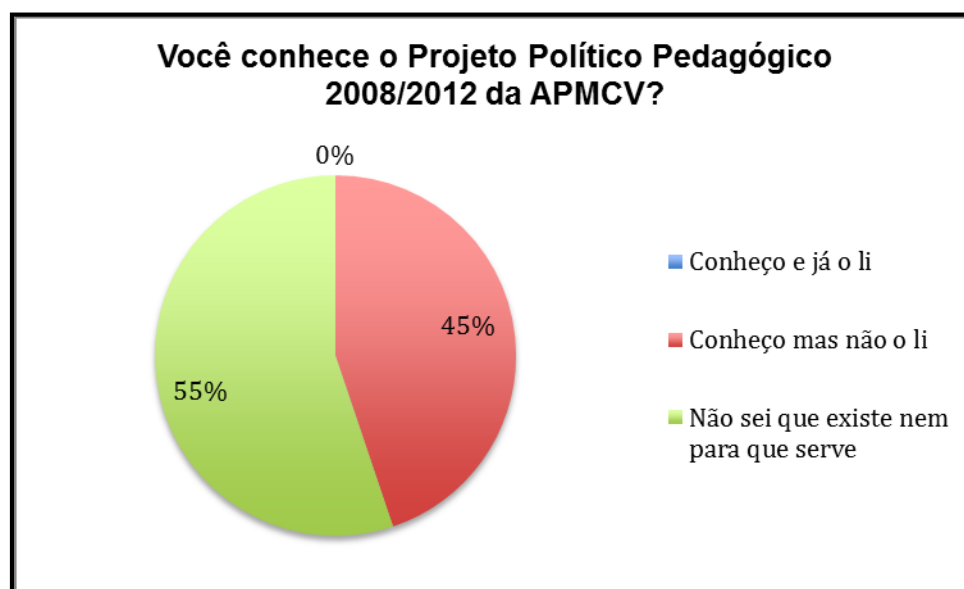
preocupado apenas em “tirar nota” e não em aprender realmente. Abaixo citamos parte dos comentários de três alunos, importantes para entendermos mais profundamente a questão:

A avaliação no CFO tem um conceito deturpado e significa apenas uma forma de se atingir uma classificação. A função de aferir o nível de aprendizagem está realmente comprometida. (Aluno 01)

Acredito que sejam apenas instrumentos de medições e atribuições de notas e/ou conceitos com o objetivo de classificação. A ‘briga’ por classificação é a principal motivação para que o aluno busque notas e não conhecimentos. Raros são aqueles que visam, de fato, aprender. (Aluno 02)

Em suma elementos de atribuição de nota, pela simples exigência burocrática. Porém, volto a afirmar que não são em todas as disciplinas. É importante sim a atribuição de notas, mas esta é apenas uma etapa do processo, e assim deveria ser considerada pelos professores, não como centro das atenções e foco principal da disciplina. O que deveria ser realmente considerado como importante e foco é o aprendizado do aluno e a aplicação do conteúdo em sua vida profissional. (Aluno 03)

A questão nove perguntava: “Você conhece o Projeto Político Pedagógico 2008/2012 da APMCV?”, dessa forma, procuramos saber até que ponto o PPP havia sido compartilhado com os alunos, até para que eles conhecessem as bases pedagógicas adotadas pela escola. Foram ofertadas as seguintes possibilidades de respostas: conheço e já o li; conheço mas não o li; ou não sei que existe nem para que serve tal documento. A seguir, o gráfico que representa as respostas obtidas:



Fonte: questionário aplicado em pesquisa de campo com os alunos do CFO III  
Gráfico 02

Verificamos então que a maior parte dos alunos não sabe que existe e nem para que serve o PPP da APMCV. Nos comentários vemos que na verdade não fazem nem ideia do que se trata. Nenhum dos alunos teve acesso ao documento e o leu. Um dos alunos descobriu a existência do documento durante sua pesquisa monográfica, pois tratará de tema ligado à educação na PMMT, mesmo assim, não o leu.

Ainda acerca do PPP, buscando verificar se mais que uma exigência burocrática para a escola, ele também servia de documento norteador para as práticas avaliativas do processo ensino-aprendizagem, formulamos as questões dez e onze.

A décima questão perguntava: “O PPP da APMCV diz que: “O objetivo essencial da avaliação é auxiliar a docentes e discentes a visualizarem a qualidade do ensino e aprendizagem, a partir de critérios definidos e transparentes, a fim de uma aplicação deste componente curricular de forma desapassionada e desvinculada de posições autoritárias, preservando, porém, a autoridade contextual do professor.” Você considera que isto tem ocorrido? De que forma?”

Quanto às respostas à décima questão, extrai-se que a maior parte dos alunos considera que falta transparência e definição de critérios para a avaliação. Salientam que muitos professores não gostam de ser contrariados e que muitas vezes o aluno só recebe da avaliação a nota, mas nenhum *feedback*. Vejamos três exemplos:

Em algumas ocasiões podem ocorrer, mas ainda temos instrutores que não aceitam opiniões divergentes, os quais somos obrigados a concordar com eles. No entanto, na grande maioria dos casos já vemos a transformação do instrutor, em docente de fato, que respeita a opinião do aluno e quando este está se posicionando de maneira equivocada, o professor embasa em bibliografias seu posicionamento, sem impor nada, é claro. (Aluno 04)

Isso ocorre de forma pontual. Muitos instrutores, militares e também civis, não aceitam discussões ou questionamentos, fazendo com que os alunos finjam que participem da aula. Isso não ocorre, em especial, com aqueles instrutores mais desenvolvidos na área da educação. (Aluno 05)

Às vezes, e com alguns instrutores sim, porém alguns professores não definem os critérios adotados, deixando a transparência de lado. Em muitos casos somente chega ao conhecimento do aluno a nota. (Aluno 06)

A questão onze era: “O PPP da APMCV diz que: “A avaliação do processo de ensino e aprendizagem, visa medir em termos qualitativos e quantitativos, o desempenho da escola, dos professores e dos discentes, tendo como finalidades:

- Corrigir, em tempo hábil, qualquer desvio, na busca de objetivos fixados no projeto pedagógico e plano de curso, através de constante aperfeiçoamento da atuação docente;

- Verificar a necessidade de correção do processo de ensino e aprendizagem;

- Verificar a mudança de comportamento dos discentes e o atendimento dos objetivos contidos em cada programa de disciplina;

- Medir aproveitamento e classificar os discentes.

Você considera que tais objetivos tem sido atingidos? Quais sim? Quais não? De que forma?"

Os argumentos apresentados como respostas na décima primeira questão dão conta de que boa parte deste objetivos não são atingidos, apesar do aperfeiçoamento constante e perceptível de alguns professores, tanto militares como civis. Os alunos têm a percepção de que a finalidade que mais é perseguida pela avaliação do processo ensino-aprendizagem na APMCV ainda é a nota, o conceito, com o escopo de classificar os alunos. A seguir apresentamos os comentários interessantes de dois cadetes.

Acredito que não é atingido, isto por que desde que entrei na academia não vi nenhuma mudança nos métodos de avaliação do processo de ensino-aprendizagem. O atual modelo serve apenas para classificar os discentes e nada mais, nem para medir o aproveitamento na disciplina serve. (Aluno 07)

Alguns docentes vêm se aperfeiçoando, mas poderiam ser maiores esses números. O processo de ensino-aprendizagem deve ser seguido, o que não ocorre, ele existe, mas pouco é aplicado. A mudança no comportamento dos alunos é perceptível pelo professor, mas pouco esse pode fazer frente ao sistema da unidade de ensino. O aproveitamento é de maneira ineficaz aferido, através de números obtidos de maneiras subjetivas, e não através de constatação de desempenho. A classificação desses alunos é feita unicamente por índice quantitativo, desprezando fatores qualitativos e de eficiência. Considero que esses objetivos não são atingidos de forma satisfatória como um todo. (Aluno 08)

O objetivo dessa abordagem junto aos alunos do terceiro ano do CFO foi de tão somente conhecer como percebem as avaliações aplicadas por seus professores ao longo do curso.

Nota-se que pela maioria das opções e justificativas apresentadas pelos alunos, quer pela preferência, quer pela rejeição quanto ao tipo de avaliação que realizam,

identificam-se com as características de avaliações tradicionais, pautadas em modelos autoritários, que não favorece uma aprendizagem construtiva, participativa. Há de se ressaltar que as opções e justificativas levadas em conta foram as que mais se destacaram. Poucos foram os casos de respostas que deram conta de atitudes pontuais de alguns professores que entendem a avaliação como mais um instrumento de ensino-aprendizagem, e como tal deve ser utilizado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa nasceu com o intuito de contribuir com a prática educacional da APMCV, tornando a aprendizagem mais efetiva e significativa por meio da melhoria da avaliação educacional, o que certamente produzirá melhoria da educação.

Para tanto, no desenvolvimento do presente artigo percorremos o caminho da pesquisa bibliográfica, documental e de campo com o intuito de respondermos adequadamente ao problema: Qual a concepção dos alunos do terceiro ano do Curso de Formação de Oficiais da APMCV acerca da avaliação do processo ensino-aprendizagem adotado na instituição?

Assim, procuramos contribuir para o entendimento do que se passa em matéria de avaliação educacional na APMCV, bem como para o esclarecimento de que a avaliação é um importante instrumento de contribuição à aprendizagem e de melhoria do ensino no processo educacional, e como tal não pode ser negligenciado.

Para isso, este trabalho buscou compreender concepções sobre avaliação do ensino-aprendizagem, sua importância e como fazê-la de maneira totalizadora.

Os dados analisados e interpretados dão conta de que a concepção dos alunos acerca da avaliação educacional na APMCV é a de que a avaliação tem sido usada como um instrumento de “medição” do conhecimento e classificação entre os alunos, de modo que não se tem utilizado este importante instrumento como auxiliar do processo ensino-aprendizagem, bem como no desenvolvimento dos discentes.

Além disso, percebe-se que a prática avaliativa do curso, de maneira geral, não segue os principais aspectos abordados pelo PPP e, por conseguinte, não está atendendo, em sua plenitude, às finalidades propostas neste importante documento

pedagógico. Portanto, é preciso buscar novas formas de se fazer avaliação educacional na APMCV.

Não pretendemos com esta pesquisa esgotar o tema que é tão amplo e sobremaneira relevante para a melhoria da prática educacional em nossa escola. Mas, esperamos que ela possa se tornar um instrumento de reflexão dos professores e gestores da APMCV, na medida em que lhes permite compreender como os alunos têm interpretado as práticas docentes na avaliação do processo ensino-aprendizagem. E, dessa forma, que a contribuição à problemática da “Avaliação do Processo Ensino-Aprendizagem” apresentada neste trabalho possa corroborar às discussões do próximo Projeto Político Pedagógico da Academia de Polícia Militar Costa Verde.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR COSTA VERDE. **Projeto Político Pedagógico 2008/2012**, 2008.

BALIEIRO, Almir. **Avaliação do processo ensino-aprendizagem**: a concepção dos professores civis e militares da Academia de Polícia Militar Costa Verde – MT. Dissertação de Mestrado em Educação. Instituto de Educação, Universidade Federal do Estado de Mato Grosso, Cuiabá, 2003.

BARBOSA, J. R. A. **A Avaliação da Aprendizagem como Processo Interativo**: Um Desafio para o Educador. Instituto Superior de Educação da Zona Oeste. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <[http://www.faetec.rj.gov.br/desup/images/democratizar/v2-n1/art\\_democratizar\\_jane2.pdf](http://www.faetec.rj.gov.br/desup/images/democratizar/v2-n1/art_democratizar_jane2.pdf)> Acessado em 15 de setembro de 2012.

BELLAN, Zezina. **Heutagogia**: aprenda a aprender mais e melhor. São Paulo: SOCEP Editora, 2008.

DEPRESBITERIS, Léa. **Avaliação Educacional em três atos**. São Paulo: SENAC, 1999.

ESTEBAN, Maria Teresa (org.). **Avaliação: Uma Prática em Busca de Novos Sentidos**. 3. Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

HADJI, C. **Avaliação desmistificada**. Porto Alegre: ArtMed, 2001.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

LUCKESI, Cipriano C. **Avaliação da Aprendizagem Escolar**. 12. Ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MÉNDEZ, J. M. Á. **Avaliar para conhecer, examinar para excluir**. Trad: Magda Schwartzaupt Chaves. Porto Alegre: Artmed Editora, 2002.

PERRENOUD, Philippe. **Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens - entre duas lógicas**. Trad: Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

SANT'ANNA, Ilza Martins. **Por que avaliar? Como avaliar? Critérios e instrumentos**. Petrópolis: Vozes, 1995.

TYLER, Ralph Winfred. **Princípios básicos de currículo e ensino**. Tradução de: Leonel Vallandro. 6. Ed. Porto Alegre: Globo, 1979.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Avaliação: Concepção Dialética-libertadora do Processo de Avaliação Escolar**. 6. Ed. São Paulo: Libertad, 1995.



# HOMENS DO MATO

Revista Científica de Pesquisa em Segurança Pública



**Resenhas**



# RESENHA

## MEU CASACO DE GENERAL: 500 dias no front da Segurança Pública do Rio de Janeiro

SOARES, Luiz Eduardo. **Meu casaco de General: 500 dias no front da Segurança Pública do Rio de Janeiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 475 pp. Eduardo Paes Machado.

André Luiz Carreira<sup>1</sup>

### RESUMO

A obra resenhada trata de um relato da experiência, de um antropólogo e cientista social na equipe de primeiro escalão da Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro. O autor revela e desvenda algumas particularidades, um tanto fragmentada da (in)segurança pública do Rio de Janeiro. A criminalidade do dia-a-dia tanto policial quanto comum, a organização das instituições policiais do Estado do Rio de Janeiro, as posturas e decisões governamentais diante do quadro de criminalidade e os projetos inovadores e às resistências institucionais à reforma do policiamento.

**Palavras-chave:** Segurança Pública – criminalidade – reforma do policiamento.

### ABSTRACT

The work reviewed is a report of the experience, an anthropologist and social scientist in the first step of staff of the Public Security Secretariat of Rio de Janeiro. The author reveals and unveils some peculiarities, somewhat fragmented the public (in)security of Rio de Janeiro. The crime of the day-to-day police both as common, the organization of the police institutions of the State of Rio de Janeiro, the postures and government decisions before the crime framework and innovative projects and institutional resistance to reform policing.

**Keywords:** *Public Safety – crime – reform policing.*

---

<sup>1</sup> Aluno Oficial do Curso de Formação de Oficiais da Academia de Polícia Militar Costa Verde – PMMT (APMCV).

Luiz Eduardo Soares formou-se em Literatura, na PUC-RJ, e construiu sua carreira combinando produção literária e dramática com docência, obras acadêmicas e gestão pública. É mestre em Antropologia, doutor em ciência política com pós-doutorado em filosofia política. Foi secretário nacional de segurança pública (2003) e coordenador de segurança, justiça e cidadania do Estado do RJ (1999/março 2000). Colaborou com o governo municipal de Porto Alegre, de março a dezembro de 2001, como consultor responsável pela formulação de uma política municipal de segurança. De 2007 a 2009, foi secretário municipal de valorização da vida e prevenção da violência de Nova Iguaçu (RJ). Em 2000, foi pesquisador visitante do Vera Institute of Justice de Nova York e da Columbia University. Tem vinte livros publicados, entre eles o romance Experimento de Avelar, premiado pela Associação de Críticos Brasileiros em 1996, e Meu Casaco de General, finalista do Prêmio Jabuti em 2000. Foi professor da UNICAMP e do IUPERJ, além de visiting scholar em Harvard, University of Virginia, University of Pittsburgh e Columbia University. É professor da UERJ e coordena o curso à distância de gestão e políticas em segurança pública, na Universidade Estácio de Sá<sup>2</sup>.

O autor ocupou os cargos de Subsecretário de Segurança Pública e Coordenador de Segurança, Justiça, Defesa Civil e Cidadania do Estado do Rio de Janeiro (entre 1999 e 2000) e de Secretário Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, em Brasília (2003).

Meu casaco de General é um livro de Luiz Eduardo Soares, um grande estudioso da área de segurança pública, que teve a experiência de tentar por em prática as suas visões acerca do modelo ideal de segurança pública ao qual o Rio de Janeiro, da mesma forma, o Brasil deve empregar para que o bem estar social seja atingido. Luiz Eduardo Soares passou 500 dias no front da segurança Pública do Rio de Janeiro. Aceitou o convite de Anthony Garotinho, para estabelecer as suas propostas na área de segurança pública na campanha do Governo do Rio de Janeiro, Luiz Eduardo Soares juntamente com a sua comissão, organizou algumas ideias que seriam responsáveis por inovar todo o cenário de mazelas em que a segurança pública do rio de Janeiro se encontrava.

Anthony Garotinho era um jovem político que obtivera sucesso como prefeito numa pequena cidade do interior do Estado, e agora se aventurava na candidatura do Governo do Rio de Janeiro, alimentando ainda o sonho de ser Presidente da República. Ainda no momento de transição do Governo, nos dois meses que

---

<sup>2</sup> [www.luizeduardosoares.com.br/?page\\_id=9](http://www.luizeduardosoares.com.br/?page_id=9). Acesso em Abril de 2014.

antecediam a sua posse como governador, Garotinho se mostrava entusiasmado com as ideias de Luiz Eduardo, e o apoiava em todas as suas ações, mesmo quando as suas ideias eram só pensamentos idealistas que precisavam ser postos em prática para verificar a sua viabilidade.

Garotinho entendia que era necessário apresentar boas mudanças na área de segurança pública, que era um setor bastante delicado para lidar, já que o Rio de Janeiro se caracterizou como um lugar violento, onde o tráfico de drogas aliado ao tráfico de armas aterrorizavam os morros do Rio, onde estão localizadas as favelas, locais onde o Estado não atua, a não ser através da Polícia Militar utilizando-se da força, reagindo perante as ações criminosas. Dessa forma, a sua atuação diante desse contexto poderia ser determinante para a sua aceitação ou não como governador do Estado, pois a população mostrava-se bastante insatisfeita e sentia-se insegura diante da realidade que os cercavam. A importância desta situação fez com que Garotinho mantivesse um equilíbrio em sua secretaria de Segurança Pública convidando além de Luiz Eduardo Soares, o General Siqueira, para participar dos trabalhos da secretaria de Segurança, para que as questões humanitárias que Luiz Eduardo Soares defendia, fossem equilibradas com as ideias conservadoras que um General de exército poderia ter, e dessa forma, Garotinho flexibilizaria as suas decisões, através da força de um General e a filosofia de um estudioso.

Quando na posse do Governo do Estado do Rio de Janeiro, Garotinho nomeou o General Siqueira como Secretário de Segurança Pública e deu a Luiz Eduardo Soares o cargo de Subsecretário. Luiz Eduardo era subordinado ao General Siqueira, porém tinha bastante liberdade no governo de Anthony Garotinho. Logo que assumiu as suas funções, Luiz Eduardo teve várias iniciativas, com o intuito de colocar em prática as ideias que desenvolvera durante a campanha, em que o governador se apoiara para se eleger, e que o General concordou em defender.

O General Siqueira, realizava todas as manhãs uma reunião com os seus subsecretários, essas reuniões ficaram conhecidas como “O Bom Dia”. Nesses encontros Luiz Eduardo Soares sentia-se isolado por diversas vezes, pois estava cercado de militares corporativistas que não concordavam totalmente com suas ideias de mudanças, que deviam ser focadas no respeito ao cidadão. Porém, desde o

início, Luiz Eduardo propôs a ir ao trabalho e enfrentar as resistências que ele sabia que seriam muitas, pois mexiam com a atividade de muitas pessoas que estavam inseridas no poder público.

Sua subsecretaria era ligada a cidadania, dessa forma, Luiz Eduardo começou a subir as favelas, e ouvir as opiniões das pessoas, sobre a Segurança Pública, e o que ele mais ouviu, foi reclamações acerca das atuações policiais, da forma com que a polícia tratava os moradores da favela, ouviu testemunhos de torturas policiais, subornos para libertarem traficantes, policiais que estupravam e realizavam execuções injustificadas, viu a falta de credibilidade que as instituições policiais tinham para aqueles moradores, onde muitos preferiam os traficantes que mandavam no morro, impunham regras que se eles obedeciam, nada lhes aconteciam e por muitas vezes supriam suas necessidades. As ações policiais causavam indignação nos moradores, pois esses agentes do Estado, que eram os responsáveis pela manutenção da ordem, abordavam quem bem entendessem, agrediam, se não os obedecessem, assassinavam, implantavam uma arma no local e diziam que era daquela pessoa, e que esta tinha esboçado reação durante a abordagem. Esses tipos de depoimento mostrou para Luiz Eduardo Soares o quanto as mudanças na Segurança Pública deviam ser profundas, deveriam agir na cultura, na mentalidade dos profissionais da área de Segurança, para que os seus comportamentos fossem mudados. Luiz Eduardo Soares via a importância da comunidade acreditar nos policiais que estavam em sua volta, como defensores de seus direitos e de sua dignidade, sabia que existiam muitos bons policiais nas instituições, porém a generalização pejorativa que faziam em decorrência dos abusos dos maus policiais, eram inevitáveis.

Além dessa realidade exposta pela sociedade, Luiz Eduardo observou outros problemas, dentre eles, as disputas internas na secretaria de segurança pública, que pode ser o mesmo para todo o Brasil, já que o modelo existente no Rio de Janeiro é o mesmo para todo o País. Polícia Militar e Polícia Civil, fazem um trabalho complementar perante as ocorrências, a primeira é responsável pela prevenção do crime, sua atuação deve ser ostensiva com o intuito de inibir as ações criminosas. A segunda exerce função repressiva, e deve agir através da investigação dos crimes que

já ocorreram. Nenhuma destas polícias fazem o ciclo completo de polícia, de certa forma, uma depende da outra, e mesmo assim elas não estabelecem integração nenhuma, suas áreas de circunscrição não se coincidem, o que dificulta a troca de informação sobre uma região. Luiz Eduardo verificou que existe uma briga de influências dentro da secretaria entre Polícia Militar e Polícia Civil, enquanto ambas poderiam estar juntas, unindo forças, em busca de saídas para a Segurança Pública, elas disputam a atenção do governador, para conseguirem benefícios institucionais. Isso se revela no livro quando o chefe da Polícia, Delegado Alberto, fica em uma situação instável, sofrendo pressões de outros companheiros de instituição, que foram contra a indicação do governador, que deu a um Coronel da Polícia Militar o cargo de Secretário de Segurança Pública, após a saída do General Siqueira.

Essas deficiências que se encontravam no interior da secretaria de segurança, dificultavam a concretização dos projetos propostos durante o governo de Garotinho. A Delegacia Legal, uma das principais propostas, do governo, tinha o objetivo de otimizar a atuação da polícia civil, de aproximar o cidadão a uma delegacia, fazendo com que, a sociedade perdesse o medo de ir a uma delegacia para registrar uma ocorrência, pois lá ele teria um bom atendimento, e teria a certeza de que a sua necessidade seria atendida. No início do governo, foi aberta a primeira Delegacia Legal, a ideia foi bem aceita pela sociedade, a intenção era que no futuro, a Delegacia Legal fosse a realidade de todas as regiões do Rio de Janeiro, pretendia-se construir outras iguais, porém, essa ideia inovadora não obteve o êxito pretendido, por falta de interesse político.

Luiz Eduardo Soares se destacara demais aos olhos dos que estavam em sua volta, e que não gostavam de suas ideias. Suas ações eram alvo de críticas dentro da secretaria, seus depoimentos na imprensa se divergiam aos do Secretário, o governador mostrava-se ambíguo, ora lhe dava total apoio, ora ele limitava a autonomia de Luiz Eduardo Soares. O ambiente dentro da secretaria de segurança, era de total instabilidade, isso fez com que os projetos iniciados não fossem concretizados, e fez com que a exoneração de Luiz Eduardo Soares fosse inevitável.

Com isso podemos observar a profundidade do problema de segurança pública em nosso País, o quanto os problemas estão relacionados à política interna de

uma instituição, em que uma situação que poderia beneficiar milhares de pessoas, deixa de acontecer pela má vontade de alguns que têm o poder nas mãos. Essa situação deixa evidente, que o problema da Segurança Pública está na Segurança Pública! É claro que outros setores sociais, têm a sua parcela de influência nesses problemas, mas não podemos cruzar os braços argumentando que “Violência e Criminalidade” é um tema complexo e não tem saída, desviando assim o foco para outras direções. Devemos enfrentar os fatos, sem querer justificar o injustificável, procurando soluções para que as ações criminosas não se tornem rotineiras e a ideia de impunidade não seja considerada algo normal.

Numa seara carente de estudos a obra revela algo sobre as instituições policiais e procura aproximar o público da temida e antipatizada polícia, o risco de perpetuar um modelo que em nada contribui com o verdadeiro papel dessa instituição na consolidação da democracia e centraliza na necessidade de promoção de reforma policial brasileira.

O livro é dedicado aos profissionais de segurança pública e indispensável sua leitura aos pesquisadores de assuntos ligados à temática no Brasil e noutros países.



# HOMENS DO MATO

Revista Científica de Pesquisa em Segurança Pública



**Entrevistas**



# ENTREVISTA



## Coronel PM Genilson Antonio Secchi de Ávila

*Entrevistado por Sebastião Carlos Rodrigues da Silva e  
Enzi Cerqueira de Almeida Júnior*

### RESUMO BIOGRÁFICO

Atual Comandante Geral Adjunto da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, Coronel PM Genilson Antonio Secchi de Ávila, filho de Geci Padilha de Ávila (in memorian) e Maria Helena Secchi de Avila, nascido em 18 de Novembro de 1969, no município de Jóia - RS, com formação acadêmica superior Ciências da Computação pela Faculdade de Informática de Cuiabá, Pós-Graduação 'lato-sensu', em Gestão Pública pela Faculdade de Sociologia e Política de São Paulo, pós-graduado em Gestão de Segurança Pública (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais) pela Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra - ADESG/MT e Especialista em Gestão Organizacional de Segurança Pública (Curso Superior de Polícia).

Ingressou na Polícia Militar no ano de 1993, após ter passado 05 (cinco) anos no Exército Brasileiro como Oficial R2. Foi promovido ao Posto de 1º Tenente PM em 05/Set/1995, ao posto de Capitão PM em 05/Set/1998, ao posto de Major PM em 25/Dez/2002, ao posto de Tenente Coronel PM em 05/Set/2006 e ao posto de Coronel PM em 25/Dez/2012.

Ao longo da vida funcional, teve oportunidade de frequentar Cursos na Polícia Militar com a devida qualificação para o exercício da atividade, como: Curso de Planejamento Estratégico e Gestão realizada pela Escola Superior de Guerra; Curso de Direitos Humanos na Aplicação da Lei realizado pelo Comitê Internacional da Cruz Vermelha; Curso de Estatística e Análise Criminal realizado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública no Estado do Rio Grande do Sul; Curso de Gestão Estratégica de Gerenciamento de Crises realizado pela Secretaria de Justiça e Segurança Pública de Mato Grosso.

Como Oficial subalterno e intermediário, desempenhou as funções administrativas e operacionais nas seguintes Unidades da Polícia Militar: 1º Batalhão de Polícia Militar em Cuiabá, 4º Batalhão de Polícia Militar em Várzea Grande, 2ª Companhia de Polícia Militar em Pontes e Lacerda, até então, subordinada ao Comando de Cáceres, Batalhão de Polícia de Guardas em Cuiabá, Academia de Polícia Militar Costa Verde em Várzea Grande e Quartel do Comando Geral da PMMT em Cuiabá.

Como Oficial Superior desempenhou as funções seguintes: Comando do Policiamento de Área no Médio Araguaia, com sede no município de Água Boa no período de 2004 e 2005, Comando de Policiamento de Área de Primavera do Leste em 2006. Exerceu, ainda, a função de Secretário Adjunto da Casa Militar do Estado de Mato Grosso no período de janeiro/2009 à março/2010; e a função de Diretor de Pessoal da PMMT no ano de 2011, Comando do 11º Comando Regional - Primavera do Leste, no período de 2012 e 2013.

**RHM: *Bom Dia Comandante! Apesar de existir um costume na referência ao oficial Comandante Geral Adjunto da PMMT como Chefe do Estado Maior Geral da PMMT, hoje perguntaremos especificamente quais as atribuições ao Comandante Geral Adjunto da PMMT?***

Importante você ter tocado nesse assunto e é interessante aclarar que a denominação Chefe do Estado Maior Geral da PMMT é uma denominação que está passando por reformulação, pois a PM não tem Estado Maior. Estamos com uma proposta de melhorar as ações da PMMT. A PMMT não possui Estado Maior, não há PM-1, PM-2, PM-3, PM-4, PM-5... Hoje há Diretorias como a Diretoria Administrativa que tem a gestão de pessoal, gestão de TI e gestão orçamentária e financeira; a Diretoria Operacional que tem a interface com os grandes Comandos; a Diretoria de Ensino e a Diretoria de Saúde. Para a ausência do Estado Maior Geral que temos hoje, a PMMT tem a UAGE - Unidade de Apoio e Gerência Estratégica que é composta por 06 (seis) Oficiais Superiores - que possui a missão de planejar e acompanhar as ações e diretrizes da instituição. A UAGE funciona como funcionaria o Estado Maior. Não precisamos criar novas estruturas como: PM-1, PM-2, PM-3 e outras, para lidar com assuntos determinados; a UAGE já faz essa interface de forma inteirada e intermediando ao Comandante Geral Adjunto e Comandante Geral.

Ao Comando Geral Adjunto da PMMT, como o próprio nome diz, compete assessorar o Comandante Geral nas suas decisões, deliberações de todos os assuntos pertinentes na instituição policial militar; assuntos de cunho interno, administrativo, estratégico e nas relações interinstitucionais. Cabe ressaltar que até para uma dinâmica no cotidiano, nós temos uma divisão de tarefas e rotinas. E atualmente toda a parte administrativa da instituição fica sob responsabilidade do Comandante Geral Adjunto. Também é olhar do Comandante Geral Adjunto na questão da Justiça e da Disciplina do efetivo. A Justiça e Disciplina interpretada aqui como as relações interpessoais do nosso público interno que vem refletir o espírito da tropa da sua conduta.

**RHM: *Qual a importância da gestão administrativa atual da PMMT?***

A gestão administrativa é intrínseca a qualquer instituição, seja privada ou pública; no seio de uma pequena empresa até uma de grande porte tem essa necessidade. Na Polícia Militar, especificamente, nós estamos buscando adequar a instituição, trazendo-a para uma realidade que já se apresenta na Administração

Pública, em outros órgãos de forma mais avançada, ou seja, com a utilização de ferramentas que facilite trazer a instituição para a realidade que já se encontra em outros órgãos, numa situação de modernidade, utilização de ferramentas tecnológicas que possibilitem maior eficiência, eficácia e efetividade na prestação de serviço público. Partindo dessa premissa, nós buscamos firmar no Planejamento Estratégico da Polícia Militar esse alcance, e junto com o Governo Estadual estar revendo situações que a instituição perdeu no passado, dentre as quais destacamos a perda da autonomia administrativa compreendendo a parte orçamentária e financeira. E para isso, evidentemente nós precisamos estar preparados para essa realidade e sabedores da necessidade de termos profissionais capacitados em executar essas atividades.

**RHM: *Quais as perspectivas do Comandante Geral Adjunto para os próximos anos da Instituição Polícia Militar?***

As perspectivas da Instituição, alinhando às perspectivas do Comandante Geral (Cel PM Nerci Adriano Denardi) com as nossas perspectivas podemos prever a consolidação dos objetivos estratégicos em um trabalho que foi validado no Conselho dos Coronéis que é a cúpula diretiva da Instituição. Refiro-me ao Planejamento Estratégico 2014-2019 que são as expectativas institucionais e que a cúpula diretiva validou, inclusive os objetivos propostos. E mais do que expectativas são metas a alcançar, trabalhos a executar, caminhos a percorrer que certamente ao atingir sua plenitude. Assim, a instituição estará sendo alavancada a um novo patamar. Então, nesse trabalho, os objetivos estratégicos estão bem pontuados e são de interesse em comum à instituição, por ter participação de vários profissionais em diversos níveis e por buscar atingir os macros objetivos estratégicos que são: 1- Defesa e Respeito aos Direitos Humanos; 2 - Fortalecimento institucional; 3 - Valorização do profissional de segurança pública, em específico, o policial militar; e 4 - Difusão continuada da filosofia de polícia comunitária. Encima desses quatros macros objetivos estratégicos conseguimos pontuar toda nossa expectativa e consolidar em documento os objetivos estratégicos da instituição para o período compreendido entre 2013-2019.

***RHM: Quais os desafios para a instituição Polícia Militar diante das conquistas alcançadas nos últimos anos, como: exigência de nível superior para ingresso; plano de carreira das praças; mudanças nas leis de promoção e de ensino da PMMT?***

Mais que mencionar tais conquistas nos últimos anos, é preciso destacar as que ocorreram no último ano. A questão do plano de carreira e requisitos para ingresso na Polícia Militar estão pontuados nesse Planejamento Estratégico da Instituição do qual mencionamos no questionamento anterior, dentre outros objetivos consolidados dentro dos macros objetivos estratégicos, por exemplo, a exigência do bacharelado em Direito para ingresso na carreira de Oficial da PMMT. Temos ainda o plano de carreira das praças que estabelecem critérios e direitos de forma significativa e diferenciada das demais co-irmãs de outras Unidades da Federação. A metodologia e o processo de ascensão funcional dos Oficiais são avanços significativos para a instituição. Em específico, também, é transformador para as praças essa conquista; pois, podemos afirmar de forma tranquila, que antes inexistia um plano de carreira funcional às praças. São ganhos significativos e importantes que estão carreados dentro desse Planejamento Estratégico que já foram cumpridas essas etapas.

***RHM: Qual o conselho que o senhor daria para quem pensa em seguir carreira na Polícia Militar do Estado de Mato Grosso?***

Referindo ao todos os integrantes dessa corporação e em especial aos cidadãos que buscam o ingresso na instituição tanto pelo ciclo das praças (via Curso de Formação de Soldados) ou pelo ciclo dos Oficiais (via Curso de Formação de Oficiais), temos que destacar que a carreira policial militar sempre desperta aquela dualidade entre o policial e o bandido, isso desde as brincadeiras de crianças, que certamente são transportadas a outras fases da vida de cada um. Quanto ao ambiente externo que se apresenta na possibilidade de modificação do sistema policial brasileiro, entendemos que de forma alguma os gestores governantes das esferas federal e estadual poderão diminuir ou menosprezar a atividade policial. Entendemos que é uma profissão; uma carreira que tende a ser cada vez mais

valorizada pela sociedade como um todo; uma carreira que se faz necessária para a manutenção do estado democrático de direito vigente em nosso país, e que eventuais modificações em sua formatação, tenho a certeza, preservarão a essência policial. A necessidade de se ter uma polícia forte, estruturada e respeitada cada vez mais será sentida. Então parabênizo a quem fez e faz essa escolha, a qual tive a oportunidade de também escolher, de adentrar nas instituições policiais, em especial na Polícia Militar, e não tenho dúvida de que no Brasil, essa profissão, será cada vez mais valorizada.

Temos ainda, o êxodo de policiais militar para a instituição Polícia Civil, que acredito que se deve ao fato de haver divergências na questão salarial e também na questão de jornada de trabalho que são um pouco diferentes, podendo ainda passar pelo viés da formatação policial militar. Não há como apontar o real motivo, mas ele existe. Há vários fatores que podem influenciar nessa escolha e na decisão de alguns policiais militares. A saída de policiais militares para a Polícia Civil de Mato Grosso pode ter uma explicação, se analisarmos a discrepância salarial de profissionais que desempenham atividades similares, pois desenvolvem atividades voltadas à questão da segurança pública, atividades de polícia, em muitas das vezes atuam em conjunto e esses profissionais não têm a mesma contrapartida pecuniária. Isso é uma responsabilidade nossa (da instituição) e estamos imbuídos em reparar esse prejuízo aos profissionais e fazer resgatar essa diferença e trazer a patamares aceitáveis.

Temos a missão de fazer a polícia ostensiva e eu vejo que o mais difícil no fazer segurança pública e cumprir nosso dever é o fato de dependermos de outros atores que fazem parte desse contexto e estão fora do processo. Também, entendo que a capacitação de nossos policiais, o treinamento, o clima organizacional afeta bastante, já que a criminalidade é um fenômeno que se modifica, então, temos a necessidade de acompanhar o crescimento dessa criminalidade, propiciando o aperfeiçoamento e a qualificação de nossos policiais para a consecução da segurança almejada pela população mato-grossense num ambiente organizacional interno equilibrado.

**RHM: *Grato pela atenção e pelas palavras, comandante.***



# ENTREVISTA



**Silas Borges Monteiro**

Fonte <https://br.linkedin.com>

*Entrevistado por Sebastião Carlos Rodrigues da Silva e  
Enzi Cerqueira de Almeida Júnior*

## RESUMO BIOGRÁFICO

Silas Borges Monteiro, filósofo de formação pelas Faculdades Associadas Ipiranga, é doutor em Educação pela Universidade de São Paulo, onde defendeu no ano de 2004 a tese “Quando a Pedagogia forma professores: Uma investigação otobiográfica”. Atualmente é professor Associado da Universidade Federal de Mato Grosso atendendo aos Cursos de Pedagogia, Filosofia e Psicologia. Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação do Instituto de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Filosofia do Instituto de Ciências Humanas e Sociais, ambos da UFMT. Coordena o núcleo UFMT do Programa Observatório da Educação: Escrita: um modo de ler-escrever em meio à vida, sob coordenação geral da Prof<sup>a</sup> Sandra Mara Corazza (UFRGS). É, ainda, membro do GEPEFE coordenado pela

Prof<sup>a</sup> Selma Garrido Pimenta (FEUSP) e lidera o grupo Estudos de Filosofia e Formação (EFF). Suas publicações tratam, principalmente, dos seguintes temas: filosofia da educação, filosofia da diferença, formação de professores. Atualmente, é Diretor do Instituto de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso.

Atua nas linhas de pesquisa “Constituição de estilos de individuação”, “Experimentações em teorias e políticas educacionais” e “Diferença e normalização em educação e saúde”.

Tem como projeto de desenvolvimento o “Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (Procad)”, participando como membro de corpo editorial do periódico: Ethos e Episteme: Revista de Ciências Humanas e Sociais da FSDB e do periódico: Caderno de Publicações UNIVAG.

Autor de dezenas de artigos, publicou e ajudou a coordenar diversas obras, a destacar: “Quando a Pedagogia forma professores. Uma investigação otobiográfica” e “Caderno de notas 2: rastros de escrituras”<sup>1</sup>.

***RHM: Como que o senhor vê a relação entre o ensino policial militar e a Universidade? Qual perspectiva e visão, embora não seja limitada referente ao nosso Estado, pode ser considerada ao nível de Brasil, ou mesmo alcançar outros limites? E a relação Polícia Militar de Mato Grosso e Universidade Federal de Mato Grosso?***

Eu me sentiria mais a vontade de falar da Universidade Federal de Mato Grosso e da Polícia Militar de Mato Grosso que eu conheço melhor, embora esse tempo de contato que eu tenho com os estudantes da Academia de Polícia Militar e, principalmente, com as orientações de mestrado que eu tive, da Tenente Coronel PM Mainardi e da Major PM Fernanda Leonel, tenho percebido um movimento crescente da produção de conhecimento entre policiais militares, quer dizer, isso não significa outra coisa senão que a Polícia Militar no Brasil de um modo geral tem se aproximando cada vez mais das universidades. Agora em termos de Mato Grosso, eu cheguei aqui em 95 e em 97, ou se não me engano 96, eu dei aula na Academia de Polícia Militar Costa Verde porque o meu departamento oferecia disciplina

---

<sup>1</sup> Extrato biográfico realizado a partir do arquivo disponível em < <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?metodo=apresentar&id=K479280616> >.

metodologia científica, então eu noto uma relação de que, mais de 20 anos, da UFMT com a Academia de Polícia. O que significa dizer que a Universidade estabelecia uma produção de conhecimento conjunta com a Academia, e ao mesmo tempo a Academia não se percebia apenas no âmbito da formação profissional, mas também como aquela que busca produzir conhecimento sobre a própria profissão. Então, eu vejo uma relação muito profícua da Universidade com a Academia Costa Verde, isso me parece singular, não conheço outras academias no Brasil, mas aqui na UFMT, no Instituto de Educação especificamente, é conhecida a presença de policiais militares para formação do mestrado ou do doutorado. Ainda, é muito grande a presença de policiais militares, sejam praças ou oficiais, nas nossas graduações, em especial a pedagogia. No mestrado e no doutorado a quantidade também é significativa, então eu vejo uma relação potente da Universidade com a Academia, na medida que a Academia possui essa experiência prática da atividade profissional e ela vem pra Universidade colocando isso pra Universidade para ser refletido, avaliado, analisado, e, por sua vez, a Universidade devolvendo isso pra academia como teoria, como reflexão, como uma prática modificada. Então eu vejo uma relação muito fértil da Universidade com a Academia nesse sentido, de uma produção mútua de conhecimento; a Academia se qualificando ao buscar a Universidade, e a Universidade se tornando pertinente, isso socialmente falando, na medida em que se aproxima da Academia de Polícia Militar.

***RHM: Como se deram as iniciativas de proximidade entre a Instituição Polícia Militar e a Universidade Federal de Mato Grosso, em especial pelo Instituto de Educação?***

Eu tenho a impressão que isso acontece ainda de uma forma não sistêmica, essa talvez seja uma crítica que eu faço, a impressão que me dá, com exceção deste movimento inicial de 95, me parece que com o tempo a UFMT foi perdendo uma relação sistêmica com a Academia. Eu diria que hoje, não só na condição de professor de Instituto e Educação, mas como Coordenador do Instituto de Educação, há necessidade de nos sentarmos de novo com a Academia Costa Verde e com a Secretaria de Segurança Pública para discutirmos uma relação mais sistêmica do Instituto de Educação, unidade que penso poder encabeçar esse movimento. Como

por exemplo, o quadro de professores para formação dos Oficiais. Algumas perguntas podem ajudar no raciocínio, por exemplo, como a universidade poderia ajudar a Academia a conquistar patamares mais avançados de pesquisa? Como a universidade poderia ajudar a Academia a consolidar grupos de pesquisa visando à criação do mestrado? Será que a universidade poderia contribuir com a Academia e com o Estado de Mato Grosso qualificando esses oficiais ao nível de mestrado e doutorado, com foco mais específico? Então, nesse sentido que eu digo que a nossa relação tem sido tímida e ela poderia ser mais sistêmica, ela poderia ser mais contundente no sentido de nós pensarmos uma relação mais estrutural entre a Universidade Federal e o Estado de Mato Grosso tendo em vista a Academia pra fortalecer os quadros de professores. Porém não só com a participação do Instituto de Educação, mas, por exemplo, do curso de direito (Faculdade de Direito), da Administração e outras. Ao que me parece o curso de Oficiais, ele tem características interdisciplinares muito claras, não é um curso que tem enfoque, embora o enfoque seja segurança pública, ele se vale de várias ciências, então é um campo em constituição; a presença da Administração é um ponto que a gente se nota. Citaria essas duas principais, Administração e Direito e também a Educação como um processo informativo. Então são várias áreas que contribuem para formação desses profissionais, desses Oficiais professores, e nesse sentido eu acho que a gente ainda é muito tímido, poderíamos pensar em algo mais sistêmico.

***RHM: Quais as responsabilidades atribuídas a cada instituição, Polícia Militar do Estado de Mato Grosso e Universidade Federal do Estado de Mato Grosso, e os atores envolvidos neste processo de proximidade?***

Eu penso que a Polícia Militar deva assumir sua responsabilidade, pensar o que ela deseja, o que ela necessita para seus quadros. Hoje a sociedade percebe com clareza um movimento, um interesse, da Polícia Militar em ter uma perspectiva cidadã. Aquela visão de uma polícia que é feita à base da voz forte, da voz do comando, isso tem sido substituído. Nós mudamos isso gradativamente por uma Polícia que dialoga com a comunidade, por uma Polícia que tenta se inserir na sociedade de forma muito mais cidadã, com preocupações muito mais contundentes, com ações de direitos humanos, por exemplo, e muitas outras ações. A gente nota a

inserção da Polícia de forma mais qualificada na sociedade, ela tem clareza disso, e seu papel é formar a necessidade informativa e entrar em diálogo com a Universidade para perguntar qual a necessidade de competências, técnicas, científicas, pra que dê a esse Oficial, pensando como um líder, pensando como alguém que planeja e crie estratégias na atuação dessa Polícia, e que possa qualificar cada vez mais nessa inserção. Então, eu vejo a Academia como aquela que propicia um diálogo no sentido que ela tem um perfil desejado e que a Universidade pode, em diálogo com a Academia, pensar as competências necessárias à qualificação desse Oficial.

**RHM: A UFMT?**

Sim, a UFMT. É possível. É necessário.

**RHM: Qual o destaque, na opinião do senhor, mais significativo nesse processo de redemocratização brasileira referente ao ensino policial militar?**

A Polícia Militar tem feito um esforço de não se identificar, embora ela tenha, na sua estrutura e na sua prática, o militarismo como um ideal. Não significa que ela se identifique com uma postura militar que foi assumida durante tempos pretéritos, durante o período da ditadura; eu acho que é um empenho dos jovens Oficiais em propor mudanças, efetivamente como polícia, ter um ideal militar para sua organização, mas ter um ideal democrático para sociedade. Eu noto isso pelos Oficiais que comigo trabalharam, tem o caso da Tenente Coronel Mainardi e da Major Leonel, também o Coronel Paredes que comigo trabalhou por algum tempo. Então, são notícias que eu recebo de uma polícia que tem a questão militar na sua estrutura, uma lógica, e que não quer abrir mão dela porque ela é fundamental para sua estrutura, mas isso não quer dizer que ela não queira garantir por princípio, o Estado Democrático. Essa redemocratização significa uma Polícia Militar que cada vez mais defende o estado democrático, embora na sua prática tenha isso como ideário, o militarismo como ideário de organização pra si, mas que esse militarismo defenda o estado democrático. No contato que eu tenho com os Oficiais, eu noto isso nos cursos, eu noto isso na prática deles, uma defesa veemente de estado

democrático, embora pra si tenha que a organização é importante. Então, essa distinção do que significa um ideal do militarismo para a sua organização, e o que significa isso em defesa da democracia, eu acho que isso é um diferencial da Polícia Militar de Mato Grosso que eu noto nos últimos anos.

***RHM: No Instituto de Educação da UFMT ou outro departamento da UFMT, há pesquisa realizada ou em curso sobre o ensino policial militar na formação de policiais militares?***

Neste momento eu oriento um trabalho de mestrado, da Major PM Leonel em que a preocupação dela é especificamente essa (o projeto dela está em constituição). Ela está no primeiro semestre ainda, e pensar o ensino militar, especificamente a Academia de Polícia Militar Costa Verde, é pensar um pouco esse processo formativo, do ponto de vista da formação. Eu orientei o trabalho da Tenente Coronel Mainardi, que ela tomou um pouco da experiência da mulher dentro da Academia, dentro da polícia militar, que foi uma outra feição. Já a Fernanda ela olha um pouco, esse garoto que vem com uma série de perspectiva, alguns querendo uma boa carreira, outros querendo de fato uma inserção numa instituição militar, porque por uma tradição familiar ou por um ideal de jovem. Então as expectativas são as mais diversas, todos eles chegam e eles vão passar por um processo único de formação para Oficial da Polícia Militar, quer dizer, um profissional da segurança pública. O que significa entregar esses trinta jovens para sociedade mato-grossense e dizer vocês são responsáveis pela segurança deste Estado? Então essa é a indagação dela, o que significa passar por esse processo? Como que ele se constitui? Que currículo é esse? Que formação é essa? São várias indagações que ela tem, então a gente precisa encontrar o caminho disso, mas o ponto é esse, é o ensino que é dado na Academia que constitui esses jovens que vem com ideais diversos e que a instituição que é chamada Polícia Militar, por meio da Academia de Polícia Militar Costa Verde entregará ao Estado de Mato Grosso trinta oficiais. E a sociedade toda espera que sejam mais trinta pessoas que cuidarão da segurança de todos nós, essa tremenda responsabilidade num prazo curto de três anos. O que significa estar inserido nesse processo? Essa é a pesquisa dela.

*RHM: Há muitas reclamações e discussões sobre a atuação e formação do policial militar. Quanto à formação, como se ensina uma pessoa a ser policial militar, alinhado a essa realidade atual do país? Como é possível realizar essa formação mais humanizadora?*

Eu diria, como formar um policial? Essa indagação serve pra qualquer profissão. Como se forma um policial? Como se forma um professor? O que a gente faz que depois de um tempo esse jovem se torna um professor? E uma coisa é certa, não é um ato de magia; agora, chega uma hora que de repente ele vira e também não é uma coisa que se dá por uma atividade espontânea, basta ele estar lá na academia e fazer tudo que tem que ser feito que ele vai virar um policial militar, um Oficial. Certamente não. Eu acho que o primeiro aspecto é ter clareza que há um projeto de formação e todos os professores precisam ter clareza de que projetos são esses, o que se quer com esses 30 jovens que entram no decorrer daquele ano e que depois de três anos são entregues à sociedade mato-grossense como profissionais da segurança pública, que projeto é esse? Então, a clareza de todos os professores é fundamental pra isso por que a formação do ser humano ela se dá por intencionalidade, ela não se dá por geração espontânea ela tem que ter uma intencionalidade. Acho que o primeiro elemento seria esse, essa clareza de que isso é um projeto coletivo, onde todos estão envolvidos e de que a participação geral é fundamental. Não é um trabalho isolado que vai juntando um pedacinho de cada um e ele vira sozinho, acho que cada um trabalhando em prol para que os alunos da Academia de Polícia sejam bons oficiais. Outro aspecto que eu acho importante é a atividade policial, e acho que de algum modo ela se parece com a do professor. É uma atividade eminentemente prática, então nesse sentido, me parece que a Academia deve se voltar e ter clareza do que significa a eleição daqueles componentes que são eminentemente práticos e que devem estar presentes na formação, esse é um ponto fundamental e prático no sentido de que ele vivencie a profissão dele antes que ela chegue, não só em situações simuladas, mas que em algum momento sob supervisão e tenha clareza do que significa ser um profissional da segurança. E isso serve pra policiais e pra professores. Eu ouço muito dos alunos do curso de licenciatura que a maior crítica que eles fazem muitas vezes no fim do curso, é a entrega a alguma escola sem o conhecimento prévio daquele ambiente e pensam, se eu tivesse visto um pouco disto

no início do curso tinha me preparado melhor. Mas, depois de quatro anos eu fico me perguntando, eu não saberia dizer, mas eu digo, eu penso comigo, um Oficial deve ter, ou em situações simuladas, ou em situações mais próximas da realidade possíveis, seja como for, o elemento prático. Isso parece ser fundamental pra formação de um profissional da segurança pública. E terceiro, se vinculando mais a segunda questão que o senhor trouxe, há uma forte discussão sobre o que significa a segurança pública no estado democrático, e aí não é dar aula de direitos humanos porque isso não é uma coisa que se dá aula. Mas essa vivência concreta do que significa, garantir a segurança de uma população que é marcada por uma diversidade, de uma população que é marcada por uma diferença econômica, por opções sexuais diferentes, e por diversas raças, por credos, que dizer, é uma riqueza cultural que é a cultura brasileira. O que significa garantir a segurança desse povo que é a marca do nosso povo, esse é o nosso grande desafio, e novamente, não quero comparar muito, mas me parece também que às vezes em certa medida a prática do professor, não é incomum também encontrar professores que às vezes vão à escola e privilegiam um aluno ou outro. Ou às vezes dão aula em um bairro e outro, aquele bairro é muito violento, eu quero um bairro mais tranquilo, por que não está preparado para lidar com a realidade da escola. Que escola é essa? A escola é uma síntese dessa sociedade cheia de contradições. Então eu diria, os profissionais da segurança pública tem também esse desafio de como educar, esse desafio de lidar com a educação de uma sociedade que é multifacetada. O que significa garantir a educação pra todos? E a pergunta que eu faço com o educador é, o que significa garantir a educação de todos? E é a pergunta que talvez tenhamos que fazer a segurança pública: O que significa garantir a segurança de todos independente da sua feição étnico-racial, da sua configuração econômica? Esse eu acho que é um grande desafio e isso não pode estar fora do processo formativo. Eu diria que a combinação desses elementos, a clareza dos projetos pedagógicos, com intenção bem delineada do seu projeto pedagógico, de todos os professores, o elemento prático presente na formação e a clareza de que sociedade é essa, e que perfil de sociedade é. Parece-me que são elementos importantes a serem considerados.



***RHM: Na visão do senhor, qual é o papel da Polícia Militar e como ela é vista pela comunidade acadêmica e pela sociedade em geral?***

Ela é uma Instituição ambígua. Na sociedade eu noto isso, pra aqueles que olham de longe eles veem a Polícia Militar com um receio, talvez com uma memória do que já foi pelos ocorridos na história do Brasil, talvez com um desconhecimento, talvez com preconceito. Mas as pessoas que se aproximam da Instituição e a conhece de perto conseguem notar o avanço que ela tem passado, principalmente a Polícia Militar de Mato Grosso, e isso é mérito dos seus Oficiais, de suas praças, isso é mérito da Polícia Militar de Mato Grosso, que não só se aproxima da Universidade, mas que se abre pra universidade. Eu citaria o caso do professor Naldson Ramos da Costa do NIEVCi-UFMT; eu conheço os estudos dele e as parcerias que ele desenvolve de longos anos com a Polícia Militar, inclusive pesquisas conjuntas com a colaboração da Polícia Militar. São iniciativas que começam a mostrar que a PMMT é uma polícia que não teme ser vista, ela não se esconde atrás de suas marcas, ela não se esconde atrás de suas estruturas. É uma polícia que se mostra e que convida as pessoas a visitá-la. E se eu não me engano, o Tenente Coronel Edson Rondon participa há um bom tempo de um projeto junto ao professor Luiz Augusto Passos aqui do Instituto de Educação, que também é uma ação conjunta com a Secretaria de Justiça, com a Secretaria de Segurança Pública. São iniciativas que mostram que a Polícia Militar, ou pela Academia ou pelos seus integrantes de um modo geral, não tem receio de ser olhada por dentro. Isso mostra coragem, isso mostra uma solidez, isso mostra uma polícia que deseja e caminha em busca de novos caminhos e novos espaços, pois, como eu disse, não se esconde atrás de suas estruturas, isso demonstra uma polícia corajosa. Então, aqueles que se aproximam da Polícia Militar veem uma polícia corajosa, uma polícia que deseja se mostrar. Mas ainda ela é vista pela comunidade acadêmica com receio, eu acredito que seja por que ela (comunidade acadêmica) desconhece, por desconhecimento, porque não consigo imaginar alguém que se aproxima e começa a conhecer mais de perto a Polícia Militar, a Academia, que permaneça com a mesma opinião. Nota rapidamente um grupo de jovens Oficiais que quer definitivamente dar uma nova feição à Polícia Militar, uma polícia que pesquisa, uma polícia que produz conhecimento, uma polícia que é comprometida

com a formação dos seus Oficiais. Quando digo Oficiais, me referencio inicialmente à Academia de Polícia, mas de um modo geral, englobo tanto os Oficiais quanto os praças. Isso é evidente pra qualquer um que se aproxima, mas ela ainda tem desafios, e eu acredito que se ela continuar nesse ritmo esses desafios serão superados brevemente. A inauguração do Centro de Pesquisa da PMMT é uma prova disso que estou dizendo.

***RHM: Professor, as suas considerações finais.***

Eu só queria reforçar o que eu já disse. Eu queria muito terminar minha gestão como Diretor do Instituto de Educação vendo concretizado um acordo de cooperação mais sistêmico entre o Instituto de Educação da UFMT e a Academia de Polícia Militar no sentido de criarmos um espaço de algo mais profícuo e portanto mais sistêmico e que a Universidade, mais especificamente o Instituto de Educação, dê uma qualificação mais contundente na formação dos Oficiais, no sentido de qualificação pra mestrado. E a Universidade não pode se fechar para o diálogo entre educação e segurança pública, nós não temos feito isso no Instituto de Educação, nós temos algo a aprender com a Academia que é sobre a segurança pública e eu acho que a Academia tem algo a aprender conosco sobre educação. Então, se nós resolvermos conversar de forma sistêmica na sociedade, o que nós aprendemos juntos, conjuntamente, acho que poderemos, por uma ação conjunta, melhorar o diálogo no espaço escolar que é um espaço importantíssimo de formação cidadã, e que esses temas possam comparecer de forma potente, a segurança e obviamente a educação. Isso poderia ser feito de forma mais sistêmica como eu já disse. Nós fazemos isso de forma tímida. Eu gostaria muito, desejo muito que brevemente encontrássemos esse espaço pra conquistar essa cooperação esse trabalho da Universidade com a Polícia Militar visando melhorar a educação em segurança pública nas escolas.

Referenciei-me mais à formação do Oficial da Academia de Polícia Militar, por ter mais contato com aquela Instituição de Ensino, tive pouco contato no CFAP, avaliando o curso do CFAP, não tenho muita experiência com o CFAP. Por exemplo, na minha visita ao CFAP, eu fiquei surpreso em ver um Soldado doutor e outro

Sargento mestre. Tinha um Soldado doutor! Isso mostra que é uma polícia diferente, uma polícia em que os soldados resolvem investir na educação dele, tem maior efeito isso, agora eu não estou muito seguro, e isso é meramente pessoal, se deveria existir duas instituições diferentes para formar policiais, eu acho que deveria existir uma academia talvez com status de faculdade. Um centro único, alguma coisa que teria a formação dos Oficiais e a formação dos Soldados, porque elas não deveriam estar separadas. Deveriam de algum modo estar em diálogo, não precisaria estar no mesmo prédio talvez, separados enfim, mas deveria ser uma instituição só, um projeto unificado, e uma coisa que eu acho quer dizer, nesse projeto que eu vi agora do CFAP, parece que deu uma melhoria, tenho a impressão quer era muito mais: **pega o cara e bota ele na rua!** E parece que agora há uma preocupação maior, já tem status de curso superior para o Soldado, então isso melhora, os qualifica; é uma coisa boa. Mas eu não tenho dúvida, as coisas que eu disse do Oficial serve também para o Soldado, eu não sei o que significaria o policial qualificado, o impacto disso, mas acredito que um curso superior com um curso de bacharelado, da mesma coisa que eu disse para o Oficial.

**RHM: *Professor, grato pela atenção e pelas palavras!***

